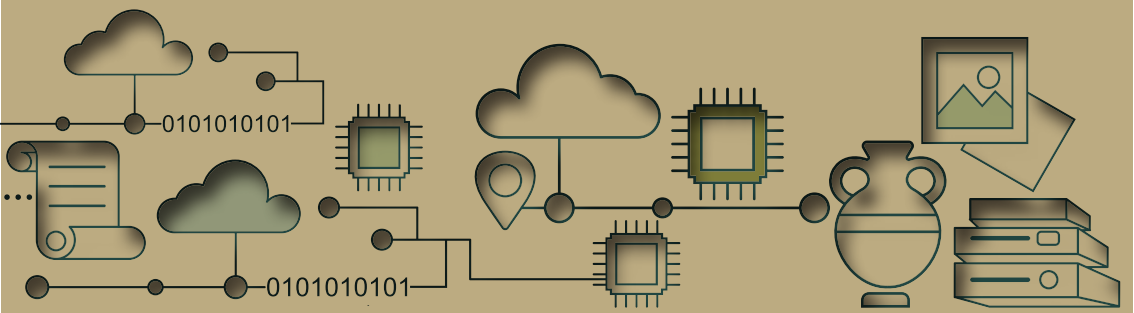


MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CAMPO INFORMACIONAL

ORGANIZADORES:

Clovis Carvalho Britto (UnB)
Rocio Palomares Perraut (UMA)



Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade - 2025

Publicado em Agosto/2026
Brasília-DF

REALIZAÇÃO:

Universidade de Brasília

Reitora
Rozana Naves

Faculdade de Ciência da Informação
Diretor: Dalton Martins

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Coordenadora: Elmira Simeão

ECOS LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Coordenação
Professora Ana valéria Mendonça

EDITORA ECOS
Coordenação: Professora Elmira Simeão

ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Diretor
Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenação Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT
Cecília Leite Oliveira

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

Rector
Joaquín Goyache Goñi

Faculdad de Ciencias de la Documentación
Decano en funciones: José María de Francisco Olmos

Departamento de biblioteconomía y Documentación
Director: Carlos Miguel Tejada Artigas

UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Reitor
Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Diretor Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Helio Zanquetto Filho

Chefe do Departamento de Bibioteconomia
Ana Cáudia Borges Campos

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)
Coordenadora: Gleice Pereira

APOIO:

CAPES
Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP

FINATEC
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

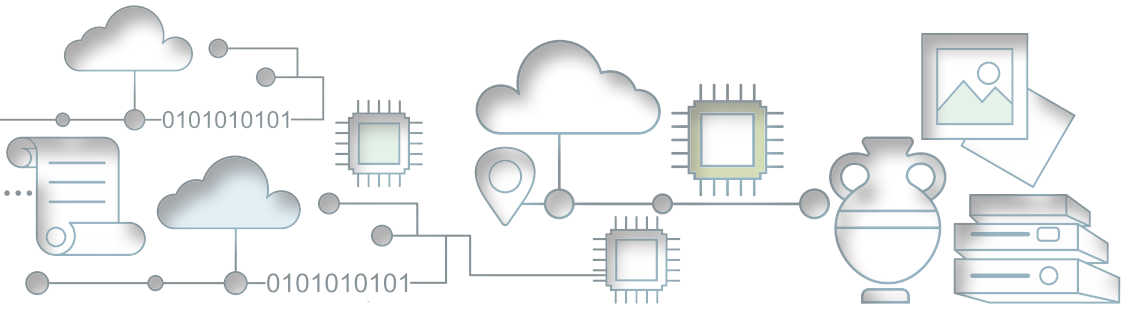




MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CAMPO INFORMACIONAL

ORGANIZADORES:

Clovis Carvalho Britto (UnB)
Rocio Palomares Perraut (UMA)



Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade - 2025

Publicado em Agosto/2026
Brasília-DF

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons-Atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.



Organizadores
Clovis Carvalho Britto (UnB)
Rocio Palomares Perraut (UMA)

Projeto Gráfico e Arte: Kiko Nascimento
Capa: Kiko Nascimento
Bibliotecária Responsável: Mônica Regina Peres

10.22477/9786597860975

S471m Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (14.: 2025: Vitória, ES).

Memória e preservação : desafios e perspectivas no campo informacional / organizadores, Clovis Carvalho Britto, Rocio Palomares Perraut. – Brasília: Editora EcoS: PPGCINF, 2026.

1 recurso eletrônico (PDF. 383 páginas): ilustrações.
ISBN 978-65-978609-7-5
Texto em português e espanhol.

Disponível em: https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros

Reunião dos trabalhos apresentados na XIV edição do Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), realizado em 2025 na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Licenciado sob Creative Commons Atribuição CC BY-NC-ND 4.0.

1. Ciência da informação. 2. Memória social. 3. Preservação digital. 4. Humanidades digitais. 5. Cultura organizacional. 6. Relações étnico-raciais. I. Britto, Clovis Carvalho, organizador. II. Perraut, Rocio Palomares, organizadora. III. Título.

CDU 02:930.25

COMO CITAR:

PADRÃO ABNT: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 14., 2025, Vitória, ES. Memória e preservação: desafios e perspectivas no campo informacional. Organizadores: Clovis Carvalho Britto, Rocio Palomares Perraut. Brasília: Editora EcoS: PPGCINF, 2026. 1 recurso eletrônico (384 p.). Disponível em: https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros.

PADRÃO APA: Britto, C. C., & Perraut, R. P. (Orgs.). (2026). Memória e preservação: desafios e perspectivas no campo informacional. Editora EcoS; PPGCINF. https://repositorio.ecos.unb.br/exhibits/show/editoraecos/livros



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05

PARTE I
COLEÇÕES, MEMÓRIA E CULTURAINSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL ..10

MEMÓRIA E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA ABORDAGEM DAS PRÁTICAS CORPORATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA MENTALIDADE EQUITATIVA 11

A IMPORTÂNCIA DA ICONOGRAFIA PARA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA MEMÓRIA TÉCNICA DA BIBLIOTECA DO IBICT 27

BIBLIOMETRIA E JORNAL CAMPUS: UMA ANÁLISE SOBRE TEMAS E CONTEXTOS AO LONGO DAS DÉCADAS.....46

O TRAJE DE CENA NA COLEÇÃO HUGO RODAS: PRESERVAÇÃO, PESQUISA E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA 66

PARTE II
MEMÓRIA\, PRESERVAÇÃO E HUMANIDADES DIGITAIS 89

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INFORMAÇÃO NA MATURIDADE EM GESTÃO DE DOCUMENTOS REFLETINDO NA MEMÓRIA COLETIVA E NA MEMÓRIA SOCIAL 90

GUARDIÕES DA MEMÓRIA: REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO INSTITUCIONAL 113

MIDIATECA CAPIXABA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM AMBIENTE DIGITAL..... 128

DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS DIGITAIS: UM ESTUDO SOBRE A MIDIATECA CAPIXABA..... 144

TECNOLOGIAS DA MEMÓRIA: UM MODELO DE CURADORIA COLABORATIVA PARA ACERVOS DIGITAIS DE FESTAS POPULARES..... 162

ARQUIVOS PERMANENTES E DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DILEMA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA ERA DIGITAL..... 187

HIPÁTIA: CARACTERÍSTICAS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO..... 212

CONTRIBUIÇÕES DO QR CODE COMO FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES..... 235

CONTRIBUIÇÕES DO LABORATÓRIO DE GESTÃO ELETRÔNICA DE



DOCUMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS 258

PROYECTO DE DIGITALIZACIÓN DEL CORPUS DOCUMENTAL DE LA FUNDACIÓN PACO DE LUCÍA: UN PROYECTO PIONERO EN HUMANIDADES DIGITALES..... 273

SENSORIAMENTO REMOTO E IOT NA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: UMA PROPOSTA PARA O ARQUIVO SIMÃO DORVI NA CIDADE DE GOIÁS.... 287

PARTE III

AFROGRAFIAS DA MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E ANTIRRACISMO 313

EXU MATOU UM PÁSSARO ONTEM COM UMA PEDRA QUE ATIROU HOJE: AS ENCRUZILHADAS DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL .. 314

SABERES VIVOS E ORGÂNICOS: ARTICULAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PENSAMENTO DE NÊGO BISPO..... 332

A TRADIÇÃO RELIGIOSA DE MATRIZ AFRICANA SOB O VIÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... 351

LA MUSEALIZACIÓN DE LA PLACA “RUA MARIELLE FRANCO” Y LOS DESAFIOS DE UNA EDUCACIÓN MUSEÍSTICA ANTIRRACISTA PARA LAS RELACIONES ETNICO-RACIALES 363



APRESENTAÇÃO

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Clovis Carvalho Britto
Universidade de Brasília
clovisbritto@unb.br, https://orcid.org/0000-0001-6267-544X

Rocío Palomares Perraut
Universidade de Málaga
perraut@uma.es, https://orcid.org/0000-0001-5751-5513

"A memória é uma ilha de edição".
Waly Salomão (2014, p. 272)

Este livro reúne alguns dos trabalhos apresentados no XIV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), evento anual que, desde 2012, promove atividades de intercâmbio e comunicação científica resultantes de um acordo internacional entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidad Complutense de Madrid (UCM), congregando, ao longo dos anos, profissionais de diferentes instituições brasileiras, espanholas e de outras nacionalidades.

Em 2025, a décima quarta edição do seminário ocorreu na cidade de Vitória, no Espírito Santo, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e teve como um dos eixos "Memória, preservação e humanidades digitais". Aliás, é digno de nota que a memória esteve presente como estruturante desde a primeira edição do seminário, conformando diferentes eixos ao longo do tempo: "Memória, patrimônio e humanidades digitais", "Memória e patrimônio", "Acesso à informação e memória", "Arquivos e memória", "Memória, patrimônio e museus" e, desde o ano de 2019, o eixo "Memória, preservação e humanidades digitais", instaurando debates nacionais e internacionais no campo da Ciência da Informação.

Em um estudo pioneiro sobre as mobilizações da memória (huma-



na, artificial e social) na Ciência da Informação, Eliane Braga de Oliveira e Georgete Medleg Rodrigues (2011) evidenciaram, naquele contexto, o caráter periférico do tema na produção internacional e nacional, com destaque, no contexto brasileiro, para uma "tendência" de crescimento no âmbito dos estudos sobre memória social:

> "Os resultados permitiram identificar o que, talvez, possamos chamar de uma 'tendência' majoritária no âmbito da Ciência da Informação. Os trabalhos dessa 'tendência' relacionam memória e informação, considerando especialmente as informações registradas (documentos), nos mais variados suportes, como elementos de relevância para a memória social, em vários níveis: local, regional ou nacional. Essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação. Essas operações incluem o aspecto seletivo, que envolve o binômio lembrar e esquecer, em que a decisão sobre o que constituirá a memória é compreendida como uma disputa, ou uma negociação, entre grupos sociais, permeada por questões políticas e ideológicas por vezes antagônicas. A preservação dessa memória é associada, também, a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua custódia, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação" (Oliveira; Rodrigues, 2011, p.325).

As pesquisadoras destacaram, ainda, que independente da abordagem adotada, a informação constituía termo atrator do conceito de memória no campo da Ciência da Informação no Brasil, marcado uma adjetivação diversificada:

> "Nos estudos que adotam a perspectiva social da memória, a etapa do processo informacional mais citada e associada ao termo é a preservação, a partir do pressuposto de que a preservação das informações ou dos documentos possibilita a (re) construção de parte da memória de uma coletividade, seja um país ou uma instituição. A organização e a representação do conhecimento foram as atividades mais citadas nos estudos cujo foco é



> a memória artificial. A memória humana foi associada ao processo de leitura efetuado durante o trabalho de catalogação" (Oliveira; Rodrigues, 2011, p. 323).

Quinze anos após este estudo nossa hipótese é que a temática da memória não é mais periférica no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, embora grande parte das conclusões apresentadas, naquele contexto, ainda permaneçam atuais. Em 2010, por exemplo, foi implementado o grupo de trabalho "Informação e Memória" na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, o que estimulou um maior diálogo entre os estudos de Memória Social e de Ciência da Informação.

Isso se deveu, conforme lembraram Vera Dodebei e Evelyn Orrico (2011), ao fato de que "na passagem para o século XXI, encontrarmos um cenário em que a produção do conhecimento, sua circulação e preservação são dependentes tanto dos estudos informacionais quanto dos memoriais" (p. 3.131). Argumentos reforçados por Leilah Santiago Bufrem (2020) que também reconheceu nesse processo de expansão os impactos da criação de periódicos e a institucionalização de programas de pós-graduação *stricto sensu* no campo da Ciência da Informação que privilegiaram a temática da memória. Tais transformações contribuíram para a "ampliação do espectro temático e da consequente problemática do campo de conhecimento, originando novos estudos a partir das reflexões e conexões permitidas [...] aceitando aproximações com outros domínios" (p. 29). A pesquisadora sublinha, em sua análise da literatura sobre memória no campo da Ciência da Informação no Brasil, a presença destacada da memória social, em confluência com as temáticas da memória institucional e da responsabilidade social.

Esta coletânea reúne os trabalhos que integraram o eixo "Memória, preservação e humanidades digitais" do XIV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade, além de dois textos escritos especialmente para a publicação. Os trabalhos contribuem para a compreensão de parte significativa do estado da arte sobre as interfaces entre memória, preservação e informação, evidenciando as escolhas teórico-metodológicas de diferentes cientistas da informação.

A primeira parte do livro, "Coleções, memória e cultura institucional/organizacional", privilegiou textos que dialogam conceitualmente com a memória institucional/organizacional ou estudos de caso que demonstram modos de gestão da memória institucional por meio de políticas e processos infocomunicacionais que resultaram em ações de preservação e produção de documentos. Ações que contribuem para a consolidação da identidade e produção da legitimidade das instituições.

A segunda parte, "Memória, preservação e humanidades digitais", embora também demonstre ações em torno de memórias institucionais, privilegia trabalhos que evidenciam estratégias de valorização da memória por meio da preservação digital. Consiste em potente exemplo dos desafios e perspectivas contemporâneas enfrentados pela Ciência da Informação no campo da memória, traduzidos no conceito de humanidades digitais: "um campo de pesquisa transdisciplinar onde questões e objetos ligados às diversas disciplinas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas se encontram com recursos oriundos da computação" (Pimenta, 2020, p. 2), propiciando "novos desdobramentos da produção do conhecimento nas Humanidades no ambiente digital" (p. 2). Portanto, os diferentes estudos que propõem interfaces entre memória, preservação digital e informação, por exemplo, contribuem para inspirar lógicas singulares em torno de objetos de fronteira e epistemologias compartilhadas entre a Ciência da Informação e as Humanidades Digitais (Rio Grande, 2018).

A última parte, intitulada "Afrografias da memória, informação e antirracismo", traduz um movimento crescente de renovação epistemológica nos debates entre memória e informação, especialmente impactados pelas epistemologias decoloniais e contracoloniais. Aponta, nesse aspecto, para a polissemia da memória e para os compromissos de uma informação étnico-racial antirracista, inspirada no conceito de afrografias, ou seja, formas de grafar o saber no corpo a partir da perspectiva espiralar da memória africana e das textualidades orais afro-brasileiras (Martins, 2021).

Os capítulos oferecem perspectivas inspiradoras ao demonstrar, por exemplo, que ainda são recorrentes a predominância da memória social, considerando especialmente as informações registradas (do-



cumentos) e a sua relação indissociável com a preservação. Também demonstram a valorização dos debates sobre a memória institucional, confirmando a atualidade de algumas das constatações indicadas na literatura sobre a memória na Ciência da Informação (Oliveira; Rodrigues, 2011; Bufrem, 2020).

Do mesmo modo, apontam desafios e novas perspectivas, evidenciando as contribuições das humanidades digitais e dos estudos sobre os marcadores sociais da diferença para a Ciência da Informação, nas interfaces entre memória, preservação e informação. Trata-se, ao nosso ver, de uma metonímia do modo como a Ciência da Informação, nacional e internacionalmente, tem mobilizado a poética, a política e a ética da memória.

REFERÊNCIAS

BUFREM, Leilah Santiago. Fundamentos teóricos da memória nas produções científicas da Ciência da Informação. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 26-44, jan./jun. 2020.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos; Orrico, Evelyn Goyannes Dill. Memória e informação: construindo o campo teórico-metodológico de conhecimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 2011. Brasília. **Anais** [...]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/183707. Acesso em: 21 abr. 2026.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 311-328, 2011.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Por que Humanidades Digitais na Ciência da Informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. **Informação & Sociedade: Estudos,** João Pessoa, v.30, n.2, p. 1-20, abr./jun. 2020.

RIO RIANDE, Gimena del. Humanidades Digitales CAICYT: Las Humanidades Digitales en la agenda de investigación de las Ciencias de la Información. **8ª JoBiCyT del congreso de ABGRA**, 24-26 abr. 2018.

SALOMÃO, Waly. **Poesia total.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.



Coleções, memória e cultura institucional/organizacional



MEMÓRIA E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA ABORDAGEM DAS PRÁTICAS CORPORATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA MENTALIDADE EQUITATIVA

Tiago da Ressurreição
Universidade Federal do Espírito Santo
tiago.ressurreicao@edu.ufes.br, https://orcid.org/0009-0007-4147-7162

Gleice Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
gleiceufes@gmail.com,, https://orcid.org/0000-0001-5099-112X

Resumo: *O estudo apresenta conceitos relacionados com as culturas organizacional e informacional. Reflete acerca da necessidade de atendimento às políticas públicas inclusivas na contemporaneidade, da internalização da temática equidade em frente à criação das agendas e compromissos ambiental, social e governamental e também do objetivo do desenvolvimento sustentável criado pela Organização das Nações Unidas. O objetivo é refletir como a memória contribui para a construção de uma cultura organizacional equitativa nos ambientes corporativos. O estudo é desenvolvido com dados descritivos, dialogando com o referencial teórico de Halbwachs (2008), Nora (1993), Lévinas (1993), American Library Association (2016), University of British Columbia (2023), Rodrigues (2007), Sen (2011), Pollitt (2009), Chiavenato (2018) e Kunsch (2003). Os resultados revelam: os fluxos pelos quais podem ocorrer o surgimento das memórias individuais e das memórias coletivas; e a emersão das memórias organizacionais estáticas e dinâmicas; e a forte influência que o nível estratégico pode proporcionar, ao implementar um conteúdo capaz de agregar ações associadas à inclusão e à diversidade em seus planos e planejamentos, ao potencial de troca, distribuição, comunicação das informações e produção de conhecimentos presentes no ambiente corporativo dado seu caráter infocomunicacional e memorialístico. Conclui que a memória, em suas dimensões individual e coletiva, desempenha papel fundamental na consolidação de uma cultura organizacional equitativa. A construção de uma cultura organizacional equitativa depende do reconhecimento e da gestão ativa das memórias, que servem como base para a transformação de ambientes corporativos em espaços mais justos, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.*

Palavras-Chave: memória; memória organizacional; cultura organizacional; equidade; ciência da informação.

Abstract: *The study presents concepts related to organizational and informational cultures. It reflects on the need to address inclusive public policies in contemporary contexts, the internalization of equity in the creation of environmental, social, and governance agendas and commitments, as well as the Sustainable Development Goals established by the United Nations. In this regard, the objective is to examine how memory contributes to the construction of an equitable organizational culture within corporate environments. The study develops through descriptive data, engaging with the theoretical framework of Halbwachs (2008), Nora (1993), Lévinas (1993), American Library Association (2016), University of British Columbia (2023), Rodrigues (2007), Sen (2011), Pollitt (2009), Chiavenato (2018), and Kunsch (2003). The results reveal the flows through which individual and collective memories arise, and how static and dynamic organizational memories emerge from them. They also highlight the strong influence that the strategic level can exert by implementing content capable of integrating actions related to inclusion and diversity into plans and strategies, as well as the potential for exchange, distribution, communication of information, and knowledge production within the corporate environment, given its infocommunicational and memorial character. The study concludes that memory, in its individual and collective dimensions, plays a fundamental role in consolidating an equitable organizational culture. The construction of such a culture depends on the recognition and active management of memories, which serve as the foundation for transforming corporate environments into fairer, more inclusive spaces committed to sustainable development.*

Keywords: memory;organizational memory; organizational culture; equity; information science.

INTRODUÇÃO

A compreensão do objetivo e da necessidade de atendimento às políticas públicas inclusivas tem sido um assunto recorrente na atualidade. Em decorrência disso, o fator equidade apresenta-se como uma importante pauta adotada não somente no cenário nacional, mas também em nível global, a fim de que as empresas desenvolvam a internalização dessa temática em seus ambientes internos.

Atualmente, em meio ao estabelecimento e à aplicação de estratégias para atendimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), criados em 2015, na Assembleia da Organização das Nações



Unidas (ONU), o Brasil apresenta a criação e implantação voluntária do ODS: igualdade étnico-racial.

Tais iniciativas corroboraram o incremento das agendas e compromissos ambiental, social e governamental (ASG) pelas instituições em destaque nos cenários interno e externo a fim de assegurar a importância de uma visão holística a essas esferas em todos os departamentos que as compõem, garantindo, desse modo, um posicionamento plausível em frente aos compromissos globais e, consequentemente, a competitividade nos ramos em que atuam.

A partir desse panorama, observados os estudos no campo da Ciência da Informação para o estabelecimento de uma cultura saudável e socialmente justa, interessa, então, refletir sobre como a memória contribui para a construção de uma cultura organizacional equitativa nos ambientes corporativos. Para tanto, dialogamos com Halbwachs (2008), Nora (1993), Lévinas (1993), *American Library Association* (2016), *University of British Columbia* (2023), Rodrigues (2007), Sen (2011), Azevedo Netto (2005), Pollitt (2009), Chiavenato (2018) e Kunsch (2003).

As bibliografias por nós consultadas constituíram um marco teórico atuante como base para a administração sistemática das decisões tomadas a partir de interpretações e inferências a propósito das descobertas observadas, bem como do objetivo proposto (Bardin, 2004), culminando em um estudo desenvolvido numa situação rica em dados descritivos obtidos no nosso contato direto com a situação estudada (Araújo, 1997). Considerando os aspectos supracitados, estes enfatizam a atuação da pesquisa qualitativa bibliográfica exploratória.

EQUIDADE E ALTERIDADE

A literatura apresenta a superação do Absolutismo e a observância dos termos liberdade, igualdade e fraternidade, a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa (Hobsbawm, 1996), como um marco inicial de emersão da temática equidade. Todavia, embora os demais marcos históricos sejam de extrema relevância no desenvolvimento da equidade, tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948, como um documento imprescindível na ampliação do olhar às minorias e às pessoas em situações de vulnerabilidade.



> Agora portanto a Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional [...] (Organização das Nações Unidas, 1948).

No Brasil, o olhar à DUDH culminou na construção da Constituição Federal de 1988, um marco histórico na temática equidade, visto que busca assegurar a indistinção aos direitos dos cidadãos diante das esferas sociais, como a educação, a saúde, a alimentação, a moradia e o trabalho (Brasil, 1988).

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, 1988, cap. 1, art. 5º).

Atualmente, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um importante instrumento que vai ao encontro dos objetivos estratégicos, ações programáticas e diretrizes do Estado Brasileiro. Uma das suas finalidades é integrar e aprimorar os mecanismos de participação, além de criar novos meios para a construção e monitoramento das políticas de direitos humanos (Brasil, 2010).

Temos nesses instrumentos, portanto, uma base sólida para o desenvolvimento dos diversos microssistemas nacionais legais e jurídicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto do Índio, a Lei Maria da Penha e demais instrumentos que visam a assegurar o desenvolvimento da equidade nos campos individuais e institucionais.

> No âmbito institucional o PNDH-3, amplia as conquistas na área dos direitos e garantias fundamentais, pois internaliza a diretriz segundo a qual a primazia dos Direitos Humanos constitui princípio transversal a ser considerado em todas as políticas públicas (Brasil, 2010, eixo orientador I).



Sen (2011) corrobora, de modo amplo e profundo, o conceito do termo equidade transcendendo uma simples noção de igualdade de recursos e destacando a importância da liberdade que os indivíduos precisam ter para alcançar o tipo de vida que valorizam (capacitações). Em sua abordagem, a equidade deve ser medida pela igualdade de oportunidades reais para alcançar uma vida de qualidade e não pela igualdade de recursos materiais (como bens primários), levando em conta as condições pessoais, como saúde, educação e participação social. Desse modo, as desigualdades nas condições de partida de cada pessoa, como falta de acesso a recursos básicos, devem ser compensadas para que todos possam atingir seu pleno potencial.

A partir desses conceitos e em vista do campo organizacional, objeto deste estudo, a *American Library Association* (2016) nos apresenta a equidade como uma ação que suplanta o olhar à igualdade, abordando as diferenças como um importante fator de fomento a um processo justo e, consequentemente, a um resultado equitativo, uma vez que reconhece que determinados grupos foram (e ainda são) desfavorecidos no acesso a oportunidades de empregos e ensino e, portanto, estão marginalizados ou sub-representados em muitas instituições e organizações. Os efeitos dessa exclusão muitas vezes persistem sistemicamente nas práticas, procedimentos e políticas organizacionais. Portanto, a equidade significa melhorar as condições dos grupos desfavorecidos a partir do aumento da diversidade.

Avançando nessa perspectiva, temos, na *University of British Columbia* (2023), a consideração do poder, do acesso, da oportunidade, do tratamento, dos impactos e dos resultados da temática equidade a partir de três áreas principais: equidade representacional[1], equidade de recursos[2] e mentalidade equitativa. E, ainda, os termos equidade-pesquisada, equidade-merecida e equidade-negada para referir-se a grupos e comunidades que enfrentam barreiras coletivas significativas na participação da sociedade. Esses aspectos podem incluir barreiras

1. "A equidade representacional refere-se à participação proporcional em todos os níveis de uma instituição" (University of British Columbia, 2023, tradução nossa).

2. "A equidade de recursos refere-se à distribuição de recursos para reduzir as lacunas de equidade nas instituições" (University of British Columbia, 2023, tradução nossa).

ambientais, sociais, históricas e atitudinais, orientação sexual, raça, nacionalidade, identidade e expressão de gênero, status econômico, deficiência, etnia, idade, dentre outros.

> Equidade-pesquisada sugere que são os grupos histórica, persistente ou sistemicamente marginalizados (HPSM) que devem ser ativos para alcançar a equidade – eles devem buscá-la ativamente. Equidade-merecida destaca o fato de que os grupos HPSM merecem equidade. Equidade-negada enfatiza que a responsabilidade de remover as barreiras coletivas e criar mais equidade não pertence aos grupos que enfrentaram essas barreiras, mas sim aos grupos que contribuíram para que a equidade fosse negada, estabelecendo e mantendo barreiras à plena participação na sociedade (*University of British Columbia*, 2023, s/p, tradução nossa).

Nesse sentido, ao analisarmos as informações apresentadas, observamos as muitas camadas existentes para o pleno alcance da equidade nas organizações, todavia inferimos que uma simples abordagem dessa temática não será suficiente para a criação de um ambiente em que os diversos atores que a compõem passem a desenvolver uma visão humanitária capaz de identificar as diversidades internas existentes a fim de tratar os diferentes de forma diferente.

Desse modo, uma vez que o nosso estudo não objetiva esgotar as discussões acerca da temática, procuramos nos debrucar sobre a perspectiva da mentalidade equitativa, visto que esta se refere à "[...] demonstração de conscientização e disposição para abordar questões de equidade" (*University of British Columbia*, 2023, tradução nossa) e por entendermos ser uma importante base no fomento das demais áreas e comunidades pelas quais a temática equidade se desenvolve.

Lévinas (1993, p. 82) relata que "[...] a crise do humanismo em nossa época tem, sem dúvida, sua fonte na experiência da ineficácia humana posta em acusação pela própria abundância de nossos meios de agir e pela extensão de nossas ambições". Ao dialogar com Levinas (2003), Rodrigues (2007, p. 20), nos apresenta uma imprescindível contribuição ao abordar o conceito de alteridade.



> É a partir do Outro, do Eu pôr-se à escuta pelo seu chamado, pela capacidade do Eu voltar-se completamente para e pelo Outro, que surge propriamente o Eu enquanto consciência. E esta relação é já a decorrência da responsabilidade como fundamento ético primeiro. Pode-se entender, num primeiro momento, a categoria de alteridade como uma relação responsável e ética, pois contém e revela a possibilidade do que está para além do ser e da identidade do mesmo como um transcender para o outro dentro de uma relação responsável.

Temos, portanto, na alteridade, a valorização de uma visão ética que antecede o estabelecimento da equidade em sua integralidade, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento da mentalidade equitativa, uma vez que enxerga o outro e seu direito de viver e ser em sua singularidade a partir da compreensão das suas subjetividades e pluralidades. Tais aspectos devem ser incorporados à filosofia das organizações a fim de promover um ambiente justo e propício à uniformidade das oportunidades e ao alcance das diversas demandas internas que as compõem.

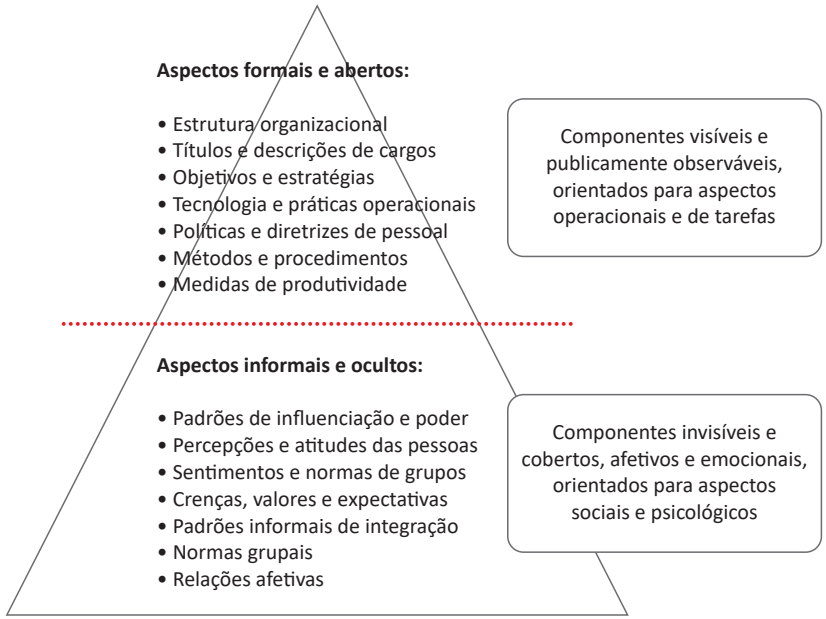
CULTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL

Valentim (2010) aborda a cultura como um fenômeno que permeia as ações humanas a partir de padrões e normas intrínsecos de comportamento e de conduta estabelecidos no contato com outros indivíduos e compartilhados com membros entrantes, culminando em bases para a forma de pensar e agir de um grupo. Schein (2009, p.11) reforça essa abordagem ratificando que "[...] qualquer unidade social que tenha algum tipo de história compartilhada terá desenvolvido uma cultura".

No que tange ao ambiente corporativo, Chiavenato (2014, p. 322) conceitua a cultura organizacional como "[...] um conjunto de hábitos e crenças estabelecidos por meio de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhadas por todos os membros da organização. A cultura espelha a mentalidade que predomina em uma organização", todavia o pesquisador a compara com um *iceberg* composto pela parte superior lo-

calizada acima do nível da água (aspectos formais e abertos[3]) e pela parte submersa (aspectos informais e ocultos[4]) divididos em diversas camadas, conforme a Figura 1, com diferentes níveis de arraigamento e profundidade necessários de serem observados para a obtenção do conhecimento da cultura organizacional. "Quanto mais profunda for a camada, maior a dificuldade de entendê-la e de mudar ou transformar a cultura".

Figura 1: O iceberg da Cultura Organizacional.



Fonte: Chiavenato (2014).

Inferimos, portanto, que, para que haja quaisquer inserções de novos posicionamentos em uma cultura organizacional, há também a necessidade de as organizações mergulharem no universo oculto e complexo dos aspectos informais localizados na submersão citada. Es-

3. "Constitui-se dos processos intencionais, planejados e estruturados a partir dos objetivos, princípios e interesses da organização, materializados em ações comunicacionais. Refere-se à comunicação autorizada, com estrutura formal" (Garcia, 2024, s/p).

4. Manifestações espontâneas que ocorrem independentemente da estrutura formal" (Garcia, 2024, s/p).



ses aspectos contribuirão para as devidas reflexões e revisões a serem implantadas pelas lideranças organizacionais.

Quando adentramos a filosofia abordada pelas organizações, referimo-nos aos elementos que as norteiam no âmbito das suas atividades e ao posicionamento que estas optam por exercer diante dos seus diversos *stakeholders*[5] e, portanto, a incorporar em sua cultura organizacional. Previamente ao desenvolvimento do planejamento tático – cuja realização é dada pelo nível geral/intermediário em busca de traduzir as estratégias abrangentes e genéricas em ações específicas direcionadas a determinadas unidades das organizações–e do planejamento operacional – em que o nível administrativo se direciona às tarefas rotineiras e à eficiência a partir do desdobramento do plano tático, Chiavenato (2018) também nos apresenta o planejamento estratégico como uma ferramenta imprescindível utilizada pela alta cúpula das organizações a fim de delinear os posicionamentos que elas devem seguir, observados os ambientes internos e externos.

Sob este aspecto, Valentim (2010, p. 331) aborda a informação estratégica como o tipo informacional "[...] que apoia o processo de tomada de decisão e possibilita à alta administração da organização definir e planejar as estratégias de ação de médio e longo prazos". Desse modo, denota a imprescindível influência que o nível estratégico das organizações possui no estabelecimento da cultura que permeará os diversos ambientes corporativos, visto que é da cultura imposta pela liderança que emergirá a cultura organizacional, que, embora seja subjetiva para abranger outros tipos de entidades, interfere nas ações e no comportamento dos membros das organizações (Valentim, 2010).

> O surgimento da cultura organizacional [...] se dá inicialmente pela cultura imposta pela liderança. Ao mesmo tempo que ela redunda em sucesso do grupo e da organização, acaba por se tornar o parâmetro que norteará a definição das próximas lideranças; porém, se há problemas de adaptação do grupo, questionando a validade

5. "Indo além de consumidores ou clientes o termo stakeholders engloba todos os grupos ou indivíduos que têm algum tipo de envolvimento ou impacto nas operações e decisões de uma organização" (Kunsch, 2003).



> de suas suposições, novamente é a liderança que deverá agir sobre a cultura pela ação reflexiva e corretiva do líder (Schein, 2009, *apud* Valentim, 2010, p. 213).

Ao dialogar com ambos os autores, temos que, embora delineada inicialmente pela alta cúpula, assim como a cultura vista de forma geral, ou seja, não restrita às organizações, a cultura organizacional é passível de mutações e adaptações oriundas das ações e fenômenos pelos quais perpassam os diversos atores e atividades nos ambientes interno e externo das organizações. No entanto, no que se refere ao delineamento de uma mentalidade equitativa no ambiente corporativo, observamos a forte influência que o nível estratégico pode proporcionar ao implementar um conteúdo capaz de agregar ações relacionadas com a inclusão e a diversidade em seus planos e planejamentos. Esse conteúdo abrangerá as demandas a serem geradas e atendidas no âmbito das organizações, observada a cultura informacional[6] que as envolve.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

Ao abordarmos o termo memória, temos em Linde (2009) sua conceituação como a preservação de aspectos do passado a fim de encontrar e recuperar representações a serem utilizadas no presente para influenciar o futuro. Le Goff (1996, p. 423) corrobora tal explanação ao defini-la como a capacidade "[...] de conservar certas informações, [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". Em Meneses (2002, p. 185), o estabelecimento da memória é como um elemento que "[...] gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança".

No que tange ao seu estabelecimento, considerando a explanação de Halbwachs (2008)—em que destaca a maior expressividade que a memória alcança como evento que emerge das transformações constantes vivenciadas nas sociedades, como acontecimento coletivo como fenô-

6. "[...] padrão de comportamento em relação à informação, o que implica diretamente o modo como a informação é "trabalhada" pelos membros da organização, ou seja, a cultura informacional é o reflexo do modo como os membros da organização buscam, utilizam e disseminam a informação no contexto organizacional" (Davenport & Prusak, 1998, apud Valentim, 2010, p. 250).



meno social – temos, portanto, o entendimento de que esse fenômeno não está factível a desenvolver-se somente na esfera individual.

Explora, desse modo, quaisquer barreiras que o cerca a fim de contribuir com as diversas mutações presentes na sociedade visto que a memória também pode ser compreendida, uma vez amparada no passado, como uma tentativa de manter viva a experiência do vivido que se torna alicerce para o presente expressado nos dos objetos de uma cultura, um constructo social (Azevedo Netto, 2008).

> A memória é um processo de representação constituída através do diálogo permanente entre a dualidade individual e coletivo que constitui a personalidade do sujeito informacional. Proporcionando a construção da identidade do sujeito social que se apresenta como ser único e individual, mas, sobretudo, como ator social que estabelece laços de identificação e pertencimento no contexto da sociedade em que se insere. E, é nesta relação de identificação – enquanto ser único e social – que o sujeito informacional manifesta suas expressões culturais, constrói suas significações e estabelece o sentido do que lhe é bem particular ou comum a seu grupo e/ou sociedade (Silva; Rosas; Loureiro, 2018, p. 11).

Dado o conteúdo citado, quando do campo organizacional, óptica pela qual baseamos o nosso estudo, torna-se possível inferir o estabelecimento da memória a partir de um conjunto de elementos presentes em seu ambiente interno: normas e valores da cultura organizacional, sistema de gestão, registros físicos e digitais, bancos de dados, sistemas técnicos, bem como conhecimentos e experiências de seus colaboradores (Pollitt, 2009). Todavia, Linde (2009, p. 11) apresenta a memória institucional (para nós, memória organizacional) como um elemento desenvolvido a partir "[...] de estratégias que dependem da memória humana individual e da transmissão de pessoa para pessoa, passando pelo armazenamento arquivístico [...] até políticas e procedimentos organizacionais e infraestruturas físicas".

Tais afirmações elucidam que, como elemento de estratégia corporativa para o estabelecimento de temáticas imprescindíveis ao bom funcionamento das organizações, indo além de uma vivência consultiva

em determinados períodos, a memória deve desenvolver-se além de um modo estático, todavia assumindo um caráter dinâmico e vivo capaz de sofrer as devidas mutações necessárias e conjuntas ao andamento das organizações.

> [...] uma concepção dinâmica da memória institucional deve incluir conhecimentos que estejam tanto dispersos entre organizações quanto difíceis de serem expressos. Ontologicamente, [...] em uma mudança do registro de 'fatos' objetivos em arquivos de papel para uma compreensão das memórias institucionais como 'conversas vivas' dinâmicas. Epistemologicamente, isso significa um deslocamento para permitir a construção e a interpretação de múltiplas memórias, em vez de uma única memória consensual, como a que pode ser apresentada em atas de reuniões (Corbett; Grube; Lovell; Scott, 2018, p. 7, tradução nossa).

Os autores prosseguem explanando sobre a necessidade de construção de uma nova maneira de conceituar memórias institucionais desde o início, como pode ser visualizada a partir da Quadro 1.

Quadro 1: O Espectro das Memórias Organizacionais

Memória Organizacional Estática	Memória Organizacional Dinâmica
Localizada em departamentos individuais	Processos de memória integrados em toda a organização
Sumativa – avaliação ao final do projeto	Formativa – uma conversa iterativa
Focada no serviço público	Compartilhada entre híbridos de atores
Assume forma material: arquivos físicos ou digitais	Centrada nas pessoas: armazenada como "memória viva" por meio de perspectivas recentes, agência individual e histórias compartilhadas

Fonte: Corbett; Grube; Lovell; Scott (2018, tradução nossa).

Sob esses aspectos, uma vez apresentados os benefícios oriundos do estabelecimento das memórias organizacionais dinâmicas, em que há o compartilhamento de informações pelos múltiplos atores, emerge uma memória viva a partir de histórias compartilhadas. Tomando como base os diversos elementos que compõem a memória organizacional estática, necessária e não excludente ao estabelecimento das memó-



rias dinâmicas, ratificamos as organizações como locais de memórias considerando que,

> Os locais – enquanto espaços de memória – representam para o sujeito social uma memória que extrapola a experiência pessoal numa construção de significação sociocultural, uma vez que é possível compreender os espaços de memória através desta dicotomia entre o fixo (o lugar) e o transitório (o espaço), o determinado (o lugar) e o construído (o espaço) (Certeau, 2014, *apud* Silva; Rosas; Loureiro, 2018, p. 2).

Nessa perspectiva, partimos do entendimento de que "[...] nenhum ator ou organização individual são capazes de reter toda a memória de um processo do qual foi apenas uma parte" (Corbett; Grube; Lovell; Scott, 2018, p. 2, tradução nossa). Assim, as organizações atuam como "[...] lugares onde a memória se cristaliza e se refugia" (Nora, 1984, p. XVII; Nora, 1993, p. 7). Vimos essas organizações como elementos infocomunicacionais memorialísticos propícios ao desenvolvimento dos estudos da Ciência da Informação, porque se apresentam como um ambiente que permite a troca, a distribuição e a comunicação das informações que culminarão na produção de conhecimentos pelos diversos sujeitos informacionais que as compõem.

À GUISA DE CONCLUSÕES

Dada a amplitude das temáticas abordadas no estudo, este trabalho não possui a pretensão de esgotar as discussões por elas fomentadas. Contudo, a partir das informações advindas das pesquisas realizadas, torna-se tangível a detecção da importância pela qual a memória deve ser enxergada quando da inserção e estabelecimento de abordagens relativas à diversidade e à inclusão no campo organizacional.

Tendo em vista o diálogo estabelecido entre as culturas organizacional e informacional e seus desenvolvimentos a partir das múltiplas experiências, informações e conhecimentos advindos dos diversos atores que as compõem, tais elementos configuram-se como fluxos pelos quais podem ocorrer o surgimento das memórias individuais e das memórias coletivas. Ambas, quando valorizadas e compartilhadas no âm-

bito corporativo, emergem não apenas em memórias organizacionais estáticas, pois, a partir das vivências internas, culminam em memórias organizacionais vivas e dinâmicas.

No que diz respeito à temática equidade, observamos a forte influência que o nível estratégico pode proporcionar ao implementar um conteúdo capaz de agregar ações relacionadas com a inclusão e a diversidade em seus planos e planejamentos. A fusão destes, ao estabelecimento da memória e da cultura organizacional, culminará num ambiente propício ao estabelecimento da conscientização e disposição interna para a abordagem das questões vinculadas à equidade, desenvolvendo, desse modo, a mentalidade equitativa no âmbito das organizações.

Essas ações ratificam o potencial de troca, distribuição, comunicação das informações e produção de conhecimento presentes no ambiente corporativo, corroborando a melhoria da distribuição de oportunidades internas com a construção de uma cultura equitativa e socialmente justa e com a manutenção do seu caráter infocomunicacional e memorialístico.

Concluímos que a memória, em suas dimensões individual e coletiva, desempenha papel fundamental na consolidação de uma cultura organizacional equitativa, cuja construção depende do reconhecimento e da gestão ativa das memórias, que servem como base para a transformação de ambientes corporativos em espaços mais justos, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. *Tipos de pesquisa*. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade – Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP, São Paulo, 1997.



AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Report of the task force on equity, diversity, and inclusion*. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: https://www.ala.org/aboutala/offices/ala-task-force-equity-diversity-and-inclusion. Acesso em: 12 nov. 2024.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Cultura, identidade e cultura material: a visão arqueológica. In: CAVIGNAC, J. *Memória, vivência*, n. 28, p. 265-275, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *ODS 18: Igualdade étnico-racial*. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos – (PNDH-3)*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

CORBETT, Jack; GRUBE, Dennis C.; LOVELL, Heather; SCOTT, Rodney. Singular memory or institutional memories? Towards a dynamic approach. *Governance*, v. 31, p. 555-573, Jul. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/gove.12340. Acesso em: 9 jan. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração geral e pública: provas e concursos*. 5. ed. São Paulo: Manole, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.

LÉVINAS, Michäel. Mon père pensait une esthétique de l'extraordinaire. *Magazine Littéraire*, n. 419, p. 48-51, 2003.



LINDE, Charlotte. *Working the past:* narrative and institutional memory. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MENESES, Ulpiano B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. [S.l.], 1998. p. 89-103. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 19 dez. 2024.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire – I: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XV-XLII.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ONU BRASIL. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 10 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 10 out. 2024.

POLLITT, Christopher. Bureaucracies remember, post-bureaucratic organizations forget? *Public Administration*, v. 87, n. 2, p. 198-218, 2009.

RODRIGUES, Tiegüe Vieira. *A categoria alteridade:* uma análise da obra Totalidade e Infinito, de Emmanuel Lévinas. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann; Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Tahis Virginia Gomes da; ROSAS, Maria Nilza Barbosa; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Lugares e espaços da cidade: artefatos infor-comunicacionais memorialísticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018. Londrina. *Anais* [...]. Disponível em: http://www.unesp.br/Template_Comunicação_Oral_XVIII_ENANCIB. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. *Equity &iInclusion:* glossary of terms. Vancouver, BC: UBC, 2023. Disponível em: https://equity.ubc.ca/resources/equity-inclusion-glossary-of-terms/. Acesso em: 12 nov. 2024.

VALENTIM, Marta L. P. (org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: https://books.scielo.org/id/xxxxx. Acesso em: 7 jan. 2025.



A IMPORTÂNCIA DA ICONOGRAFIA PARA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA MEMÓRIA TÉCNICA DA BIBLIOTECA DO IBICT

Ana Carolina Simionato Arakaki
Universidade Federal de Brasília (UnB)
ana.arakaki@unb.br

Paloma Rayana França da Silva
Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (Ibict)
palomasilva@ibict.br

Joyce Gomes Barbosa
Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (Ibict)
joycebarbosa@ibict.br

Clara Braz de Almeida
Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (Ibict)
claraalmeida@ibict.br

Resumo: *A partir de estudos iconográficos no acervo da Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy, foi observado a necessidade de organizar e divulgar as fotografias alocadas na coleção da memória técnica institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o* ***objetivo*** *é demonstrar a importância da iconografia como fonte de memória institucional e propor uma metodologia prática e padronizada para que essas fotografias deixem de estar apenas armazenadas e passem a compor uma coleção especial organizada, preservada e acessível.* ***Objetivos específicos****: Estudar a importância da iconografia para o desenvolvimento de coleções fotográficas; mapear o quantitativo e o estado das fotografias; elencar os cuidados necessários físicos e digitais; criar um método de catalogação e indexação das imagens.* ***Metodologia****: o estudo proposto se caracteriza por ser um estudo de caso que aborda o estudo das imagens da Biblioteca do Ibict, dessa forma, passa ser uma pesquisa quanti-qualitativa com o caráter descritivo e exploratório. Considerações finais: Dessa forma, a partir dos estudos empregados na coleção de fotografias e imagens da memória técnica do Ibict, viu-se a necessidade da criação de um manual de catalogação e indexação para a coleção fotográfica na qual foi estudada.*

Palavras-Chave: *Iconografia. Fotografias. Memória técnica-Institucional. IBICT. Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy*.

INTRODUÇÃO

No século XIX, a fotografia surgiu como uma tecnologia inovadora, diferenciando-se dos métodos tradicionais de registro da informação. Embora inicialmente considerada um recurso secundário entre os diversos meios disponíveis na época, com seu avanço e popularização conquistou espaço significativo em bibliotecas e arquivos. A própria evolução histórica das imagens e a ampliação de seus usos revelam sua importância como recurso de memória, informação e comunicação (Simionato, 2012).

A história da fotografia é marcada pela diversidade de suportes para imagens sensíveis à luz, que vão desde materiais inusitados, como a casca de ovo, até os mais tradicionais, como papel, metal, vidro e plástico. Esses suportes são fundamentais para compreender a constituição da fotografia, composta por elementos essenciais e substâncias de cobertura, sendo os principais o suporte e a substância formadora da imagem (Valverde, 2004).

O papel foi um dos primeiros suportes utilizados, inicialmente preparado de forma artesanal e, mais tarde, produzido industrialmente com aprimoramentos técnicos para atender profissionais e amadores. Já os metais tiveram papel essencial em processos pioneiros como o daguerreótipo (chapas de cobre com prata) e o ferrótipo (ferro revestido com colódio). O vidro também desempenhou papel relevante na produção de negativos e positivos, mas sua instabilidade química levou à substituição por bases plásticas no século XX, trazendo leveza e flexibilidade e favorecendo a popularização da fotografia amadora. No entanto, a conservação dos plásticos continua sendo um desafio.

A prata, amplamente utilizada desde o surgimento da fotografia, permanece fundamental por sua versatilidade e capacidade de formar imagens com diferentes tonalidades e densidades. Outros metais, como platina e paládio, destacam-se pela durabilidade, enquanto sais de ferro e pigmentos ganharam espaço em processos artísticos, como a cianotipia e a goma bicromatada. Desde a década de 1930, os corantes se tornaram centrais na fotografia colorida e, mais recentemente, nas impressões digitais (FUNARTE, 2014). Tais elementos são de grande



importância para as práticas de salvaguarda e preservação das imagens fotográficas ao longo do tempo.

As imagens possuem a capacidade singular de capturar, transmitir e preservar momentos, emoções e contextos de maneira imediata. Ao olhar uma fotografia, somos transportados a um momento passado, revivendo detalhes que a palavra escrita não conseguiria expressar com a mesma intensidade. No âmbito institucional, essas imagens integram narrativas que constroem a trajetória e a memória social das organizações. Elas permitem o acesso a pessoas vinculadas, a eventos relevantes e a registros que elucidam o cotidiano em diferentes épocas, em conjunto com outros documentos iconográficos e manuscritos que asseguram a importância histórica dos fatos ocorridos (Simionato, 2012).

Os materiais iconográficos, portanto, não são apenas registros visuais, mas testemunhos vivos da evolução da profissão, das práticas bibliotecárias e de momentos significativos da instituição ao longo do tempo. Cada imagem conta uma história: decisões tomadas, mudanças ocorridas, transformações nos espaços físicos e o rosto de profissionais que se dedicaram à disseminação da informação e ao avanço institucional. Cada fotografia é uma peça fundamental na construção da memória institucional e na compreensão da trajetória do instituto. Como já apontado em estudos sobre representação imagética, a organização e descrição adequadas das imagens garantem não apenas o acesso, mas também a possibilidade de reuso em diferentes contextos (Simionato, 2012).

Com o aumento do uso desses materiais, as organizações responsáveis pela preservação de acervos intensificaram seus esforços para pensar em formas de tratamento e organização de documentos fotográficos. A organização adequada e a preservação são essenciais para garantir tanto a localização dos materiais quanto a recuperação precisa das informações neles contidas. Entretanto, a preservação desses acervos representa um desafio, pois métodos tradicionais de armazenamento e tratamento não se mostram suficientes para a salvaguarda das fotografias (Simionato, 2012).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo destacar a importância do tratamento técnico das fotografias e negativos

da Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy, propondo a criação de um método de catalogação e indexação e de um padrão de organização física para esse acervo imagético, de modo a assegurar sua preservação e acessibilidade no contexto da memória institucional.

METODOLOGIA

A pesquisa proposta caracteriza-se como um estudo de caso, voltado para a análise das fotografias e negativos pertencentes à Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy, a Biblioteca do Ibict. O objetivo central é desenvolver um método de catalogação e indexação para essas imagens, possibilitando sua inserção no catálogo da Biblioteca Digital - INFOBIB como uma coleção especial.

O estudo de caso, segundo Godoy (1995, p. 25), é um "tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular". Assim, a pesquisa busca compreender de maneira minuciosa o universo iconográfico em questão, adotando instrumentos e procedimentos que permitam tanto a descrição quanto a organização do acervo.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho é quanti-qualitativo e descritivo. A vertente quantitativa se revela no levantamento do número de fotografias e negativos existentes na coleção, enquanto a qualitativa se manifesta na análise do estado atual das obras e nas descrições elaboradas para cada item. O caráter descritivo sustenta-se na apresentação da situação do acervo, ao passo que a dimensão exploratória busca maior proximidade e aprofundamento com a temática da iconografia no ambiente institucional, constituindo-se como um eixo central para o tratamento das imagens.

Para o embasamento teórico, foram exploradas temáticas que discutem a importância da salvaguarda da informação imagética e os fundamentos relacionados à iconografia no contexto institucional. Essas referências orientaram a elaboração da proposta de organização física e de conteúdo. Nesse processo, realizaram-se visitas técnicas a instituições que mantêm coleções fotográficas, com o objetivo de com-



preender práticas de gestão e preservação. A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) foi uma das instituições visitadas, cuja Biblioteca Central guarda o acervo fotográfico de eventos institucionais. Outras experiências de referência também foram observadas, como a da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), onde o acervo fotográfico igualmente se encontra sob a responsabilidade da biblioteca.

No tratamento das imagens estudadas, elaborou-se uma tabela de controle contendo campos como ano da imagem, pessoas presentes na fotografia e uma breve descrição do conteúdo. Esse procedimento possibilitou tanto a sistematização inicial das informações quanto a estruturação de dados consistentes para a futura catalogação.

Assim, este estudo visa propor a criação de uma forma padronizada de catalogação e indexação para o acervo fotográfico da biblioteca, assegurando o gerenciamento adequado da informação e favorecendo o acesso às fotografias e negativos como parte da memória institucional.

A ICONOGRAFIA PARA A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A iconografia, como abordagem e fonte para a pesquisa histórica, desempenha papel significativo na ampliação das possibilidades de análise e compreensão do passado. Conforme aponta Cardoso (2010, p. 9), “A iconografia penetrou nas obras de história primeiro na forma de ilustração – às vezes abundantes, pertinentes, bem escolhidas e dotadas de legendas adequadas”. No entanto, o autor sublinha que o interesse contemporâneo transcende o uso meramente ilustrativo, voltando-se para o emprego sistêmico da iconografia tanto como fonte para a história quanto como objeto de estudo histórico em si. Essa mudança de perspectiva reflete uma evolução metodológica que busca integrar o visual como dimensão fundamental da historicidade (Simionato, 2012).

Em áreas como a história antiga, onde as fontes escritas são escassas, o uso da iconografia como documento possui longa tradição. Todavia, como observa Cardoso (2010, p. 11), “no passado (mesmo recente), tal recurso se caracteriza muitas vezes por métodos simplistas e inadequados”. A interpretação de imagens exige rigor analítico, consi-

derando contexto de produção, significado simbólico e intencionalidade do autor ou da coletividade responsável. Isso evidencia a necessidade de desenvolver metodologias mais sofisticadas, que reconheçam as imagens não apenas como complemento dos textos, mas como documentos autônomos, ricos em informação (Simionato, 2012).

Silva (1992, p. 118) reforça que, no âmbito do saber histórico, "não se pretende localizar alguma força messiânica em tais fontes nem colocar o textual sob suspeição". Ao contrário, trata-se de ampliar o universo documental e analítico do historiador, reconhecendo a relevância das imagens sem comprometer o rigor metodológico. Essa abordagem evita preconceitos ao integrar dimensões visuais e textuais, promovendo uma compreensão mais abrangente e multifacetada do passado.

O desenvolvimento das formas imagéticas de representação – pinturas, desenhos, gravuras, fotografias e cinema – acompanha a dinamicidade das sociedades na construção de realidades visuais. Como assinala Miani (1986, p. 138), "com o desenvolvimento das formas imagéticas de representação e construção da realidade [...] admitimos que a mediação do conhecimento histórico se realiza de maneira importante por meio da compreensão das imagens e seus processos de produção". Essa compreensão envolve estudo das técnicas, materiais e contextos sociais que moldam a produção, permitindo análise que vai além do conteúdo aparente e alcança estruturas simbólicas e culturais subjacentes (Simionato, 2012).

Isto é, o uso da iconografia na pesquisa histórica transcende o valor ilustrativo e estético, afirmando-se como fonte essencial para a compreensão do passado e para a construção de perspectivas historiográficas inclusivas e diversificadas. Nesse contexto, a memória iconográfica abrange fotografias que narram a história social e cultural ao longo das décadas (Kossoy, 2001), ressaltando a importância da organização, preservação e salvaguarda desses registros como meios de compreensão da evolução social e cultural (Simionato, 2012).

Nas instituições de memória, como bibliotecas, arquivos e museus, essas questões se materializam na organização de acervos fotográficos que documentam transformações culturais. As fotografias são preservadas como registros informacionais cujo "objetivo [é] resgatar a his-



tória de um determinado acontecimento, de um povo [...] sendo, um importante instrumento de pesquisa que retrata o passado para ser mostrado no presente" (Silva; Duarte, 2016, p. 148).

Rodrigues (2011, p. 35) lembra que a Ciência da Informação estuda a informação em seus aspectos teóricos e práticos, o que inclui a organização, armazenamento e recuperação. Sendo a fotografia um documento informativo e histórico, sua organização requer os conceitos de organicidade e unicidade (Belloto, 2002; Duarte, 2005). A organicidade, segundo Herrera (1991, p. 115), decorre de acumulação natural e reflete funções e atividades da entidade produtora, enquanto a unicidade implica compreender o arquivo em sua totalidade.

Silva e Duarte (2016, p. 149) enfatizam que "não é a forma, o suporte, o tipo, nem o conteúdo informativo que singulariza o documento, mas, sim, a sua origem [...], o modo como ele foi produzido, em consequência e no percurso da atividade da entidade produtora". No caso das fotografias institucionais, é imprescindível considerar o processo de criação e acumulação das coleções ao longo dos anos.

Por esse motivo, as fotografias devem ser tratadas como arquivos permanentes, dado seu vínculo com pessoas, fatos históricos e atividades institucionais, sendo reconhecidas como documentos de valor informativo, histórico e cultural (Silva e Duarte, 2016; Simionato, 2012). Por consequência, as fotos têm valor informativo e permanente,

> Anteriormente a fotografia era reconhecida como produção artística e de cunho jornalístico e, portanto, informativo. Após evolução das técnicas fotográficas e, aliado aos avanços tecnológicos da informação e comunicação, passa a ser fonte de pesquisa e, consequentemente, meio de transmissão de conhecimento (Silva; Duarte, 2016, p. 153).

De uma produção inicialmente artística e jornalística, a fotografia evoluiu para se consolidar como fonte de pesquisa e meio de transmissão do conhecimento, reforçando seu papel como instrumento de memória e informação social. Assim, além de resguardar memórias institucionais, as fotografias configuram-se como fontes informacionais estratégicas, fornecendo subsídios para pesquisas nas áreas de história, sociologia, cultura e antropologia. Daí decorre a necessidade de trata-

mentos técnicos e metodológicos específicos, distintos dos aplicados a outros documentos, para assegurar tanto a preservação quanto a disseminação desse patrimônio.

A CATALOGAÇÃO E A INDEXAÇÃO DE IMAGENS EM SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A coleção de imagens da Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy caracteriza-se por uma ampla variedade de registros fotográficos de relevância histórica para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). No entanto, até o presente momento, esse material não foi submetido a um processamento técnico adequado que envolvesse catalogação detalhada, descrição padronizada e preservação preventiva. Em vez disso, as imagens encontram-se agrupadas de forma aleatória, sem separação ou organização sistemática, o que compromete sua acessibilidade e preservação em longo prazo. Esse cenário evidencia a ausência de políticas de representação e tratamento informacional específicas para a coleção, aspecto já identificado como problemático em estudos sobre imagens no campo da Ciência da Informação (Simionato, 2012).

O acervo não tratado de filmes, negativos e slides contém uma rica variedade de imagens, incluindo registros institucionais, como eventos, atividades e marcos importantes da história do Ibict, além de fotografias de cunho particular, que documentam momentos pessoais e informais. Essa diversidade amplia o valor documental da coleção, mas, ao mesmo tempo, acentua a necessidade de critérios técnicos que permitam distinguir contextos de produção e usos das imagens, assegurando tanto a preservação quanto a recuperação qualificada da informação (Simionato, 2012).

Atualmente, as fotografias estão alocadas junto a outros documentos no que já foi denominado, em certo período, de “memória técnica” do acervo. Essa classificação, porém, não implicou em tratamento arquivístico ou biblioteconômico especializado dos itens. A ausência de procedimentos básicos, como a separação por papéis alcalinos ou acondicionamento em materiais de proteção, aumenta os riscos de deterioração física das fotografias, fragilizando sua integridade material e



informacional. Estudos sobre preservação digital e imagética destacam que a falta de medidas preventivas acarreta perdas irreversíveis para a memória institucional (Simionato, 2012).

Embora algumas imagens apresentem pequenas descrições em papéis afixados diretamente aos documentos, essas informações são fragmentadas e carecem de registro formal sobre autoria e método de coleta. Não há clareza sobre quem produziu as notas ou de que maneira foram obtidas as informações. Tal lacuna compromete a autenticidade, a confiabilidade e a interpretação das imagens, reduzindo seu potencial de uso como documento histórico.

A ausência de um processo técnico de organização e descrição sistemática representa, portanto, um desafio não apenas para a conservação do patrimônio fotográfico, mas também para a produção de conhecimento científico a partir desse acervo. A falta de dados sobre a coleta de informações e autoria das descrições dificulta a atribuição precisa de proveniência e a contextualização histórica das fotografias, limitando seu valor como fonte documental (Simionato, 2012).

Apesar de sua riqueza, a coleção encontra-se em estado de conservação e organização que exige atenção urgente. A implementação de práticas adequadas de preservação, como acondicionamento apropriado, separação por suporte e suporte físico neutro, digitalização controlada, além da catalogação e indexação das imagens. É fundamental para garantir a integridade do acervo. Tais práticas asseguram não apenas a preservação física, mas também a valorização informacional e histórica da coleção, tornando-a acessível para futuras gerações de pesquisadores e para a própria memória institucional do Ibict.

Os catálogos têm sido utilizados desde a Antiguidade, desempenhando a função essencial de descrever as características dos documentos que compõem determinado acervo, de modo a facilitar sua recuperação e acesso. Esse princípio básico da organização da informação consolidou-se por meio de iniciativas de padronização da descrição dos dados, como a de Andrew Maunsell, que, em 1595, publicou o *Catalogue of English Printed Books*. Essa obra introduziu um conjunto de diretrizes para formulação de descrições bibliográficas, representando uma das primeiras normas sistematizadas de catalogação (Campello, 2006).

Com o avanço tecnológico, a catalogação evoluiu significativamente, permitindo que os usuários não apenas reconhecessem a existência dos documentos, mas também compreendessem seu valor e finalidade. Essa evolução demonstra como a tecnologia e a catalogação caminham juntas: a primeira viabiliza inovações que tornam os catálogos mais acessíveis e eficazes, enquanto a segunda garante a padronização necessária para a disseminação da informação. Esse estreitamento é fundamental para que os sistemas de recuperação da informação atendam às demandas contemporâneas de organização e acesso ao conhecimento (Simionato, 2012).

No entanto, a diversidade crescente de formatos de informação, como os textos, vídeos e imagens, trouxe desafios para a representação e a recuperação eficiente dos conteúdos. A representação da informação, que já se mostra essencial em diferentes áreas do conhecimento, depende hoje de padrões robustos de metadados e de estruturas de descrição capazes de garantir consistência e interoperabilidade. Esse cenário evidencia a importância do desenvolvimento tecnológico aliado à catalogação, especialmente quando se trata de indexar e organizar imagens em sistemas de recuperação da informação (Simionato, 2012).

A catalogação de imagens requer organização criteriosa, de modo a assegurar tanto o acesso eficiente quanto a preservação das características informacionais dos itens iconográficos. Nesse sentido, o termo "Dossiê fotográfico" é preferido ao de "Lote fotográfico", pois remete a conjuntos de documentos reunidos com base em critérios como tema, autoria ou outras características comuns.

No caso da coleção fotográfica do Ibict, atualmente armazenada em gavetas de armário, a reorganização deve ser conduzida de forma a criar coleções que mantenham relação temática, classificação e indexação do material. Essa estratégia é essencial para preservar a integridade das informações de cada item, evitando omissões que comprometam sua descrição individual (Simionato, 2012).

O tratamento e a descrição detalhada das fotografias tornam-se, assim, etapas indispensáveis. Como observa Paiva (2002, p. 19):



> Cabe a nós decodificarmos os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos identificar seus filtros e, enfim, torná-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos, de vazios e de intensidades.

A criação de dossiês deve priorizar documentos relacionados por um mesmo tema, evento, missão fotográfica ou processo técnico, como daguerreótipos, negativos ou materiais em base flexível. No caso de fotografias avulsas, como cartões postais ou imagens sem vínculo contextual, a formação de dossiês deve ser evitada quando não houver informações suficientes que permitam estabelecer relações consistentes.

A descrição de itens iconográficos constitui um procedimento técnico que envolve a identificação e o arranjo físico dos documentos, possibilitando formas de acesso e controle sobre a coleção. Para esse fim, recomenda-se que a descrição inclua informações como: título; autoria; sujeito ou objeto; local; data de produção; identificação do objeto (número de controle, código localizador etc.); material constituinte (suporte e/ou processo fotográfico); dimensões; danos materiais observados.

Essa sistematização permite não apenas preservar a integridade das imagens, mas também ampliar seu potencial de uso como fontes documentais, integrando-as a sistemas de informação que garantam recuperação eficiente e contextualização histórica.

Na descrição de itens iconográficos, a fonte principal de informação deve ser o próprio objeto, incluindo elementos que o integram de forma indissociável, como invólucros, molduras, envelopes ou suportes físicos. Esses componentes, frequentemente negligenciados, podem conter dados relevantes, como autoria, datas, locais de produção, processos técnicos ou contextos históricos e culturais, que ampliam a compreensão do item.

Por exemplo, um envelope original pode apresentar anotações manuscritas sobre o fotógrafo ou a ocasião registrada; molduras podem indicar a época de produção ou a função original da fotografia. O suporte físico também deve ser considerado como parte integrante do objeto, pois características como tipo de papel, elementos químicos e marcas

de laboratório permitem identificar o processo fotográfico e situar a imagem em seu contexto de produção.

Na ausência de informações explícitas ou elementos complementares, recomenda-se adotar estratégias de identificação indireta, como a consulta a funcionários ou ex-funcionários com conhecimento sobre a instituição, o acervo ou as circunstâncias de produção dos itens. Essas memórias institucionais podem fornecer dados sobre pessoas, locais, eventos, autoria e datação, enriquecendo o processo descritivo e suprindo lacunas documentais, o que assegura maior precisão e fidedignidade na catalogação.

Já a descrição de título, deve ser transcrito fielmente da fonte principal de informação, preservando redação, ordem e grafia originais (FEBAB, 2004). Na inexistência de título, cabe ao catalogador atribuir um enunciado sucinto e descritivo, em conformidade com os princípios do RDA (*Resource Description and Access*).

A descrição de itens iconográficos exige a inserção de metadados, a aplicação de termos de indexação e a identificação dos agentes envolvidos na produção ou difusão do documento. Para maximizar a eficiência, o processo será conduzido no *software Koha,* que utiliza o padrão MARC21 (*Machine-Readable Cataloging*), amplamente consolidado no gerenciamento de registros bibliográficos.

O Quadro 1 apresenta uma correlação entre os códigos de catalogação tradicionais, representados pelo AACR2 e seus campos equivalentes no MARC21, e os elementos descritivos previstos no RDA (*Resource Description and Access*). O Quadro 1, evidencia como cada área da descrição bibliográfica pode ser traduzida e operacionalizada no processo de catalogação de itens iconográficos, garantindo padronização, consistência e maior precisão na representação das informações.



Quadro 1: Relação entre AACR2 e campos MARC21 e RDA

Área da descrição	Elemento	Campo MARC21	Descrição RDA	Tag RDA	Fonte de informação
Título	Título principal	245 – Título principal (NR)	*Title proper*	2.3.2002	Documento e/ou envelope
Autoria / Responsabilidade	Indicações de responsabilidade de criação e/ou edição	100 – Entrada principal (Nome pessoal)	*Creator*	19.2	Documento, envelope e outras fontes de informação
		110 – Entrada principal (Entidade coletiva)	*Other person, family, or corporate body associated with a work*	19.3	
		111 – Entrada principal (Nome do evento)	–	–	
		130 – Entrada principal (Título uniforme)	–	–	
		700 – Entrada secundária (Nome pessoal)	–	–	
		710 – Entrada secundária (Entidade coletiva)	–	–	
		711 – Entrada secundária (Nome do evento)	–	–	
Publicação, distribuição	Lugar de publicação, nome do editor, local e data de impressão	260 – Publicação, distribuição etc.	*Place of publication Publisher's name Date of publication*	2.8.2002 2.8.2004 2.8.2006	Documento, envelope e outras fontes de informação
Descrição física	Quantidade, cromia, dimensões	300 – Descrição física (R)	*Extent*	3.4	Documento, envelope e outras fontes de informação

Continua na página seguinte >>

Notas	Informações complementares relevantes	500 – Nota geral (R)504 – Nota de bibliografia (R)505 – Nota de conteúdo (R)520 – Nota de resumo (R)590 – Notas locais (R)	*Note on title*	2.17.2	Documento, envelope e outras fontes de informação

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na área de título, o campo 245 do MARC21 corresponde ao elemento Title proper do RDA (2.3.2002), exigindo transcrição fiel da redação e grafia originais. A autoria, registrada em diferentes campos do MARC21 conforme o tipo de agente, encontra no RDA o elemento *Creator* (19.2) e categorias associadas (19.3), ampliando o escopo de responsabilidades descritas. Na publicação e distribuição, o campo 260 reúne local, editor e data, enquanto no RDA esses elementos são tratados separadamente (*Place of publication, Publisher's name, Date of publication*), conferindo maior precisão. A descrição física, no campo 300, corresponde ao elemento *Extent* (3.4), que detalha quantidade, cromia e dimensões. Já a área de notas, registrada nos campos 500, 504, 505, 520 e 590, relaciona-se ao elemento *Note on title* (2.17.2) e a outros pontos de acesso no RDA, refletindo sua flexibilidade.

O processo de indexação de um acervo iconográfico proveniente de uma coleção armazenada apenas em pastas, sem contexto histórico ou identificação prévia das imagens, constitui sempre um desafio. Para aprimorar o tratamento da coleção da biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), realizou-se uma visita técnica à Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Na ocasião, os bibliotecários responsáveis compartilharam suas experiências no processo de classificação e indexação de coleções fotográficas. A primeira medida recomendada foi o aprimoramento do acondicionamento das imagens. Diante das intempéries do tempo, que afetam os suportes em papel fotográfico, o uso de envelopes de papel alcalino, de gramatura 120, foi indicado como solução mais adequada, uma vez que oferece proteção e reduz os efeitos da oxidação que comprometem a informação imagética.



Quanto à classificação do acervo, a orientação é adotar uma ordenação numérica crescente a partir da aquisição do material, garantindo controle sistemático e organização do conjunto. Paralelamente, também é possível organizar coleções temáticas baseadas em contextos específicos, como eventos dos quais a biblioteca participou. No caso do Ibict, essa estratégia permitiria reunir fotografias de reuniões institucionais e identificar personalidades relevantes, como diretores e pesquisadores. A criação de coleções contextuais amplia as possibilidades de recuperação da informação e favorece o acesso.

A indexação, por sua vez, constitui um processo técnico estruturado em duas etapas: análise conceitual e tradução, conforme define Lancaster (2004). A análise conceitual consiste em identificar o assunto tratado no documento, enquanto a tradução converte esses conceitos em termos de indexação. Inspirados em práticas já consolidadas em outras bibliotecas, elaborou-se um manual preliminar para orientar a indexação das imagens da Biblioteca Lydia de Queiroz Sambaquy.

Tal como observado por Ferreira e Sales (2018), a criação de metadados para imagens requer a utilização de um vocabulário controlado. Embora a indexação deva contemplar princípios de colaboração e abertura, a adoção de vocabulários estruturados é essencial para garantir padronização. Assim, sugere-se a aplicação do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, que, em uma análise preliminar, mostrou-se adequado para representar o conteúdo das imagens, majoritariamente relacionadas a eventos e pessoas da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quadro 2: Metadados para a indexação das imagens em ambiente digital

Metadado	Descrição
Identificador	Número único de identificação do item, atribuído no processo de classificação.
Tipo de material	Indicação do suporte ou formato (ex.: fotografia, microfilme, negativo, slide).
Título	Enunciado representativo do conteúdo da imagem, preferencialmente transcrito da fonte principal de informação.
Local	Lugar de produção ou onde a imagem foi capturada.
Editor	Responsável pela edição ou publicação, quando aplicável.
Ano	Data ou ano de produção/captura da imagem.
Descrição física	Características materiais: dimensões, tipo de papel fotográfico, cromia, escala etc.
Série	Nome da coleção, álbum ou conjunto do qual a imagem faz parte.
Notas	Informações complementares ou contextuais relevantes para a compreensão da imagem.
Assuntos	Termos padronizados extraídos de vocabulário controlado (ex.: tesauro, lista de cabeçalhos).
Título secundário	Campo opcional para termos em linguagem natural que auxiliem a recuperação do item.
Download	Disponibilização da imagem em diferentes formatos digitais para acesso e preservação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A indexação de conteúdo imagéticos, passa pelo crivo da análise de conteúdo e a partir deste a tradução do conteúdo da imagem em metadados descritivos. É importante também ao se pensar em representações descritivas de conteúdos iconográficos, sistemas gerenciadores que possam reconhecer atributos e relacionamentos caracterizados pelos metadados e pelas ontologias, conforme Simionato (2012). Assim a representação de informações imagéticas deve ser feita a partir de padrões de representação de domínio do profissional da informação para que assim os metadados a serem representados estejam de acordo com as necessidades dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a iconografia e a importância da fotografia para as instituições evidenciam a necessidade de valorizar esses acervos como parte integrante do patrimônio documental e histórico. A legi-



timidade da imagem se consolida não apenas como objeto de estudo, mas também como instrumento de pesquisa e salvaguarda da memória institucional. Nesse sentido, a fotografia deixa de exercer um papel secundário ou meramente decorativo e passa a ocupar posição equivalente ao documento escrito, como ressaltam Schlichta (2004 apud Carvalho, 2022) e Kossoy (1980 apud Ramalho, 2022). As imagens fotográficas, enquanto registros visuais, oferecem extratos informacionais do passado e carregam consigo múltiplas dimensões de análise política, social e cultural.

No caso do acervo fotográfico da biblioteca do Ibict, a análise demonstrou a necessidade de estruturar um modelo próprio de catalogação e indexação. Para isso, foi adotado o RDA (*Resource Description and Access*) como padrão descritivo, por já estar consolidado na biblioteca para outros recursos e por sua abrangência em relação a documentos digitais. A indexação, por sua vez, foi orientada por modelos de representação descritiva baseados na análise de conteúdo, permitindo que o padrão de metadados facilite tanto a busca e recuperação quanto o estabelecimento de relacionamentos entre atributos.

Em termos de preservação física, destacou-se a importância do acondicionamento em envelopes de papel alcalino e do armazenamento em pastas suspensas, assegurando condições de temperatura e manuseio adequadas para minimizar danos. Do ponto de vista da organização intelectual, a estruturação de séries e coleções contextuais, como eventos, reuniões e participação institucional, contribui para ampliar a inteligibilidade do acervo e facilitar a recuperação da informação.

Além disso, recomenda-se a ampliação do acervo por meio da sensibilização de funcionários e ex-funcionários, incentivando a doação de fotografias produzidas ao longo dos anos de atuação do instituto. Esse movimento colaborativo fortalece a memória institucional e permite suprir lacunas de contextualização histórica, já que ex-diretores, pesquisadores e colaboradores podem fornecer informações essenciais para identificar pessoas, eventos e circunstâncias documentadas nas imagens.

Assim, a integração entre práticas de preservação física, descrição bibliográfica padronizada e colaboração institucional fortalece

a catalogação iconográfica como prática estratégica para a valorização e difusão da memória documental do Ibict. Ao adotar padrões internacionais, como RDA e metadados específicos, garante-se não apenas a preservação, mas também a acessibilidade e o reconhecimento da fotografia como fonte indispensável para a pesquisa e compreensão histórica.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CAMPELLO, B. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CARDOSO, C. F. S. Iconografia e história. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9–18, 2010. DOI: https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645451. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645451. Acesso em: 3 jan. 2025.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

DUARTE, Z.; FARIAS, L. O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: Instituto de Ciência da Informação/UFBA, 2005.

FERREIRA, L.; SALES, L. F. Indexação colaborativa de acervo de imagens em acesso aberto: a experiência do IBGE. *Cadernos BAD*, Lisboa, v. 1, p. 1-17, 2018.

FUNARTE. *Cadernos técnicos: 6*. Rio de Janeiro: Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte (CCPF), 2014. Disponível em: https://www.gov.br/funarte/pt-br/areas-artisticas/artes-integradas-1/centro-de-conservacao-e-preservacao-fotografica-da-funarte-ccpf/cadernos-tecnicos/cadernos_tecnicos_6_montado1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2024.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

KOSSOY, B. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MIANI, R. A. Charge editorial: iconografia e pesquisa em história. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jul./dez. 2014.

PAIVA, E. F. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RAMALHO, C. M. B. *A Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA): diretrizes para uma política de recuperação, preservação e salvaguarda da memória institucional*. 2022. 151 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18179. Acesso em: 13 jan. 2025.

RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/bxHqRptRFCB8k9vNFJmnhnG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, M. A. da. A construção do saber histórico: historiadores e imagens. *Revista de História*, São Paulo, n. 125-126, p. 117-134, 1992.

SILVA, S. M. F. da; DUARTE, Z. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 1-18, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/20935. Acesso em: 3 jan. 2025.

SIMIONATO, A. C. *Representação, acesso, uso e reuso da imagem digital*. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2012

VALVERDE, M. F. *Photographic negatives: nature and evolution of processes*. Rochester: The Mellon Advanced Residency Program in Photographic Conservation, 2004.

VIRUEZ, G. V.; FERREZ, H. Tratamento técnico bibliográfico: catalogação, classificação e indexação de fotos. Rio de Janeiro: Funarte, 1985. Trabalho apresentado no Seminário sobre Preservação e Conservação de Fotografias, mar. 1985.

BIBLIOMETRIA E JORNAL CAMPUS: UMA ANÁLISE SOBRE TEMAS E CONTEXTOS AO LONGO DAS DÉCADAS

Monica R. Peres
Universidade de Brasília (UnB)
monicaperes@unb.br, https://orcid.org/0000-0002-5268-7065

Marcelo Souza de Jesus
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
marcelo.jesus1977@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-8336-3581

Marcia Marques
Universidade de Brasília (UnB)
professoramarcia@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-6409-9885

Elizabeth Araújo
Universidade de Brasília (UnB)
betharaujo2025@gmail.com, https://orcid.org/0009-0009-3049-6784

***Resumo**: Este artigo analisa o acervo editorial do jornal-laboratório Campus, vinculado ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, cuja edição número zero foi publicada em agosto de 1970. A investigação utiliza técnicas de bibliometria aplicadas às edições digitalizadas do periódico, em projeto realizado com estudantes de graduação, resultando na construção de uma base de dados estruturada e padronizada no contexto do processo de ensino e aprendizagem. O estudo busca identificar padrões temáticos recorrentes, mapeando as principais pautas abordadas ao longo do tempo e relacionando-as aos contextos sociais e políticos de cada período. Além disso, estabelece conexões entre professores orientadores da disciplina laboratorial e os temas trabalhados no jornal. A metodologia contempla o tratamento computacional dos textos, a extração de palavras-chave, a análise de frequência e a visualização de redes temáticas por meio de ferramentas bibliométricas. Os resultados incluem a elaboração de um panorama histórico das temáticas centrais, a identificação de tendências editoriais e a produção de grafos e mapas conceituais que revelam a dinâmica e os focos comunicacionais da publicação. A pesquisa valoriza a memória institucional e evidencia o potencial da bibliometria como ferramenta de análise crítica de veículos de comunicação acadêmicos, inserindo-se no campo da gestão da informação e do conhecimento.*

***Palavras-Chave:** Bibliometria; Jornal Campus; Análise Temática; Evolução Editorial; Mapeamento Histórico.*



INTRODUÇÃO – Inventário como fonte de estudos

Esse artigo é um primeiro resultado de análises dos dados encontrados no inventário do repositório do Campus, o jornal-laboratório digitalizado em projetos de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Comunicação (FAC), que integrou a primeira coleção de acervos digitais oferecidos pela Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). Por conta da mudança da plataforma – de Omeka para Tainacan[1] – dos acervos digitais da BCE, este material, atualmente, não está acessível ao público.

A criação desta coleção só foi possível por conta de ações pontuais – como atividades na disciplina de Comunicação, Informação e Computação (CIC) do Curso de Jornalismo da FAC; em projeto de pesquisa e extensão financiado pela FAP-DF, a agência de fomento à pesquisa do Governo do Distrito Federal e em estágios disciplinares com bolsa ou voluntários da Faculdade de Ciência da Informação, também da UnB. As ações foram estruturadas colaborativamente em torno das necessidades e projetos desenvolvidos no Laboratório Transdisciplinar de Pesquisa em Gestão da Memória na Comunicação (CeDoc-FAC). Cabe lembrar sobre a criação do CeDoc:

> Criado com os recursos do ReUni (Programa do Governo Federal iniciado em 2003 que objetivou a ampliação do acesso e a permanência na educação superior), faz a preservação dos trabalhos e projetos desenvolvidos pelos alunos da Faculdade de Comunicação. Seu espaço é usado no desenvolvimento das atividades práticas da disciplina de Comunicação, Informação e Computação – CIC, em parceria com a Biblioteca Central da Universidade de Brasília. (Peres; Almeida, 2024)

Como dito anteriormente, o trabalho aqui apresentado é fruto deste retorno à coleção para fazer uma categorização pormenorizada do acervo. Observamos tanto o estado material da coleção – como a qualidade físico/digital do material, qualidade dos metadados criados

1. Omeka e Tainacan são plataformas de código aberto, voltadas para a criação de exposições digitais e organização de acervos, amplamente utilizada por instituições culturais e acadêmicas. Sendo o Tainacan criado por pesquisador da UnB.

no primeiro processo de digitalização, materiais que precisam ser digitalizados novamente, edições não encontradas – quanto de um levantamento curioso sobre o que nos mostram os assuntos destacados em cada década de jornal impresso, produzido pelo departamento (hoje curso) de Jornalismo para fins de aprendizado, desde o ano de 1970 e ainda em circulação em 2025.

As edições que só encontramos em formato impresso foram identificadas, selecionadas e enviadas para o acervo da BCE, que nos possibilitou a digitalização desse material no scanner para grandes formatos – há muitas edições no formato Standard – disponíveis no setor de Gerenciamento da Informação (GID) da Biblioteca. Quando houve a mudança de plataforma e novas conferências foram realizadas, percebemos que algumas das digitalizações não estavam de acordo com as normas estabelecidas pelo GID, gerando retrabalho. As edições 00 e 01, ambas de 1970, foram encontradas em um rolo de microfilme e levadas para digitalização.

Com base em todas as informações possíveis, cadastradas nos metadados da plataforma, que seguem padrão Dublin Core, decidimos, para este artigo, realizar uma análise bibliométrica utilizando as Leis de Zipf (frequência de palavras) e identificar os principais assuntos tratados nas décadas de publicações das edições do jornal Campus. Para melhor compreensão dos achados, apresentamos, a seguir, um histórico sobre a publicação.

Campus, uma redação de jornal como projeto pedagógico

Mais antigo jornal laboratório impresso do país ainda em circulação, o Campus completa 55 anos em novembro de 2025 mantendo as características pedagógicas que nortearam sua criação na Universidade de Brasília, como veículo não institucional feito a partir de um conjunto de técnicas específicas para um público também específico, com base em pesquisas sistemáticas em todos os âmbitos, o que inclui a experimentação constante de novas formas de linguagem, conteúdo e apresentação gráfica (Lopes, 1989; Marques e Jorge, 2008). O número zero, publicado em 1970 com chamada principal de capa para a entrevista com a atriz Glauce Rocha, foi lançado com um mini editorial, em forma de anúncio:



> O primeiro número do Campus saiu. Sabemos que vai ser a maior pixação. Pelo menos, esperamos. A indiferença é a pior coisa que pode acontecer. Se a universidade é o confronto das idéias, nosso jornal deve ser assim também. Chega de papo: pixe este anúncio. (Campus, edição Zero, de novembro de 1970)

Criada por Pompeu de Souza em 1962, a convite do reitor Darcy Ribeiro, a Faculdade de Comunicação de Massas (como primeiro foi nomeada a Faculdade de Comunicação) já havia sido reduzida a um departamento da Faculdade de Educação[2] da UnB, em 1970, quando os professores Luiz Gonzaga Motta, Salomão Amorim e Manoel Villela Magalhães apresentaram uma proposta pioneira para o ensino de Jornalismo no Brasil: reunir as diversas disciplinas sobre práticas jornalísticas – como apuração, entrevista, reportagem, fotojornalismo, diagramação – numa estrutura de redação (Marques e Jorge, 2008). Este bloco foi transformado numa disciplina em que os estudantes se dedicavam de segunda a sexta à produção do Campus, nome escolhido para o jornal. A legislação que tornaria obrigatória a disciplina laboratorial entraria em vigor em 1979.

Um jornal é fruto de práticas profissionais coletivas para produzir, coletar e dar forma ao conteúdo noticioso e informativo. Este fazer coletivo e colaborativo tem um ethos profissional relacionado com simplificar e organizar o mundo complexo para o leitor. Ao defender que o jornalismo trata da história do presente, Rioux (1999) ressalta que a missão cotidiana desta profissão é o mergulho na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos para criar sentido de partes deste turbilhão e atentar o leitor/ouvinte para aspectos factuais da vida em sociedade. Resultado de pesquisas funcionalistas, a teoria do Agendamento (TRAQUINA, 1993) abarca este processo de selecionar o que a sociedade deve saber, por meio dos produtos jornalísticos. Marques e Jorge (2008), ao abordarem a prática de negociação da pauta à edição final no espaço didático do laboratório de Jornalismo ressaltam, a partir de Souza (2000) e Schudson (1999) as características da notícia:

2. Voltou a ter status de Faculdade em 1989, a partir de proposta encaminhada pelos professores do departamento e aprovada pelo Conselho da Universidade de Brasília.

a) resultado das pessoas, das intenções e interações dos autores e dos atores envolvidos no acontecimento;

b) fruto das dinâmicas e dos constrangimentos sociais (extraorganizacionais) e dos meios em que foram construídas e fabricadas;

c) originadas por conjuntos de ideias que moldam os processos sociais, dão referentes comuns e coesão a grupos, mesmo quando os interesses não são conscientes ou assumidos;

d) produto do sistema cultural que condiciona as perspectivas e/ou a significação que se tem do mundo.

O Campus, do ponto de vista organizacional, segue as rotinas e as estruturas hierárquicas de qualquer redação profissional no que diz respeito ao processo de coleta, seleção e publicação do jornal. Mas não perde a perspectiva de que também é sala de aula, como esclarece Lopes (1989) na tese em que estudou jornais-laboratório brasileiros:

> O jornal-laboratório constitui o instrumento básico de um curso de Jornalismo, no sentido de integrar os estudantes na problemática da futura profissão. A sua finalidade é a de permitir um treinamento adequado na própria escola, de modo que os alunos tenham oportunidade de colocar em execução, ainda que experimentalmente, o acervo de conhecimentos teóricos adquiridos nas diversas disciplinas de natureza técnico-profissionalizante. (LOPES, 1989, p.51)

Neste livro em que aborda o ensino e a prática do Jornalismo em jornais-laboratórios brasileiros, entre eles o *Campus*, Lopes divide o jornal produzido pelos estudantes de Comunicação da Universidade de Brasília em dois intervalos de tempo: o primeiro, de 1970 a 1981, em que ressalta a irregularidade da produção e a falta de editorias; e o segundo, a partir de 1982, para atender reivindicação dos alunos, que não tinham mais espaço para fazer estágio em órgãos de imprensa, proibido por força de lei. No artigo sobre a prática pedagógica no jornal-laboratório Marques e Jorge (2008) acrescentam um novo marco de tempo, a mudança de currículo orientada pelo professor Clodomir Ferreira em um processo coletivo com docentes e discentes em 2003, que tomou

por base textos de Paulo Freire e de Edgar Morin. No Jornalismo, criou-se o laboratório de produção de notícias online, orientando-se para a prática mais próxima das mudanças que a internet, principalmente, vinha provocando nas redações. Houve uma nova mudança no funcionamento do Campus, a partir de 2016, com implantação de novo currículo em que o laboratório de impresso passa a ser feito na disciplina Jornal Campus, categorizada como obrigatória seletiva – em que discentes escolhem em que meio ou veículo pretendem aprofundar o aprendizado prático do jornalismo, o impresso é uma delas. A mudança incluiu a criação da disciplina Campus Multiplataforma para substituir a disciplina Campus 1, de produção de jornal digital. Este processo ocorreu para atender a determinação do MEC de que a formação em Jornalismo deve ser oferecida por curso, e não pode ser classificada como habilitação profissional.

Período	O que ocasionou a mudança	Algumas características
1970 – 1981	criação do Campus por professores, pioneirismo pedagógico	irregularidade da produção e a falta de editorias
1982 – 2003	lei obriga a criação de jornal-laboratório em cursos de Jornalismo, currículo e disciplina ajustados	Atinge tiragens de 4 mil exemplares. Ganhou prêmios Ayrton Senna, em 1999; o Líbero Badaró, em 2001, e o Prêmio Engenho, em 2005.
2004 – 2015	mudança de currículo a partir de projeto coletivo	Surge a disciplina Campus Online, depois de nascer como editoria na redação do Campus impresso
2016 vigente	mudança definida pelo MEC, Jornalismo deixa de ser habilitação vira curso	Campus Online se transforma em Campus Multiplataforma e o impresso passa a ter turmas menores, menor tiragem

O processo de acervamento e seu propósito

Criar o repositório Campus só foi possível por termos encontrado as edições impressas depositadas em estantes deslizantes no CeDoc, fruto de uma cadeia de processos de acervamento, desde que a disciplina Campus foi criada em 1970. As edições impressas, como prática em jornais, eram guardadas em pastas na redação– onde havia um arquivo de aço para isto – e enviadas para acervo na Biblioteca Central. No final dos anos 1980, houve uma tentativa de criação de um centro de documentação aos moldes dos que se encontravam nos jornais da época.



O material do Campus começa a ser organizado para estudos a partir dos anos 2000, quando alunos foram incentivados a observar o conhecimento contido na coleção armazenada em condições impróprias, o que resultou em Trabalhos de Conclusão de Curso, um deles transformado em livro e publicado pela Editora UnB. A partir da construção do espaço físico do CeDoc, com recursos do Reuni, foi possível reunir todo o conhecimento produzido pela FAC e que estava guardado por iniciativas individuais ou de pequenos grupos, não como norma para a gestão do conhecimento e da memória. Com a criação da disciplina CIC, em 2015, e o aporte de recursos para bolsas para estudantes e pesquisadores, via FAP-DF e editais internos da UnB, foi possível desenvolver este projeto de digitalização, com organização dos metadados, que conformou a primeira coleção digital da Biblioteca Central, totalmente em acesso aberto à comunidade.

Para a realização da análise bibliométrica, foi necessário exportar os dados da base OMEKA para CSV e, assim, em formato de planilha escolher os metadados a serem analisados e realizar a "limpeza" para, só depois, podermos extrair as informações que vieram a compor esse trabalho. Atividade só possível com a colaboração de discentes da disciplina CIC.

> ... as bases iniciais para o desenvolvimento de qualquer pesquisa em todas as áreas do conhecimento, estão apoiadas nas informações construídas através da representação dos dados, pois, o que o cientista faz, é justamente a coleta e uso dos dados transformando-os em informação e gerando conhecimento sobre as mais variadas áreas do conhecimento científico. (Assumpção; Lopez; Peres, 2011)

Ao identificar as ocorrências das palavras, a bibliometria possibilita melhorar a indexação dos assuntos. A partir desta técnica estatística é possível identificar a relevância dos temas.

> Os estudos que utilizam a frequência de ocorrência de palavras, como ferramenta de representação temática da informação, têm evoluído para tentativas de desenvolvimento de algoritmos, visando contribuir para automatização, em parte ou no todo, da indexação temática da informação. (Guedes; Borschiver, 2005)



Poder detectar os assuntos tratados neste jornal laboratório, identificado como o mais antigo em circulação, possibilita não só perceber os assuntos tratados, mas oferecer novas formas e temas a serem revisitados em novas pesquisas.

> O primeiro público que se pretende atender, ao tornar acessível o conhecimento produzido na Faculdade de Comunicação, é o constituído pela própria rede da instituição – estudantes, professores e servidores. Como a faculdade é mantida com recursos públicos, cada vez mais escassos, também temos como objetivo tornar este conhecimento de fácil acesso a toda a sociedade, que, ao fim e ao cabo, é quem nos sustenta. (Peres; Marques, 2017)

Conforme os autores Peres; Assumpção e Jesus (2023), o crescimento global de repositórios digitais de acesso aberto é evidente. Os dados do OpenDOAR mostram que a implementação desses repositórios aumentou significativamente entre setembro de 2019 e setembro de 2022, impulsionada pela demanda por informações científicas durante a pandemia. Essa democratização do conhecimento é o principal resultado da expansão das bibliotecas digitais. Graças a essa mudança, os usuários agora têm acesso mais rápido e fácil a artigos, teses e outros materiais, que antes poderiam ser restritos ou de difícil acesso. A gestão desses sistemas e plataformas nas instituições ressalta a importância dos profissionais da Ciência da Informação e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar com a Comunicação e a Computação.

METODOLOGIA – os dados e as pesquisas qualitativas

A análise de dados em pesquisas qualitativas consiste na sistematização das informações, formando o banco a ser estudado e interpretado. No presente trabalho, a investigação baseou-se em edições do jornal-laboratório Campus, organizadas em blocos temporais por décadas, entre 1970 e 2020, o que permitiu uma análise comparativa das transformações editoriais ao longo do tempo.

De acordo com Bardin (2011), o primeiro polo cronológico da análise de conteúdo corresponde à pré-análise, ou fase de organização do material. Essa etapa tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais e

preparar o corpus da pesquisa. Para isso, o pesquisador realiza a leitura flutuante, seleciona os documentos relevantes, define hipóteses e objetivos e estabelece critérios de categorização e regras de codificação, assegurando a coerência metodológica do processo.

Avaliação dos dados

Para esta pesquisa, foram analisadas edições do jornal-laboratório Campus, publicadas entre 1970 e 2020. As edições foram organizadas em blocos temporais por décadas, o que possibilitou uma análise comparativa sistemática ao longo do tempo. Essa estratégia metodológica favoreceu a identificação de continuidades, rupturas e tendências editoriais em diferentes contextos históricos, permitindo a construção de um panorama evolutivo do periódico. Para uma análise completa dos quatro intervalos de tempo encontrados em pesquisas anteriores, será necessário fazer os ajustes necessário na do acervo, conforme necessidades apontadas neste inventário.

A distribuição das edições avaliadas foi a seguinte:

- Anos 1970: 28 exemplares
- Anos 1980: 102 exemplares
- Anos 1990: 54 exemplares
- Anos 2000 a 2010: 26 exemplares
- Anos 2011 a 2020: 75 exemplares

No total, foram consideradas 285 edições do jornal.

Após a montagem da base de dados em planilha de Excel, realizou-se uma leitura inicial do material com o objetivo de verificar a escrita, a organização e o conteúdo. Na sequência, procedeu-se ao tratamento lexical dos dados com apoio do *software* ***Sublime***,[3] que permitiu a remoção de termos com apenas uma ocorrência no *corpus*. Esse procedimento teve como finalidade reduzir ruídos analíticos e tornar as representações mais consistentes, possibilitando a elaboração de nuvens de palavras visivelmente mais limpas e representativas. Dessa forma, destacaram-se os termos de maior recorrência e relevância em cada período analisado, favorecendo a identificação de padrões e tendências editoriais.

3. Editor de texto e código-fonte leve e multiplataforma, amplamente utilizado por desenvolvedores para programação em diversas linguagens. Destaca-se pela interface minimalista, alta performance e recursos como edição simultânea, autocompletar inteligente e suporte a extensões via Package Control.

Para a etapa de visualização, utilizou-se a plataforma digital WordArt[4] (https://wordart.com/), que possibilitou a criação de nuvens de palavras dinâmicas e esteticamente organizadas. Esse recurso permitiu representar graficamente a frequência dos termos, evidenciando os assuntos mais recorrentes em cada período analisado. A adoção desse método de visualização auxiliou na identificação de padrões, continuidades e rupturas temáticas, bem como na construção de inferências fundamentadas no referencial teórico.

RESULTADOS

A análise das nuvens de palavras elaboradas a partir do acervo do jornal Campus evidencia a evolução temática da publicação e a capacidade de refletir os diferentes contextos históricos vividos pela Universidade de Brasília e pela sociedade brasileira. Ao longo das décadas, observa-se a predominância de eixos que se reconfiguram conforme o período, assim podemos avaliar década a década depois uma comparação de resultados.

A nuvem de palavras representada na Figura 1 refere-se à década de 1970 e permite observar os temas de maior destaque no jornal laboratório *Campus* nesse período.



Figura 1- Nuvem década de 1970

4. é uma funcionalidade presente em softwares da suíte Microsoft Office, como o Word e o PowerPoint, que permite criar textos estilizados com efeitos gráficos, como sombras, contornos e distorções. É frequentemente utilizada para destacar títulos ou elementos visuais em documentos e apresentações.

Os termos centrais da primeira década de existência do jornal, em que a censura é a tônica nas redações profissionais, são **"Comunicação"**, **"Política"**, **"Cultura"**, **"Educação"**, **"Sociedade"** e **"Esporte"**, indicando que a produção editorial se voltou para temas mais amplos da vida social, acadêmica e política.

- Podemos destacar três eixos principais:
- **Comunicação e Política** – "Comunicação" e "Política" aparecem como os núcleos dominantes, sugerindo que o jornal passou a enfatizar o debate público, a crítica política e a reflexão sobre os meios de comunicação. Isso dialoga com o contexto histórico da ditadura militar, em que a comunicação universitária se constituía como espaço de resistência e circulação de ideias alternativas.
- **Educação, Cultura e Universidade** – A presença de termos como *Educação, Cultura, Universitário, Universitária, UnB, Literatura, Arte* e *Biblioteca* reforça o papel da universidade como polo de produção de conhecimento e de preservação cultural, conectando a vida acadêmica com debates sociais mais amplos.
- **Sociedade e Questões Públicas** – Palavras como *Sociedade, Saúde, Meio Ambiente, Economia, Trabalho, Urbanismo, Direitos, Greves, Justiça* apontam para uma preocupação crescente com problemas sociais e coletivos, ampliando o escopo do jornal para além da vida cultural e artística, abrangendo dimensões estruturais da realidade brasileira.

Enquanto na primeira nuvem, da década de 1970, destaca-se **a efervescência cultural e artística com ênfase no audiovisual**, o jornal da década de 1980 evidencia uma **virada para a comunicação e a política como eixos centrais**, associando-os à educação, à cultura e às questões sociais. Isso mostra que o jornal *Campus* acompanhava as transformações do período, atuando tanto como veículo cultural quanto como espaço crítico de reflexão sobre a sociedade brasileira. A nuvem de palavras representada na Figura 2 tem uma configuração distinta da anterior, sugere um recorte, provavelmente no início dos anos 1980, em que os temas centrais se deslocam para "Política", "UnB", "Brasília", "Cultura" e "Internacional".



Figura 2- Nuvem década de 1980

A figura 2 indica uma ampliação do horizonte do jornal Campus, com maior ênfase no debate político-institucional e nas relações da universidade com a sociedade e o cenário internacional. Este é o período das manifestações pelas eleições diretas para a presidência da República, a eleição e morte de Tancredo Neves, a elaboração de uma nova carta constitucional para o país. Tudo se reflete nesta espécie de curadoria feita pelos jovens aspirantes a jornalistas e distribuída pelas páginas das edições.

Nesta década podemos destacar três dimensões principais:

- **Predomínio da Política** – A centralidade da palavra Política, acompanhada de termos como Política Pública, Eleição, Democracia, Nova República, Debate e Opinião, sugere que o jornal acompanhava as transformações políticas do país, discutindo a redemocratização e os movimentos sociais que marcaram o período final da ditadura militar.
- **UnB, Brasília e Identidade Universitária** – A recorrência de UnB e Brasília evidencia o papel do jornal como expressão da identidade acadêmica e regional, reafirmando a universidade como espaço de reflexão crítica sobre os rumos da capital e do país. Além disso, termos como Comunidade, Educação, Pesquisa, Ciência e Esporte reforçam a dimensão universitária.

- **Cultura e Internacionalização** – A presença de Cultura, Internacional, Economia, Sociedade, Comunicação e Tecnologia mostra um alargamento temático, com o jornal transitando entre debates culturais, questões globais e desafios científicos e tecnológicos, em sintonia com a conjuntura mundial de abertura política, avanço da informática e intercâmbio acadêmico.

Assim, essa nuvem revela que, da ênfase cultural e artística da primeira década (anos 70), o jornal passou à crítica social na segunda: o Campus passou a se posicionar, neste recorte, como espaço de análise política e institucional, refletindo a transição democrática brasileira e a busca pela inserção da UnB e sua comunidade em debates nacionais e internacionais.

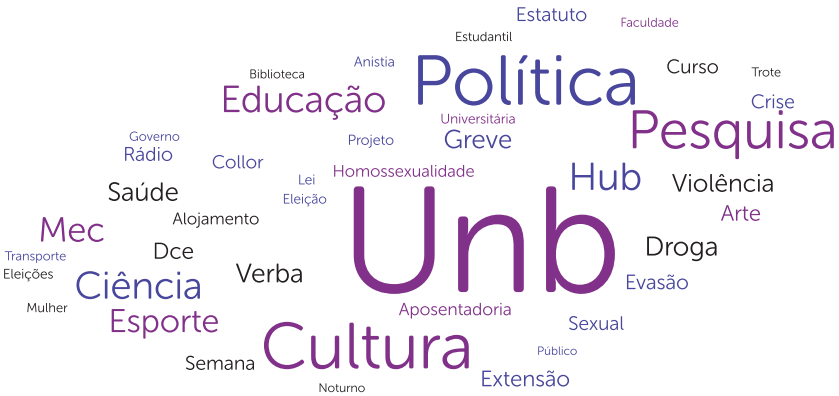


Figura 3- Nuvem década de 1990

A terceira nuvem de palavras, representada pela Figura 3, mostra um novo momento do Campus, no qual a UnB aparece como eixo central absoluto, acompanhada de termos como Política, Cultura, Pesquisa, Educação, Ciência e Esporte. A força da universidade como referência simbólica indica que o jornal se consolidava como espaço de expressão da comunidade acadêmica e estudantil. Neste período a comunidade universitária retoma o direito de escolha de reitores e outras representações. A universidade brasileira passa a ter o respaldo da Constituição de 1988 e a reunir como ente único ensino, pesquisa e extensão. Também são tempos turbulentos na política, com a eleição e posterior impeachment de Fernando Collor de Mello.

Três pontos principais podem ser destacados:

- **Centralidade da UnB e da vida universitária** – A palavra UnB domina a nuvem, seguida de Política, Cultura e Pesquisa, o que evidencia a ênfase nas pautas ligadas ao cotidiano universitário, às lutas estudantis e às disputas institucionais. Termos como DCE, Estatuto, Extensão, Alojamento, Semana Universitária e Curso reforçam a preocupação com a organização da vida acadêmica.
- **Política e mobilização socia**l – A presença de Política, Greve, Anistia, Eleição, Collor, Lei, Governo reflete o contexto da redemocratização e das mobilizações dos anos 1980 e início dos 1990, período em que estudantes e universidades tiveram papel central nos debates políticos nacionais. A articulação entre política estudantil e política nacional mostra-se forte.
- **Questões sociais e emergentes** – Palavras como Violência, Sexual, Homossexualidade, Droga, Mulher, Crise e Evasão indicam a entrada de novos temas na agenda do jornal, revelando a preocupação com questões sociais contemporâneas e com debates de direitos, marcados por transformações culturais e pela ampliação do espaço de vozes antes silenciadas.

Em comparação às análises anteriores, a nuvem (transição final dos anos 1970 e início dos 1980) mostravam a ascensão da comunicação e da política como eixos centrais, conectados à crítica social e à democratização. A nuvem dos anos 1990 revela um jornal mais institucionalizado e ancorado na identidade da UnB, refletindo a luta estudantil, a vida acadêmica e as novas pautas sociais que emergiram com a redemocratização.

A figura 4, traz uma nuvem que corresponde ao período entre 2000 e 2010, revela uma consolidação da UnB como eixo central e referência discursiva no jornal Campus. Este é o período de dois governos Lula, de implantação do Reúne, pelo governo federal, e da política de cotas raciais na UnB. No segundo mandato há um aumento de vagas nas universidades federais brasileiras.





Figura 4- Nuvem década de 2000 a 2010

Nesta Figura 4 a palavra UnB aparece de forma predominante, acompanhada de Política e Cultura, sugerindo que, nesse período, o foco editorial esteve voltado para a própria universidade enquanto instituição e para sua relação com o cenário político e cultural do país.

Três dimensões principais podem ser destacadas:

- **Centralidade da Universidade** – A ênfase na UnB mostra como o jornal reafirmava seu papel como veículo institucional e identitário, funcionando como espaço de reflexão sobre a própria vida acadêmica, sua gestão, seus conflitos e suas contribuições para a sociedade.
- **Política e Sociedade** – A forte presença de Política e de termos como Sociedade, Educação, Segurança e Saúde aponta para a continuidade do engajamento crítico com os debates nacionais, mas agora de maneira mais institucionalizada, conectando a universidade aos desafios sociais e às políticas públicas do período.
- **Cultura e Diversificação Temática** – A palavra Cultura segue em evidência, acompanhada de Arte, Literatura, Jornalismo e Esporte, mostrando que o jornal manteve sua vocação cultural, ainda que em diálogo com pautas mais amplas e estruturais.

Em comparação às décadas anteriores, a nuvem referente a 2000–2010 indica uma fase de consolidação da identidade da UnB no centro do discurso, marcada por uma articulação entre política, vida acadêmica e produção cultural. Enquanto nos anos 1970 predominava a efervescência artística e nos anos 1980-1990 emergiam a crítica social e a redemocratização, no início do século XXI o jornal se configurava como um espaço de afirmação institucional e integração entre universidade, política e sociedade.

A quinta figura, referente ao período de 2011 a 2020, evidencia um cenário no qual Cultura e Política se consolidam como os eixos centrais do jornal Campus, seguidos por UnB, Saúde e Educação.



Figura 5- Nuvem década de 2011 a 2020

Esse arranjo demonstra um equilíbrio entre a dimensão cultural, que historicamente marca a identidade do periódico, e a dimensão política, que acompanha os contextos de crise e polarização vividos no Brasil durante a década.

Podemos destacar três aspectos principais:

- Protagonismo da Cultura – A palavra Cultura aparece em maior destaque, sinalizando que o jornal continuou a valorizar as ex-

pressões artísticas e culturais, reafirmando a UnB como espaço de produção simbólica e de diálogo com a sociedade. Essa centralidade pode ser lida como uma continuidade da vocação cultural das décadas anteriores, mas agora inserida em um contexto de disputas políticas mais intensas.

- Política e Conjuntura Nacional – O peso da palavra Política reflete a forte presença de temas relacionados à crise política, aos direitos sociais e à polarização que marcaram os anos 2010, incluindo debates sobre democracia, economia, direitos humanos e movimentos sociais. A associação entre universidade e política torna-se ainda mais evidente.
- Diversificação de Temas Sociais – Além de Cultura e Política, surgem com destaque UnB, Saúde, Educação, Esporte, Direitos Humanos e Economia, indicando uma ampliação da cobertura do jornal para questões sociais contemporâneas, como saúde pública (marcada pela pandemia ao final da década), inclusão, cidadania e debates urbanos (Cidades, Brasília).

Assim, entre 2011 e 2020, o jornal Campus manteve a tradição cultural, mas passou a enfatizar de forma mais incisiva os debates políticos e sociais, em sintonia com a conjuntura de crises institucionais e de disputas democráticas do Brasil. Esse período caracteriza-se por um jornal mais plural e crítico, no qual a cultura segue como eixo estruturante, mas fortemente entrelaçada com a política e os grandes desafios sociais.

A análise das nuvens de palavras demonstra que o jornal Campus acompanhou e refletiu as transformações políticas, sociais e culturais do Brasil, ao mesmo tempo em que reafirmou o papel da Universidade de Brasília como espaço de produção de conhecimento e de crítica social. A diversidade temática observada ao longo das décadas revela não apenas a pluralidade de interesses da comunidade acadêmica, mas também a forma como a universidade se posicionou diante dos desafios de cada período histórico, desde a repressão e resistência dos anos 1970 até a intensificação dos debates políticos e sociais no século XXI.

De forma geral, os resultados confirmam que o jornal se consolidou como um veículo de memória institucional e também social; mostra-se



espaço de formação crítica, no qual a cultura, a política, a educação e a ciência assumem diferentes centralidades em função dos contextos vividos. Ao evidenciar essa trajetória, o estudo reforça a importância do jornal-laboratório como instrumento de diálogo, democratização da informação e construção de identidades coletivas, oferecendo subsídios para compreender a UnB não apenas como instituição acadêmica, mas também como agente ativo na história social e política brasileira.

CONCLUSÃO

A análise das edições do jornal-laboratório Campus entre 1970 e 2020 evidenciou que a publicação acompanhou, de forma dinâmica, as transformações históricas, políticas e culturais da Universidade de Brasília e do país. As nuvens de palavras elaboradas a partir do corpus permitiram identificar diferentes centralidades temáticas ao longo das décadas: a efervescência cultural e artística nos anos 1970; a ascensão da comunicação e da crítica política durante a redemocratização nos anos 1980 e 1990; a consolidação da UnB como eixo identitário e institucional nos anos 2000; e, mais recentemente, a intensificação dos debates culturais e políticos entre 2011 e 2020, em sintonia com os desafios sociais contemporâneos.

Os resultados confirmam o papel do Campus como espaço de memória e expressão da comunidade acadêmica, articulando cultura, ciência, política e sociedade em diferentes contextos. Além de sua relevância histórica, o estudo demonstra como a imprensa universitária pode funcionar como instrumento de formação crítica, registro institucional e diálogo com a realidade nacional. Assim, a trajetória analisada revela não apenas o percurso editorial do jornal, mas também a importância da UnB como agente ativo nos debates sociais, culturais e políticos brasileiros, reforçando o valor de estudos futuros que ampliem a compreensão sobre o impacto da comunicação universitária.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o empenho de todos os discentes que contribuíram para a criação do repositório do jornal CAMPUS, ora realizando as digi-

talizações das edições e ora realizando o cadastro de metadados na plataforma. Essa construção só foi possível com a disciplina de CIC, como os projetos de extensão, com estágios obrigatórios e com voluntariado!

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, L. C. F. ; LOPEZ, André Porto Ancona ; PERES, M. R. . A Informação, a Ciência, o Cientista e o Conhecimento. In: **X CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação**, 2011, Salvador. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 2011. Disponível em: <http://www.cinform2011.ici.ufba.br/modulos/submissao/Upload/37292.pdf>

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Campus. Brasília, Novembro, 1970

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro nacional de ciência da informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005. Disponível em: <https://cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>

LOPES, Dirceu Fernandes. **Jornal Laboratório, do exercício escolar ao compromisso com o leitor**. São Paulo. Editora Summus, 1989.

MARQUES, Márcia; JORGE, Thais de Mendonça. A arte de negociar a notícia.: A experiência do jornal-laboratório Campus da UnB. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 3, p. 110-135, 2008.

PERES, M. R.; ALMEIDA, A. E. . Infometria e bibliometria aplicados aos repositórios geridos pelo CEDOC-FAC. In: Cynthia Roncaglio; Elmira Simeão; Aurora Cuevas; María de Jesús Colmenero. (Org.). **Memória, preservação digital e humanidades digitais.** 1. ed. Brasília: EcoS, 2024, v. , p. 323-339. Disponível em: <https://ecos.unb.br/memoria-preservacao-digital-e-humanidades-digitais/>

PERES, M. R.; MARQUES, M. ; . A Gestão dos Acervos da Faculdade de Comunicação da UnB. In: **VI Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade**, 2017, Aracaju. Anais Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC. Aracaju: UNIT, 2017. v. 8. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/8620>

PERES, M. R.; ASSUMPCAO, L. C. F. ; JESUS, M. S. . Construindo biblioteca digital em acesso aberto: ofertar uma igualdade possível. In: PABLO PARRA VALERO; FABIANA DA SILVA FRANÇA; MARÍA JESÚS COLMENERO RUIZ; SONIA SÁNCHEZ



CUADRADO. (Org.). **Memoria, gestión y políticas de información.** 1ed.Madrid: EDITORIAL DYKINSON; EDITORIAL SINDÉRESIS, 2023, v. , p. 341-358.

RIOUX, J-P. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

SHUDSON, M. **The Power of News**. Cambridge/ Londres: Harvard University Press, 1999

SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Portugal. Editora Minerva-Coimbra, 2000.

TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias, estórias. Lisboa, Portugal: Vega, 1993.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

O TRAJE DE CENA NA COLEÇÃO HUGO RODAS: PRESERVAÇÃO, PESQUISA E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Marijara Souza Queiroz
Universidade de Brasília
marijara@unb.br, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4713-536X.

Resumo: *Apresentamos resultados do processo de musealização da coleção de trajes de cena do diretor de teatro, ator, figurinista, cenógrafo, coreógrafo e Professor Emérito da Faculdade de Teatro da Universidade de Brasília (UnB), Hugo Renato Giusto Rodas (1939 – 2022), Hugo Rodas. O projeto foi desenvolvido no Laboratório de Museografia e Exposições Curriculares da Faculdade de Ciência da Informação da UnB, em 2024, com vistas a preservação, documentação, pesquisa e comunicação museológica dos trajes, especialmente por meio da exposição museológica. Os procedimentos adotados priorizaram a preservação do acervo com foco na identificação, classificação e acondicionamento. Tais processos, atravessados pela pesquisa, subsidiaram a exposição "O traje de cena na Coleção Hugo Rodas", de 21 a 29 de novembro de 2024, no Espaço de Memória da UnB. A exposição apresentou 21 figurinos que rememoraram montagens de espetáculos como "Arlequim, servidor de dois patrões", sátira de Carlo Goldoni; "Olho da fechadura", sátira de Nelson Rodrigues; e, "Ensaio geral", adaptado de vários textos literários. Resultou na identificação e registro de 101 itens da coleção, na divulgação por meio da exposição, das ações educativas e do seminário realizados durante a mostra, com foco no tema da exposição. Importa ressaltar que as ações foram viabilizadas pelo Edital nº 9/2024 do Programa de Extensão Espaço da Memória (MemoUnB) e Inserção Curricular da Extensão, do Decanato de Extensão da UnB, o que institucionaliza a coleção musealizada como bem cultural artístico e patrimônio da UnB, de Brasília e do Distrito Federal, Brasil.*

Palavras-Chave: *Preservação; Pesquisa; Comunicação museológica; Traje de cena; Hugo Rodas.*

Resumen: *Presentamos los resultados del proceso de musealización de la colección de vestuario de Hugo Renato Giusto Rodas (1939-2022), director teatral, actor, diseñador de vestuario, escenógrafo, coreógrafo y profesor emérito de la Facultad de Teatro de la Universidad de Brasilia (UnB). El proyecto se desarrolló en el Laboratorio de Museografía y Exposiciones Curriculares de la Facultad de Ciencias de la Información de la UnB en 2024, con el objetivo de preservar, documentar, investigar y difundir el vestuario, especialmente a*

través de exposiciones museísticas. Los procedimientos adoptados priorizaron la preservación de la colección, con énfasis en la identificación, clasificación y almacenamiento. Estos procesos, junto con la investigación, dieron soporte a la exposición "Diseño de Vestuario en la Colección Hugo Rodas", del 21 al 29 de noviembre de 2024, en el Espacio de Memoria de la UnB. La exposición presentó 21 trajes que evocan obras como "Arlequín, Sirviente de Dos Patrones", una sátira de Carlo Goldoni; "El Ojo de la Cerradura", una sátira de Nelson Rodrigues; y "Ensayo General", una adaptación de diversos textos literarios. La exposición permitió la identificación y el registro de 101 piezas de la colección, así como su difusión a través de la exposición, actividades educativas y un seminario organizado durante la misma, centrado en el tema de la exposición. Cabe destacar que estas actividades fueron posibles gracias a la Convocatoria n.º 9/2024 del Programa de Extensión Espacio de Memoria (MemoUnB) y al Programa de Inserción Curricular de Extensión, de la Rectoría de Extensión de la UnB, que institucionaliza la colección del museo como patrimonio artístico y cultural de la UnB, Brasilia y el Distrito Federal, Brasil.

Palabras clave: *Preservación; Investigación; Comunicación del Museo; Vestuario Escénico; Hugo Rodas.*

COLEÇÃO HUGO RODAS

Este artigo apresenta análise sobre o processo de musealização de parte do acervo da Faculdade de Teatro da Universidade de Brasília (UnB) reunida pelo Professor Emérito, Hugo Renato Giusto Rodas (1939 – 2022), Hugo Rodas, diretor de teatro, ator, figurinista, cenógrafo, coreógrafo, que reuniu relevante coleção de figurinos de teatro e documentos de espetáculos, dentre outros itens, entre 1980 e 2022. Rodas nasceu em Juan Lacaze, Uruguai, em 27 de maio de 1939 e faleceu em Brasília, Brasil, em 13 de abril de 2022. Multiartista intensamente conectado às pessoas, ao teatro e às questões sociais e políticas mundiais, se fixou em Brasília em 1975, onde viveu e atuou ativamente até sua morte, estabelecendo as bases do teatro no Distrito Federal. No total, a Coleção Hugo Rodas é formada por, aproximadamente, 10 metros lineares de documentos contendo, além de figurinos, folders, fotografias, CDs, livros, agendas, cartazes de peças, projetos de figurinos e cenário, diários de bordo do artista, dentre outros objetos que marcam a memória do teatro brasiliense nos últimos 30 anos.

De acordo com o Obituário do Correio Brasiliense (MACIEL, N., 13-04-2022), Rodas "foi um dos mais conceituados diretores da sua geração, conhecido pela irreverência, versatilidade e criatividade norteadoras da pluralidade de linguagens que caracteriza a sua obra". Segundo Rafael Villas Boas (UnB TV, 27/04/2022: 1), "Hugo Rodas foi um pivô constituinte da formação desta engrenagem no teatro produzido no Distrito Federal, que circulou pelo Brasil em circuitos profissionais e do teatro universitário" com concentração na UnB. Destaca ainda a tradição teatral que se forma "quando as relações de complementariedade do sistema teatral amadurecem e adquirem um grau de expressão particular em diálogo" constante com tendências externas".

Os processos museológicos sobre a Coleção Hugo Rodas iniciaram em 2024, a partir do apoio institucional viabilizado pelo Edital nº 9/2024 do Programa de Extensão Espaço da Memória (Memo UnB) e Inserção Curricular da Extensão, do Decanato de Extensão da UnB para ocupação do Espaço de Memória da UnB, no SG10, através do qual foi possível realizar a exposição "O traje de cena na coleção Hugo Rodas", aberta ao público de 21 a 29 de novembro de 2024, com visitas mediadas e atividades educativas. No âmbito da exposição foi possível realizar o "Seminário Musealização da Coleção Hugo Rodas: preservação, pesquisa e comunicação", no dia 27 de novembro de 2024, no auditório do Memo UnB, com participação de discentes e docentes dos cursos de Museologia e de Artes Cênicas da UnB, além de profissionais do teatro de Brasília, DF.

O Seminário apresentou resultados parciais do processo de musealização observados pela equipe envolvida e teve como objetivo divulgar o acervo como bem cultural de valor artístico e patrimônio universitário da UnB, além de salvaguardar a coleção que sofria risco eminente de perda por condições inadequadas de armazenamento. Desenvolvido no Laboratório de Museografia e Exposições Curriculares da Faculdade de Ciência da Informação da UnB, os procedimentos adotados priorizaram a preservação do acervo com foco na identificação, classificação e acondicionamento. As práticas laboratoriais de conservação preventiva, possibilitou a documentação, classificação e apresentação do acervo e fomentou o desenvolvimento de estudos interdisciplinares no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a partir da coleção.



A pesquisa atravessa e conduz o processo de musealização e as prática laboratoriais sobre as coleções/objetos. Atravessadas pela pesquisa, as práticas museológicas em laboratório subsidiaram a exposição "O traje de cena na coleção Hugo Rodas", (2024) que apresentou 21 figurinos que encenaram em montagens de espetáculos como "Arlequim, servidor de dois patrões (1999)", sátira de Carlo Goldoni; "Olho da fechadura (1993-94)", sátira de Nelson Rodrigues; e, "Ensaio geral (2012)", adaptado de vários textos literários. Resultou ainda, na identificação e registro de 159 itens da coleção e sua divulgação, por meio da exposição, das ações educativas e do seminário realizado concomitantemente, com foco no tema da exposição. A exposição alcançou um público aproximado de 300 visitantes internos e externos à comunidade acadêmica.

Importa ressaltar que, o fato de as ações terem sido viabilizadas pelo Edital nº 9/2024 do Decanato de Extensão da UnB, formaliza a institucionalização da coleção, enquanto a musealização a legitima como patrimônio cultural de natureza artística da UnB, de Brasília e do Distrito Federal, Brasil. Consideramos que os acervos e coleções universitárias são instrumentos que congregam ensino, pesquisa e extensão e consolidam a indissociabilidade que há entre teoria e prática museológica. É fundamental, pois, que os processos sejam compartilhados entre os meios acadêmicos e populares da sociedade, nacional e internacionalmente, com vista à preservação da memória e do patrimônio; construção e divulgação do conhecimento; e, popularização da ciência.

PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Nossa pesquisa parte da indissociabilidade entre teoria e prática museológica com contribuições de métodos e técnicas da dramaturgia e da cenografia, além de abordagem teórica voltada para estudos sobre o traje de cena e figurinos de teatro. A musealização, como procedimento técnico aplicado, consistiu na principal metodologia de desenvolvimento do projeto aqui analisado, de modo que o método adotado contempla a cadeia operatória do processo de musealização composto por seleção, identificação, diagnóstico, classificação, acondicionamento e comunicação tendo a pesquisa como elo estruturador e transversal às etapas do processo.

Musealização, para Zbyněk Z. Stránský, (“muzealizace”, em tcheco), seria “a aquisição da qualidade museal” ou “aquilo que condiciona a musealidade e a não musealidade das coisas”. (BARAÇAL, Anaildo, 2008). “Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) afirmou que o “eixo da musealização” é o “processo de transformação do objeto em documento”, o que introduz “referências de outros espaços, tempos e significados”. Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2016) aborda os processos de musealização sob uma perspectiva informacional e ressalta o seu papel como estratégia de preservação de bens a partir de diferentes estratégias e o caráter não excludente.

Maria Célia Teixeira Moura (2002), considera o processo de musealização é enriquecido na prática social uma vez que amplia o conceito de patrimônio e, consequentemente, o lastro de bens culturais a serem preservados. Ainda, incentiva a apropriação e reapropriação do patrimônio cultural; socializa a função de preservação; criar categorias de museus e diferentes técnicas museais; revisão os métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação; promove a transformação e o desenvolvimento social.

De acordo com a teoria museológica, o projeto foi desenvolvido com foco nas ações de preservação, identificação, classificação e exposição museológica. Os objetivos gerais da ação de extensão acadêmica se concentraram em: desenvolver procedimentos de conservação preventiva (aspiração, planificação, higienização, limpeza, e acondicionamento) na coleção de figurinos; aplicar as técnicas da cadeia operatória da prática museológica por meio da identificação, classificação e documentação da coleção; fomentar estudos interdisciplinares no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão; divulgar a coleção e o processo em eventos de divulgação científica; contribuir para a popularização da ciência; formar discentes para atuar junto às coleções e o patrimônio universitário; propiciar laboratórios de experimentação e convivência entre os discentes; e, reafirmar a importância do ensino superior no Brasil.

Metodologicamente, o projeto foi desenvolvido em três (3) etapas e executados concomitantemente, quais sejam: 1 – conservação preventiva do acervo Hugo Rodas; 2 – pesquisa identificação e registro da coleção de figurinos; e, 3 – comunicação museológica e divulgação



científica. Sobre a etapa 1, as atividades envolveram o cadastro do projeto no Decanato de Extensão com vistas a viabilizar a participação formal de discentes, voluntários e bolsistas. Ainda, a seleção de discentes e docentes; a realização de reuniões de planejamento e distribuição de tarefas; visitas técnicas à coleção no depósito da Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro; transferência da coleção para o LaMEC; seleção e organização do acervo; arrolamento das peças; diagnóstico de conservação preventiva do acervo.

A etapa 2, pesquisa identificação e registro, classificou a coleção a partir do diagnóstico do estado de conservação das peças priorizando as que apresentavam maior risco de deterioração por conta do armazenamento inadequado por longo período, em caixas de papelão reaproveitadas, em depósito fechado e pouco arejado. A listagem das peças por categoria de análise, com foco na realização da exposição museológica, registrou 85 itens em material têxtil, sendo a maioria trajes usados em cenas de peças teatrais, por isso identificados como "figurinos", além de 74 "assessórios" diversos que compõem figurinos. As 159 peças listadas receberam tratamento com foco na possibilidade de seleção para a exposição. A pesquisa iconográfica subsidiou a identificação de trajes em montagens de espetáculos noticiados em periódicos, eletrônicos e impressos, como também nas fotografias, cartazes e documentos do próprio acervo.

A identificação da trajetória das peças foi fundamental para a elaboração do projeto expográfico e para a subdivisão de núcleos temáticos, o que foi viabilizado na etapa 3, comunicação e divulgação científica, quando selecionamos as peças para compor a mostra. O projeto expográfico contou com croquis e layouts de circulação de visitante e posicionamento das peças, maquetes virtuais e plantas baixas. Foi necessário ainda a elaboração de projetos complementares, tais como, design gráfico, educativo e de acessibilidade. A exposição consistiu no principal objeto de desenvolvimento do projeto, a partir da qual, se deu o processo de musealização. Assim, a elaboração da exposição avançou paralelamente ao tratamento do acervo, a pesquisa e organização da informação.

A etapa 3 demandou a reestruturação da curadoria, com base nos resultados do processamento técnico do acervo e da pesquisa. Foi ne-

cessário ainda, elaborar cronograma detalhado de atividades tais como, escrita e circulação de textos, *relise* e fichas técnicas das peças; convites e contatos com parecerias; divulgação em redes sociais e mídias eletrônicas e impressas; seleção de mobiliário e suportes expográficos; produção de conteúdo digital; produção gráfica de painéis; transporte de mobiliário expográfico; transporte do acervo; montagem da exposição e inauguração com vernissage. Após a abertura da exposição, foi necessário treinar discentes para a mediação e a monitoria, durante as vistas e atividades de educação e cultura como o Seminário Musealização da Coleção Hugo Rodas: preservação, pesquisa e comunicação, que nos motivou a gerar a publicação deste artigo científico.

Os dados levantados e organizados nesse processo, entre outubro e dezembro de 2024, gerou uma série de relatórios técnicos de discentes, dossiês, registro imagéticos e a identificação de 159 itens, classificados em duas categorias distintas: figurinos e assessórios. Da mesma forma, o retorno do público visitante da exposição, seja por depoimento oral, durante a mediação, ou escrito no livro de visitantes, favoreceu a produção de relatórios que nos auxiliaram na compreensão do público e das relações estabelecidas deste com a Coleção Hugo Rodas. Interessa investigar os impactos da exposição em termos de pesquisa e profissionalização.

Para maior aproximação com a funcionalidade da coleção, de origem cênica, consideramos as técnicas de tradução da narrativa por meio da corporalidade na perspectiva do teatro. Realizamos oficinas de dramaturgia experimental baseada na técnica de Rodas. Contamos com consultoria especializada do professor Marcus Mota, coordenador do Laboratório de Dramaturgia da UnB, fundado em 1998, que foi parceiro de Rodas em diversas obras teatrais. Mota conta que a aproximação surgiu em torno de uma celebração que compartilhavam em comum: o amor pelo escritor Frederico Garcia Lorca. A inspiração de Lorca para Rodas devia-se ao fato de ambos serem músicos, dramaturgos, multiartistas, idealizadores e realizadores de um teatro ligado à universidade, onde a experimentação sensorial por meio da música integra a dramatização. (MOTA, 2022).

Segundo Mota, entre 2015 e 2018, desenvolveram, juntos, na disciplina Técnica Experimentais em Artes Cênicas (TEAC), uma metodologia

de ensino com base em exercícios de improviso, característica principal das técnicas de interpretação de Rodas. De acordo com o próprio artista, Hugo Rodas (2016: 334-335), na TEAC, "a música apareceu antes do roteiro, as canções foram criadas antes, sem nenhuma ordem precisa". E, como quando se adapta um texto, são "criadas outras partituras para unir às existentes". Rodas declarou que a música sempre esteve presente em sua vida, "no fazer, no sentir, no amor, no sonho, nos velórios, na morte, na calma, nos protestos, nos pensamentos, no teatro".

Dessa forma, podemos considerar que a música é estrutural às experiências dramáticas Hunguiana que, para além de conduzir a técnica com base no improviso, funda uma nova tradição de método de ensino em interpretação teatral. De certa forma, uma revisitação aos clássicos da dramaturgia multissensoriais que resiste a um teatro moderno centrado na palavra falada e na cena unidimensional, o que, segundo Mota é "uma réplica estética de uma abstração filosófica" que separa conteúdo registrado de conteúdo performativo. (MOTA, 2016: 2).

Durante o desenvolvimento do projeto para a exposição "O traje de cena na Coleção Hugo Rodas", a equipe participou de uma oficina dramática com base nas técnicas de improviso de Hugo Rodas para que, com a imersão, nossa compreensão alcançasse o valor subjetivo e simbólico do acervo para seu uso social da coleção musealizada e aqui analisada.

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ACERVO

Consideramos que os estudos, pesquisas e divulgação da Coleção Hugo Rodas é de grande relevância para a preservação do patrimônio cultural universitário, bem como para a memória do teatro de Brasília e do Brasil. As ações de preservação, pesquisa e comunicação aplicadas sobre a as coleções universitárias, para além desta, constituem referências para fruição da memória por meio da preservação de bens artísticos e culturais, científicos e naturais, materiais ou imateriais. A institucionalidade das práticas extensionistas que possibilitaram o processo de musealização da Coleção Hugo Rodas, tem subsídios legais desde a Resolução da Câmera de Extensão nº 2/2020, que estabeleceu o Programa Especial Rede de Instituições Museais, Acervos Museoló-

gicos e de Interesse Público da Universidade de Brasília cujo objetivo, exposto no Art. 3, dispõe sobre a

> articulação instrucional dos museus e espaços museais da UnB, através do estabelecimento de políticas de gestão de acervos em seu aspecto amplo, incluindo as políticas de aquisição e descarte de acervos, de preservação e guarda, de pesquisa e documentação e de comunicação, articulando ciência, tecnologia, arte, ensino, pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e desenvolvimento social.

O Inciso IV, do Art. 3 da mesma Resolução se compromete a "criar programas de assessoria técnica na área de Museologia, para espaços que desenvolvam ações de exposição, conservação e pesquisa na UnB". A Resolução da Câmera de Extensão nº 01/2024, estabeleceu "o Programa Estratégico do Decanato de Extensão/DEX – Rede MUSA – Rede de Museus e Acervos da UnB. Em seu Art. 2° a Rede MUSA estabelece que que é formada por um conjunto de "espaços autônomos da UnB que contém acervos museais ou passíveis de musealização ou coleções (científicas, históricas, artísticas entre outras), que poderão aderir voluntariamente à Rede". Em seu Art. 3°, "o ingresso de integrantes na Rede MUSA é realizado por meio de Edital específico lançado pelo DEX/DDC" e integrarão o Programa Estratégico do DEX.

Ou seja, uma política estratégica implementada no âmbito e a partir do interesse da instituição. A Resolução nº 01/2024 subsidiou o financiamento de projetos de pesquisa voltados especialmente para a preservação dos acervos e coleções dispersos em núcleos museológicos na Universidade, em diversas áreas do conhecimento. O Edital 09/2024 DEX/UnB, voltado para a curricularização da extensão universitária e nos acervos e coleções da UnB, financiou este e outros projetos que articularam as práticas museológicas com ensino, pesquisa e extensão. A musealização da Coleção Hugo Rodas é parte dessa política de organização e preservação do patrimônio universitário. Consideramos, pois, que a Coleção foi formalmente reconhecida em outubro de 2024, pela UnB, por meio do Decanato de Extensão do Programa Rede MUSA, a partir do resultado do Edital 09/2024.

O processo de musealização, como conjunto de métodos e técnicas aplicados sobre coleções e acervos museológicos é, por si, um



mecanismo de institucionalização, uma vez que suas práticas se fundamentam em séculos de experiências aplicadas em museus, desde a coleta à preservação e exposição de objetos em palácios, templos religiosos, museus ou galerias. Há de se lembrar que o museu, enquanto instituição, detém o poder de "sacralizar" objetos, por meio da neutralização da funcionalidade e da valoração com base em aspectos culturais, históricos ou simbólicos, que os distanciam do mundo profano. Em contraponto, a inacessibilidade parcial ou plena ao objeto museológico, seja por segurança, conservação, respeito, admiração e até medo, em alguns casos, estabelece a aura do sagrado.

Este museu, europeu e ocidental, em sua origem, se constituiu como equipamento cultural de consumo da burguesia, desde o século XVIII, com tímidas evoluções no norte global e intensas provocações, por meio de ações voltadas para a memória social de comunidades e grupos racial, étnico e economicamente menos favorecidos, no sul global, em especial, em países da América Latina. O acesso às coleções para fins de pesquisa, ensino e extensão, neste caso, amplia as possibilidades de leituras plurais sobre o mesmo objeto ou coleção, de modo a multifacetar o espelho que os museus oferecem como metáfora narcísica.

O tratamento de uma coleção musealizada requer métodos e procedimentos técnicos que antecedem a disponibilização do objeto para que o público acesse. A cadeia operatória envolve desde a pesquisa, identificação e seleção do objeto à catalogação, higienização, documentação, exposição e segurança, nos aspectos físicos, materiais e biológicos. Os objetos a serem expostos exigem tratamento prévio para garantir a segurança, estabilidade e boa visualização do objeto quando acessado pelo público, seja para fins de estudos e pesquisa como de contemplação. Portanto, faz-se uso de diversos suportes comunicacionais que assegurem integridade do objeto sem comprometer a apreciação.

Quando removida do depósito, a Coleção Hugo Rodas apresentava riscos de perdas devido ao acondicionamento inadequado, feito em caixas de papelão reaproveitadas, sem ventilação, com temperatura elevada e sobre um arcaz em madeira. Este móvel apresentava infestação de xilófagos em fase avançada e, dispunha de trajes e outros objetos de cena em seu interior, danificado pela ação de brocas e cupins. De modo geral, o material têxtil sofre bastante com a variação de tempe-

ratura e umidade do ár. A combinação de alta temperatura e umidade, favorece a exalação de gases químicos contidos nas caixas e a criação de microambiente desfavorável à estabilidade térmica do ambiente e à estabilidade física, dos objetos armazenados.

Entretanto, o risco de perda da coleção, bem como a busca por acautelamento dos danos identificados, antecede nossos estudos sobre a Coleção Hugo Rodas. De acordo com o diagnóstico do acervo elaborado pela museóloga Talita Lucena e Samantha Santos (2015), as peças apresentavam umidade e forte incidência de mofo desde sua guarda na Reserva Técnica do Departamento de Teatro, que fica localizada em subsolo da Galeria Piloto da UnB. A fragilidade das peças pode ser observada nas fibras têxteis enrijecidas, provavelmente por consequência do longo período de guarda em caixas.

De acordo com a professora Elizangela Carrijo (2015: 4) em História do teatro por meio da documentação,

> De modo direto podemos afirmar que não há em Brasília um acervo exclusivo para teatro, onde documentos e/ou informações são direcionados à sociedade em geral. No entanto, é possível encontrar esse conteúdo em acervos espalhados pelo mapa do cerrado central.

Neste cenário, a UnB representa um ponto de concentração de acervos teatrais de representatividade no DF. Para além da Coleção Hugo Rodas, destaca-se, no Campus Darcy Ribeiro da UnB, "o acervo do Projeto Tubos de Ensaios, da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA/UnB – subsolo do ICC – Ala Sul)" sob coordenação do ator e servidor Magno Geraldo Ribeiro de Assis" que reuniu "objetos, figurinos, fotos, textos, cartazes e fontes gerais" para dar testemunho da "experimentação das atividades cênicas da universidade". (CARRIJO, 2015: 4-5). Essas coleções aguardam seus processos oficiais de institucionalização como patrimônio universitário, para que possam ser usadas e apropriadas pela comunidade acadêmica e pela sociedade.

Oportunamente, a exposição "O traje de cena na coleção Hugo Rodas", estimulou o tratamento do acervo a ser apresentado ao público, uma vez que necessitou passar por procedimentos de conservação que envolveram a retirada cuidadosa das peças das caixas; abertura das

roupas com cabides, araras, bases e mesas de planificação para análise das peças, planificação, regressão de vincos que marcam e cortam o tecido; ventilação cruzada e iluminação natural, sem incidência de luz direta, com vistas à contenção da ação de xilófagos e proliferação de micro-organismos; borrifação de água deionizada nas peças com ressecamento e esgarçamento ou risco de rompimentos dos fios; higienização a partir da catação manual de resíduos e fragmentos aderidos ao tecido; e, armazenamento, em acordo com o material disponível.

Especialmente as peças de maior dimensão, especialmente no comprimento, sofreram danos provocados pelo longo período dobradas ou emboladas dentro de caixas. Este é o caso das capas, dos vestidos de noiva com caldas e do vestido estilo império em tafetá de seda com aplicação de bordados em pedraria (Figura 2) que encenou no espetáculo de teatro, dança e música, *Shakespeare in Concert* (1996-1997), dirigido por Rodas.

Figura 1 – Vestido estilo império em tafetá de seda com bordados em pedraria. À direita, detalhe da manga do mesmo vestido com esgarçamento do tecido e perda de aviamentos. Acervo Hugo Rodas.



Foto: Marijara Queiroz.

Assim como o vestido império, outras peças icônicas do teatro Huguiano, não puderam ser expostas, dado o estado de degradação do material. A capa vermelha com plumas brancas na extremidade da cauda com dois metros de comprimento, por exemplo, por estar fragilizada, pelo ataque de micro-organismo, mofo intenso e decomposição das plumas, exigiu extremo cuidado e manuseio restrito ou limitado. Excluída da exposição, a capa vermelha com plumas brancas, nos provocou a refletir sobre a importância da conservação preventiva e seu impacto na elaboração de da exposição museológica. O acondicionamento das peças desclassificadas da exposição contou com suportes tubulares feitos em *acrilon* e invólucro em Tecido não Tecido (TNT) branco, material estável e impermeável, após 4 semanas expostos ao tratamento preventivo de oxigenação e iluminação natural.

O manuseio das peças foi limitado à equipe envolvida no processo e controlado pelo uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tais como, luvas, máscaras, toucas e protetores para pés, descartáveis, além de jalecos reutilizáveis com elástico nos punhos e bolsões de apoio. Os cuidados envolveram inicialmente a segurança institucional sobre o acervo durante o transporte e deslocamento, por isso, foi necessário desenvolver documentos específicos de coleta com registros imagéticos de apoio. Durante o manuseio, percebeu-se a fragilidade de algumas peças, em estágio avançado de deterioração devido ao mofo, manchas e rasgos. Neste caso, o acondicionamento foi inevitável até que um novo projeto possa prever a restauração.

O estado de conservação das peças balizou, pois, o que deveria ser exposto, ao tempo que impossibilitou que peças relevantes participassem da mostra, mas não do processo de musealização da coleção.

PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Desde os Gabinetes de Curiosidade, durante o movimento renascentista, na Europa (séculos XVI – XVII), as ações derivadas da organização da informação sobre coleções e objetos para produção de conhecimentos, geram processos de compartilhamento e de comunicação, ainda que seja a público restrito. Os Gabinetes de Curiosidades eram



formados por coleções privadas de monarcas, coléricos ou mecenas, compostos, *sui generi,* por objetos raros ou exóticos. Esses atributos fundam a tradição do museu e, consequentemente, da museologia nele praticada. Portanto, o Gabinete de Curiosidades é precursor do museu moderno.

Dessa forma, tanto as técnicas de conservação e armazenamento, como de pesquisa e documentação dos objetos que despertavam interesse especial de colecionadores, remontam a séculos de experiência prática e de estudos para aperfeiçoamento das técnicas. A pesquisa é, pois, o principal elo entre teoria e prática museólogia.

De acordo com o relatório técnico de Gracy Lima (16/12/2024), a pesquisa sobre a Coleção Hugo Rodas partiu do arquivo pessoal do artista, especialmente de fotos, vídeos, esboços de cenários, desenhos de trajes de cena e documentos pessoais diversos. Cartas, bilhetes, papéis de circunstâncias, guardanapos com anotações, mementos de entes querido mortos, despertaram o interesse, em especial, do extensionista Luiz Eduardo Albuquerque (15/12/2024), que deixou seu testemunho no relatório apresentado ao final do projeto,

> Comecei pelos figurinos e, pouco depois, parti por curiosidade para os documentos pessoais de Hugo, onde continham fotos, cartas, cartões postais, folhetos, catálogos de peças onde participou, entre outros objetos mais avulsos, mas ainda de importância para o levantamento da pesquisa de sua memória. Minha curiosidade sobre aquela parte da coleção se dava principalmente pela falta de conhecimento sobre quem era Hugo Rodas.

Assim, a pergunta, quem foi (ou é) Hugo Rodas? Foi fundamental para compreender a importância da sua história e memória pessoal, que se confunde, não raro, com a história e a memória do teatro em Brasília. A partir da pesquisa, Alburquerque arriscou resposta:

> [Hugo Rodas] era uma pessoa que se importava muito com seu trabalho, sua memória e a perduração de ambos, tanto material quanto simbolicamente. Seu trabalho ainda é continuado pelos seus colegas de trabalho e alunos que o conheceram e foram marcados por sua existência". (Luiz Eduardo Albuquerque, 15/12/2024).

A documentação museológica refere-se ao processo de coleta, registro e organização da informação referente às coleções o que inclui, levantamento de dados técnicos tais como, designação ou nome do objeto, proveniência, origem, data de feitura, local, material, técnica, descrição, dimensões, número de registro, marcas, estado de conservação, referências bibliográficas, dentre outros campos específicos da Ficha de Identificação museológica. Assim, a documentação contribui para a preservação e organização do acervo, a gestão eficaz das coleções e a o acesso seguro ao acervo.

A documentação da Coleção Hugo Rodas seguiu princípio básicos de registro de entrada de peças em museus e instituições culturais quais sejam: arrolamento das peças, lista composta por sequência numérica, descrição e fotografia; daí, classificar, a partir de categorias de análise definidas com o intuito de viabilizar a conservação preventiva das peças e a organização dos núcleos temáticos da exposição O traje de cena na Coleção Hugo Rodas".

De acordo com Lídia Romeiro (15/12/2024), em seu relatório técnico de conclusão do projeto, a identificação das peças foi uma tarefa complexa devido a improvisos que exigiam versatilidade do traje que transitava em diversas cenas, se modificando para adaptar ao texto e contexto. Além da pesquisa no arquivo pessoal de Rodas, "buscamos por vídeos de peças e depoimentos de pessoas que o conheceram, em busca de respostas acerca do acervo que tínhamos à mão. Sempre chegávamos a uma resposta recorrente: 'o Hugo gostava muito de adaptar e reutilizar os figurinos'.

Tabela 1 – Identificação de figurinos.

GRUPO	SUBGRUPO					QUANTIDADE
CASACO	FRAQUE (10)	CAPA (9)	JAQUETA (2)	KIMONO (1)		22
BLUSA	CAMISETA (7)	CAMISA (3)	COLETE (3)	CROPPED (2)	CORSET (1)	16
VESTIDO	LONGO (5)	CURTO (3)	DE NOIVA (3)	TÚNICA (2)	CAMISOLA (1)	14
CALÇA	BALONÊ (2)	PIJAMA (1)	ALFAIATARIA (6)			9
SAIA	CURTA (6)	LONGA (2)				8
MACACÃO						3
VÉU						2
ACESSÓRIOS	MEIA-CLAÇA (1)	LENÇO (1)	AVENTAL (1)	CORSELET (1)	XALE (1)	5
AVULSAS	OMBREIRA (2) – PAR	BRAÇADEIRA (2) – PAR,	ESTANDARTE (1)	MANGA DE CAMISA (1)		6
TOTAL DE PEÇAS						85



A classificação das peças contou com as fotografias feita anteriormente, no arrolamento do acervo de modo a reduzir o manuseio. Após o arrolamento, as peças contaram com etiquetas individuais de identificação com o número (provisório) de registro, a fim de assegurar a associação da informação. Tal ação, permitiu a classificação de forma mais criteriosa, por meio de planilhas do Google Drive compartilhadas entre a equipe.

Tabela 2 – Identificação de acessórios de figurinos.

GRUPO	SUBGRUPO			QUANTIDADE
MÁSCARA				**13**
PERUCA				**12**
ASAS (PAR)				**10**
ÓCULOS	GRAU (7)	SEM LENTE (1)		**8**
TERÇO/ROSÁRIO				**6**
COROA				**5**
CHAPÉU				**3**
COLAR	COURO (1)	TEXTIL (1)	PÉROLA (1)	**3**
SAPATO				**2**
BOLSA	NECESSAIRE (1)	MALETA (1)		**2**
FAIXA PRESIDENCIAL				**1**
MOEDA				**1**
CINTO				**1**
LANÇA				**1**
COLARINHO				**1**
FRAGMENTOS	PENA (2)	JÓIA (2)	BORDADO (1)	**5**
TOTAL DE PEÇAS				**74**

A classificação e o registro do acervo foram fundamentais para o delineamento da curadoria em convergência com a expografia. De acordo com a Tabela 1, as peças foram analisadas a partir do grupo, subgrupo e quantidade, de modo a buscar equidade ou alternativas para a composição dos trajes de cena na exposição museológica. Da mesma forma, a Tabela 2, divide os assessórios de figurino em grupo e subgrupos, com o objetivo de facilitar a identificação e acesso quando da composição do figurino.

Da prática classificatória, sobretudo dos acessórios (Tabela 2), como ato arbitrário de denominar e definir, podemos concluir que a versatilidade e a capacidade de improviso a partir do objeto é reduzida, uma vez que este ganha contornos de uso, mesmo em desuso.

COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

As exposições museológicas são espaços de proposição de diálogos com o público, por meio de conteúdos apresentados, sejam materiais ou imateriais. Prevalece, pois a curadoria como prática de elaboração de discurso sobre determinado tema a ser proposto ao público visitante. O discurso curatorial que a exposição enuncia faz uso de suportes que vão, de dioramas e maquetes e painéis cronológicos, a vídeo-imagens e hologramas. O conjunto de recursos comunicacionais à disposição da expografia, inscreve narrativas com base, não apenas nos objetos a serem expostos, mas, na relação destes, com a arquitetura, o design e a iluminação.

Como preambulo da exposição, o processamento técnico do acervo gera conteúdos informacionais importantes para tanto para a curadoria, conceito da exposição, como para a expografia, inscrição da exposição. Por isso, o desenvolvimento de uma exposição requer métodos e procedimentos técnicos junto ao objeto voltados para a segurança, estabilidade física, boa visualização e acessibilidade, quando exposto ao público. Dessa forma, a cadeia operatória do processo de musealização é cíclica e contínua, tendo o acervo como ponto de partida e chegada.

Cinara Barbosa (2015: 139) observa que, na museologia, "a exposição é uma das possibilidades do campo de difusão do objeto museal" e uma das etapas da comunicação. A autora acredita que a expografia estabelece diálogo entre o curador da exposição, neste caso de arte, e o museólogo, neste caso, curador da coleção. De outro modo, a curadoria, num processo integralizado com a musealização, é um dos pilares fundamentais para a exposição, pois é dela que deriva a comunicação com os diversos públicos. Nessa perspectiva, a curadoria (conceito ou teoria) está dissociada de expografia (conteúdo prático).

A curadoria artística é diferenciada da curadoria museológica, com base nos aspectos clássicos que apartam a teoria da prática. Caberia

neste caso, ao curador artístico pensar o conceito da exposição, enquanto o curador museólogo executaria os procedimentos técnicos para melhor apresentação do objeto e, com isso, comprovar a tese defendida pelo curador artístico. Entretanto, no campo da museologia, com tradição nos museus, cuja prática é subsidiada e atravessada pela pesquisa sobre o objeto museológico, a compreensão de curadoria leva em conta tanto os aspectos materiais, técnicos e informacionais do objeto, tanto quanto suas características estéticas.

Assim, a elaboração de uma curadoria, seja artística, museológica, científica, histórica ou antropológica, demanda de métodos específicos de organização da informação e do conhecimento com base no objeto ou tema a ser contextualizado ou postos em proposição de debate público, por meio da exposição. A organização da informação, na perspectiva museológica, é um processo complexo que envolve equipes multidisciplinares, de modo que, a curadoria é compreendida como um processo coletivo, participativo e interdisciplinar. Não nos interessa, pois, adjetivar curadoria, uma vez que esta consiste numa prática com campo de atuação bem definido que acolhe profissionais de diversas áreas de conhecimento.

A tríade expográfica – arquitetura, design, iluminação – adquire função cenográfica estabelecendo conexão entre a exposição e a cena teatral. De acordo com Sônia Salcedo Del Castillo (2008), o cenário articula relações entre obra, espaço e espectador, explorando elementos como movimento, ritmo e espacialidade. E, acordo com a premissa, optamos por um cenário que revelasse as técnicas de dramaturgia de Rodas e de valorização à transitoriedade, à efemeridade, à flexibilidade, ao experimento e, consequentemente, ao improviso. Tudo isso em diálogo com o acervo selecionado para a exposição, e, com base em narrativas Hunguianas possíveis e imagináveis. Os trajes que compuseram a cena, funcionaram como dispositivos para acionar a memória do teatro em Brasília.

A expografia foi pensada em diálogo com o universo musical, gestual, experimental e dramático de Rodas. Os cartazes e fotografias de peças teatrais que compunha o acervo reunido por Rodas, revelaram uma palheta de cores fortes, intensas e contrastantes. Dessa forma,

vermelho, preto e roxo, com entonações bruscas entre claro-escuro, marcaram a identidade visual da exposição. De acordo com o relatório técnico apresentado pela extensionista Elmiza Pires (18/12/2024) (2025), a elaboração da identidade visual, refletiu o universo memorialista e autobiográfico do artista, representado em seu arquivo pessoal, por álbuns de fotografias, projetos, portfólios, clipagem matérias em revistas e jornais impressos.

A expografia foi pensada a partir de cinco (5) núcleos temáticos, não lineares, quais sejam, tais como: Apresentação da exposição; Arlequim, servidor de dois patrões (1999); Ensaio Geral (2012); Casacas; e, Noivas de Hugo Rodas. Os núcleos foram definidos a partir da identificação de peças que compuseram figurinos de espetáculos dirigidos por Rodas. Entretanto, o estado de conservação de alguns itens pré-selecionados para compor o núcleo Casacas e núcleo Noivas, comprometeram a apresentação do conjunto das peças. Por isso, modificações no projeto original foram inevitáveis.

Por outro lado, o processamento técnico da coleção, sobretudo a pesquisa, revelou peças outras que possibilitaram a composição rápida em substituição aos núcleos Casacas e Noivas foram mantidas parcialmente, por meio da distribuição de itens específicos em outros núcleos temáticos. A liberdade poética de movimentação de figurinos de noivas e casas na cena expográfica, está em acordo com a versatilidade das peças criadas por Rodas, comumente reaproveitadas em espéculos e remontagens. As peças transitavam nas cenas criadas por Rodas, por isso fizemos determinadas peças (Figuras 2 e 3) transitarem entre os núcleos expográficos.

Em destaque, na apresentação da exposição, junto ao texto de curadoria, painel de abertura e ficha técnica, os trajes de noivas se converteram, em área instagramável, pelo uso e apropriação determinada pelo público visitante mais conectado a redes sociais. Entrou em cena, portanto, o núcleo temático com figurinos da peça Olho da Fechadura (1993-94), espetáculo que reuniu capas e casacas identificadas posteriormente, por meio da pesquisa iconográfica que identificou registros fotográficos de ensaios da peça dirigidas por Rodas na remontagem do espetáculo, em Goiânia, Goiás, Brasil, em 2015.

Figuras 2 e 3 – Trajes de noivas e cenografia da exposição
O traje de cena na coleção Hugo Rodas.
Acervo do Departamento de Teatro da Universidade de Brasília.





Fotos: Gracy Lima.

Figura 4 – Núcleo expográfico Arlequim, servidor de dois patrões.
Exposição O traje de cena na coleção Hugo Rodas.
Acervo do Departamento de Teatro da Universidade de Brasília.



Foto: Marijara Queiroz.

Figura 5 – Figurinos do núcleo expográfico Ensaio Geral.
Exposição O traje de cena na Coleção Hugo Rodas.
Acervo do Departamento de Teatro da Universidade de Brasília.



Fotos: Gracy Lima.

O resultado da expografia mostrou coesão entre continente e conteúdo. A exposição valorizou artisticamente o figurino, não apenas como peça de vestuário, mas como referência visual que transcende a função utilitária e assume posição na *poiesis,* convidando à "fruição que remete à encenação teatral, onde o espaço é tanto físico quanto simbólico, instigando-o a romper com a atitude passiva e contemplativa de espectador", de modo a favorecer a consciência espacial perceptiva dos objetos, a estreita relação entre visualidade e teatro." (Gracy Lima, 16/12/2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação da trajetória do teatro em Brasília a partir da Coleção Hugo Rodas representa o desejo de fruição da memória do teatro na UnB e em Brasília. Ainda, corrobora para que a comunidade acadêmica e o público externo interessado no assunto, use e se aproprie, social e culturalmente, do acervo, contribuindo para a dinamização da memória do teatro.

Ações de preservação, e divulgação da coleção Hugo Rodas e de outras coleções da Universidade de Brasília são importantes para o uso e apropriação do patrimônio universitário no âmbito do ensino e da



extensão. Essas ações corroboram para estudos e pesquisas interdisciplinares concebidos na prática museológica, nos métodos e procedimentos que articulam pesquisa, ensino e extensão. Por meio do acervo, esperamos estabelecer espaços de preservação e fruição da memória da UnB. Ainda, promover interação entre a comunidade universitária e produção artística, de modo a incentivar a formação de público e experimentadores da museologia, da arte e do teatro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

BARBOSA, Cinara. A era da curadoria. FCI | UnB: Revista M&I: V. 2, n. 4, 2013. Em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16370 .

CASTILLO, Sônia Salcedo Del. Cenário da Arquitetura da Arte: Montagens e Espaços de Exposições. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DÁVINA, Amanda. DIREITO À CIDADE Tubo de Ensaios Transcendental – Edição online, mundial, 2020. Revista do Projeto Experimental de Arte e Performance TUBO DE ENSAIOS.

LOUREIRO, Maria Lucia Niemayer Matheus. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. Pinacoteca de São Paulo, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória?: Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 34, p. 9-23, 1992.

MOTA, Marcus. Música e cena: um imenso intercampo de atividades e reflexões. In: MOTA, Marcus. Dramaturgia Musical (Org.). Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI). UnB, Vol 2-3, Ano 1, Brasília, 2016. Em: https://periodicos.unb.br/index.php/dramaturgias/article/view/8655 .

_____. Eu e Hugo, Hugo e Eu: Materiais de uma parceria sem fim. Dossiê Performances nas Artes Dramáticas, nas artes visuais e na música. Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI). UnB, Vol 17, Ano 7, Brasília, 2022. Em: https://periodicos.unb.br/index.php/dramaturgias/article/view/45124 .

RESOLUÇÃO DA CÂMERA DE EXTENSÃO Nº 02/2020. Universidade de Brasília: Decanato de Extensão: Brasília, 2020.

RESOLUÇÃO DA CÂMERA DE EXTENSÃO Nº 01/2024. Universidade de Brasília: Decanato de Extensão: Brasília, 2024.

RODAS, Hugo. Sicamú. In: MOTA, Marcus. Dramaturgia Musical (Org.). Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI). UnB, Vol 2-3, Ano 1, Brasília, 2016. Em: https://periodicos.unb.br/index.php/dramaturgias/article/view/8781/7632 .

SANTOS, Maria Célia Texeira Moura. A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação. CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 18. Lisboa, Portugal, 2002. P. 169 – 198.

VILLAS BOAS, Rafael. Hugo Rodas e a formação da tradição do teatro candango. UnB TV, Opinião, 27 de abril de 2022: pag. 1. Disponível em: https://noticias.unb.br/artigos-main/5664-hugo-rodas-e-a-formacao-da-tradicao-do-teatro-candango.

---

[i] Equipe: Coordenação geral e executiva: Profa. Dra. Marijara Souza Queiroz (FCI). Coordenação Adjunta: Prof. Dr. Marcus Mota (MUS). Discentes envolvidos: Barbara Batista Souza, Elmiza Nogueira Pires, Gracy Lima de Oliveira, Julia de Souza Moura, Manoelly Souza Moura, Raissa Regina Santos P. Neves, Yasmin Sousa Tavares, Hellen Klare Ribeiro Oliveira.

[ii] Manta acrílica de poliéster.

[iii] Tipo de material têxtil semelhante a um tecido, porém feito sem fiação ou tecelagem, obtido a partir de uma mistura de fibras ligadas por calor ou pressão.

[iv] Discente do Curso de Museologia da UnB e voluntária no projeto “O traje de cena na Coleção Hugo Rodas.

[v] Discente do Curso de Museologia da UnB e estagiário no projeto “O traje de cena na Coleção Hugo Rodas.

[vi] Museóloga e bolsista no projeto de extensão “O traje de cena na Coleção Hugo Rodas.

[vii] Discente do Curso de Museologia da UnB e voluntária no projeto “O traje de cena na Coleção Hugo Rodas.

[viii] Passível de ser publicado na Rede Social da META, Instagram, com provável marcação de localização ou hashtag, palavra ou frase precedida pelo símbolo forquilha (#).



Memória, preservação e humanidades digitais

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INFORMAÇÃO NA MATURIDADE EM GESTÃO DE DOCUMENTOS REFLETINDO NA MEMÓRIA COLETIVA E NA MEMÓRIA SOCIAL

Juliana Maria Waichert Binda
Programa de pós graduação em Ciência da Informação-UFES
julianabinda@gmail.com

Keyla Cristina Santiago de OLiveira
Programa de pós graduação em Ciência da Informação-UFES
keylacso@gmail.com

Luiz Carlos da Silva
Programa de pós graduação em Ciência da Informação-UFES
luiz.c.silva@ufes.br

Luciana Itida Ferrari
Departamento de Arquivologia- UFES
luciana.ferrari@ufes.br

Abstract / Resumo / Resumen*:* O cenário contemporâneo de transformação digital impõe desafios complexos à gestão pública e à preservação da memória coletiva. Este artigo explora a interconexão estratégica entre políticas públicas de informação, a maturidade em gestão documental e a salvaguarda da memória social no contexto brasileiro. Analisa-se como a gestão documental transcende a esfera meramente administrativa, configurando-se como um alicerce fundamental para a concretização de políticas de transparência e governança. O estudo detalha o papel do Índice de Maturidade em Gestão de Documentos (iMGD), desenvolvido pelo Arquivo Nacional, como ferramenta de avaliação e aprimoramento contínuo das práticas arquivísticas na administração pública federal. Além disso, discute o impacto transformador de tecnologias emergentes como Inteligência Artificial, Blockchain e Big Data nas perspectivas futuras da gestão documental, abordando suas implicações para a autenticidade, integridade e acesso aos registros digitais. Conclui-se que a adoção de uma gestão documental madura e adaptável às inovações tecnológicas é indispensável para construir uma base informacional sólida, capaz de sustentar a memória social e promover a cidadania em sociedades digitais transparentes e democráticas.

Keywords / Palavras-Chave / Palabras clave: Políticas Públicas; Gestão Documental; Memória Social; Índice de Maturidade.



INTRODUCTION – INTRODUÇÃO – INTRODUCCIÓN

O surgimento das políticas públicas ocorreu nos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria, se espalhando posteriormente por outros países, criando assim diversos vieses, sendo o Brasileiro influenciado pelo viés Europeu.

> [...] na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado-o governo-, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 21).

A política pública de informação é integrante da política pública. Entretanto, a sua relação com a preservação da memória coletiva constitui um campo de estudo fundamental para compreender como as sociedades democráticas constroem, mantêm e transmitem seu patrimônio cultural e histórico. No contexto brasileiro, essa temática ganha especial relevância quando consideramos os desafios enfrentados pelo país em sua trajetória de consolidação democrática, particularmente no que se refere ao enfrentamento de legados autoritários e à construção de uma cultura de transparência e acesso à informação.

A memória coletiva, enquanto constructo social, desempenha um papel fundamental na identidade de uma nação e na compreensão de seu passado. Contudo, a formação e a preservação dessa memória não são processos neutros, sendo intrinsecamente influenciadas por políticas públicas e de informação. A memória coletiva é um conceito multifacetado que tem sido explorado por diversas disciplinas, incluindo a sociologia, a psicologia e a história. Maurice Halbwachs, um dos pioneiros no estudo da memória coletiva, argumentou que a memória individual é sempre construída e mediada por quadros sociais. Ou seja, as lembranças não são meramente armazenadas na mente de um indivíduo, mas são constantemente reinterpretadas e ressignificadas em interação com o grupo social ao qual ele pertence. Essa perspectiva é

crucial para entender como as políticas públicas podem influenciar a memória, pois elas atuam justamente nesses quadros sociais, estabelecendo narrativas, símbolos e rituais que reforçam ou contestam determinadas versões do passado.

A memória social, produto do entrecruzamento de diversas disciplinas, não constitui um território unívoco, mas um território polissêmico [...] a memória comporta diversos sentidos, conforme a disciplina ou o pensador que dela se ocupe. Esta polissemia aparece também em noções correlatas, fazendo com que as concepções de memória individual e memória coletiva apresentem variações em diferentes saberes. (Gondar, 2008).

Segundo Leroi-Gourhan (s/d), a memória consiste numa base sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos - sejam estes de animais, homens ou máquinas – e reservará o termo memória coletiva para as sociedades humanas, aplicando-o indistintamente a qualquer uma delas.Jacques Le Goff (1990) preferiu reservar a designação de memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita já tenha se instalado.

Por isso, fornecendo aos homens um processo de marcação, memorização e registro e, por outro lado, assegurando a passagem da esfera auditiva à esfera visual, [os] documentos escritos conferem um suporte material à memória, ampliando-a, transformando-a, e estabelecendo a fronteira onde, segundo Le Goff, a memória coletiva torna-se memória social.

Desta forma, a memória individual, ao fornecer elementos à memória coletiva, contribui para o seu registro e preservação, favorecendo processos de anamnese. Esses registros, especialmente quando sustentados por documentos escritos, permitem a transição para a memória social, que, conforme Le Goff (1990), representa a ampliação e a transformação da memória coletiva em um espaço materializado e compartilhado no âmbito das sociedades letradas.

Na atualidade nós temos vistos diversos eventos que desencadeiam em nós a sensação de perda, tal como a queima do Museu Nacional, e nos leva a pensar sobre a existência de políticas públicas e de informa-



ção e a influência destas nas boas práticas para a contribuição da gestão documental e memória coletiva, bem como a preservação da memória coletiva, que é tão importante e singular, ao amparar o indivíduo na formação da sua identidade, conforme assegura Paoli (1992, p. 2):

> O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenos, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de 'fazer parte' de sua feitura múltipla.

Alguns dos órgãos de preservação do patrimônio já são amplamente divulgados nos meios científicos, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que coordenam a Política Nacional de Museus (PNM), com a finalidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro e a memória coletiva brasileira, nossas origens, evolução e caminhar social. A exemplo destes, nos estados brasileiros, foram criados também locais de memória que permitem a gestão documental e a preservação e gestão da memória social, como é o caso do Espírito Santo, que possui instituições para a preservação e gestão documental, com fins de preservar a memória capixaba[1], tais como a Biblioteca Pública Estadual, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees), Museu de Arte do Espírito Santo e a Midiateca Capixaba. Para além disso é necessário que haja políticas públicas de informação, para que se consiga também um de-

1 Termo utilizado para denominar os indivíduos que tenham nascido no estado do Espírito Santo, ou mesmo que residam no estado.

terminado nível de maturidade em gestão documental nas instituições arquivísticas capixabas localizadas na Grande Vitória.

A gestão documental eficaz, que engloba o controle eficiente e sistemático da produção, uso, destinação, preservação e acesso aos documentos de arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 5), é essencial para materializar essas políticas e garantir que os registros que formam a memória coletiva sejam preservados. Nesse contexto, a avaliação da maturidade em gestão documental, por meio de instrumentos como o Índice de Maturidade em Gestão de Documentos (iMGD) do Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 4), torna-se crucial para identificar o nível de desenvolvimento das práticas arquivísticas e promover seu aprimoramento contínuo (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 5).

Desta forma a presente pesquisa irá discorrer sobre as políticas públicas e de informação que influenciam boas práticas para a contribuição da gestão documental e memória coletiva. O objetivo geral é investigar como as políticas públicas e de informação impactam na gestão documental e na formação e preservação da memória coletiva. Como objetivos específicos temos: avaliar a correlação entre políticas públicas, gestão documental e memória coletiva; e identificar os desafios e as boas práticas na implementação de políticas públicas de gestão documental que contribuam para a memória coletiva. Este artigo, portanto, visa explorar a interconexão entre as políticas públicas de informação, a maturidade em gestão documental, com foco no iMGD (índice de Maturidade em Gestão Documental), e a construção da memória coletiva, analisando como a otimização dos processos documentais contribui para a transparência, governança e acesso à informação em sociedades democráticas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMAÇÃO E A GESTÃO DOCUMENTAL - PUBLIC POLICIES AND INFORMATION AND DOCUMENT MANAGEMENT - POLÍTICAS PÚBLICAS Y GESTIÓN DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTAL

A gestão documental não é apenas um processo administrativo, mas um alicerce para a concretização das políticas públicas de informação e, consequentemente, para a construção e preservação da memó-



ria coletiva (com efeitos na memória social). Portanto, a gestão documental é um elemento estratégico para a sociedade. Conforme aponta Jardim (2005, p. 8):

> "Os arquivos e os documentos neles contidos, longe de serem meros depósitos de papéis ou resíduos burocráticos, constituem a memória viva das organizações e da sociedade, sendo instrumentos indispensáveis para a garantia da cidadania, a transparência das ações governamentais e a efetivação das políticas públicas."

Para que as políticas públicas de informação se efetivem e garantam a preservação da memória coletiva, a gestão documental emerge como um elo fundamental. Conforme a lei 8.159, de 1991, a gestão documental é compreendida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos (BRASIL, 1991). Essa atividade assegura que o registro das ações governamentais e das interações sociais seja devidamente organizado, acessível e duradouro. Os processos de gestão de documentos, de natureza gerencial, englobam operações e resultados que visam o controle eficiente e sistemático da produção, uso, destinação, preservação e acesso aos documentos de arquivo, independentemente do formato ou suporte (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 5). A melhoria desses processos contribui para o aperfeiçoamento de diversas outras funções organizacionais, como a transparência, o acesso às informações, a segurança da informação, a proteção de dados, a preservação documental e a racionalização dos espaços de guarda (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 4).

Nesse cenário, a avaliação da maturidade em gestão documental torna-se um indicador crucial da capacidade de uma instituição de organizar e preservar seu patrimônio informacional. Um modelo de maturidade define níveis sucessivos de estágio de evolução, permitindo que a instituição identifique sua situação atual e, por meio desse "espelhamento", busque um nível superior na excelência (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 5). Rabechini Junior (2003) aponta que os principais elementos desses modelos são a tecnologia, a metodologia e a gestão, que estão em contínua mudança em função do mercado, dos negócios e das pessoas. Complementar-

mente, Dorneles, Corrêa e Flores (2024, p. 23) afirmam que "Um modelo de maturidade pode ser aplicado para avaliar e aprimorar a gestão de documentos, identificando áreas de melhoria e fornecendo orientação para o desenvolvimento de ações." Dessa forma, o foco da avaliação da maturidade em gestão de documentos reside no desenvolvimento de competências institucionais para identificar problemas e soluções, bem como operacionalizá-los e mantê-los em um ciclo de melhoria contínua, o que representa funções essenciais da governança e gestão pública (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 5).

No Brasil, o Índice de Maturidade em Gestão de Documentos (iMGD), concebido pelo Arquivo Nacional, foi lançado em março de 2025, materializando uma política pública estratégica. Este instrumento visa identificar o grau de adesão dos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (Siga) aos normativos e às boas práticas na área de gestão de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 4). O iMGD avalia a capacidade desses órgãos de estruturar seus processos de gestão de documentos a partir da perspectiva da gestão de processos, o que implica em verificar se são capazes de "direcionar, planejar, executar, monitorar, avaliar e melhorar continuamente os processos de gestão de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 6).

A estrutura do iMGD compreende quatro componentes principais, definidos com base nas fases da gestão de documentos e nos mecanismos de governança institucional (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 11), tais como:

- **Estratégia** que contempla as práticas referentes à formalização do compromisso institucional e o planejamento das ações de gestão de documentos durante seu ciclo de vida.
- **Produção** que refere-se às práticas relacionadas à regulamentação de procedimentos para otimizar a criação, captura, organização e acesso aos documentos.
- **Utilização** que envolve as práticas que compreendem a organização da documentação acumulada, controle de arquivamento, acesso, segurança, manutenção e preservação dos documentos



- E a **destinação,** que contempla os procedimentos de controle de prazos, avaliação, transferência, eliminação e recolhimento dos documentos.(ARQUIVO NACIONAL, 2025)

A coleta de dados para aferição do nível de maturidade é realizada por meio do formulário denominado "Levantamento do Índice de Maturidade (LIM)", que serve como ferramenta de autodiagnóstico para os órgãos integrantes do Siga (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 18). A construção do formulário leva em consideração que questões objetivas garantem uniformidade e facilitam o processamento e análise de dados. Os itens do formulário são perguntas, agrupadas por seções que representam os componentes, que os órgãos devem responder para declarar o cumprimento dos critérios dos processos de gestão de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 18).

Atingir níveis mais elevados de maturidade, conforme recomendado pelo iMGD, implica diretamente na maior capacidade de uma instituição em preservar e garantir o acesso aos seus documentos, sejam eles físicos ou digitais. Essa capacidade é intrínseca à construção da memória coletiva, pois assegura que os registros históricos e administrativos permaneçam íntegros e acessíveis para as futuras gerações. Conforme a ABNT NBR ISO 15489-1:2018 (p. 1), a gestão de documentos e arquivos permite que uma organização: "apoie a prestação de contas e a transparência; [...] salvaguarde a memória corporativa, social e cultural; [...] forneça evidências de suas atividades, transações e decisões."

Uma gestão documental otimizada, que é o objetivo da aplicação do iMGD, leva a uma maior eficiência operacional e à racionalização de recursos, contribuindo consequentemente para a eficácia econômica das organizações. Além disso, fortalece a transparência, a governança e o acesso à informação, aspectos cruciais para sociedades democráticas que buscam enfrentar legados autoritários e construir uma cultura de prestação de contas (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 4).

Embora o iMGD representa um avanço significativo no campo da gestão e organização dos documentos na administração pública federal, sua aplicação e os desafios em diferentes contextos ainda demandam investigação aprofundada, o que evidencia a importância de estudos que contribuam para a sua validação e aprimoramento contínuo.

PERSPECTIVAS FUTURAS E TENDÊNCIAS EMERGENTES NA GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental, inserida no dinâmico cenário da era digital, transcende sua função operacional para se configurar como um pilar fundamental na construção e preservação da memória coletiva. A crescente digitalização e o volume de informações impõem desafios e oportunidades que moldarão o futuro das práticas arquivísticas. Para que um documento digital seja considerado arquivístico e apto a compor essa memória, ele deve possuir características específicas. Rondinelli (2013, p. 235) afirma que o documento digital arquivístico deve ter: "forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e envolvimento de cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor". A preocupação em manter as informações contidas nos documentos digitais confiáveis, acessíveis e autênticos é, portanto, central para o futuro da gestão documental.

Nesse contexto, o e-ARQ Brasil (2022, p. 20) estabelece que os sistemas responsáveis pela gestão dos documentos devem ser capazes de

> "manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo, aos documentos arquivísticos, ou seja, seu valor como fonte de prova das atividades do órgão produtor."

Contudo, a tecnologia, por si só, não resolve problemas inerentes à gestão; ela "otimiza a gestão, mas somente quando os processos já estão bem estabelecidos" (FLORES, 2007, p. 2), evidenciando a urgência da necessidade de processos maduros.

É nesse ponto que os modelos de maturidade, como o Índice de Maturidade em Gestão de Documentos (iMGD) do Arquivo Nacional, ganham relevância nas perspectivas futuras. O iMGD, ao avaliar a capacidade de uma instituição de estruturar seus processos de gestão documental, oferece um roteiro para a adaptação contínua às novas realidades tecnológicas e conceituais. "Seus relatórios de avaliação permitirão não apenas diagnosticar o nível atual, mas também identificar áreas de aprimoramento e fomentar o compartilhamento de aprendi-



zado e boas práticas entre os órgãos do Siga." (ARQUIVO NACIONAL, 2025, p. 9), impulsionando a evolução e a busca por um nível superior de excelência.

As tendências futuras na gestão documental apontam para uma convergência com tecnologias avançadas que exigirão uma abordagem inter- e transdisciplinar na Ciência da Informação (BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 48). A Inteligência Artificial (IA), por exemplo, surge com potencial para otimizar a organização, a busca e a análise de volumes massivos de documentos digitais, ao mesmo tempo em que demanda um olhar atento para a manutenção do contexto e da autenticidade informacional. Conforme destacado por Murari (2024, p. 8) "conceitos como machine learning, deep learning e big data estão revolucionando a forma como as instituições culturais organizam e disponibilizam seus acervos." A tecnologia Blockchain, por sua vez, pode transformar a garantia da imutabilidade e integridade dos registros digitais. Conforme Lemieux (2020, p. 8, tradução nossa):

> "A tecnologia blockchain – uma nova forma de registro distribuído que criptograficamente protege registros de transações – está transformando a criação e a manutenção de registros autênticos e a preservação de longo prazo de arquivos."

Essa característica oferece novas camadas de segurança e confiabilidade para a preservação de longo prazo. O Big Data, em um contexto mais amplo, desafia a gestão documental a desenvolver capacidades para extrair valor estratégico de coleções digitais vastas e complexas, convertendo-as em conhecimento para a sociedade. Nesse sentido, Proença e Borbinha (2018, p. 81) destacam que "a gestão eficaz da informação digital em larga escala é crucial para que as organizações possam extrair valor e conhecimento estratégico de seus dados."

Em suma, o futuro da gestão documental estará intrinsecamente ligado à capacidade das organizações de adotarem e adaptarem modelos de maturidade como o iMGD, integrando-os a tecnologias emergentes. Isso é fundamental para assegurar não apenas a eficiência administrativa, mas, sobretudo, para garantir a preservação da memória coletiva e o acesso democrático à informação.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA- PUBLIC POLICIES AND INFORMATION AND THE PRESERVATION OF COLLECTIVE MEMORY - POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMACIÓN Y LA PRESERVACIÓN DE LA MEMORIA COLECTIVA

A preservação da memória coletiva constitui um desafio fundamental para as sociedades contemporâneas, especialmente em um contexto marcado pela aceleração das transformações sociais, tecnológicas e culturais que caracterizam a era da informação. Nesse contexto as informações se encontram cada vez mais disponíveis nos meios de comunicação e internet. Neste contexto, as políticas públicas de informação emergem como instrumentos essenciais para garantir que as memórias coletivas de diferentes grupos sociais sejam adequadamente preservadas, organizadas e disponibilizadas para as gerações presentes e futuras.

A memória coletiva, conceito desenvolvido por Maurice Halbwachs (2006) e posteriormente refinado por diversos autores, como Crippa (2010, p.81) que define que "a memória pode ser conceituada como sendo "a capacidade de preservar determinadas informações, essencial para a elaboração da experiência individual e do conhecimento, de natureza científica, filosófica ou técnica".

Vale aqui ressaltar que as memórias, como afirma Santos e Albuquerque (2017) não são simplesmente repositórios passivos de informações sobre o passado, mas constituem recursos ativos que orientam as ações presentes e as projeções futuras dos grupos sociais. "Deste modo os indivíduos ao interagirem com a memória acabam por incorporá-la na compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e autorreflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem" (Santos; Albuquerque, 2017, p.109).

A preservação da memória coletiva, portanto, transcende questões meramente técnicas de conservação de documentos e artefatos, envolvendo dimensões políticas, culturais e sociais que requerem abordagens integradas e sensíveis às especificidades dos diferentes grupos e contextos.



As políticas públicas de informação, por sua vez, constituem conjuntos de diretrizes, programas e ações governamentais destinados a regular, facilitar e promover a produção, organização, preservação e disseminação de informações consideradas relevantes para o interesse público, conforme narra Sundström (2019). No contexto da preservação da memória coletiva, estas políticas assumem importância particular, pois determinam não apenas quais memórias serão preservadas, mas também como serão preservadas, quem terá acesso a elas e de que forma serão utilizadas. A formulação e implementação de políticas públicas de informação para a preservação da memória coletiva requer, portanto, consideração cuidadosa das dimensões éticas, políticas e culturais envolvidas nestes processos.

Sandra Braman (2011), em suas análises sobre o estado informacional, argumenta que as sociedades contemporâneas experimentam uma transformação fundamental na natureza do poder estatal, onde a capacidade de controlar fluxos informacionais torna-se central para o exercício da autoridade política. Esta perspectiva é particularmente relevante para compreender as políticas de preservação da memória coletiva, pois revela como as decisões sobre quais memórias preservar, como organizá-las e quem pode acessá-las constituem exercícios de poder que podem tanto fortalecer quanto marginalizar diferentes grupos sociais. O estado informacional, nesta perspectiva, não é meramente um facilitador neutro da preservação cultural, mas um ator que participa ativamente na construção das memórias que serão transmitidas às gerações futuras.

A teoria dos regimes de informação, desenvolvida por González de Gómez (2002), oferece outra perspectiva fundamental para compreender as políticas públicas de informação. Segundo esta autora, os regimes de informação constituem configurações específicas de atores, recursos, práticas e normas que determinam como a informação é produzida, organizada, preservada e disseminada em contextos particulares. A preservação da memória coletiva insere-se em regimes de informação específicos que envolvem não apenas instituições governamentais, mas também organizações da sociedade civil, comunidades locais, instituições acadêmicas e empresas privadas. A compreensão destes regimes é fundamental para a formulação de políticas públicas

efetivas que considerem a complexidade dos atores e interesses envolvidos.

As políticas públicas de informação aplicadas à preservação da memória coletiva enfrentam desafios específicos que emergem das transformações tecnológicas, sociais e culturais contemporâneas. A digitalização massiva de acervos culturais, embora ofereça oportunidades sem precedentes para a preservação e disseminação da memória coletiva, também cria novos riscos e complexidades que requerem respostas políticas adequadas. A obsolescência tecnológica, por exemplo, constitui uma ameaça constante à preservação digital de longo prazo, requerendo investimentos contínuos em migração de formatos e atualização de sistemas que podem ser economicamente insustentáveis para muitas instituições.

A democratização das tecnologias de produção e disseminação de informação, característica da era digital, transforma fundamentalmente os atores envolvidos na preservação da memória coletiva. Para Pistorello (2025) enquanto tradicionalmente esta preservação era responsabilidade primária de instituições especializadas como museus, arquivos e bibliotecas, atualmente comunidades locais, organizações da sociedade civil e até mesmo indivíduos podem desenvolver iniciativas significativas de preservação cultural. Esta democratização cria oportunidades para a preservação de memórias anteriormente marginalizadas, mas também levanta questões sobre qualidade, sustentabilidade e coordenação das iniciativas de preservação.

A globalização cultural, facilitada pelas tecnologias digitais, cria tensões específicas entre a preservação de especificidades locais e a inserção em dinâmicas globais de circulação cultural. Segundo Pistorello (2025), as políticas públicas de informação devem navegar cuidadosamente entre a necessidade de preservar a diversidade cultural local e os benefícios da visibilidade e intercâmbio cultural global. Esta tensão é particularmente aguda no caso de comunidades étnicas e grupos culturais minoritários, que podem simultaneamente se beneficiar da visibilidade global e ser ameaçados pela homogeneização cultural que pode resultar desta exposição.



A mercantilização crescente da cultura e da informação constitui outro desafio fundamental para as políticas públicas de preservação da memória coletiva. A transformação de bens culturais em produtos comerciais pode facilitar sua preservação e disseminação através de mecanismos de mercado, mas também pode resultar em distorções que privilegiem aspectos comercialmente viáveis em detrimento de dimensões culturalmente significativas. As políticas públicas devem, portanto, encontrar formas de equilibrar incentivos econômicos com objetivos culturais e sociais mais amplos.

Segundo Parrela e Nascimento (2019) a questão da propriedade intelectual e dos direitos culturais emerge como um desafio particularmente complexo na era digital. A digitalização e disseminação online de materiais culturais levanta questões sobre os direitos das comunidades originárias sobre suas próprias memórias, especialmente no caso de conhecimentos tradicionais e práticas culturais específicas. As políticas públicas devem desenvolver frameworks legais e éticos que protejam os direitos das comunidades enquanto facilitam a preservação e o acesso público à memória coletiva.

A análise de experiências internacionais em políticas públicas de informação para a preservação da memória coletiva revela uma diversidade de abordagens e modelos que refletem diferentes tradições políticas, recursos disponíveis e prioridades culturais. A União Europeia, através de iniciativas como a Europeana, desenvolveu um modelo de cooperação transnacional que combina recursos de diferentes países para criar uma plataforma integrada de acesso ao patrimônio cultural europeu. Este modelo demonstra as potencialidades da cooperação internacional para superar limitações de recursos e expertise, mas também revela desafios relacionados à harmonização de padrões técnicos e à representação equilibrada de diferentes tradições culturais.

PERSPECTIVAS FUTURAS E TENDÊNCIAS EMERGENTES

As políticas públicas de informação para a preservação da memória coletiva enfrentam transformações significativas impulsionadas por desenvolvimentos tecnológicos, mudanças sociais e novas compreensões



sobre a natureza da cultura e da memória. Este cenário contemporâneo exige uma reflexão profunda sobre como as instituições culturais podem adaptar-se às demandas emergentes, mantendo sua função essencial de preservar e transmitir o patrimônio cultural para as futuras gerações.

A inteligência artificial emerge como uma tecnologia transformadora que oferece tanto oportunidades quanto desafios para a preservação cultural. Conforme destacado por Murari (2024), a introdução de profissionais de museus nas novas possibilidades de pesquisa de acervo impulsionadas pela inteligência artificial representa um marco significativo na evolução das práticas museológicas. Algoritmos de machine learning podem facilitar a catalogação automática de grandes volumes de materiais culturais, a identificação de padrões em acervos históricos e a personalização do acesso a conteúdos culturais.

A aplicação prática dessas tecnologias demonstra resultados promissores. Murari (2024) enfatiza que conceitos como *machine learning*, deep learning e big data estão revolucionando a forma como as instituições culturais organizam e disponibilizam seus acervos. Entretanto, a utilização de IA na preservação cultural também levanta questões sobre viés algorítmico, perda de contexto cultural e dependência tecnológica que requerem consideração cuidadosa nas políticas públicas.

A realidade virtual e aumentada oferecem possibilidades inovadoras para a experiência e transmissão da memória coletiva, permitindo a recriação de ambientes históricos, a simulação de práticas culturais tradicionais e a criação de experiências imersivas que podem facilitar a compreensão e apropriação cultural. Consoni, Martins e Japur (2019) demonstram como a aplicação da tecnologia de realidade aumentada pode servir como alternativa à preservação do patrimônio histórico-arquitetônico.

As políticas públicas devem considerar como facilitar o desenvolvimento e utilização destas tecnologias enquanto garantem que não substituam completamente as formas tradicionais de transmissão cultural. A integração equilibrada entre tecnologias emergentes e práticas convencionais representa um desafio fundamental para os gestores culturais contemporâneos.



A preservação digital, embora essencial para a democratização do acesso ao patrimônio cultural, apresenta desafios ambientais significativos. Os *data centers* necessários para o armazenamento de grandes volumes de dados culturais digitais consomem quantidades substanciais de energia, contribuindo para as emissões de carbono. As políticas públicas devem considerar como equilibrar objetivos de preservação cultural com metas de sustentabilidade ambiental, possivelmente através do desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, da priorização de materiais culturais para preservação e da utilização de fontes de energia renováveis.

A integração de práticas sustentáveis na preservação cultural não se limita apenas aos aspectos tecnológicos, mas também envolve a consideração de materiais de conservação ecologicamente responsáveis, a redução do desperdício em processos de digitalização e a implementação de políticas de gestão ambiental nas instituições culturais.

As políticas públicas devem desenvolver estratégias que permitam às comunidades locais se beneficiar da conectividade global enquanto mantêm controle sobre suas próprias memórias e tradições culturais. Isto pode incluir o desenvolvimento de plataformas digitais que facilitem o intercâmbio cultural respeitoso, a criação de mecanismos de proteção contra apropriação cultural e o fortalecimento de capacidades locais para gestão cultural autônoma.

Para Consoni, Martins e Japur (2019) a preservação da identidade cultural é crucial em tempos de globalização, pois as culturas podem se diluir quando expostas a influências externas dominantes. O desafio reside em encontrar formas de participação na economia cultural global que não comprometam a autenticidade e a integridade das tradições locais.

A democratização das tecnologias de produção cultural está transformando os atores envolvidos na preservação da memória coletiva, com comunidades locais, organizações da sociedade civil e indivíduos assumindo papéis crescentemente importantes. Esta transformação representa uma mudança fundamental no paradigma tradicional de preservação cultural, que historicamente concentrava o poder decisório em instituições formais.



O acesso facilitado a tecnologias de digitalização, edição e distribuição de conteúdo cultural permite que comunidades antes marginalizadas dos processos oficiais de preservação assumam o protagonismo na documentação e transmissão de suas próprias memórias. Esta democratização tecnológica cria oportunidades para narrativas mais diversas e representativas, mas também apresenta desafios relacionados à qualidade, padronização e sustentabilidade dos esforços de preservação.

As políticas públicas devem adaptar-se a esta realidade através do desenvolvimento de mecanismos de apoio a iniciativas comunitárias, da criação de plataformas que facilitem a colaboração entre diferentes atores e do reconhecimento formal do papel das comunidades como preservadoras de suas próprias memórias. A capacitação técnica e o fornecimento de recursos adequados são elementos essenciais para garantir que a democratização tecnológica resulte em práticas de preservação eficazes e sustentáveis.

A personalização e customização crescentes da experiência cultural, facilitadas por tecnologias digitais, oferecem oportunidades para tornar a memória coletiva mais relevante e acessível para diferentes públicos. Algoritmos de recomendação e interfaces adaptativas podem criar experiências culturais sob medida, aumentando o engajamento e a compreensão do patrimônio cultural.

Entretanto, para Consoni, Martins e Japur (2019) esta tendência também levanta questões importantes sobre a fragmentação da experiência cultural compartilhada. As políticas públicas devem considerar como equilibrar personalização com objetivos de coesão social e compreensão compartilhada do passado, possivelmente através do desenvolvimento de experiências culturais que combinem elementos personalizados com narrativas compartilhadas.

A curadoria algorítmica pode tanto enriquecer quanto limitar a exposição dos indivíduos à diversidade cultural. É fundamental que as políticas públicas garantam que os sistemas de personalização não criem "bolhas culturais" que isolem os usuários de perspectivas diversas sobre o patrimônio cultural.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de informação aplicadas à preservação da memória coletiva revela a complexidade e importância deste campo de intervenção governamental. A preservação da memória coletiva não constitui apenas uma questão técnica de conservação de documentos e artefatos, mas envolve dimensões políticas, culturais, sociais e éticas fundamentais que determinam quais memórias serão transmitidas às gerações futuras e como estas memórias influenciarão a construção de identidades coletivas e a orientação de ações sociais.

Nesse contexto, a gestão documental emerge como um pilar indispensável para a materialização dessas políticas, garantindo que os registros que compõem a memória sejam organizados, autênticos e acessíveis ao longo do tempo.

As transformações tecnológicas contemporâneas, particularmente a digitalização e a emergência de novas tecnologias como inteligência artificial, realidade virtual e blockchain, oferecem oportunidades sem precedentes para a preservação e disseminação da memória coletiva, mas também criam novos desafios relacionados à sustentabilidade, autenticidade, acesso e controle. As políticas públicas devem navegar cuidadosamente entre o aproveitamento das potencialidades tecnológicas e a proteção dos valores culturais e sociais que fundamentam a preservação da memória coletiva.

A democratização das tecnologias de produção e disseminação cultural transforma fundamentalmente os atores envolvidos na preservação da memória coletiva, criando oportunidades para maior participação comunitária e inclusão de perspectivas anteriormente marginalizadas. Esta democratização, entretanto, também cria desafios relacionados à coordenação, qualidade e sustentabilidade das iniciativas de preservação que requerem respostas políticas adequadas.

A experiência internacional revela a diversidade de abordagens possíveis para as políticas de preservação da memória coletiva, refletindo diferentes tradições políticas, recursos disponíveis e prioridades culturais. Esta diversidade sugere que não existe um modelo único de política pública que seja adequado para todos os contextos, mas tam-



bém revela princípios comuns que caracterizam políticas efetivas, incluindo liderança governamental clara, combinação de recursos públicos e privados, cooperação interinstitucional, participação comunitária e equilíbrio entre padronização e flexibilidade.

A avaliação e o monitoramento de políticas de preservação da memória coletiva constituem processos fundamentais que requerem metodologias específicas capazes de capturar tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas dos impactos culturais. Nesse sentido, a aplicação de modelos como o iMGD para a avaliação da maturidade em gestão documental fornece dados essenciais para o monitoramento e o aprimoramento contínuo das práticas que sustentam a memória institucional e coletiva.O desenvolvimento de sistemas adequados é essencial para garantir a efetividade das políticas e facilitar seu aprimoramento contínuo.

As perspectivas futuras para as políticas públicas de informação na preservação da memória coletiva são influenciadas por tendências tecnológicas, sociais e culturais que criam tanto oportunidades quanto desafios. A capacidade de antecipar e responder adequadamente a estas tendências será fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas que garantam a preservação da diversidade cultural e a transmissão adequada da memória coletiva às gerações futuras.

A gestão documental madura, apoiada por instrumentos como o iMGD, será crucial para assegurar que as novas formas de produção e acesso à informação contribuam efetivamente para o fortalecimento da memória coletiva, da transparência e da governança.

A preservação da memória coletiva constitui, em última análise, uma questão fundamental sobre o tipo de sociedade que desejamos construir e transmitir às gerações futuras. As políticas públicas de informação desempenham um papel crucial neste processo, determinando não apenas quais memórias serão preservadas, mas também como serão organizadas, interpretadas e utilizadas. A formulação e implementação de políticas públicas adequadas requer, portanto, não apenas competência técnica, mas também sensibilidade cultural, compromisso democrático e visão de longo prazo sobre os objetivos sociais que orientam a preservação da memória coletiva.



O desenvolvimento de políticas públicas efetivas para a preservação da memória coletiva representa um desafio contínuo que requer adaptação constante às transformações tecnológicas, sociais e culturais. Este desafio, entretanto, também constitui uma oportunidade para contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas, democráticas e culturalmente ricas que valorizam tanto a diversidade quanto a coesão social. A preservação da memória coletiva, quando adequadamente apoiada por políticas públicas efetivas, pode contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade cultural, a promoção da compreensão intercultural e a construção de sociedades mais justas e equitativas.

Este artigo reforça que a articulação entre políticas públicas robustas, a avaliação da maturidade em gestão documental por meio do iMGD e a atenção às tendências futuras é indispensável para construir uma base informacional sólida que sustente a memória coletiva e promova a cidadania em ambientes cada vez mais digitais.

A compreensão de que a memória individual fornece elementos essenciais à memória coletiva, permitindo seu registro, preservação e ativação por meio da anamnese, reforça a importância de mecanismos eficazes de gestão e salvaguarda. Quando esses registros encontram suporte em documentos escritos, como aponta Le Goff (1990), ocorre a transição para a memória social, que materializa, amplia e transforma as lembranças coletivas no espaço público e institucional. Assim, a preservação da memória deixa de ser apenas um ato técnico e se torna um processo político e cultural que molda identidades, influencia a ação social e assegura a continuidade histórica de comunidades e nações.

Nesse sentido, as políticas públicas de informação desempenham um papel estratégico ao garantir que as conexões entre memórias individuais, coletivas e sociais sejam mantidas de forma autêntica, acessível e inclusiva. A gestão documental madura, apoiada por instrumentos como o iMGD, torna-se um alicerce indispensável para que essas políticas sejam eficazes diante das transformações tecnológicas e sociais. Ao articular práticas arquivísticas sólidas com visão de longo prazo, cria-se uma base informacional robusta, capaz de sustentar a diversidade cultural, fortalecer a cidadania e assegurar que a memória coletiva — ali-

mentada pelas experiências individuais e consolidada na esfera social — seja preservada e transmitida às gerações futuras como patrimônio vivo e dinâmico.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 15489-1:2018. Gestão de documentos – Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ARQUIVO NACIONAL. Índice de Maturidade em Gestão de Documentos. Brasília, DF: Arquivo Nacional, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/monitoramento/diagnostico/Referencial_IMGDPDF_20250306.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

BICALHO, Rosária Cristina de Rezende; OLIVEIRA, Lígia Maria Moreira de. O debate sobre a interdisciplinaridade na Ciência da Informação: perspectivas e desafios. Ponto de Acesso, Salvador, v. 5, n. 3, p. 41-61, dez. 2011. Disponível em: https://portais.ufes.br/periodicos/pontoacesso/article/view/79. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of information policy**, v. 1, p. 1-5, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 3 jul. 2025. **BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)**. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ Brasil). Versão 2.0. Brasília, DF: CONARQ, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

CONSONI, Flávia L. V.; MARTINS, Marcos F.; JAPUR, Marcos R. Realidade aumentada: ferramenta para preservação do patrimônio histórico-arquitetônico. **Estudos em Design**, v. 27, n. 1, p. 89-106, mar. 2019.

CRIPPA, Giulia. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MARANON, Eduardo Ismael Murguia. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus.** São Carlos, SP: Compacta, 2010. p. 79-111.

DORNELES, Sânderson Lopes; CORRÊA, Renato Fernandes; FLORES, Daniel. Modelos de maturidade na gestão de documentos digitais. **RACIn, João Pessoa**, v. 12, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 2024. Disponível em: https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v12_n1/racin_v12_n1_artigo03.pdf. Acesso em: 09 de Jul. 2025.



GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. Morpheus – **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 13, 2008. ISSN 1676-2924. Disponível em: http://www.unirio.br/morpheus. Acesso em: 9 ago. 2025.

GÓMEZ, Maria Nélida González de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, v. 31, p. 27-40, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/. Acesso em: 03 Jul. 2025.

FLORES, Daniel. **A gestão de documentos eletrônicos**: o desafio de uma abordagem arquivística. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo:Centauro, 2006.

JARDIM, José Maria. A gestão da informação e a questão da memória em ambientes digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1/2, p. 7-23, jan./dez. 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEMIUX, Victoria L. A Typology of Blockchain Recordkeeping Solutions and Some Reflections on their Implications for the Future of Archival Preservation. 2020. Disponível em: https://ai-collaboratory.net/wp-content/uploads/2020/04/Lemieux.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra 2:** memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, s.d.

MURARI, Victor Tuon. Inteligência artificial nos museus: novas possibilidades para a pesquisa de acervos. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 45, p. 365-385, jul./dez. 2024.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In**. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992.

PARRELA, I.; NASCIMENTO, A.. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. spe, p. 176–188, jan. 2019.

PISTORELLO, Daniela. **Patrimônio, museus e arquivos**. Editora Senac São Paulo, 2025.

PROENÇA, D.; BORBINHA, J. Maturity models for data and information management: A state of the art. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THEORY AND PRACTICE OF DIGITAL LIBRARIES (TPDL), 22., 2018, Porto, Portugal. **Proceedings [...]**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 81-93.

RABECHINI JUNIOR, R. **A Estruturação de Competências e Maturidade em Gerenciamento de Projetos**. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.fundacaofia.com.br/pgtusp/eventos/seminarios/texto_roque.pdf. Acesso em: 3 Jul. 2025.

RIBEIRO, Diego Lemos; MENDONÇA, Elizabete de Castro; WICHERS, Camila A. de Moraes. Decolonizar museus e patrimônios: breve manifesto. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 30, p. 8-25, jan./jul. 2024.

SANTOS, Paula Wivian Quirino dos; ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de . Redes sociais online como espaços de Memória: uma visão a partir da página "Recife de antigamente". **Biblionline,** João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 107-121, jul/set., 2017

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV, 2013.

SANTOS, Paula Wivian Quirino dos; ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de. Redes sociais online como espaços de Memória: uma visão a partir da página "Recife de antigamente". **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 107-121, jul./set., 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Albuquerque-9/publication/325032402_Redes_sociais_o nline_como_espacos_de_memoria_uma_visao_a_partir_da_pagina_Recife_de_antigamente/links/5fce3b4f45851568d146df5b/Redes-sociais-online-como-espacos-de-memoria-uma-visao-a-partir

da-pagina-Recife-de-antigamente.pdf. Acesso em: 3 Jul 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for. Acesso em: 3 Jul. 2025.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 106-132, maio/ago. 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1155. Acesso em: 23 jun. 2025.



GUARDIÕES DA MEMÓRIA: REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO INSTITUCIONAL

Camila Rodrigues Quaresma Martins
Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)
camilarq.bibliotecária@gmail.com, https://orcid.org/0009-0002-9602-7330
Glaucius Décio Duarte
Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul)
glaucius.decio.duarte@gmail.com, https://orcid.org/0000-0001-7537-5817
Luis Otoni Meireles Ribeiro
Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul)
luis.otoni@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-5526-8632

Resumo: *Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado e teve como objetivo investigar a existência de políticas de informação e de preservação da memória institucional em Repositórios Institucionais (RIs), a partir da percepção de bibliotecários gestores de Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, do estado do Rio Grande do Sul. Com abordagem qualitativa e delineamento em estudo de caso, foram aplicados questionários estruturados a dez bibliotecários gestores dos RIs, permitindo identificar o grau de formalização e o conhecimento das diretrizes institucionais. A análise dos dados revelou que, embora a maioria das IES possuam orientações voltadas à informação e à memória, essas políticas nem sempre estão formalizadas ou conhecidas pelos gestores. Observou-se também a predominância de políticas de arquivamento rígidas, que limitam a diversidade documental e informacional. O estudo destaca o papel estratégico dos bibliotecários gestores como mediadores entre as tecnologias, a memória institucional e os compromissos sociais das instituições. A memória institucional é compreendida como essencial na identidade organizacional e da valorização da produção institucional em sua totalidade. Os RIs são apresentados como ferramentas importantes para a preservação digital e como espaços colaborativos que se inserem nas práticas das humanidades digitais. Os resultados oferecem subsídios para que gestores desenvolvam diretrizes e políticas inclusivas, alinhadas às necessidades de preservação da identidade acadêmica e institucional. Ao final, são indicadas direções futuras que incluem estudos sobre a atuação dos gestores de RIs e reflexões sobre o uso de tecnologias na preservação da memória das instituições.*



Palavras-Chave: *Memória institucional; Repositórios institucionais; Políticas de informação; Preservação digital; Bibliotecário gestor.*

Resumen: *Este artículo presenta un recorte de una investigación de maestría cuyo objetivo fue investigar la existencia de políticas de información y preservación de la memoria institucional en Repositorios Institucionales (RIs), a partir de la percepción de bibliotecarios gestores de Instituciones de Educación Superior (IES), públicas y privadas, del estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Con un enfoque cualitativo y un diseño de estudio de caso, se aplicaron cuestionarios estructurados a diez bibliotecarios responsables de la gestión de los RIs, lo que permitió identificar el grado de formalización y el conocimiento de las directrices institucionales. El análisis de los datos reveló que, aunque la mayoría de las IES posee orientaciones dirigidas a la información y a la memoria, estas políticas no siempre están formalizadas o son conocidas por los gestores. También se observó la predominancia de políticas de archivo rígidas, que limitan la diversidad documental e informacional. El estudio destaca el papel estratégico de los bibliotecarios gestores como mediadores entre las tecnologías, la memoria institucional y los compromisos sociales de las instituciones. La memoria institucional se entiende como un elemento esencial de la identidad organizacional y de la valorización de la producción institucional en su conjunto. Los RIs se presentan como herramientas importantes para la preservación digital y como espacios colaborativos insertos en las prácticas de las humanidades digitales. Los resultados ofrecen insumos para que los gestores desarrollen directrices y políticas inclusivas, alineadas con las necesidades de preservación de la identidad académica e institucional. Finalmente, se indican futuras líneas de investigación que incluyen estudios sobre la actuación de los gestores de RIs y reflexiones sobre el uso de tecnologías en la preservación de la memoria institucional.*

Palabras clave: *Memoria institucional; Repositorios institucionales; Políticas de información; Preservación digital; Bibliotecario gestor.*



INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea objeto de "transformações econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e educacionais, que têm levado as instituições a pensar e elaborar estratégias diferenciadas e criativas para gerar qualidade no ensino e na pesquisa" (Martins, 2012). Nesse cenário, as tecnologias digitais têm sido utilizadas como ferramentas de apoio em diversas áreas do conhecimento, promovendo mudanças na forma de ensinar, aprender, produzir, disseminar e principalmente preservar as informações no âmbito das instituições.

Como destaca Castells (1999, p. 43), "a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas", com isso instituições de ensino e pesquisa, em consonância com os avanços tecnológicos e com o movimento de acesso aberto ao conhecimento, passaram a buscar mecanismos que permitissem maior visibilidade à sua produção científica, garantindo o acesso à preservação das informações geradas em seu âmbito.

Nesse contexto, os Repositórios Institucionais (RIs) se consolidam como espaços fundamentais de preservação e disseminação do conhecimento, atuando como verdadeiros guardiões da memória institucional, ambientes digitais desenvolvidos para armazenar, organizar, preservar e disponibilizar a produção acadêmica e científica de uma instituição. Para Sayão e Marcondes (2009, p. 10), os RIs "são entendidos hoje como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição".

Ao promoverem o acesso à informação científica, os RIs possibilitam a valorização da memória institucional, ao passo que reúnem e sistematizam a produção cultural, intelectual e científica, tornando-a acessível à comunidade interna e externa. A memória institucional, nesse sentido, "não se restringe apenas a documentos tradicionais, mas abrange a manutenção e recuperação de fragmentos da história da organização, sendo parte essencial da identidade institucional" (Marques, 2007).

Para Cavalcanti, Sales e Guerra (2024) "a memória institucional tem como objetivo primordial assegurar a preservação e a transmissão da

história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e suas relações com a sociedade" Ao longo dos anos, as instituições passaram a pensar de que forma a produção institucional pudesse ser organizada, preservada e disponibilizada fora dos espaços físicos da organização.

Levando em consideração a afirmação de Marques (2007) de que a "Memória Institucional é mais do que documentos tradicionais e sabendo que hoje as instituições produzem conhecimento em diferentes formatos digitais", houve a necessidade, através deste estudo, de estabelecer uma discussão sobre a importância dos RIs e conhecer as potencialidades dos repositórios já utilizados por bibliotecas.

Este artigo apresenta parte da dissertação de mestrado defendida em 2017, cuja fundamentação teórica e dados empíricos que refletem o contexto do período. Para este trabalho, buscou-se atualizar a discussão a partir de produções recentes, ampliando o diálogo entre os achados da pesquisa original e os debates atuais sobre preservação digital e memória institucional. Dessa forma, o artigo teve por objetivo investigar a existência de uma política de informação e de preservação da memória institucional, a partir da percepção de bibliotecários gestores de repositórios institucionais em Instituições de Ensino Superior do estado do Rio Grande do Sul. O estudo apresenta um recorte da dissertação intitulada *"Repositório Institucional na perspectiva de bibliotecários gestores: possibilidades para implantação no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL)"*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia (MPET/IFSUL), na linha de pesquisa Linguagens Verbo-Visuais e Tecnologias.

Ao analisar as práticas e compreensões desses profissionais, buscou-se contribuir com reflexões sobre os caminhos para valorização da memória institucional em meio digital, em sintonia com os princípios das humanidades digitais. Compreender o papel desses gestores é reconhecer o bibliotecário como agente estratégico na mediação entre a memória institucional, as tecnologias da informação e os compromissos da instituição com a democratização do conhecimento.



Embora os Repositórios Institucionais (RIs) sejam reconhecidos como espaços estratégicos de preservação digital e disseminação da produção acadêmica, a análise prévia evidencia uma lacuna importante: as instituições até possuem políticas voltadas à informação e à memória, mas estas nem sempre estão formalizadas, divulgadas ou efetivamente implementadas. Essa falta de clareza compromete a consolidação de práticas consistentes de preservação da memória institucional, gerando fragilidade tanto no registro histórico quanto na valorização da produção acadêmica. Portanto, é nesse cenário que se insere este estudo, que busca compreender como os bibliotecários gestores percebem a existência dessas políticas e de que maneira elas se refletem na gestão dos RIs.

REFERENCIAL TEÓRICO

Preservar a história é fortalecer a identidade das instituições, com isso a preservação não se resume à guarda de documentos, mas envolve a valorização dos sujeitos, das práticas e dos conhecimentos construídos ao longo do tempo. A memória institucional é mais do que um repositório de fatos; ela constitui a identidade da organização e dos que a compõem, sendo um elemento essencial para compreender o presente e planejar o futuro (FUNDACENTRO, 2023).

Para Oliveira (2015, p. 19), a "memória não pode vista como a prática de guarda de documentos históricos, mas sim como um bem necessário ao desenvolvimento institucional. É por meio da sistematização e do acesso à memória que se torna possível reconhecer os caminhos trilhados, os avanços obtidos e os desafios enfrentados". Nesse processo, os Repositórios Institucionais (RIs) assumem papel estratégico ao reunir em ambiente digital, produção científica, histórica, cultural e acadêmica de uma instituição.

Os RIs surgem em um contexto de transformação da comunicação científica, acompanhando a crescente digitalização e a necessidade de acesso aberto à produção do conhecimento. Segundo Sayão e Marcondes (2009, p. 10), os repositórios representam uma infraestrutura informacional capaz de garantir a preservação a longo prazo da produção científica, o acesso livre e público.

Ainda, os RIs permitem à instituição ampliar sua visibilidade, valorizar sua produção intelectual e cumprir seu compromisso social com a democratização do conhecimento. Conforme destaca Oliveira (2015, p. 21), os repositórios possibilitam a disponibilização democrática da produção acadêmica, contribuindo com o desenvolvimento científico e com a consolidação da memória institucional em meio digital. Para Dodebei (2009, p. 93), os RIs representam a "memória eletrônica de um grupo de pessoas", exigindo das instituições políticas claras de informação, seleção e preservação, reforçando seu caráter institucional e, ao mesmo tempo, humano por representar a identidade, a trajetória e a diversidade de saberes que constituem a própria história da instituição.

A implantação e manutenção de um repositório demandam políticas bem definidas, construídas em consonância com a cultura e os objetivos da instituição. Leite (2009, p. 10) afirma que tais políticas devem refletir as decisões tomadas no planejamento do RI e estar alinhadas às políticas institucionais já vigentes. Tomaél e Silva (2007, p. 4) complementam apontando que as diretrizes devem considerar aspectos como responsabilidade pela gestão do repositório, padrões técnicos, aspectos legais, estratégias de preservação digital e formas de financiamento. Sem essas definições, a estrutura do repositório torna-se frágil, comprometendo sua sustentabilidade e eficácia a longo prazo.

Nesse contexto, os RIs também podem ser compreendidos como práticas inseridas no campo das Humanidades Digitais, uma vez que articulam o uso de tecnologias informacionais com a valorização da cultura, da memória e da produção intelectual coletiva. Esses espaços digitais tornam-se ambientes vivos de memória, conectando sujeitos, saberes e instituições por meio de redes informacionais que promovem o acesso aberto, a preservação do patrimônio e a circulação do conhecimento. Como guardiões da memória institucional, os repositórios sejam eles institucionais ou digitais contribuem para que o passado seja continuamente ressignificado no presente, em diálogo com as transformações tecnológicas e sociais.

O movimento em direção à digitalização e à disponibilização de acervos também foi fortalecido em âmbito internacional por iniciativas como o manifesto endossado pelo *World Library and Information Con-*



gress (IFLA) em parceria com a UNESCO, que incentivou programas de digitalização e de acesso on-line a acervos culturais e científicos. Essas iniciativas, como práticas de Humanidades Digitais, contribuíram significativamente para criar um ambiente propício à ampliação do acesso e ao fortalecimento de uma cultura digital em torno da memória e da informação. Nesse contexto, pesquisadores e comunidades acadêmicas encontraram espaço para desenvolver seus próprios repositórios e coleções digitais, estabelecendo pontes entre a preservação institucional e as práticas emergentes das Humanidades Digitais, especialmente no que se refere à democratização do conhecimento e ao uso crítico das tecnologias para a preservação da memória (Reis, 2023).

Nesse contexto, os RIs também podem ser compreendidos como práticas inseridas no campo das Humanidades Digitais, uma vez que articulam o uso de tecnologias informacionais com a valorização da cultura, da memória e da produção intelectual coletiva. Esses espaços digitais tornam-se ambientes vivos de memória, conectando sujeitos, saberes e instituições por meio de redes informacionais que promovem o acesso aberto, a preservação do patrimônio e a circulação do conhecimento. Como guardiões da memória institucional, os repositórios digitais contribuem para que o passado seja continuamente ressignificado no presente, em diálogo com as transformações tecnológicas e sociais.

Os Repositórios Institucionais, ao organizarem e disponibilizarem a produção das Instituições de Ensino Superior (IES), inserem-se no campo das Humanidades Digitais, pois atuam como ambientes em que a tecnologia se coloca a serviço da preservação, análise e acesso à memória social e acadêmica. Nesse sentido, não se trata apenas de preservar documentos, mas de compreender a memória como processo social e cultural, que envolve escolhas sobre o que deve ser lembrado e como deve ser narrado no ambiente digital.

Assim, os RIs preservam a produção científica e institucional e podem ser vistos como instrumentos das Humanidades Digitais, capazes de contribuir para a democratização do conhecimento e para a valorização da identidade acadêmica e cultural das instituições.

A compreensão da memória institucional e da política de informação e sua articulação com os ambientes digitais exige, portanto,



uma abordagem crítica sobre os processos de organização, curadoria e disseminação da informação, não devendo ser vistos apenas como soluções tecnológicas, mas como ferramentas que expressam escolhas políticas e institucionais sobre o que merece ser preservado, compartilhado e tornado acessível.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo insere-se na abordagem qualitativa de pesquisa, orientada pelo interesse em compreender as percepções e práticas de bibliotecários gestores frente aos Repositórios Institucionais (RIs) nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul. A escolha metodológica se justifica pela natureza do problema investigado, que envolve dimensões subjetivas, institucionais e culturais relacionadas à preservação da memória institucional e as políticas de informação em ambientes digitais.

A pesquisa configura-se como um estudo de caso, com recorte na realidade de bibliotecários que atuam na gestão de repositórios institucionais em funcionamento no estado. A opção pelo estudo de caso possibilita uma análise situada, permitindo considerar as singularidades de cada instituição e as experiências concretas dos sujeitos envolvidos na dinâmica de preservação e disseminação da produção científica e acadêmica.

A primeira etapa do percurso metodológico consistiu em um levantamento exploratório nos portais de bibliotecas de IES do Rio Grande do Sul, com o objetivo de identificar as instituições que já haviam implantado Repositórios Institucionais e os profissionais responsáveis por sua gestão. Foram identificadas onze instituições com repositórios em funcionamento, públicas e privadas, compondo o universo da pesquisa.

A partir desse levantamento, foi realizado contato direto com os bibliotecários gestores por meio de convite encaminhado via e-mail, apresentando os objetivos da pesquisa e o link para acesso ao questionário de forma online. A utilização da ferramenta Google Forms permitiu a coleta de dados de maneira sustentável, ágil e acessível, respeitando a dispersão geográfica dos participantes. Dos onze profissionais



convidados, dez (10) responderam ao instrumento, compondo a amostra da pesquisa.

O questionário, previamente testado por dois Bibliotecários gestores de repositórios, foi estruturado com vinte e cinco perguntas, sendo a maioria composta por questões fechadas organizadas em escala Likert, e duas questões abertas: uma para autorização do uso das respostas e outra para livre manifestação dos participantes. As perguntas foram distribuídas conforme os objetivos específicos da pesquisa, com foco na identificação da existência de políticas de informação e memória institucional, nas demandas da gestão dos RIs, na percepção sobre o uso educacional desses ambientes e na compreensão geral sobre sua importância para a preservação digital.

A análise dos dados teve caráter descritivo, com o intuito de evidenciar padrões, tendências e divergências nas respostas dos bibliotecários gestores. A partir das respostas, foi possível compreender o grau de formalização das políticas de informação nas instituições, os tipos de abordagens de arquivamento adotadas (rígida ou flexível), bem como as estratégias e dificuldades enfrentadas na manutenção dos RIs. Essa análise permitiu refletir sobre o papel dos repositórios como instrumentos de preservação da memória institucional e sua inserção nas práticas de humanidades digitais no espaço acadêmico.

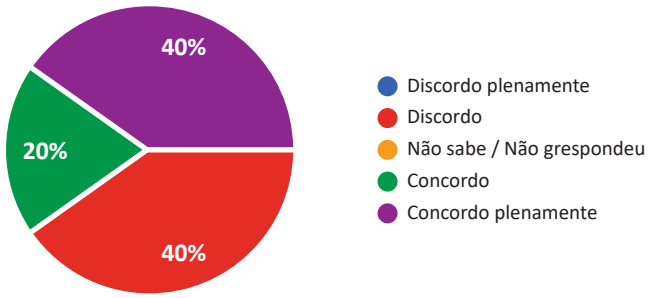
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados permitiu compreender as percepções e práticas dos bibliotecários gestores quanto à existência de políticas de informação e de preservação da memória institucional nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul. As respostas evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância dos Repositórios Institucionais (RIs) como instrumentos de preservação digital e disseminação da produção científica, persistem lacunas em relação à formalização e ao conhecimento dessas políticas dentro das instituições.

No que se refere à existência de uma política de informação institucional, os resultados do Gráfico 1 revelam que 60% dos participantes

reconhecem a presença de tais diretrizes em suas instituições, enquanto 40% afirmam desconhecê-las ou consideram que não estão estabelecidas formalmente.

Gráfico 1: Existência de Política de Informação Institucional



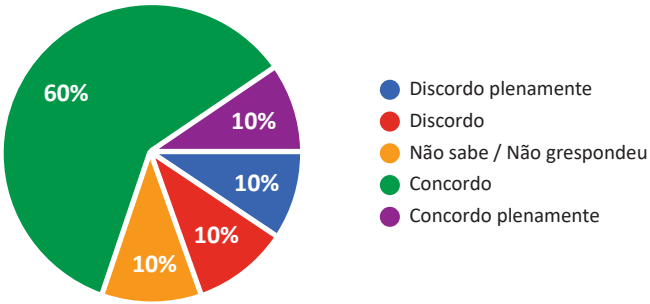
Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses dados apontam para um movimento crescente de valorização da informação, mas também mostram fragilidades relacionadas à comunicação interna e ao envolvimento da comunidade acadêmica com essas políticas. A ausência de clareza e de ampla divulgação pode comprometer a efetividade das diretrizes, uma vez que políticas institucionais só se consolidam quando compartilhadas e incorporadas pelos sujeitos que atuam na gestão da informação.

Outro aspecto importante revelado pelos resultados está relacionado ao tipo de política de arquivamento adotado pelos RIs analisados, a maior parte das instituições (70%) utiliza uma política de arquivamento considerada rígida, voltada prioritariamente à inclusão de documentos com validação científica por pares, como teses, dissertações e artigos publicados. Já os 30% restantes adotam uma política mais flexível, permitindo a inclusão de outros tipos de produção acadêmica, como relatórios, materiais de extensão e conteúdos institucionais diversos. Essa distinção evidencia diferentes compreensões sobre o que deve ser preservado e disseminado nos repositórios, refletindo diretamente nas práticas de gestão da memória digital.

A percepção sobre a política de preservação da memória institucional apresenta comportamento semelhante conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Existência de Política de Preservação da Memória Institucional



Fonte: Elaborado pelos autores.

A percepção sobre a existência de políticas voltadas à preservação da memória institucional revelou um padrão semelhante ao observado na política de informação. Aproximadamente 70% dos gestores indicaram que suas instituições possuem algum tipo de diretriz nesse campo, enquanto 30% dos respondentes demonstraram incerteza ou desconhecimento quanto ao tema. Esses resultados evidenciam que, embora haja um movimento relevante em direção à valorização da memória, o compromisso institucional ainda se mostra frágil, demandando maior consolidação e visibilidade no âmbito estratégico das IES, de modo a garantir efetividade na preservação de seu patrimônio informacional e histórico.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas mais claras, acessíveis e integradas, de forma que a memória institucional seja compreendida não apenas como um conjunto de registros, mas como patrimônio ativo para a identidade e a continuidade histórica das instituições. Conforme destaca a Fundacentro (2023), “preservar a memória institucional não é só resgatar o passado. Também é compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período. É ter referenciais consistentes para construir o presente e planejar o futuro”. Sendo assim, reiteramos o que foi apresentado na presente pesquisa, a importância da preservação da memória institucional como fator necessário para, através do passado, pensar o futuro.

Ainda, quando perguntado sobre a “a existência de políticas de informação e preservação da memória institucional”, de acordo com as

respostas dos participantes os dados obtidos indicam que, apesar das dificuldades enfrentadas como falta de equipe técnica especializada, ausência de políticas formais e escassez de investimento, os bibliotecários gestores demonstram em suas respostas uma atuação comprometida com a preservação da memória institucional, reconhecendo os repositórios como ambientes estratégicos tanto para a valorização da produção acadêmica quanto para a democratização do conhecimento, conforme Cavalcanti, Sales e Guerra (2024), no contexto das "instituições acadêmicas, a memória institucional oferece uma oportunidade de reconstruir as trajetórias individuais ou de grupos, evidenciando as interações socioculturais e científicas que moldaram o seu percurso ao longo do tempo".

Diante disso, é possível afirmar que os RIs, quando articulados a políticas de informação bem estruturadas, tornam-se ferramentas essenciais para o fortalecimento da identidade institucional e para o cumprimento do papel social das IES. Ao mesmo tempo, os resultados reiteram a importância do bibliotecário gestor como agente mediador entre as tecnologias da informação, as diretrizes institucionais e os valores que fundamentam a preservação da memória no contexto acadêmico. Nesse sentido, os repositórios guardam documentos e materializam escolhas sobre o que se deseja lembrar, comunicar e transmitir às gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo evidenciam que os Repositórios Institucionais (RIs) têm se consolidado como ferramentas estratégicas no contexto acadêmico, ao promoverem o acesso à produção científica e a preservação da memória institucional em meio digital. A pesquisa demonstrou que grande parte das Instituições de Ensino Superior investigadas possui alguma política voltada à informação e à memória, embora em muitos casos essas diretrizes não estejam formalizadas ou não sejam amplamente conhecidas pelos profissionais que atuam diretamente com a gestão dos repositórios.

A memória institucional assume, nesse contexto, um papel central na preservação da identidade das instituições, não se restringe ao



acervo documental e representa a trajetória, os sujeitos, as decisões, os saberes e os valores construídos ao longo do tempo. Preservar essa memória é garantir a permanência simbólica da instituição, fortalecendo seus vínculos com a comunidade acadêmica e com a sociedade. É por meio da memória que uma instituição reconhece seus marcos, compreende sua missão e projeta seu futuro com base no legado que construiu.

A atuação dos bibliotecários gestores revelou-se essencial nesse processo, enquanto profissionais da informação se colocam como sujeitos estratégicos na mediação entre as tecnologias da informação, a produção acadêmica e os compromissos institucionais com a preservação do patrimônio intelectual. Sua percepção sobre os RIs ultrapassa a dimensão técnica, evidenciando um entendimento sensível sobre a função social desses ambientes digitais na construção da identidade institucional e na democratização do conhecimento.

Contudo, as dificuldades identificadas como a ausência de políticas formalizadas, a falta de equipes especializadas e o desconhecimento institucional sobre as potencialidades dos RIs indicam a necessidade de maior investimento na estruturação de políticas de informação claras, integradas e alinhadas às práticas de preservação digital e de humanidades. Ao reconhecer os repositórios como guardiões da memória, é fundamental que as instituições ampliem o debate sobre o que se deseja preservar, como organizar e para quem comunicar.

Com isso, este estudo reforça a importância de consolidar práticas de gestão da memória institucional em tempos digitais com olhar para as Humanidades Digitais, fortalecer repositórios, apoiar a gestão da informação por meio do trabalho dos bibliotecários e estruturar políticas consistentes para uso, gestão e disseminação da informação são passos importantes para que a memória acadêmica permaneça viva e acessível. Nesse contexto, os Repositórios Institucionais se alinham às Humanidades Digitais, ao integrarem tecnologia e cultura na preservação da memória coletiva e na democratização do conhecimento.

Direções Futuras para Novas Pesquisas

Diante dos achados deste trabalho, abrem-se possibilidades para pesquisas futuras como investigar o impacto dos Repositórios Institucionais na cultura informacional das comunidades acadêmicas, analisando práticas de autoria, circulação do conhecimento e apropriação da memória institucional. Também se mostra necessária uma abordagem qualitativa sobre o papel do bibliotecário gestor, por meio de estudos etnográficos ou narrativos que revelem experiências e estratégias desses profissionais na mediação entre política, tecnologia e identidade.

Por fim, destaca-se a necessidade de estudos que relacionem os RIs às práticas das Humanidades Digitais, ampliando o debate sobre a memória como um bem coletivo e socialmente construído, e fortalecendo os repositórios como espaços vivos de saber, identidade e história institucional.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venâncio (trad.); GERHARDT, Klauss Brandini (Col.). **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p. (A era da informação : economia, sociedade e cultura ; 1).

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máyra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montengro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento**. Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137828

DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. SAYÃO, Luis. et al. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 83.

FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. 2023. **A importância da memória institucional**. Disponivel em: < https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional-1>. Acesso em: 25 jul 2025.

LEITE, F. et al... **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aber-



to. Brasília: IBICT, 2009. 124 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

MARTINS, C. R. Q, MENDES, L. F. S., DUARTE, G. D. Interfaces de repositórios educacionais: dificuldades e possibilidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –EDUCERE, 12.,2015, Curitiba. **Anais eletrônicos**...Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/anais/p1/trabalhos.html?q=Camila+rodrigues+quaresma+martins> Acesso em: 29 out 2015.

MARTINS, C. R. Q. Gestão do conhecimento para serviços de informação: análise de produtos e serviços inovadores em bibliotecas universitárias. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 26, n.1, p.9-30, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Júccia Nathielle do Nascimento. **Contribuições para o aprimoramento do acesso e visualização da informação em repositórios institucionais.** 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

REIS, Arthur Ferreira. As humanidades digitais no brasil e no mundo: o estado da arte. **Revista Convergências**: estudos em Humanidades Digitais, v. 01, n.01, p. 32-48, jan./abr. 2023

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, Carlos. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. SAYÃO, Luis. et al. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 26.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elizabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos..**. Salvador: UFPA, 2007. Disponível em: http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 10 abr 2015.

MIDIATECA CAPIXABA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM AMBIENTE DIGITAL

Fabíola Pereira Costa
Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo
E-mail: fabiolajpc@hotmail.com orcid: orcid.org/0000-0002-0456-8897

Lara Vitória Pinto Espíndola
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: esp.lara.vitoria@gmail.com, https://orcid.org/0009-0004-0731-0164

Victor Jesus Coelho
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
coelhovitorr@hotmail.com, Orcid: https://orcid.org/0009-0004-1035-7174

Resumo *A preservação da memória coletiva e a organização de fontes informacionais em ambientes digitais têm se mostrado desafios relevantes diante das transformações tecnológicas, sociais e culturais do nosso tempo. Nesse cenário, plataformas digitais culturais assumem papel estratégico ao ampliar o acesso público à informação e promover o compartilhamento de acervos, integrando gestão do conhecimento, tecnologias abertas e práticas colaborativas. É sob essa perspectiva que se insere a Midiateca Capixaba, uma iniciativa que busca enfrentar os desafios contemporâneos da digitalização, do licenciamento aberto, da curadoria participativa e da democratização do acesso à memória. O presente estudo parte de conceitos ligados ao patrimônio cultural, à cultura digital e à mediação sociocultural, adotando uma abordagem qualitativa centrada em estudo de caso, análise documental e levantamento de indicadores técnicos. O objetivo é analisar a Midiateca Capixaba como política pública inovadora voltada à preservação e difusão do patrimônio cultural do Espírito Santo no ambiente digital. Entre os principais resultados, observam-se a integração de acervos anteriormente dispersos, o fortalecimento de identidades locais e a inserção da memória capixaba no ecossistema digital, gerando impactos positivos na educação, na pesquisa e nas políticas públicas de cultura. Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda há obstáculos relacionados à expansão tecnológica e à articulação com acervos não institucionais, que também representam expressões culturais legítimas e diversas. Ainda assim, a plataforma revela potencial como ferramenta de apoio a atividades culturais, educacionais e de valorização da identidade local, além de se integrar a outras redes e repositórios digitais.*

Palavras-chave: Memória coletiva; Políticas públicas digitais; Mediação cultural; Acesso à informação; Patrimônio cultural.



INTRODUÇÃO

A transformação digital tem modificado profundamente a forma como sociedades lidam com a preservação da memória e a difusão da cultura. Em um contexto marcado pela aceleração tecnológica e pela lógica do presentismo (Hartog, 2006), surge o desafio de garantir a salvaguarda do patrimônio cultural em formatos acessíveis, interoperáveis e sustentáveis. A preservação da memória coletiva, entendida como processo social que estrutura identidades (Halbwachs, 1990), e a constituição de "lugares de memória" (Nora, 1993) ganham novas dimensões no ambiente digital, em que arquivos, bibliotecas e museus são convocados a repensar práticas de guarda, difusão e acesso.

Nesse cenário, o acesso democrático à informação cultural torna-se condição indispensável para o exercício da cidadania. Como destaca Jardim (1995), os arquivos não apenas servem à pesquisa científica, mas também funcionam como instrumentos de garantia de direitos. O mesmo raciocínio pode ser expandido para plataformas digitais, que, ao reunir e disponibilizar acervos contribuem para a democratização cultural e para o fortalecimento das identidades locais (Souza; Crippa, 2009; De Sá; Bufrem, 2024).

À luz desse cenário, a Midiateca Capixaba se apresenta como plataforma pública de difusão do patrimônio cultural do Espírito Santo, ao integrar acervos de diferentes instituições em um repositório de acesso aberto. Desse modo, o objetivo geral do presente estudo é analisar a Midiateca como política pública inovadora de preservação e difusão digital. Para tanto, o estudo apresenta os conceitos de patrimônio cultural, memória coletiva e cultura digital; analisa o papel da mediação cultural e das tecnologias livres na democratização da informação; examina a Midiateca como repositório digital inserido em políticas públicas; e avalia impactos, benefícios e limitações do referido ambiente digital.

Para atingir tais objetivos, o artigo estrutura-se em cinco seções: a introdução, que contextualiza o problema; o referencial teórico, que discute as categorias centrais; a metodologia, que explicita os procedimentos adotados; os resultados e discussão, que apresentam os acha-

dos da análise; e as considerações finais, que sintetizam as contribuições e apontam desdobramentos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Patrimônio cultural, memória coletiva e cultura digital

O conceito de patrimônio cultural passou por transformações ao longo do tempo, ampliando-se de uma visão restrita a bens materiais para abarcar dimensões simbólicas, imateriais e digitais. Esse movimento está intrinsecamente ligado às discussões em torno da memória, entendida como fundamento das identidades coletivas. Halbwachs (1990) inaugura esse debate ao conceber a memória coletiva como processo social que estrutura a identidade dos grupos, enquanto Nora (1993) formula a noção de "lugares de memória", ressaltando que elementos materiais e imateriais podem se converter em referências identitárias da coletividade.

A memória pode ser compreendida, portanto, como instrumento de cidadania. Para Hartog (2006, p. 272), ela se apresenta como um direito, pois "que ela se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reivindique como direito, a memória vale, no mesmo, como uma resposta ao presentismo e como um sintoma desse último". Jardim (1995, p. 3) complementa esse raciocínio ao destacar que a guarda de documentos permanentes se justifica tanto pelo seu valor para a pesquisa quanto como "fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos".

No campo da Arquivologia, Bellotto (2005, p. 274) define a memória como "um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não. A memória é referenciadora, e não recolhedora ou armazenadora", enfatizando seu papel de mediação entre o passado e o presente. Autores como Machado e Monteiro (2010) e Le Goff (1990) ressaltam a memória como elo entre passado, presente e futuro, fundamental na construção de identidades.

A memória encontra nos arquivos sua forma institucionalizada de registro. Lodolini (apud Jardim, 1995, p. 4) afirma que "a memória registrada e conservada constitui a base de toda atividade humana: a



existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos". Para além dos documentos, as próprias instituições arquivísticas se tornam lugares de memória, como observa Nora (1993, p. 13): "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações".

Na Ciência da Informação, Souza e Crippa (2009) expandem esse debate ao defender que o patrimônio cultural deve ser compreendido como documento, uma unidade de informação com valor social, histórico e cultural. Já De Sá e Bufrem (2024) propõem a distinção entre memória coletiva — ligada às representações simbólicas compartilhadas por grupos — e memória social, que se refere ao processo institucionalizado de registro, preservação e difusão da memória no espaço público. Essa distinção ajuda a compreender o papel dos arquivos e, sobretudo, das plataformas digitais como instrumentos de institucionalização da memória social.

Autores brasileiros como Paes (1998) e Bellotto (2006; 2014) reforçam o papel dos arquivos como guardiões do patrimônio documental, enquanto Horta, Grunberg e Monteiro (1999) defendem a educação patrimonial como estratégia pedagógica de valorização da memória e da cidadania. Na contemporaneidade, Koyama (2012; 2016) mostra que a digitalização expande essas práticas, permitindo a construção de narrativas de memória em ambientes online e em rede.

O ingresso na cultura digital reconfigura essas práticas. Castells (2003) aponta que as redes digitais instauram novas formas de sociabilidade e circulação de informação, enquanto Santaella (2003) analisa a digitalização como vetor de interatividade, convergência e descentralização do conhecimento. Touraine (2006) complementa esse debate ao destacar que a sociedade informacional exige novas formas de cidadania cultural, em que a memória e o patrimônio circulam de maneira híbrida, interligando passado, presente e futuro em ambientes digitais.

Dessa forma, a Midiateca Capixaba pode ser compreendida como síntese desse movimento: ao reunir e difundir acervos antes dispersos, institui-se simultaneamente como "lugar de memória digital" (Nora, 1993) e como mecanismo de memória social institucionalizada (De Sá;

Bufrem, 2024), contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural capixaba e para sua inserção no ecossistema informacional global.

Mediação cultural e tecnologias livres na democratização da informação

A mediação cultural tem sido amplamente debatida na Ciência da Informação, assumindo relevância crescente diante dos desafios contemporâneos da democratização da informação. Chaumier (2016) mostra que, desde os anos 1970, a mediação cultural deixou de ser apenas instrução formal e passou a se caracterizar como prática colaborativa e participativa.

Jammet (2007) complementa essa concepção ao distinguir dois eixos fundamentais: a democratização cultural, orientada à ampliação do acesso de grandes públicos a acervos, bibliotecas e museus; e a democracia cultural, voltada a reconhecer e legitimar as expressões culturais locais, populares e plurais. Como afirma o autor, a democracia cultural é centrada nas populações locais (Jammet, 2007). Tal distinção é fundamental para compreender que a mediação não se reduz ao alargamento quantitativo do acesso, mas envolve também a valorização das memórias comunitárias e das culturas historicamente marginalizadas.

No mesmo sentido, Steegmuller (2016) concebe a mediação como um campo de intervenção cultural que articula educação, aprendizagem e interpretação, ressaltando seu potencial inclusivo em relação a grupos minoritários. Já Almeida Júnior (2009) desloca a discussão para a mediação da informação, compreendida como "toda ação de interferência – consciente ou inconsciente – que possibilita a apropriação de informação" (Almeida Júnior, 2009, p. 49). Nessa perspectiva, o mediador deixa de ser apenas um técnico de transmissão de conteúdos e passa a atuar como agente cultural e político, orientando processos de construção de sentido e cidadania informacional.

Espírito Santo e Murguia (2006) reforçam essa visão ao defender que arquivos, bibliotecas e museus devem atuar como interfaces de mediação capazes de assegurar a apropriação social da informação. De modo semelhante, Perrotti e Pieruccini (2014) consolidam a mediação cultural como categoria autônoma, que articula simultaneamente in-



formação, cultura e educação, ampliando o escopo de atuação das instituições de memória.

Pesquisas recentes no Brasil evidenciam que arquivos públicos, quando articulados a práticas educativas e a políticas curriculares como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podem se consolidar como espaços de mediação cultural, ampliando competências críticas e cidadãs. Nessa perspectiva, Brandão (2017) argumenta que a mediação desloca o usuário de uma posição passiva para "sujeito ativo na apropriação da informação" (p. 112), enquanto Gerlin (2020) vincula essa prática ao desenvolvimento de competências em leitura e informação, fundamentais para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Com o avanço das tecnologias digitais, a mediação cultural passou a incluir práticas de digitalização, preservação digital e uso de tecnologias abertas. Soledade e Duarte (2025) destacam que a digitalização é "essencial para democratizar o acesso à informação" (Soledade; Duarte, 2025, p. 369), ao permitir que documentos históricos, científicos e culturais sejam acessados globalmente. Todavia, alertam para os limites estruturais que podem comprometer esse processo, como a obsolescência tecnológica, a ausência de padronização de metadados e o persistente abismo digital.

Esses desafios são reiterados por Innarelli (2018), Flores (2014) e Arellano (2019), que defendem a necessidade de investir em estratégias robustas de preservação digital e em sistemas de metadados consistentes, assegurando autenticidade e integridade das informações. Nesse sentido, a adoção de tecnologias livres e padrões abertos, como softwares de código aberto e licenciamento Creative Commons, apresentam-se como alternativa estratégica para reduzir custos, promover a interoperabilidade e fortalecer a participação cidadã.

Souza e Crippa (2009) acrescentam a esse debate ao propor que o patrimônio cultural deve ser tratado como documento, isto é, um "documento informacional vivo" (Souza; Crippa, 2009, p. 214), sujeito a novos contextos de mediação e apropriação social. Já De Sá e Bufrem (2024) alertam que a memória coletiva só se efetiva quando transformada em memória social institucionalizada, processo que, no ambien-

te digital, requer políticas públicas inclusivas para evitar a exclusão de grupos vulneráveis.

Aldabalde (2015; 2021), ao estudar práticas de mediação cultural em arquivos do Espírito Santo, mostra que a abertura de acervos e a valorização da diversidade cultural constituem caminhos para efetivar direitos culturais e ampliar a participação social. Essa reflexão conecta-se diretamente à proposta da Midiateca Capixaba, que atua como mediadora cultural em múltiplos níveis: ao disponibilizar acervos sob licenciamento aberto, promove o acesso democrático à memória coletiva do Espírito Santo; ao adotar tecnologias livres, aproxima-se de princípios de sustentabilidade e colaboração; e ao incentivar a curadoria participativa, favorece a inclusão de memórias comunitárias e coleções pessoais.

A experiência da Midiateca Capixaba materializa esse movimento ao articular a mediação cultural com práticas de curadoria participativa. Nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2025, foi realizada uma formação coordenada pela equipe da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Secult/ES e a Finatec, envolvendo organizações da sociedade civil, municípios e coletivos locais que em breve irão aderir à plataforma. A atividade abordou o uso do Tainacan, software livre e gratuito adotado pela Midiateca para a difusão de acervos, reforçando a opção por tecnologias abertas e pela inclusão social. Essa ação demonstra como a curadoria participativa pode ser fortalecida por meio da capacitação de diferentes atores culturais, ampliando a diversidade de narrativas presentes no repositório digital e estimulando o reconhecimento das memórias comunitárias como parte legítima do patrimônio cultural capixaba.

Entretanto, permanecem entraves comuns a outras iniciativas digitais: superar o abismo digital em regiões periféricas, assegurar recursos contínuos para preservação tecnológica, consolidar padrões de interoperabilidade e ampliar a participação de comunidades locais na curadoria dos conteúdos. Assim, a experiência da Midiateca reafirma o caráter político da mediação cultural, evidenciando que democratizar a informação vai além do acesso técnico: significa garantir voz, memória e identidade às múltiplas expressões culturais da sociedade capixaba.



Repositórios digitais como políticas públicas

Os repositórios digitais configuram-se como instrumentos estratégicos de políticas públicas de cultura e informação. Jardim (1995; 2012) argumenta que políticas de informação expressam relações de poder, pois definem quais memórias são preservadas e como circulam socialmente. Castells (2003) reforça que as redes digitais inauguram novos fluxos informacionais, enquanto a UNESCO (2003) e a IFLA (2018) defendem princípios de acesso aberto, interoperabilidade e licenciamento livre como condições essenciais para que repositórios digitais se consolidem como políticas públicas democráticas.

No Brasil, diferentes estudos têm demonstrado que instituições públicas, como arquivos municipais, já operam como repositórios vivos de políticas culturais, ampliando seu papel de custódia para funções educativas e sociais (Bellotto, 2014; Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Nesse sentido, ao promoverem práticas de difusão e mediação, essas instituições assumem caráter de instrumentos políticos de garantia de direitos culturais, articulando preservação da memória, acesso à informação e cidadania (Jardim, 2012; Perrotti; Pieruccini, 2014).

Sob uma perspectiva conceitual, Souza e Crippa (2009) contribuem ao afirmar que o patrimônio cultural deve ser entendido como documento, o que implica reconhecer os repositórios digitais não apenas como sistemas técnicos de armazenamento, mas como espaços documentais de valor social e cultural. Já De Sá e Bufrem (2024) mostram que os repositórios digitais funcionam como mecanismos de memória social institucionalizada, pois garantem que a memória coletiva de comunidades seja registrada, preservada e difundida no espaço público.

Nesse contexto, a Midiateca Capixaba deve ser vista como política cultural digital inovadora. Ao integrar acervos dispersos, garantir acesso aberto e promover práticas de curadoria participativa, funciona como repositório digital público que articula preservação, educação e cidadania cultural. Contudo, enfrenta os mesmos dilemas identificados pela literatura: sustentabilidade tecnológica, inclusão digital e incorporação de acervos comunitários.

Assim, repositórios digitais como a Midiateca Capixaba não devem ser vistos apenas como plataformas tecnológicas. Eles configuram políticas públicas de informação e cultura, articulando preservação, acesso democrático e valorização das identidades locais no ambiente digital.

METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, adequada para analisar fenômenos sociais em profundidade e em seus contextos específicos (Gil, 2011; Goldenberg, 2007). Optou-se pelo estudo de caso (Yin, 2015), tendo como unidade de análise a Midiateca Capixaba, considerando sua singularidade como política cultural digital pioneira.

No contexto da análise documental, foram examinados documentos normativos, relatórios técnicos, diretrizes culturais e educacionais, além dos conteúdos disponíveis na própria plataforma. O levantamento de indicadores técnicos e simbólicos ocorreu a partir do site oficial da Midiateca e de relatórios apresentados em eventos acadêmicos, mapeando formatos digitais, padrões de metadados, acessibilidade, diversidade cultural e articulação com políticas educacionais. Já a triangulação de dados ocorreu por meio do confronto das evidências documentais com os referenciais teóricos (memória coletiva, mediação cultural e políticas públicas digitais) para compreender o papel da Midiateca na democratização da informação.

A seleção dos documentos seguiu três critérios: (i) relevância normativa e institucional; (ii) centralidade para a compreensão da plataforma; (iii) potencial analítico para discutir impactos educacionais, culturais e políticos. Desse modo, a análise seguiu as etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Como instrumentos, utilizaram-se fichas de registro, quadros de categorização temática e mapeamento de indicadores, o que permitiu que a triangulação atingisse uma maior consistência interpretativa.

Assim, a metodologia possibilitou compreender a Midiateca não apenas como sistema tecnológico, mas como política pública digital, articulando preservação cultural, mediação e cidadania.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Midiateca Capixaba se consolidou como um marco nas políticas culturais digitais ao integrar, em uma única plataforma, acervos anteriormente dispersos de bibliotecas, arquivos, museus e outras instituições culturais do Espírito Santo. Segundo o Guia de Análise e Licenciamento da Midiateca, "trata-se de um patrimônio inestimável, formado por milhares de itens que estavam até então dispersos entre diferentes instituições, agora reunidos em um único ambiente totalmente integrado e acessível ao mundo" (Peschanski; Valente, 2023, p. 13).

Entre os resultados mais significativos está a integração de acervos de grande valor histórico e simbólico, como a coleção Vida Capichaba, digitalizada e disponibilizada pela Biblioteca Pública Estadual. A digitalização de mais de 700 edições, datadas entre 1923 e 1959, buscou "restaurar, preservar e democratizar o conteúdo digital da revista por meio da plataforma Midiateca Capixaba para um público interessado em conhecer a história do Espírito Santo" (Lemos et al., 2023, p. 5).

Do ponto de vista educacional e cultural, a plataforma tem potencial de atuar como ferramenta pedagógica. Isso conecta a Midiateca à BNCC e à educação patrimonial, fortalecendo práticas de cidadania cultural. Outro diferencial importante é a adoção de licenciamento aberto, por meio do uso de Creative Commons sempre que possível o que garante maior liberdade de acesso, reutilização e circulação dos conteúdos digitais. Essa opção insere a Midiateca em um movimento internacional de cultura aberta e reforça sua vocação de política pública democrática de difusão da informação cultural.

Apesar dos avanços, a literatura aponta limitações e desafios. A literatura observa que "investir no processo de digitalização e disponibilização de objetos culturais na internet não é suficiente" (Martins et al., 2022, p. 4), pois ainda existem problemas de qualidade e padronização de metadados. O repositório do Conselho Estadual de Cultura, por exemplo, só alcançou resultados satisfatórios após a aplicação de uma matriz de restrições e alinhamento com padrões internacionais de descrição (Lemos; Macedo; Coelho Jr., 2024, p. 15).

Outro aspecto crítico é a questão jurídica. O guia da Midiateca enfatiza que o maior desafio "não é de ordem técnica, mas jurídica" (Peschanski; Valente, 2023, p. 12), especialmente no tocante aos direitos autorais, obras órfãs e insegurança quanto ao uso de materiais em domínio público. Essa limitação impacta diretamente na ampliação da difusão digital.

Apesar dessas barreiras, os benefícios como política pública digital são inegáveis. A plataforma insere o Espírito Santo em posição pioneira, sendo o "primeiro estado brasileiro a disponibilizar o acervo cultural público em ambiente digital para uso livre sempre que possível" (Peschanski; Valente, 2023, p. 15). Além disso, ao adotar softwares de repositório abertos, como o Tainacan, garante sustentabilidade tecnológica e alinhamento com práticas de interoperabilidade de dados (Lemos et al., 2024, p. 9).

Por fim, a inserção da Midiateca no ecossistema de dados culturais é potencializada por parcerias internacionais e pelo uso de padrões de catalogação como o Dublin Core e o CCO (Cataloging Cultural Objects), permitindo que os acervos locais dialoguem com redes como a Europeana e a Digital Public Library of America (Lemos et al., 2023). Isso amplia a visibilidade do patrimônio capixaba e contribui para a consolidação de uma identidade cultural digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi analisar a Midiateca Capixaba como uma política pública inovadora voltada à preservação e difusão do patrimônio cultural do Espírito Santo em ambiente digital. A problemática que norteou a pesquisa referia-se à capacidade da plataforma em integrar acervos dispersos, democratizar o acesso à informação cultural e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios técnicos, jurídicos e sociais que perpassam a preservação digital e a mediação cultural.

Os resultados da análise indicam que a Midiateca se consolidou como ferramenta estratégica de integração de acervos, reunindo documentos, periódicos, fotografias, obras de arte e registros sonoros antes dispersos em diferentes instituições (Peschanski; Valente, 2023). Essa



integração promoveu não apenas a ampliação do acesso à memória coletiva capixaba, mas também o fortalecimento da identidade cultural regional.

Entre as principais contribuições, destacam-se: a democratização do acesso à informação cultural, com disponibilização pública e gratuita de milhares de itens; o impacto educacional, visto que a plataforma pode ser utilizada em consonância com a BNCC, favorecendo práticas pedagógicas em escolas e universidades; a valorização da memória e da identidade capixaba, ao tornar visíveis manifestações culturais, artísticas e históricas do Estado; o pioneirismo como política pública digital, posicionando o Espírito Santo como o primeiro estado brasileiro a disponibilizar acervos culturais públicos de forma integrada em ambiente digital; e o estímulo à curadoria participativa, com destaque para eventos de formação envolvendo organizações da sociedade civil, municípios e coletivos locais para o uso do Tainacan, que demonstram como a Midiateca pode fortalecer o protagonismo de diferentes atores sociais na integração e difusão de acervos, ampliando a diversidade de narrativas culturais incorporadas à plataforma.

No entanto, permanecem desafios que precisam ser enfrentados. Entre eles, destacam-se a necessidade de padronização de metadados, para garantir interoperabilidade e visibilidade internacional; a inclusão de acervos não institucionais (como coleções comunitárias e familiares), fundamentais para ampliar a representatividade da memória cultural; a sustentabilidade tecnológica, dependente de recursos contínuos para digitalização, preservação e manutenção da infraestrutura; e a questão jurídica, que ainda limita a difusão plena de determinados conteúdos.

Entre os desdobramentos possíveis, destacam-se: consolidar a Midiateca como programa de Estado, inseri-la em práticas pedagógicas, fortalecer a digitalização de acervos frágeis e ampliar a curadoria participativa, além de utilizá-la como fonte para pesquisas e planejamento cultural. Como perspectivas futuras, destacam-se estudos sobre o uso educacional da Midiateca, a formação de redes colaborativas, pesquisas sobre modelos de governança digital e o desenvolvimento de indicadores de impacto social e cultural.

Conclui-se que a Midiateca Capixaba representa um avanço significativo na democratização da informação cultural no Brasil. Sua consolidação como política pública de longo prazo, porém, depende da superação de desafios tecnológicos, jurídicos e sociais, bem como da ampliação de sua integração com a educação, a pesquisa, a curadoria participativa, o planejamento cultural e a preservação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. Arquivos para o desenvolvimento da competência material em atividades didáticas. In: In: KOYAMA, A. C.; PARRELA, I.; PRADO, G. V. T.; BRAGANÇA, I. F. S. (Orgs.). **Memórias, narrativas e suas linguagens: arquivos, mídias e educação para outros devires.** São Paulo: FE-UNICAMP Editora, 2021. p. 156-179 Disponível em: https://www.bibliotecadigital.unicamp.br//document/down.php?down=110941 Acesso em: 11 nov. 2022.

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M.. **Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.** Transinformação, v. 27, n. 3, p. 255–264, set. 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da informação e múltiplas linguagens. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009.

ARELLANO, M. Digitalização e preservação: uma análise das práticas em arquivos brasileiros. ***Revista Brasileira de Arquivologia***, v. 14, n. 2, p. 32-48, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo e sociedade:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos:** teoria e prática. São Paulo: Polis, 2005.

BRANDÃO, G. S. **Competências infocomunicacionais e o arquivista:** mediação para a apropriação da informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 99-121, 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHAUMIER, S. Vers une médiation participative. In: SERAIN, F. et al. ***La médiation culturelle: cinquième roue du carrosse***. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 223-247.



DE SÁ, P. I. B.; BUFREM, L. S. Proposta de conceituação dos termos memória coletiva e memória social para a Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24., 2024, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2024.

ESPÍRITO SANTO, S.M.; MURGUIA, E. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo - biblioteca - museu. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 7., 2006, Marília: Unesp, 2006. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viienancib/paper/viewFile/2475/1606 Acesso em: 11 nov. 2022.

FLORES, D. Preservação digital: fundamentos e práticas em arquivos digitais. **Cadernos de Arquivologia**, v. 9, n. 1, p. 45-61, 2014.

GERLIN, M. N. M. **Competência leitora e competência em informação:** saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI. Vitória: EDUFES, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 1990.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. de Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.

IFLA. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA:** em apoio às bibliotecas escolares e aos centros de recursos escolares. The Hague: IFLA, 2018. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries--resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

INNARELLI, H. Digitalização e acesso: o impacto nas instituições de memória. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 112-128, 2018.

JAMMET, Y. La médiation au servisse des publics: les enjeux, les moyes, les experiencies: réfléchir le project culturel et la médiation? Quelles statégies pour l´action culturalle? In: Colloque Quelle Politique Culturelle Pour les Services Éducatifs des Archives?, 1., 2007, Lyon . **Actas**... Paris: Direction des Archives de France, 2007.

JARDIM, J. M. Política nacional de arquivos: reflexões e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-12, 1995.

JARDIM, J. M. Políticas de informação: contextos e perspectivas. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 13-22, 2012.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 74-88, 2016.

KOYAMA, A. C. Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos. **Resgate**, Campinas, v. 20, n. 23, p. 7-17, 2012.

LEMOS, D. L. da S.; MACEDO, C.; COELHO JR., A. Construção de repositórios digitais institucionais endereçados a plataformas de agregação de dados culturais: uma experiência com o acervo do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB, 2024.

LEMOS, D. L. da S.; NOGUEIRA, S. P. R.; PEREIRA, J. L.; COELHO JÚNIOR, A.. Modelagem de metadados para objetos culturais digitais: uma proposta de estruturas categóricas para representar o conteúdo da revista Vida Capichaba. In: XXXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju-SE: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1669/1030. Acesso em: 8 set. 2025.

MACHADO, C.; MONTEIRO, S. **Memória, identidade e patrimônio.** São Paulo: Annablume, 2010.

MARTINS, Dalton Lopeset al. Information organization and representation in digital cultural heritage in Brazil: systematic mapping of information infrastructure in digital collections for data science applications. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.],[s.n.], [s.n.],p. asi.24650, 2022.

NORA, P. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAES, M. L. **Arquivística:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, 2014.

PESCHANSKI, J.; VALENTE, L. **Guia de análise e licenciamento da Midiateca Capixaba**. São Paulo: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2023.



SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano:** da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SOLEDADE, P.; DUARTE, Z. Digitalização de documentos e acesso à informação: pontos e contrapontos. **Páginas a&b**, n. esp., p. 367-373, 2025.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, set./dez. 2009.

STEEGMULLER, C. Cultural mediation, ou tentative de traduction anglo-saxonne d'une notion française. In: SERAIN, F. CHAZOTTES, P; CAILLET, E; VAYSSE, F. (dir.) **La Médiation Culturelle:** cinquième roue du carrosse. Collection Patrimoines et Sociétés. L´Harmattan, Paris, p.191-197, 2016.

TOURAINE, A. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

UNESCO. **Charter on the Preservation of Digital Heritage.** Paris: UNESCO, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS DIGITAIS: UM ESTUDO SOBRE A MIDIATECA CAPIXABA

DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES EN LA DISPONIBILIZACIÓN DE COLECCIONES DIGITALES: UN ESTUDIO SOBRE LA MEDIATECA CAPIXABA

Joanicy Leandra Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
joanicy.pereira@ufes.br, ORCID ID: 0000-0002-0483-0664

Daniela Lucas da Silva Lemos
Universidade Federal do Espírito Santo
daniela.l.silva@ufes.br, ORCID ID: 0000-0003-1565-7366

***Resumo**: Este estudo analisa os desafios e potencialidades na disponibilização de acervos digitais por instituições culturais em plataformas de agregação de dados, com foco na Midiateca Capixaba, vinculada à Secretaria de Cultura do Espírito Santo. O objetivo é identificar entraves e oportunidades que influenciam a organização, a acessibilidade e a reutilização de fontes de informação culturais na internet. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em estudo anterior realizado na Universidade Federal do Espírito Santo. Os procedimentos metodológicos incluíram revisão da literatura, estudo de caso, aplicação de questionários* e análise documental, com dados coletados entre 2023 e 2024. Os resultados apontam dificuldades como ausência de padronização de metadados, falhas na descrição documental, limitações de navegação e barreiras ao acesso e reúso das informações. Em contrapar*tida, identificam-se potencialidades no uso de padrões internacionais, tecnologias interoperáveis e boas práticas de curadoria digital. A pesquisa propõe recomendações baseadas em seis indicadores derivados de princípios de catalogação: encontrar, identificar, selecionar, obter, navegar e reutilizar — sendo este último ligado ao acrônimo FAIR (Findable, Accessible, Interoperable e Reusable). Conclui-se que a qualificação dos acervos digitais e das fontes de informação exige ações integradas entre os provedores de dados, adoção de tecnologias adequadas e alinhamento a modelos de representação e princípios que orientam a gestão da informação. As recomendações visam ampliar o acesso democrático, garantir a preservação da memória cultural e valorizar o patrimônio capixaba. Sugere-se, ainda, um modelo avaliativo com critérios de qualidade para orientar melhorias contínuas na gestão dos acervos digitais.*



Palavras-chave: *plataformas de agregação de dados culturais; acervos digitais; fontes de informação; acessibilidade; Midiateca Capixaba.*

Resumen: *Este estudio analiza los desafíos y potencialidades en la disponibilidad de acervos digitales por parte de instituciones culturales en plataformas de agregación de datos, con foco en la Midiateca Capixaba, vinculada a la Secretaría de Cultura del Espíritu Santo. El objetivo es identificar obstáculos y oportunidades que influyen en la organización, accesibilidad y reutilización de fuentes de información culturales en Internet. Se trata de una investigación cualitativa y descriptiva, basada en un estudio previo realizado en la Universidad Federal del Espírito Santo. Los procedimientos metodológicos incluyeron revisión bibliográfica, estudio de caso, aplicación de cuestionarios y análisis documental, con datos recolectados entre 2023 y 2024. Los resultados señalan dificultades como la ausencia de estandarización de metadatos, fallas en la descripción documental, limitaciones en la navegación y barreras para el acceso y el reúso de la información. Por otro lado, se identifican potencialidades en el uso de estándares internacionales, tecnologías interoperables y buenas prácticas de curaduría digital. La investigación propone recomendaciones basadas en seis indicadores derivados de principios de catalogación: encontrar, identificar, seleccionar, obtener, navegar y reutilizar — siendo este último vinculado al acrónimo FAIR (Findable, Accessible, Interoperable y Reusable). Se concluye que la cualificación de los acervos digitales y las fuentes de información requiere acciones integradas entre los proveedores de datos, adopción de tecnologías adecuadas y alineamiento con modelos de representación y principios que orientan la gestión de la información. Las recomendaciones buscan ampliar el acceso democrático, garantizar la preservación de la memoria cultural y valorar el patrimonio capixaba. Se sugiere, además, un modelo evaluativo con criterios de calidad para orientar mejoras continuas en la gestión de los acervos digitales.*

Palabras clave*: plataformas de agregación de datos culturales; acervos digitales; fuentes de información; accesibilidad; Midiateca Capixaba.*

INTRODUÇÃO

O ambiente digital desempenha um papel fundamental no fortalecimento das instituições culturais, possibilitando uma gestão mais eficiente dos dados e ampliando o acesso às informações (Soave; Lemos, 2022). Nessa perspectiva, as plataformas de agregação de dados culturais possibilitam a ampliação do acesso e a difusão de conteúdos

culturais, superando as restrições impostas pelos meios tradicionais de disponibilização dessas informações (Pereira; Lemos, 2024).

Diante do exposto, destaca-se que a organização e a descrição dos dados são elementos que mantêm o funcionamento de qualquer ambiente informacional, especialmente no contexto da Web. Nesse cenário, Hyvönen (2012) destaca que a utilização de diferentes esquemas e padrões são necessários para a gestão de recursos digitais em plataformas que abrangem múltiplos domínios de atuação.

Dentre as plataformas de agregação de dados culturais, utiliza-se como referência a Midiateca Capixaba, desenvolvida com o propósito de preservar e promover o patrimônio histórico e cultural do Estado. A plataforma reúne e integra informações de múltiplas instituições culturais, incluindo a Biblioteca Pública do Espírito Santo, o Arquivo Público do Estado Espírito Santo e o Palácio Anchieta. "O Projeto Midiateca Capixaba, é crucial para garantir a qualidade e a eficácia dessas plataformas" (Pereira, 2024, p.7).

Nesse contexto, o presente estudo propôs a análise da Midiateca Capixaba, plataforma vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de identificar entraves e oportunidades que influenciam a organização, a acessibilidade e a reutilização de fontes de informação culturais na internet, especialmente aquelas provenientes de acervos digitais de instituições culturais.

Lemos, Martins e Souza (2023) ressaltam que, desde o século XX, o crescimento exponencial na produção e na disponibilização de informações em múltiplos formatos tem imposto desafios significativos às instituições, aos governos e aos indivíduos, especialmente no que se refere à organização, representação e recuperação eficiente desses grandes volumes de dados. Nesse contexto, destaca-se a importância das plataformas digitais no acesso ao patrimônio cultural, ressaltando o papel da Web na integração entre instituições e nas exposições colaborativas.

Pereira e Lemos (2024) identificaram, a partir da literatura, diversos desafios enfrentados na produção e gestão de acervos e dados digitais no Brasil. Dias e Martins (2020) destacam a falta de políticas culturais e as limitações técnicas como entraves à digita-



lização em instituições culturais. Já Sayão e Sales (2022) propõem o uso de plataformas de gestão de dados para facilitar o reúso de informações, enfatizando a necessidade de mudanças organizacionais. A superação dos desafios na gestão de conteúdos digitais culturais requer melhorias técnicas e organizacionais para garantir eficiência e sustentabilidade.

No que diz respeito às potencialidades na disponibilização de acervos digitais por instituições culturais, Marcondes (2016) destaca que a Web estimula o valor educativo e cultural dos acervos ao permitir a integração entre instituições e a promoção de exposições colaborativas. Segundo o autor, o uso de tecnologias como a Web Semântica e os dados abertos interligados favorece a adoção de soluções descentralizadas que preservam a diversidade dos conteúdos, consolidando a curadoria digital como elemento central na preservação e disseminação do patrimônio cultural online.

Dentre os recursos necessários para o desenvolvimento de conteúdos em plataformas de agregação de dados culturais, destacam-se os serviços de descrição documental, que, segundo Rozados (2006), visa proporcionar aos usuários acesso organizado aos recursos informacionais. A qualidade desse processo é determinante para a eficiência da recuperação e para a valorização do conteúdo, exigindo práticas padronizadas que assegurem a confiabilidade e a relevância das informações. Nesse contexto, torna-se imprescindível considerar a variedade e a qualidade das fontes de informação utilizadas no processo, pois elas fundamentam e enriquecem a descrição, contribuindo para a integridade e a usabilidade dos dados disponibilizados.

As fontes de informação são essenciais para preservar e transmitir conhecimento, sendo classificadas conforme seu uso e origem, e incluem arquivos, bibliotecas e museus (Cunha, 2001; Grogan, 1970; Odlis, 2002; Campello; Caldeira, 2005; Fachinn; Araújo, 2018; Alves; Santos, 2018). Oliveira *et al.* (2014) ressaltam a importância de seu acesso para decisões informadas, pesquisa eficaz e valorização cultural. Nesse contexto, as fontes culturais abrangem recursos relacionados à preservação do patrimônio, como técnicas e instrumentos de conservação (Almeida, 1996).



A Midiateca Capixaba integra essas práticas ao disponibilizar documentos históricos com recursos de acessibilidade (Midiateca, 2022; Souza *et al*., 2013; Rachadel, 2017) e, ao adotar princípios da IFLA[2] (2016) e do modelo IFLA LRM[2], a plataforma fortalece a descrição e a recuperação da informação (Oliveira; Castro; Jesus, 2021). Tais princípios, definidos pela IFLA (2016), abrangem dimensões que orientam desde a centralidade no interesse do usuário e o uso comum da informação, até aspectos técnicos como representação, precisão, suficiência e necessidade, significação, economia, coerência e normalização, integração, interoperabilidade, abertura, acessibilidade e racionalidade. Ao incorporá-los, a plataforma não apenas organiza e descreve adequadamente seus conteúdos, mas também assegura que eles sejam encontrados, compreendidos e reutilizados de forma eficiente por diferentes públicos.

O uso de tecnologias como o protocolo OAI-PMH[3] e Linked Data ou acesso aberto[4] amplia a interoperabilidade e o acesso aberto (Freire *et al*., 2017; Shintaku *et al*., 2023), enquanto os metadados garantem organização e reutilização dos objetos digitais (Lima; Santos; Santarém Segundo, 2016; Siqueira; Martins, 2021). Nesse cenário, torna-se essencial implementar políticas informacionais que integrem padronização de descritores, curadoria de conteúdo e interoperabilidade (Lara, 2004; Rabelo; Pinto, 2019; Siqueira *et al*., 2021), alinhadas a princípios da Ciência Aberta[5] e a tecnologias semânticas, como ontologias e voca-

---

1. *International Federation of Library Associations and Institutions.*

2. O *Library Reference Model* é um modelo conceitual unificado, sucessor do *Functional Requirements for Bibliographic Records*, que fornece uma estrutura flexível e robusta para representar recursos bibliográficos e de autoridade em bibliotecas, arquivos e instituições culturais. In: IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions. (2017). *IFLA Library Reference Model (LRM)*. The Hague: IFLA. Disponível em: https://www.ifla.org/publications/ifla-library-reference-model-lrm. Acesso em: 7 maio 2025.

3. *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting.*

4. É a prática de estruturar e interconectar dados na web para integrá-los, consultá-los e reutilizá-los de modo interoperável. In: BERNERS-LEE, Tim. *Linked Data* – **Design Issues**. W3C, 27 jul. 2006. Disponível em: https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html. Acesso em: 7 maio 2025.

5. A Ciência Aberta é um movimento global que visa tornar o conhecimento científico acessível e compartilhado, promovendo cooperação, reutilização de dados e inclusão de todos os interessados, acelerando o avanço da pesquisa e ampliando seus benefícios para a sociedade. In: **USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Ciência Aberta. São Paulo: USP, 2022. Disponível em: https://cienciaaberta.usp.br/. Acesso em: 7 maio 2025.



bulários controlados, para potencializar a visibilidade, a colaboração e a democratização do acesso à informação (Martins *et al*., 2021; Maia; Barbosa, 2019; Wilkinson, 2016).

Além disso, o uso estratégico de fontes de informação contribui para a formulação de ações eficazes voltadas à preservação do patrimônio cultural, possibilitando a compreensão de demandas, desafios e avanços do setor (Araújo, 2012). A proteção desse patrimônio depende não apenas da disponibilidade de informações relevantes, mas também da participação ativa dos usuários nos processos de acesso, uso e gestão dos acervos, promovendo práticas colaborativas e sustentáveis.

Diante do exposto, a presente pesquisa questiona: quais são os principais entraves e potencialidades envolvidos na disponibilização de acervos digitais por instituições culturais em plataformas de agregação de dados, como a Midiateca Capixaba? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral identificar entraves e oportunidades que influenciam a organização, a acessibilidade e a reutilização de fontes de informação culturais na internet, com foco na plataforma Midiateca Capixaba.

Esta pesquisa é relevante para a Ciência da Informação por contribuir com a compreensão da organização e gestão de acervos digitais em plataformas culturais, ampliando o debate sobre acessibilidade e gestão informacional. Para a sociedade, seus resultados promovem o acesso democrático à informação e à cultura, fortalecendo a memória coletiva e a educação, além de incentivar práticas mais inclusivas e sustentáveis de preservação e disseminação do conhecimento.

O presente artigo propõe uma análise dos resultados obtidos em um estudo anterior, conduzido pelas autoras, que teve como foco a avaliação e o uso de fontes de informação em plataformas de agregação de dados culturais, com ênfase na Midiateca Capixaba. A pesquisa original foi realizada no contexto da Plataforma Midiateca Capixaba, desenvolvida no estado do Espírito Santo, Brasil, envolvendo instituições culturais vinculadas à SECULT/ES, responsáveis pelo fornecimento de dados à plataforma. O estudo foi conduzido no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e aprovado em julho de 2024. A investigação incluiu a aplicação de questio-

nário e análise documental, com dados coletados principalmente entre 2023 e meados de 2024, além de estar fundamentada nas atividades do projeto Midiateca Capixaba Conectando, iniciado em dezembro de 2022.

Os resultados da pesquisa que fundamentou a presente pesquisa evidenciaram a necessidade de padronização dos metadados, inclusão de tecnologias avançadas e atualização contínua dos conteúdos disponibilizados na plataforma Midiateca Capixaba. Foi identificada a importância de práticas consistentes de catalogação, acessibilidade e interoperabilidade para otimizar a experiência dos usuários. Além disso, a pesquisa revelou desafios significativos na organização, representação e reúso das fontes de informação culturais, indicando a urgência de ações coordenadas entre os provedores de dados para garantir qualidade, consistência e usabilidade dos objetos digitais. Como resultado, foram elaboradas recomendações voltadas ao aprimoramento da gestão da informação e ao fortalecimento da plataforma como ferramenta de acesso e preservação da memória cultural capixaba.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo tem como base a análise dos dados obtidos em um estudo anterior, cujo objetivo foi avaliar a organização, a gestão e o uso das fontes de informação na plataforma de agregação Midiateca Capixaba, com o intuito de identificar melhorias e propor recomendações que contribuam para o aprimoramento da qualidade dos serviços e da experiência dos usuários.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à análise das práticas informacionais no contexto da cultura digital. Entre os procedimentos metodológicos, destacam-se a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que, segundo Pereira e Lemos (2024, p.1), “recorreu-se ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à base de dados EBSCO Information Services, para recuperação dos artigos atualizados e pertinentes à pesquisa”, utilizada para o mapeamento de recomendações, e a realização de um estudo de caso sobre a Midiateca Capixaba. Além disso, aplicou-se um questionário semiestruturado a



pesquisadores envolvidos no Eixo 1 do projeto *Midiateca Capixaba Conectando*, com foco nos provedores de dados da plataforma. Os dados foram coletados entre 2023 e meados de 2024, no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e subsidiaram a sistematização dos achados, bem como a elaboração de diretrizes para o aprimoramento da plataforma.

Neste artigo, os dados anteriormente obtidos são reapresentados com o objetivo de oferecer uma análise sucinta dos resultados encontrados, destacando os principais desafios e potencialidades na disponibilização de acervos digitais por instituições culturais.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta seção dizem respeito à avaliação de fontes de informação digital sob a perspectiva de seis indicadores principais: encontrar, identificar, selecionar, adquirir ou obter, navegar ou explorar, e reúso. Cada um desses indicadores foi analisado a partir de recomendações específicas, permitindo a formulação de um diagnóstico orientado para a melhoria da organização, acessibilidade e uso das fontes de informação avaliadas.

A análise contemplou aspectos como a presença de metadados, a padronização terminológica, a clareza na descrição e identificação dos itens, a acessibilidade aos conteúdos, a interoperabilidade dos dados e as condições para seu reúso. As recomendações apresentadas contribuem para o aprimoramento da gestão da informação em plataformas digitais, sobretudo no que se refere à aplicação de boas práticas de representação e tratamento dos conteúdos, assegurando maior eficiência nos processos de busca, seleção e reutilização das informações disponibilizadas.

Figura 1: Indicadores de Representação da Informação:



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em: Pereira, 2024.

Legenda da Figura 1: em verde, os indicadores; em amarelo, as recomendações; e em azul, a fundamentação diagnóstica correspondente a cada recomendação.

A Figura 1 evidencia as interconexões entre os indicadores e suas respectivas recomendações, oferecendo uma visão clara dos passos necessários para otimizar o tratamento e o gerenciamento das fontes de informação.

Com base nos resultados apresentados, é possível identificar áreas que demandam aprimoramento, bem como delinear estratégias para qualificar a gestão e o uso das fontes, considerando tanto as necessidades informacionais dos usuários quanto os requisitos técnicos em cada etapa do ciclo de vida da informação.

Os principais desafios incluem a falta de padronização nos metadados, dificuldades de acesso aos conteúdos, problemas de identificação e descrição incompleta dos itens e limitações na funcionalidade de bus-



ca. A falta de recursos de acessibilidade e a ausência de informações claras sobre os direitos de uso também prejudicam a navegação e o reúso das informações culturais. Por outro lado, as potencialidades residem na adoção de padrões de catalogação, no uso de metadados uniformes, na implementação de tecnologias avançadas, como OCR para PDFs, e na melhoria contínua da plataforma para garantir a preservação e o acesso eficiente aos acervos digitais.

A pesquisa demonstrou a importância de se adotar práticas de catalogação consistentes, alinhadas aos princípios da IFLA e aos princípios FAIR, para assegurar a relevância, precisão e interoperabilidade dos dados culturais. As recomendações elaboradas visam otimizar todas as etapas do ciclo de vida da informação, desde o processo de encontrar até o reúso das fontes. Isso não só melhora a experiência do usuário, mas também fortalece a preservação e a valorização do patrimônio cultural.

Nesse sentido, as recomendações apresentadas constituem-se em parâmetros para uma avaliação crítica e sistemática das fontes analisadas, operando simultaneamente como instrumento diagnóstico e como guia para a implementação de ações corretivas. A identificação de fragilidades e potencialidades em cada indicador contribui para o planejamento de intervenções mais eficazes, voltadas à qualificação dos processos de descrição, recuperação, acesso e reutilização da informação. Essa abordagem favorece a construção de ambientes informacionais mais eficientes, interoperáveis e responsivos às necessidades dos usuários, promovendo a confiabilidade e a sustentabilidade na gestão de conteúdos digitais.

A ilustração também apresenta uma proposta de recomendações para uma avaliação detalhada e abrangente das plataformas de agregação de dados culturais, com base em indicadores essenciais para a oferta de um serviço de informação de qualidade. A análise criteriosa aborda aspectos como relevância, acessibilidade, eficiência na recuperação e reutilização dos dados, clareza nas descrições, organização dos links, manutenção de metadados e conformidade legal. A fundamentação diagnóstica reforça a importância de um tratamento sistemático das informações, garantindo qualidade, acessibilidade e interoperabilidade.

A avaliação das fontes de informação em plataformas de agregação de dados culturais é crucial para garantir a qualidade dos dados e melhorar a experiência dos usuários. De acordo com Rodrigues e Blattmann (2014), a qualidade da informação é um desafio importante ao selecionar fontes. Oleto (2006) destaca que a avaliação da qualidade pode ser analisada sob duas perspectivas: do sistema e do usuário. Maia e Barbosa (2019) sugerem uma abordagem centrada nas necessidades dos usuários, visando garantir a alta qualidade da informação em plataformas digitais de agregação cultural. Já Saracevic (2000) enfatiza a abordagem orientada pelo sistema, focando na eficácia e eficiência dos critérios de desempenho.

A pesquisa propõe recomendações centradas na qualidade dos objetos digitais dessas plataformas, com base nas boas práticas de catalogação, como ressaltado por Lemos e Coelho Júnior (2023). O processo de avaliação abrange ações essenciais para atender às necessidades dos usuários, como encontrar, identificar, selecionar, adquirir e navegar pela informação, destacando a importância das plataformas como serviços úteis à sociedade.

As recomendações de avaliação visam garantir a qualidade e eficiência das informações, destacando pontos fortes como a adoção de padrões de metadados e identificadores únicos. No entanto, também foram identificadas lacunas, como a necessidade de melhorar as descrições dos documentos, a padronização de terminologias e a inclusão de elementos essenciais para identificar os itens. As propostas apresentadas são fundamentais para assegurar que as plataformas atendam às necessidades dos usuários e sustentem a qualidade das informações a longo prazo, promovendo o acesso à cultura, à educação e à inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a disponibilização de acervos digitais em plataformas de agregação de dados, como a Midiateca Capixaba, envolve tanto desafios quanto oportunidades estratégicas para a gestão e difusão cultural.



No que se refere à organização das fontes de informação culturais, foram identificados entraves como a falta de padronização dos metadados, problemas de identificação e descrição incompleta dos itens, além de limitações na funcionalidade de busca. Como oportunidades, destacam-se a adoção de padrões de catalogação, o uso de metadados uniformes e a incorporação de tecnologias avançadas que otimizam os processos de tratamento da informação.

Quanto à acessibilidade, os principais desafios observados foram as dificuldades de acesso aos conteúdos, a ausência de recursos que garantam inclusão de diferentes públicos e a falta de clareza sobre direitos de uso. Em contrapartida, verificou-se a possibilidade de implementar ferramentas de acessibilidade digital, de ampliar a transparência quanto às licenças de uso e de investir em melhorias contínuas da interface da plataforma.

No que tange à reutilização das informações, constatou-se que a fragmentação dos dados e a ausência de padronização limitam a exploração plena dos acervos digitais. Entretanto, há potencial para que a Midiateca Capixaba, ao adotar critérios claros de interoperabilidade e fortalecer a padronização descritiva, favoreça a reutilização em pesquisas, produções culturais e processos educativos.

Embora a pesquisa tenha apontado soluções viáveis para muitos dos entraves, a implementação prática dessas recomendações ainda depende de uma estrutura mais robusta, capaz de viabilizar a avaliação contínua da qualidade e da acessibilidade dos acervos. Recomenda-se que trabalhos futuros desenvolvam um modelo propositivo com critérios objetivos de avaliação e métricas de monitoramento, de modo a assegurar a aplicação concreta das recomendações.

Conclui-se que a qualificação dos processos de descrição, organização e acesso às fontes culturais digitais não se trata apenas de uma demanda técnica, mas de uma ação estratégica voltada à democratização do conhecimento, à ampliação do acesso à cultura e à valorização do patrimônio material e imaterial das comunidades.

A implementação das propostas apresentadas pode ser amplamente adotada pelas instituições que fornecem dados à Midiateca

Capixaba, contribuindo significativamente para o aprimoramento da gestão, preservação e disseminação do patrimônio cultural. Por fim, a aplicação das recomendações fortalece a qualidade, a acessibilidade e a interoperabilidade dos dados, promovendo uma experiência mais eficiente e satisfatória para os usuários, além de consolidar a plataforma como um instrumento estratégico de preservação e difusão cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Fontes de informação na área de preservação de bens culturais. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 3–14, 1996. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46297. Acesso em: 10 fev. 2024.

ALVES, Fernanda Maria Melo; SANTOS, Bruno Almeida dos. Fontes e recursos de informação tradicionais e digitais: propostas internacionais de classificação. **Biblios**, Pittsburgh, n. 72, p. 35-50, jul. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562- 47302018000300003. Doi: http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2018.459.

ARAÚJO, V. M. A. P. de. Sistemas de recuperação da informação: uma discussão a partir de parâmetros enunciativos. **TransInformação**, v. 24, n. 2, p. 137-143, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/ynNdYr6m-6fnK3n6xR5vKbDk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 de dez. 2023.

CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. da T. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168 p. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/15121 Acesso em: 20 fev. 2023.

DIAS, C. V. S. M.; MARTINS, D. L. Iniciativas brasileiras em torno da construção de uma política nacional para acervos digitais de instituições de memória: o desafio da memória em tempos de cultura digital. **Políticas culturais em revista**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 16-46, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/35616/21211. Acesso em: 12 jul. 2023.

FACHIN, J.; ARAUJO, N. C. Fontes de informação especializadas de acesso aberto. **Informação & amp; Sociedade**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38421. Acesso em: 25 maio. 2023.



FREIRE, Nuno; MANGUINHAS, Hugo; ISAAC, Antoine; HOWARD, John Brooks. Tecnologias da Web: Uma Pesquisa sobre sua Aplicabilidade à Agregação de Metadados no Patrimônio Cultural. In: **Ampliando Perspectivas sobre Ciência Aberta: Comunidades, Culturas e Diversidade em Conceitos e Práticas**. 2017. p.235 - 244. DOI: 10.3233/978-1-61499-769-6-235. Disponível em: https://ebooks.iospress.nl/publication/46657. Acesso em: 14 ago. 2024.

GROGAN, Denis. **Science and technology: an introduction to the literature**. London: Clive Bingley, 1970.

HYVÖNEN, E. **Publishing and using cultural heritage linked data on the semantic web**. EUA: Morgan & Claypool Publishers, 2012.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia: IFLA, 2016. Disponível em: https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n.3, p.231-240, set./dez., 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/f6BDPM7bxnQhvX78jDcGpdP/?lang=pt#. Acesso em: 15 jan. 2024.

LEMOS, Daniela Lucas da Silva; COELHO JUNIOR, Abeil. Qualidade de dados em acervos do patrimônio cultural: uma avaliação diagnóstica semiautomática nos objetos culturais sob gestão do Instituto Brasileiro de Museus. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 28, p. 1–22, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90510. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90510. Acesso em: 12 jan. 2024.

LEMOS, Daniela Lucas da Silva; MARTINS, Dalton Lopes; SOUZA, Renato Rocha. Organização e representação da informação e do conhecimento em contextos informacionais: uma proposta de um modelo teórico-conceitual para a qualidade de objetos culturais digitais. **FRC: Front. Repr. Conh**., Belo Horizonte v.3, n.2, ano III, Editorial, mar. 2023. DOI 10.5281/zenodo.8350312.

LIMA, F. R. B.; SANTOS, P. L. V. da C.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E. Padrão de metadados no domínio museológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 50-69, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/SrN8qVHNnkvYgTBBScVmdJs/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Metodologias de avaliação de sistemas de informação: um estudo nas produções científicas dos campos de Ciência da Informação e Sistemas de Informação. **Múltiplos olhares em ciência da informação**, vol. 9, n. 2, 2019. Acesso em: https://periodi-



cos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19137/16305. Disponível em: 2 dez. 2023.

MARCONDES, C. H. Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 61-83, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/8svGtzqw5HZCrfrPJbRypsb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 jul. 2023.

MARTINS, Dalton Lopes; LEMOS, Daniela Lucas da Silva; CARMO, Danielle do; SIQUEIRA, Joyce; OLIVEIRA, Luís Felipe Rosa de. Requisitos de qualidade para dados de agregação em museus: o caso do Instituto Brasileiro de Museus. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 14, 2021. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/548. Acesso em: 15 maio 2023

MIDIATECA. **Acervo Midiateca Capixaba: plataforma online de difusão e preservação digital de acervos culturais sobre a cultura e a história do Espírito Santo**. 2022. Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/site/. Acesso em: 25 fev. 2023.

ODLIS: online Dictionary of Library and Information Science about the Dictionary. Org. by Joan M. Reitz. 2002, p. 629. Disponível em: http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/data/dic/odlis/odlis.pdf>. Acesso em: 24 de jan. 2024.

OLETO, Ronaldo Ronan. Percepção da qualidade da informação. **Ci. Inf**., Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/pDnBv4ywKw5Sp7Dqy9tnFxz/?lang=pt&format=html#. Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, Jacqueline Pawlowski; ALMEIDA, Maurício Barcellos; ARAÚJO, Eliane Pawlowski Oliveira; MIRANDA, Nina Cláudia Mendonça Campos de. Fontes de informação especializada em saúde: proposta de critérios para avaliação. In: MEDINFOR, 3., 2014, Bahia. **Anais** [...]. Disponível em: https://mba.eci.ufmg.br/downloads/Medinfor_fontes-informacao-especializadas.pdf. Acesso em: 2 maio 2023.

OLIVEIRA, R. H. A.; CASTRO, F. F.; JESUS, A. F. O impacto do Modelo IFLA Library Reference Model (IFLA LRM) na prática catalográfica: casos de uso, vantagens e desvantagens. **Em Questão**, v. 27, n. online, n. 4, p. 359-386, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/163302. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEREIRA, Joanicy Leandra. **Avaliação e utilização de fontes de informação em plataformas de agregação de dados culturais: uma experiência com o projeto Midiateca Capixaba**. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência



da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/items/982713c5-87fe-4974-93ec-8555bebd1cd3. Acesso em: 2 maio 2025.

PEREIRA, Joanicy Leandra; LEMOS, Daniela Lucas da Silva. Reuso da informação em plataformas de agregação: uma análise utilizando a Revisão Sistemática de Literatura no âmbito da cultura digital. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 11, p. e15829, 2024. DOI: 10.28998/cirev.2024v11e15829. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/15829. Acesso em: 25 mar. 2024.

RABELO, Camila Regina de Oliveira; PINTO, Virgínia Bentes. Tendências nos estudos de Representação Temática da Informação: uma revisão integrativa dos artigos científicos indexados na Brapci. **Em Questão,** vol. 25, núm. 2, pp. 66-88, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4656/465658944003/html/#:~:text=A%20representa%C 3%A7%C3%A3o%20tem%C3%A1tica%20%C3%A9%20a,%2C%20Documenta%C3% A7%C3%A3o%2C%20Arquivologia%20e%20Museologia. Acesso em: 3 maio 2024.

RACHADEL, Rodrigo Augusto. **Acessibilidade web: uma análise sobre suas ferramentas e diretrizes.** 2017. [85] f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/19460. Acesso em: 2 fev. 2024.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Úrsula. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.3, p.4-29, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/RMwpcd5QyLSBnTxkM3YHtDw/?lang=pt. Acesso em: 2 maio 2023.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A informação científica e tecnológica e os serviços de informação. **Inf. & Soc.: Est**., João Pessoa, v.16, n.1, p.49-62, jan./jun. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/441. Acesso em: 7 jan. 2024.

SARACEVIC, T. Avaliação de Bibliotecas Digitais: Rumo à Evolução de Conceitos. **Tendências da Biblioteca**, v.49, n.2, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/32961891_Digital_Library_Evaluation_Toward _Evolution_of_Concepts. Acesso em: 27 abr. 2023.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Plataformas de gestão de dados de pesquisa: expandindo o conceito de repositórios de dados. Plataformas de gestão de dados de pesquisa: expandindo o conceito de repositórios de dados.

Palabra clave, v.12 n.1, oct. 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853- 99122022000200171&script=sci_arttext&tlng=en#redalyc_350572237003_ref26. Acesso em: 12 jun., 2023.

SHINTAKU, Milton; SILVEIRA, Lucas Ângelo; OLIVEIRA, Alexandre Faria de; MACEDO, Diego José; SCHIESSL, Ingrid Torres. Uso do protocolo de interoperabilidade OAI-ORE para preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, v. 4, e023014, p.1-17 2023. DOI: 10.20396/rebpred.v4i00.17992. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17992. Acesso em: 25 abr. 2024.

SIQUEIRA, Joyce; MARTINS, Dalton Lopes. Painel de visualização analítica dos acervos digitais integrados do Instituto Brasileiro de Museus: o uso das tecnologias Tainacan e Elastic Stack. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Enancib, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/95. Acesso em: 12 jan. 2023.

SIQUEIRA, Joyce; CARMO, Danielle; MARTINS, Dalton Lopes; LEMOS, Daniela Lucas da Silva; MEDEIROS, Vinícius Nunes; OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa. Elements for the construction of a data quality policy for the aggregation of digital cultural collections: the cases of the Digital Public Library of America Inc. and the Europeana Foundation. In: BISSET ÁLVAREZ, E. (Ed.). **Data and information in online environments: Second EAI International Conference – DIONE 2021**. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 106-122.

SOAVE, M.; LEMOS, D. L. S. Curadoria digital em acervos do patrimônio cultural digital: aspectos teóricos e práticos no âmbito da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Sicence: research trends**, v. 16, 2022, e02152. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02152. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12664/9216. Acesso em: 13 abr. 2023.

SOUZA, Mônica Sena de; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; TABOSA, Hamilton Rodrigues; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 1 – 16, jan./abr. 2013. DOI: 10.5433/1981-148 8920.2013v18n1p1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264496127_Acessibilidade_e_inclusao_inform acional. Acesso em: abr. 2024.

WILKINSON, Mark; DUMONTIER, Michel; AALBERSBERG, Ijsbrand Jan; APPLETON, Gabrielle; AXTON, Myles; BAAK, Arie; BLOMBERG, Niklas; BOITEN, Jan-Willem; SANTOS, Luiz Bonino da Silva; BOUWMAN, Jidau; Brookes, Anthony;



CLARK, Tim; CROSAS, Mercè; DILLO, Ingrid; DUMON, Olivier; EDMUNDS, Scott; EVELO, Chris; FINKERS, Richard; GONZALEZ-BELTRAN, Alejandra; GRAY, Alasdair; GROTH, Paul; GOBLE, Carole; GRETHE, Jeffrey; HERINGA, Jaap; HOEN, Peter; HOOFT, Rob; KUHN, Tobias; KOK, Ruben; KOK, Joost; LUSHER, Scott; MARTONE, Maryann; MONS, Albert; PACKER, Abel; PERSSON, Bengt; ROCCA-SERRA, Philippe; ROOS, Marco; SCHAIR, Rene van; SANSONE, Susanna-Assunta; SCHULTES, Erik; SENGSTAG, Thierry; SLATER, Ted; STRAWN, George; SWERTZ, Morris; THOMPSON, Mark; LEI, Johan van der; MULLIGEN, Erik van; VELTEROP, Jan; WAAGMEESTER, Andra; WITTENBURG, Peter; WOLSTENCROFT, Katherine; ZHAO, Jun; MONS Barend. The FAIR guiding principles for scientific data managemente and stewardship. **Scientific Data**, [S. l], v.3, n.1, 160018, 2016. Disponível em: https://www.nature.com/articles/sdata201618. Acesso em: 2 dez. 2023.

TECNOLOGIAS DA MEMÓRIA: UM MODELO DE CURADORIA COLABORATIVA PARA ACERVOS DIGITAIS DE FESTAS POPULARES

Alison Carlos Filgueiras
Universidade Estadual de Goiás
alison.filgueiras@ueg.br, ORCID: 0000-0002-9823-8943

Feliz Ribeiro Gouveia
Universidade Fernando Pessoa
fribeiro@ufp.pt, ORCID: 0000-0001-7308-4522

Juliana Vasconcelos Braga
Universidade Estadual de Goiás
juliana.braga@ueg.br, ORCID: 0000-0002-4621-5459

Paula Roberta Chagas
Universidade Estadual de Goiás
paula.chagas@ueg.br, ORCID: 0009-0002-5449-7430

Resumo: *Instituições de guarda documental, como arquivos históricos e centros de documentação e memória, desempenham um papel central na construção da história social do conhecimento. A transição desses espaços para ambientes digitais implica reconfigurações significativas na gestão da informação, trazendo desafios e oportunidades para a curadoria, estruturação, recuperação e uso efetivo dos dados — especialmente no que se refere à articulação entre fatos, fenômenos, personalidades e demais agentes cujas informações estão presentes em seus acervos e catálogos. Este trabalho apresenta o Guará, um Sistema de Informação Patrimonial voltado à criação de acervos digitais, com o objetivo de facilitar a gestão e a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial. O sistema foi concebido para enfrentar os desafios associados à digitalização de acervos culturais, oferecendo uma plataforma que permite curadoria colaborativa e estruturação semântica de acervos diversos. Busca, assim, ampliar as possibilidades de organização, exposição e intercâmbio de informações entre repositórios institucionais e particulares, de forma colaborativa. O modelo ontológico adotado está estruturado em quatro dimensões fundamentais — Pessoa, Evento, Tempo e Lugar — organizadas em micro-ontologias de domínio (acervo, objetos e dimensões). O protótipo permite a criação de vínculos semânticos por meio de consultas SPARQL Protocol and RDF Query Language (SPARQL), integradas via Application Programming Interfaces (APIs) e consultas federadas. Como resultado, apresentamos uma*



experiência na criação de um repositório de festas populares, desenvolvido de forma colaborativa, com mapeamento aberto, sob a perspectiva de uma rede de repositórios.

Palavras-Chave: Ontologias, patrimônio, sistemas de informação.

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica experimentada nas últimas décadas modificou irrevogavelmente a relação entre as pessoas e os objetos informacionais, sobretudo aqueles presentes nas várias formas de serviços disponíveis na *Internet*. A necessidade do maior número possível de informação sobre todas as coisas, a necessidade de alta disponibilidade e a ubiquidade levam as tecnologias a desempenharem um papel cada vez mais significativo na transformação dessa sociedade digital, que reflete tal exigência no campo do Patrimônio Cultural.

A preservação do Patrimônio Cultural é um esforço contemporâneo que envolve uma combinação de aspectos interdisciplinares tanto no campo político quanto no científico que aliados à sociedade em rede, transitam, inevitavelmente, pelas tecnologias digitais com seus benefícios e contradições. Esse patrimônio, segundo a UNESCO (2020), é constituído por bens materiais e imateriais, naturais e culturais, móveis e imóveis herdados do passado e transmitidos às gerações futuras em virtude do seu valor insubstituível (Unesco, 2020). A digitalização, em particular, tornou-se uma ferramenta essencial para que coleções sejam acessíveis a um público global e auxilia na preservação de itens sujeitos à deterioração física.

Ajustamos nosso foco a um recorte relacionado aos fenômenos das festas populares, patrimônio imaterial e voltado, principalmente, para suas próprias comunidades, em que percebemos uma oportunidade de, através das tecnologias digitais, contribuir para sua preservação e disseminação indo ao encontro do objetivo 11.4 da Agenda 2030 da ONU, qual seja "*fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo*".

As festas populares, por mais que soem como fenômenos triviais, tratam-se de expressões culturais complexas e entrelaçadas de memórias coletivas, identidades e práticas sociais transmitidas ao longo de gerações. Mais do que acontecimentos pontuais, esses eventos sociais configuram-se como narrativas vivas, permeadas por símbolos, performances e materialidades que integram o patrimônio cultural de uma comunidade (Lima, 2018). A documentação, preservação e difusão dessas manifestações se apresentam como possibilidades para instituições guardiãs da memória — arquivos históricos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória — adicionarem digitalmente ou criarem em suas coleções os objetos patrimoniais resultantes desses fenômenos.

A transição desses acervos e práticas para o ambiente digital, no entanto, não é uma simples mudança de suporte; ela exige um repensar profundo nos processos de curadoria, organização e acesso à informação. O crescente volume de dados, a multiplicidade de formatos e a necessidade de interoperabilidade entre acervos institucionais e particulares exigem soluções que vão além da mera digitalização de documentos e da exposição nas mídias sociais contemporâneas. É preciso adotar modelos que permitam integrar diferentes fontes, estruturar semanticamente a informação e, de forma crucial, envolver ativamente múltiplos agentes no processo curatorial.

Nesse contexto, entendemos que promover uma curadoria colaborativa pode representar uma estratégia essencial para potencializar a construção coletiva da memória. Esse conjunto de práticas permite que pesquisadores, comunidades e instituições contribuam de forma integrada para a criação e enriquecimento de acervos digitais. Tal abordagem, quando aliada a tecnologias de modelagem ontológica com recuperação semântica da informação, amplia as possibilidades de representação dos elementos que compõem o universo do patrimônio (nesse caso das festas populares) e a interconexão com múltiplos repositórios e fontes de dados.

Para este desafio e como ferramenta tecnológica base para este trabalho, apresentamos e pretendemos contribuir com o Guará, um Sistema de Informação Patrimonial concebido como instrumento para curadoria digital de acervos diversificados do patrimônio cultural. De-



senvolvido a partir de um modelo ontológico estruturado em quatro dimensões — Pessoa, Evento, Tempo e Lugar —, pelos quais, através do ambiente proposto, permite a curadoria colaborativa, interoperabilidade entre repositórios e consultas semânticas baseadas em SPARQL (Linguagem de manipulação e recuperação de grafos). As festas populares, como estudo de caso do patrimônio imaterial, são experimentadas nesse trabalho para a criação de um repositório digital do projeto "ACERVO DIGITAL E INVENTÁRIOS COLABORATIVOS: INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA DAS FESTAS POPULARES EM GOIÁS", vinculado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Cultural, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, que visa dentre outros objetivos, explorar o potencial das tecnologias da memória para promover o intercâmbio e a preservação de bens culturais em rede.

CURADORIA DIGITAL E AS FESTAS POPULARES

As festas populares em Goiás constituem-se em manifestações em que é possível se compreender os modos de vida, os vínculos comunitários e a memória coletiva do território. Longe de se reduzirem a eventos festivos, elas condensam práticas culturais, valores simbólicos e formas de sociabilidade que se enraízam na tradição sertaneja do povo goiano. O espaço rural, nesse contexto, não deve ser visto apenas como cenário, mas como uma categoria simbólica que organiza identidades, relações sociais e sentidos de pertencimento.

Nessa perspectiva, as festividades podem ser entendidas como aquilo que Nora (2012) define como locais de memória, uma vez que nelas se concentram narrativas, símbolos e práticas que preservam e reatualizam identidades coletivas. Como lembra o autor:

> "A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações." (Pierre Nora, 1993, p. 12)

De modo convergente, Halbwachs *apud* (Peres, 2021) destaca que a memória individual só se estrutura a partir de referenciais coletivos, uma vez que lembranças são socialmente enquadradas. As festas populares, nesse sentido, configuram um espaço onde a memória coletiva se manifesta, através da conexão de indivíduos a um grupo maior por meio de práticas ritualizadas e de símbolos compartilhados. A cada celebração, a comunidade reafirma seus laços, reelabora suas identidades e atualiza tradições, demonstrando a natureza dinâmica da memória social.

Essa dinâmica encontra ressonância no conceito de patrimônio cultural imaterial externalizado pela UNESCO (2003), que compreende como patrimônio não apenas os bens materiais, mas também os saberes, celebrações, tradições orais e formas de expressão que conferem sentido de continuidade e pertencimento a uma coletividade. Ao serem transmitidas e ressignificadas no tempo, as festas populares tornam-se, portanto, patrimônios vivos, buscam expressar tanto aspectos da historicidade sertaneja de Goiás quanto sua capacidade de se adaptar às transformações urbanas e sociais (Lima, 2018).

O processo de urbanização em Goiás, intensificado pela chegada das ferrovias e, posteriormente, das rodovias ao longo do século XX, engendrou novos centros urbanos e consolidou a modernização de diferentes regiões do estado. Todavia, conforme aponta Lima (2018), essa modernização não anulou as marcas da identidade sertaneja, historicamente constituída, mas antes instaurou uma tensão permanente entre conservação do passado e projetos de progresso. Costumes locais, celebrações religiosas e festejos comunitários resistiram ao avanço da urbanização e permaneceram como expressões fundamentais da vida coletiva, carregando uma memória que articula rural e urbano, antigo e moderno, tradição e inovação.

A escassez de registros sistemáticos não impediu que tais festas fossem investidas de um caráter histórico e simbólico, legitimando-se como patrimônio cultural a partir da memória social dos próprios grupos que as cultivam. De acordo com Lima (2018), a patrimonialização em Goiás foi marcada por seletividades e esquecimentos, o que torna ainda mais evidente a centralidade das festas como espaços de afirmação identitária e de atualização constante da memória coletiva.



No âmbito deste trabalho, as festas populares goianas adquirem relevância como campo empírico para a experimentação do modelo de curadoria colaborativa proposto pelo Guará. Ao converter essas manifestações em acervos digitais interconectados, busca-se não apenas ampliar as possibilidades de preservação e circulação de seus registros, mas também reconhecer nelas um patrimônio imaterial vivo, dinâmico e em permanente processo de ressignificação.

WEB DE DADOS SEMÂNTICOS E SUA APLICAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em torno de suas múltiplas conexões, a Web constitui novas formas de compreender fenômenos, práticas sociais e seus efeitos nos novos modos de se produzir cultura (Lèvy, 2014). No universo de possibilidades apresentado pelas redes estão documentos, *links*, bancos de dados e muitas outras tecnologias escritas, interpretadas e trocadas sob determinadas regras de comunicação, transitadas quase sempre através de chamadas HTTP — *Hypertext Transfer Protocol* —, que é o protocolo central da Web. Adicionando a esse protocolo outras linguagens e práticas é possível transitar informações com um nível ampliado de "significado" para os participantes da rede, sejam eles máquinas ou pessoas.

A Web-Semântica, como é conhecida essa especialidade da rede, se constitui de um conjunto de tecnologias com o intuito de adicionar mais semântica entre recursos e conteúdos existentes na Web do que a semântica empregada à maneira convencional. Utilização do *Resource Description Framework* (RDF), Ontologias e *Ontology Web Language* (OWL) estão dentre essas tecnologias. O RDF é um padrão para representar informações sobre qualquer recurso na Web, utilizando um modelo de dados simplificado em forma de triplas (sujeito-predicado-objeto) que permite a descrição de relacionamentos entre entidades de maneira simplificada e flexível.

A OWL, por sua vez, é uma linguagem para estruturar ontologias em RDF que permite a definição e a classificação de termos relacionados a um domínio específico, além de estabelecer relações entre esses termos. OWL oferece recursos mais avançados, como a capacidade de expressar restrições e inferências que possibilitam estruturas ricas e de-

talhadas. Essas ontologias são essenciais para o "diálogo semântico", pois ajudam a descrever o significado dos dados de forma precisa e a realizar inferências automáticas, ampliando a capacidade de sistemas inteligentes de interpretar e utilizar informações disponíveis na web. Claro que a complexidade das ontologias também aumentam o custo da recuperação das informações.

A universalidade da Web, para Berners-Lee, é seu maior poder, uma vez que qualquer coisa pode referenciar qualquer outra coisa a através de um *link (Berners-lee, 2006).* Entretanto, segundo o próprio autor, a Web se desenvolveu muito rápido e forneceu mais documentos para as pessoas do que dados com significados que possam ser trocados para gerar serviços e outros informações de valor agregado.

Essa promessa de nova Web de Berners-Lee não é nova — se formos levar em consideração o crescimento acentuado das novas tecnologias e avanço explosivo das redes sociais — e muito menos viveu um *hype* ou apelo comercial por parte dos desenvolvedores e criadores. Entretanto, nas possibilidades de troca qualificada de informações reside uma grande oportunidade para as instituições patrimoniais. Isso porque os sistemas de informação para o patrimônio cultural possuem ampla diversidade tecnológica e contextual no que diz respeito aos seus objetos digitais, bem como os de metadados resultantes dos estados e fenômenos de tais objetos, encontram suporte nessas tecnologias que ainda fazem parte do padrão estabelecido pela W3C cuja documentação pode ser acessada em https://www.w3.org/RDF/ .

Os centros de memória, conhecidos como GLAMs — Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus —, são compostos de acervos que, por sua vez, são compostos de objetos (digitais ou não). Os objetos, nestes espaços, segundo Camargo e Goulart (2014), têm função de permitir a construção de uma identidade através das manifestações patrimoniais é parte importante da cultura material que se encontra em amplo crescimento (Camargo & Goulart, 2015). E a complexidade das propriedades, relações e outras definições destes acervos encontram boas condições de tratamento com as tecnologias e métodos da Web semântica.

No campo da Ciência da Informação, vocabulários controlados, taxonomias e ontologias desempenham papel central na padronização



terminológica, na interoperabilidade entre sistemas e na precisão da recuperação da informação, que são atividades intrínsecas da curadoria digital nos centros de memória. A criação de acervos digitais demanda esses instrumentos, sobretudo quando envolve objetos culturais complexos e dinâmicos, como as festas populares. Nesses contextos, não basta apenas armazenar dados: é necessário estruturar entidades, atributos e relações que representem de forma semântica os múltiplos agentes, práticas, temporalidades e territorialidades que compõem tais manifestações (Doerr, 2009).

Embora vocabulários controlados garantam consistência terminológica, as ontologias oferecem um nível mais avançado de expressividade através de uma explicitação formal das relações entre conceitos. Tal formalização possibilita que essas relações sejam não apenas compreendidas por seres humanos, mas igualmente processadas de maneira automatizada por sistemas computacionais (Guarino et al., 2009). Característica esta, decisiva quando se trata de articular acervos distintos e heterogêneos, sobretudo no domínio do patrimônio cultural, uma vez que os dados patrimoniais são complementares e podem estar presentes em entidades e repositórios em outros pontos da rede. Não à toa, padrões internacionais de referência vêm sendo aplicados em sistemas de informação de memória e museus, como o CIDOC-CRM (Chryssoula Bekiari et al., 2024), mantido pelo ICOM, o Europeana Data Model (EDM) (Europeana, 2017) e o *Records in Contexts* (RiC-DM/RiC-O) (ICA, 2023), voltado à descrição arquivística. Esses modelos têm demonstrado a relevância da abordagem ontológica para a representação de objetos culturais em toda sua complexidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de natureza exploratória e experimental, adequados a uma proposta piloto de aplicação da curadoria e mapeamento digital colaborativos ao patrimônio imaterial das festas populares. A abordagem buscou articular levantamento empírico da experiência dos pesquisadores envolvidos no projeto, revisão documental e experimentação tecnológica em torno do sistema Guará.



O percurso metodológico seguiu as seguintes etapas:

1 Identificação preliminar – Seleção de festas populares em Goiás já conhecidas pelo grupo de pesquisa, considerando a relevância cultural e a viabilidade de registro.

2. Revisão de acervos existentes – Consulta ao repositório do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) e a levantamentos anteriores relacionados ao tema, com vistas ao reaproveitamento de informações já sistematizadas.

3. Classificação das manifestações – Organização das festas em categorias analíticas de modo a facilitar o inventário, a catalogação e o mapeamento das festas e seus desdobramentos.

    - Coleta de dados – Realizada de forma incremental por meio de pesquisa de campo (observação participante, entrevistas, aplicação de formulários participativos e coleta de informações em websites institucionais, redes sociais de grupos festivos e páginas de prefeituras.

4. Tabulação e análise – Os dados coletados foram organizados de acordo com propriedades descritivas relevantes (localização, título, descrição, agentes envolvidos, mídias associadas etc.).

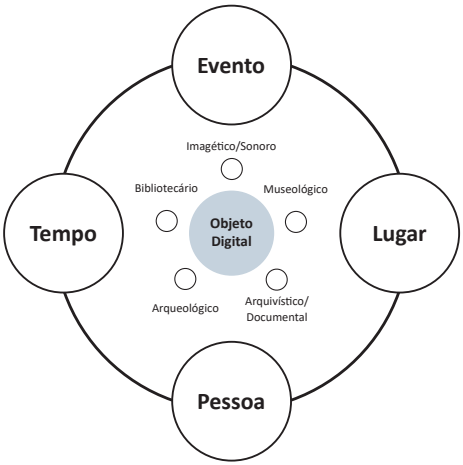
5. Mapeamento ontológico e inserção no sistema Guará – Os registros foram convertidos em instâncias do modelo conceitual estruturado em quatro dimensões (Pessoa, Evento, Tempo e Lugar) e alimentados no repositório semântico baseado em triplas RDF.

A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de conciliar diferentes fontes e formatos de informação, articulando pesquisa empírica e tecnologias digitais de representação semântica. Ressaltamos que o estudo possui limitações uma vez que se concentra no Estado de Goiás, encontra-se em fase de desenvolvimento. Isto é, depende da adesão das comunidades locais para maior completude do acervo.

MODELO CONCEITUAL PARA CURADORIA COLABORATIVA EM CENTROS DE MEMÓRIA

O modelo conceitual base para este trabalho, construído especificamente para centros de memória (Filgueiras et al, 2023), classifica os objetos patrimoniais resultantes do processo de digitalização em cinco tipos de artefatos: i) arquivístico/documental, ii) imagético/sonoro, iii) arqueológico, iv) museológico e v) bibliotecário enquadrados nos diversos eixos (nichos) dos espaços de memória e ainda ampliam as possibilidades de classificação dos artefatos em cada um deles. Na Figura 1 – Modelo dimensional para centros de memória é possível visualizar o esquema conceitual dessa proposta.

Figura 1 – Modelo dimensional para centros de memória



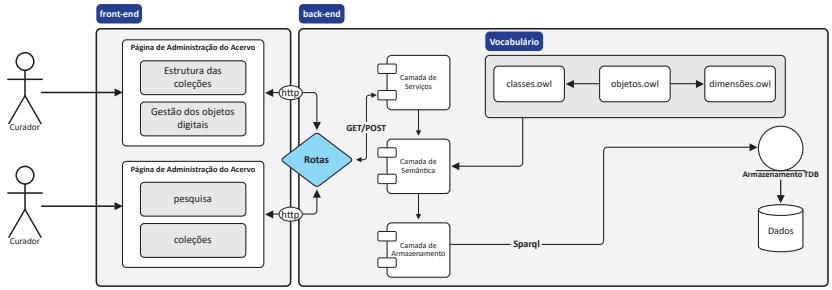
Fonte: *adaptado de* Filgueiras et al. (2023)

Nesse modelo proposto, independentemente do tamanho e das especificidades dos espaços, suas coleções podem dialogar dentro de uma perspectiva de classificação em que um objeto é associado a um ou mais eixos informacionais daquele acervo ou instituição. Em outras palavras, pode se tratar de um artefato que é ao mesmo tempo patrimônio arquivístico documental, museal e imagético-sonoro.

Os eixos informacionais propostos estão intrinsecamente associados às dimensões conceituais: Pessoa, Evento (Fenômeno), Tempo e Lugar (Espaço), e nesse caso, um mesmo objeto dimensional não pode assumir duas ou mais dimensões. Isto quer dizer, que uma Pessoa não pode ser um Evento, ou que um Tempo não pode ser um Lugar, por exemplo. Essas quatro entidades também são encontradas em grande parte dos modelos conceituais do patrimônio cultural que segundo Miranda (2021), encontram similaridade às categorias PMEST (*Personality, Matter, Energy, Space e Time*), propostas pelo matemático e bibliotecário *Shiyaly Ramamrita Ranganathan* (Miranda, 2021).

Atendendo a esse modelo, o sistema Guará se organiza em uma arquitetura modular dividida, inicialmente, em páginas de interação (*front-end)* — que abriga todo aparato de relação com os usuários e curadores — e base (*back-end)* — aplicações de manipulação responsáveis por ações de armazenamento e tratamentos semânticos. A camada base (*back-end*) fornece os serviços que são consumidos pela camada externa (isto é, cliente), que podem ser páginas da Web ou aplicativos específicos que acionam tais serviços. Em um nível mais baixo de funcionalidade há 3 camadas internas: camada de serviços, camada de armazenamento e camada semântica. A camada de serviços possui as funcionalidades que são acionados nas rotas correspondentes. Nessa camada, utilizando das ontologias presentes na camada semântica, são processadas as requisições e construídas as respostas aos serviços com base nos bancos de dados em triplos (TDB) presentes no RDF *Store* da camada de armazenamento. A camada de armazenamento realiza as inserções e alterações de grafo com base em chamadas SPARQL. A Figura 2 - Arquitetura geral do sistema Guará ilustra a arquitetura genérica do protótipo Guará.

Figura 2 - Arquitetura geral do sistema Guará



Fonte: Adaptado de Filgueiras et al (2024)

O trânsito de informações é realizado por requisições e respostas *http*. Os serviços são acionados por *API Restful* com os métodos do protocolo (*GET, POST, PUT, PATCH, DELETE*). A abordagem utilizada previu criar serviços específicos relacionados às classes e objetos. Essa arquitetura, apesar de simples, atende ao modelo proposto, permitindo que curadores acessem os repositórios de cada espaço e realizem as atividades de gestão dos acervos. As APIs, bem como os demais artefatos do *back-end* foram construídos em Python, como parte da evolução do protótipo anterior desenvolvida em Java com *Apache Jena* (Filgueiras et al., 2023). Para interação com o usuário, os artefatos em *Javascript* foram desenvolvidos utilizando a tecnologia *Vue* com o framework *Quasar*, que amplia as possibilidades de uso por meio de aplicativos móveis e com interações mais adaptadas à navegação Web contemporânea.

Estrutura e integração das micro-ontologias RDF

O protótipo foi desenvolvido sem a necessidade de instalar bancos de dados relacionais. A base semântica da proposta está estruturada em três micro-ontologias integradas: uma voltada à classificação do acervo, outra à definição dos objetos e a terceira ao dimensionamento. Todo o armazenamento dessas micro-ontologias — e, por consequência, dos acervos digitais — é realizado em TDB/RDF (banco de dados em triplos). A escolha por micro-ontologias independentes segue o princípio da separação de responsabilidades, adaptado da engenharia de software.



Esse arranjo permite concentrar esforços em áreas específicas do domínio, facilitando o desenvolvimento, a leitura e a manutenção dos modelos. À medida que novas experiências são incorporadas e outros tipos de objetos digitais passam a integrar o acervo, as ontologias podem ser ampliadas de forma gradual, recebendo novas classes, propriedades e relações quando necessário (Filgueiras et al., 2024) .

A primeira ontologia, denominada classes.owl, possui três propriedades principais: o rótulo, que é determinado por *rdfs:label*, serve para definir um nome para cada elemento da classificação do acervo, como uma coleção ou um tipo. Cada classe recebe um identificador que será utilizado como URI (por exemplo, #FestasDeColheita), porém o nome, que é definido no rótulo, pode sugerir que o nome seja "Festas de Colheita". A segunda propriedade, também definida no espaço de nomes do RDFS (*rdfs:comment)* é utilizada para acrescentar uma descrição mais elaborada, porém não muito extensa da classe, como por exemplo: "*Representa o conjunto de manifestações rurais que envolvem elementos de memória inseridos na ritualização do plantio e da colheita*". A terceira propriedade, *rdfs:subClassOf*, é um importante marcador para hierarquizar as divisões do acervo e amplamente utilizada nos modelos RDF/RDF-S. A segunda micro-ontologia, denominada *Objetos.owl*, é utilizada para definição dos objetos do acervo.

A ideia é que para objetos digitais sejam adicionados e mantidos, é necessário que seja descrito através das quatro propriedades básicas (mínimas) a serem informadas *são rdf:type, dc:title, dc:subject e dc:description* com pelo menos uma instância. A propriedade adicional *:id* é relacionada à referência criada automaticamente (URI) do objeto representa, e a propriedade *schema:contentUrl* permite que sejam adicionados objetos de mídia em qualquer objeto físico ou dimensional. Outras propriedades para descrição dos objetos digitais estão presentes nessa ontologia. Duas outras são centrais na classificação e semântica dos objetos.

A propriedade *dim:ObjetoFisico* é utilizada para classificar objetos de acordo com o tipo de mídia ou artefato que eles representam dentro de um acervo. No caso específico de objetos que possuem dimensões físicas, a propriedade *dim:ObjetoDimensional* é aplicada para determinar a relação do objeto com uma das quatro dimensões. Em termos de

classificação, cada objeto possui uma única dimensão associada, enquanto a tipificação física pode englobar diversas categorias

A terceira micro-ontologia (*Dimensoes.owl*), agrega à definição de objetos e de classes dos acervos, é responsável pela conexão entre as duas ontologias iniciais (definições de classes do acervo e de objetos do acervo). Esta fornece um conjunto de propriedades para permitir que os objetos digitais do acervo e os objetos dimensionais possam se interconectar. Deve permitir que seja possível aplicar outras regras sobre os objetos digitais e sua tipificação quanto às características físicas ou dimensionais. Suas principais propriedades são *:quem* que permite associar qualquer coisa ao um Objeto Dimensional Pessoa, *:oque*, que explicita uma relação de algo a um Objeto Dimensional Evento, *:onde*, propriedade que associa uma coisa a um espaço ou lugar, *:quando,* para que se possa associar uma coisa a um Objeto Dimensional Tempo. E as propriedades *:tipoFisico* para classificar um Objeto Digital que envolve os artefatos físicos dos acervos e *:tipoDimensional* para objetos dimensionais, que permite que estes sejam classificados em uma das quatro dimensões mencionadas.

Essa abordagem permite que os objetos digitais assumam formas diversas. Fatos, eventos, pessoas, fotografias, um determinado tempo ou um lugar podem estar associados em vários contextos, de acordo com as quatro dimensões apresentadas e o tipos materiais encontrados. Essa estrutura fornece classes e propriedades para que os objetos possam ser encontrados em nas duas formas principais – Objetos Físicos e Objetos Dimensionais – para um domínio nas quatro dimensões e nos cinco eixos fundamentais, respeitando a classificação dos acervos que são determinadas e mantidas por cada Curador de espaço, de acordo com o modelo (Figura 1 – Modelo dimensional para centros de memória).

Os objetos dimensionais dizem respeito às quatro dimensões e não são, necessariamente, ligados a um artefato físico, por exemplo, a descrição de uma pessoa ou de um espaço. Já os objetos físicos são os objetos digitais materializados presentes nos espaços, como uma fotografia, uma fita têxtil ou uma vestimenta. O quadro abaixo apresenta um comparativo simples com a representação aproximada das principais

entidades do modelo proposto em relação aos modelos apresentados na seção anterior.

Quadro 1 - Comparativo de representação dos principais elementos

Elemento		EDM	CIDOC-CRM	RiC-CM
Pessoa	:Pessoa	edm:Agent	crm:E39 Person	ric:E14 Agent
Evento	:Evento	edm:ProvidedCHO	crm:E13 Event	ric:E14 Event
Lugar	:Lugar	edm:Place	crm:E53 Place	ric:E53 Place
Tempo	:Tempo	edm:TimeSpan	crm:E52 Time-Span	ric:E52 Time-Span
Objeto	:objetoDigital	edm:ProvidedCHO	crm:E70 Document	ric:E13 Record

Fonte: elaborado pelos autores.

Com a utilização do modelo ontológico, a colaboração entre acervos distintos é possível através de relações entre os elementos presentes nas ontologias e que são persistidos nos bancos de dados em tripla (TTB). Isto é, cada espaço, com base nas definições gerais, tem suas ontologias armazenadas no repositório. Um algoritmo de interoperabilidade é utilizado para captar relações possíveis em repositórios presentes na Web. Esses repositórios são adicionados pelo Curador do espaço em uma lista de repositórios parceiros (amigos). Uma lista de repositórios amigos e, bem como o controle de acesso e os dados do espaço de memória também estão presentes no TDB.

O processo de colaboração é disparado entre os repositórios no momento em são adicionados ou pesquisados itens dos acervos. Um algoritmo simples de interoperabilidade realiza consultas SPARQL quando *eventos* são acionados em cada repositório. Por exemplo, se um Curador digital insere um novo objeto ou uma nova propriedade em um objeto já existente, o algoritmo realiza uma busca nos *repositórios amigos* para encontrar informações e sugere essas novas possibilidades, as quais o curador pode ou não adicionar ao objeto em destaque.

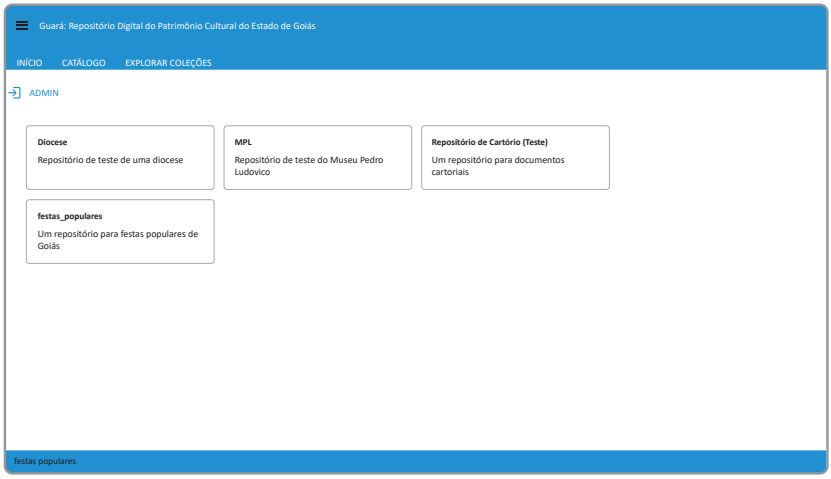
RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste trabalho, avançamos na direção à utilização dos sistemas de informação para o patrimônio cultural ao adotar este conjunto ontoló-

gico simplificado concebido especificamente para o contexto de centros de memória e patrimônio cultural do Estado de Goiás. Em um recorte específico desse patrimônio imaterial que trata das festas populares, a proposta busca equilibrar rigor conceitual e aplicabilidade prática, facilitando tanto a descrição quanto a interoperabilidade dos acervos digitais criados no Guará.

Como o modelo preconiza a organização das dimensões Pessoa, Evento, Tempo e Lugar, o exercício foi adequar a metodologia de forma a adicionar uma etapa de mapeamento das relações fundamentais para a compreensão das festas populares e de seus territórios simbólicos. Isto é, identificar os locais, as pessoas, os momentos, os fenômenos e as relações pertinentes às festas populares identificadas.

Figura 3 – Recorte de tela da página Inicial do Sistema Guará que permite a ligação de múltiplos repositórios



Fonte: Elaborada pelos autores

A aplicação do Guará ao contexto das festas populares em Goiás permitiu observar como um modelo de curadoria colaborativa pode transformar manifestações culturais em acervos digitais estruturados e interconectados, conforme Figura 3. O sistema viabiliza a criação de registros que não apenas descrevem objetos e eventos, mas que também

estabelecem relações semânticas entre pessoas, lugares, temporalidades e práticas festivas.

Nesse sentido, o trabalho também se alinha às metas da Agenda 2030 da ONU, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A promoção do acesso aberto e colaborativo à informação, a ampliação das oportunidades de participação social na preservação da memória cultural, e a valorização das festas populares como patrimônio imaterial dialoga com ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), na medida em que fortalece a salvaguarda do patrimônio cultural e natural.

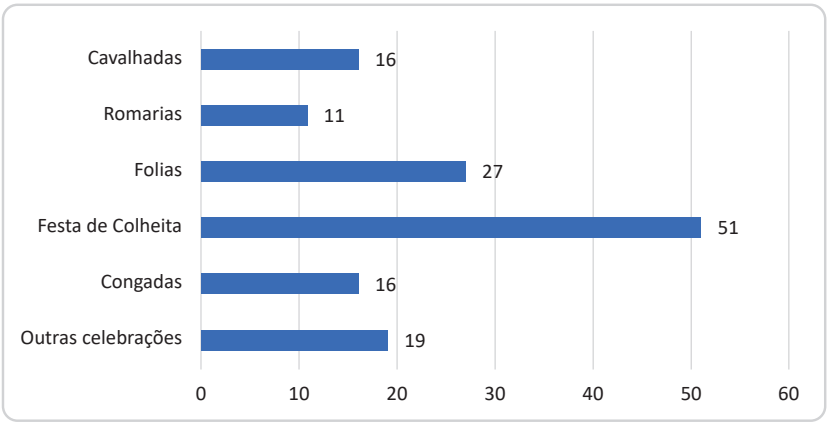
Outro diferencial é a possibilidade de integração com ferramentas geoespaciais, como o Google My Maps, que potencializa a visualização interativa dos contextos festivos. Essa perspectiva conecta a modelagem semântica à experiência do usuário, promovendo não apenas a preservação, mas também novas formas de disseminação e fruição do patrimônio cultural. Ao articular princípios da Web Semântica, curadoria colaborativa e recursos de georreferenciamento, o Guará propõe um caminho para ampliar o alcance e a vitalidade dos acervos digitais, fortalecendo a memória coletiva em rede (Filgueiras; Ribeiro Gouveia; Braga, 2024).

Como dados parciais do projeto, foram encontradas e mapeadas 140 manifestações classificadas. conforme categorização apresentada na **Figura 4 - Gráfico com quantitativo de festas mapeadas**. As festas de colheita, manifestações rurais que envolvem elementos de memória inseridos na ritualização do plantio e da colheita, foram as mais encontradas com 51 identificações e com a maior abrangência no Estado. As folias, uma manifestação do catolicismo popular, sobretudo em áreas rurais, foram identificadas em 27 locais. Estas estão entre as principais manifestações festivas de Goiás e seguem o calendário dos santos ca-

tólicos, apesar de não ter necessariamente, uma relação direta com a Igreja Católica.

Foram identificadas ainda 16 manifestações de cavalhadas. Manifestações teatralizadas que representam as Cruzadas travadas na Península Ibérica contra o avanço dos árabes no território europeu em que encenam lutas entre mouros e cristãos. Também foram identificadas 16 Congadas, que são expressões afrobrasileiras culturais, religiosas e devocionais que combinam desfiles, cantos, danças e representações em honra a santos católicos como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. Romarias, que são peregrinações espontâneas relacionadas à piedade popular, aparição de imagens e pagamento de promessas, foram 11. E, por fim, 19 manifestações diversas que não são classificadas em nenhuma das categorias anteriores.

Figura 4 - Gráfico com quantitativo de festas mapeadas



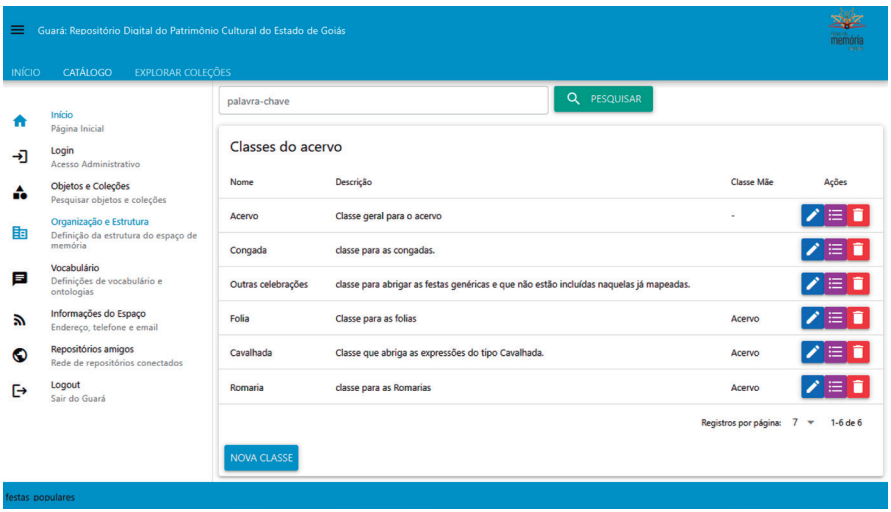
Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados levantados foram manuseados no sistema Guará onde

buscamos descrever os objetos nas quadro dimensões: Pessoa, Lugar, Tempo e Evento e, portanto, toda a camada de frente (*front-end*) do sistema precisa se adaptar a essa realidade. Como os objetos digitais, nesse modelo, podem ser *físicos* ou *dimensionais* e relacionam-se mutuamente auxiliados por propriedades presentes nos modelos *Dublin Core*, *Schema.org* e RDF-S, fizemos um exercício de separar esses objetos quanto a essa realidade.

Para esse processo as micro-ontologias de definição das classes e objetos e de configuração dos repositórios que geram RDF são todos armazenados e recuperados do *Triple Data Base* (TDB) do Apache Jena *Fuseki* (https://jena.apache.org/), uma tecnologia livre de bastante difundida. A **Figura 5 - Interação humano-computador do Sistema Guará para manipulação das classes do acervo que representa o catálogo do espaço de memória de festas populares** apresenta uma tela de manipulação dessa estrutura no sistema Guará.

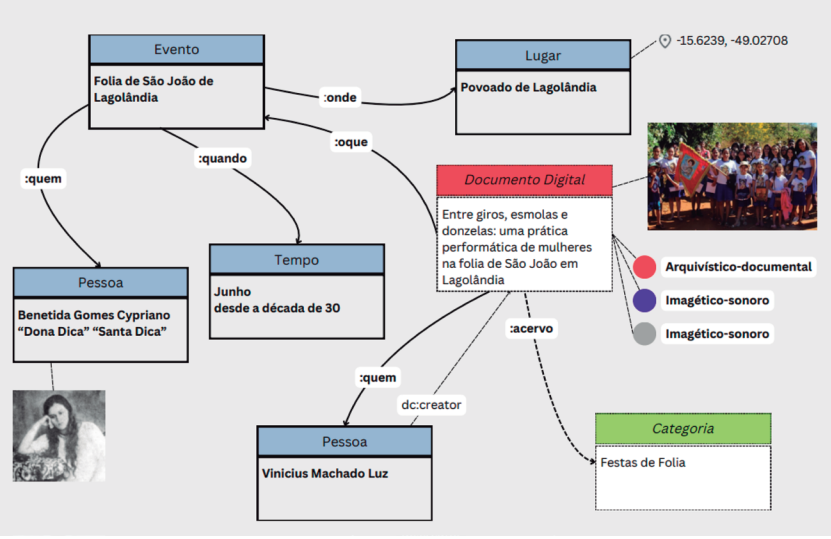
Figura 5- Interação humano-computador do Sistema Guará para manipulação das classes do acervo que representa o catálogo do espaço de memória de festas populares



Fonte: elaborada pelos autores.

Os objetos físicos foram organizados no acervo de acordo com as categorias levantadas na etapa inicial (Folia, Festas de Colheita, Romaria, Cavalhada, Congada e Outras manifestações), e classificados em um ou mais tipos de acordo às suas características: museológico, bibliotecário, arqueológico, arquivístico-documental e imagético-sonoro. A propriedade *:acervo* garante a associação entre os objetos e a classe estabelecida pela categoria selecionada nas triplas do repositório *<objeto> :acervo <classe do acervo>*.

Figura 6 – Representação de objetos digitais no acervo de Festas Populares



Fonte: elaborada pelos autores

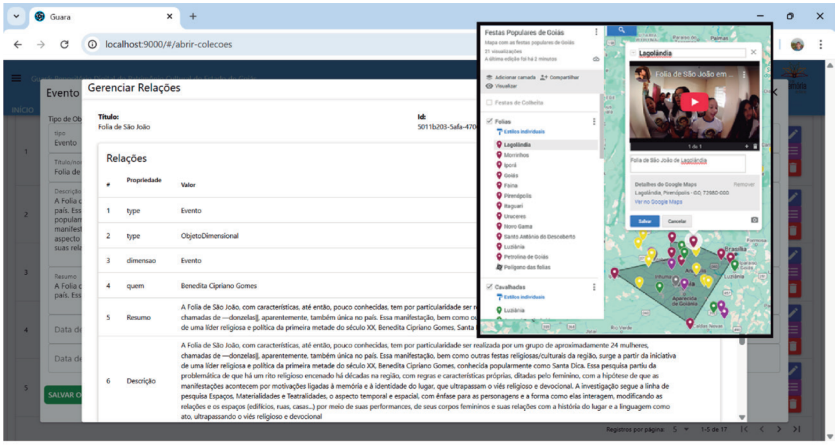
A **Figura 6 – Representação de objetos digitais**, por exemplo, representa a relação interoperável que ocorre entre documentos de acervos diversos. O objeto digital *"Entre giros e esmolas..."*, um documento *arquivístico-documental, bibliotecário e imagético-sonoro* que traz informações, fotografias e depoimentos da *Festa de São João de Lagolândia,* pertencente ao acervo de folias. Essa por usa vez, um *Objeto Dimensional* Evento (uma das quatro dimensões da micro-ontologia), que faz referência ao evento Festa de São João de Lagolândia, que se associa ao objeto a partir da propriedade *:oque*. Através da proprieda-

de quem: o fenômeno associa-se ao objeto dimensional Pessoa (Dona Dica), figura histórica importante daquele povoado. A festa ocorre desde meados dos anos 1930 no mês de junho (*quando:*Tempo). O Lugar, também objeto dimensional, é a localizada Lagolândia, que é associada à declaração RDF pela propriedade *onde:*.

Interoperabilidade com google Maps

Um dos objetivos do projeto a qual este trabalho está vinculado, é permitir o mapeamento das festas populares. Assim, é preciso adicionar aos objetos dimensionais do tipo Lugar suas coordenadas geográficas de latitude e longitude. Dispositivos como o Google Maps representam a base capaz de desenvolver e sustentar um mapeamento colaborativo, o que, por sua vez, potencializa novas práticas associativas e novas representações sociais do espaço geográfico. Através da ferramenta *myMaps* é possível inserir registro personalizados, como roteiros e outros temas variados que são associados a lugares de preferências. Ao incluir publicar esse mapa gerado no Google Maps ele não só permite a utilização com um aplicativo específico como permite que as pessoas possam colaborar da maneira já conhecida. Na aplicação, ao clicar em qualquer um dos pontos na tela, o sistema exibe um balão com os atributos coletados, incluindo registros fotográficos e audiovisuais da festa. Nessa fase ainda é permitido que o criador do projeto edite os dados caso encontre algum erro ou inconsistência nos atributos.

Figura 7- Representação de objetos digitais no acervo de Festas Populares e sua referência no Google MyMaps (Visualização do objeto dimensional Folia de São João de Lagolândia-GO)



Fonte: elaborada pelos autores

As informações georreferenciadas das manifestações que são adicionadas no *myMaps* também fazem parte da descrição de cada objeto no repositório em triplos. Isso permite que na aplicação seja possível acionar os pontos mapeados e suas informações de contexto, uma vez que no Google Maps não há espaço para mais informações do que aquelas previstas no seu modelo padrão e que podem ser enriquecidas por qualquer usuário da rede. Por outro lado, no repositório todas as informações estão intrinsicamente relacionadas a ações de curadoria. A **Figura 7 - Representação de objetos digitais no acervo de Festas Populares e sua referência no Google MyMaps (Visualização do objeto dimensional Folia de São João de Logolândia-GO)** apresenta uma visualização com a descrição do objeto do repositório "Folia de São João" e suas propriedades em que é possível adicionar relações diversas ao objeto (isto é, valores de propriedades definidas na micro-ontologia de objetos), incluindo mídias, informações de georreferenciamento e outros objetos digitais presentes nesse ou em outros acervos locais ou distribuídos.

Os centros de memória ou mesmo os projetos, como o que este trabalho é parte e ação integrante, costumam ter portais institucionais

e redes sociais. Estes serviços podem facilmente associar seus acervos ao sistema Guará. Neste estudo de caso, em específico, será criado um portal para festas populares de Goiás para agregar o acervo virtual no sistema Guará e uma aplicação que será integrada ao mapa colaborativo para fornecer informações aos pesquisadores, gestores, turistas e público em geral; além de servir como portifólio para os grupos mapeados. Com isso, é possível ampliar a circulação de informações da diversidade das festas populares do estado, enfocando seus agentes e possibilitando a inserção contínua de novos dados por novos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do repositório digital de festas populares em Goiás, a partir do sistema Guará, buscou demonstrar que a articulação entre curadoria colaborativa e tecnologias da Web Semântica amplia as possibilidades de preservação, circulação e ressignificação do patrimônio imaterial. Entendemos que essa experiência evidencia que práticas participativas, associadas ao uso de micro-ontologias e metadados padronizados, permitem que diferentes agentes — comunidades, pesquisadores e instituições — contribuam de maneira integrada para a construção de acervos vivos e interconectados.

Entendemos que as contribuições no plano teórico são a consolidação de um modelo de curadoria colaborativa orientado por dimensões ontológicas (Pessoa, Evento, Tempo e Lugar), que dialoga com referenciais internacionais (CIDOC-CRM, EDM, RiC/DM) e reforça a relevância da semântica aplicada ao patrimônio. No plano prático, a criação de um repositório digital que valoriza manifestações culturais locais, ao mesmo tempo em que favorece a interoperabilidade entre acervos, a visualização georreferenciada das festas e a participação comunitária na atualização dos dados.

Reconhecemos, contudo, limitações do estudo: o recorte espacial restrito ao Estado de Goiás, a dependência de dados coletados em campo em fase de expansão e os desafios de sustentabilidade tecnológica e institucional. Esses aspectos abrem caminho para trabalhos futuros, como amplificação com outros contextos culturais, integração a políticas públicas de preservação digital já existentes, intensificação da



participação social na curadoria digital e incorporação de técnicas de Inteligência Artificial para apoiar atividades de descrição automática de objetos digitais, análise de imagens e sons, identificação de padrões culturais e sistemas de recomendação de conexões semânticas entre acervos.

Por fim, entendemos que este trabalho aponta para a importância de aliar memória coletiva e tecnologias digitais como estratégia de fortalecimento das identidades culturais e de construção de redes colaborativas de preservação do patrimônio.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo financiamento do projeto e a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (PrP/UEG) pelo auxílio através do programa institucional Pró-Eventos, por fim, agradecemos a Profa. Dra Luana Nunes Martins Lima do PPG PROMEP/UEG, coordenadora do projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Berners-lee, T. (2006). **Linked Data - Design Issues**. *W3C*, 2–6. https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html

Camargo, A. M., & Goulart, S. (2015). ***Centros de Memória: Uma proposta de definição*** (C. S. Culturas, Ed.; 1a ed.). Sesc-SP.

Chryssoula Bekiari, George Bruseker, Erin Canning, Martin Doerr, Philippe Michon, Christian-Emil Ore, Stephen Stead, & Athanasios Velios. (2024). ***Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model version 7.1.3 1***.

Doerr, M. (2009). **Ontologies for Cultural Heritage**. In S. Staaf & R. Studer (Eds.), *Handbook on Ontologies* (Second Edi, pp. 463–486). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-540-92673-3

Europeana. (2017). ***Definition of the Europeana Data Model***. https://pro.europeana.eu/resources/standardization-tools/edm-documentation

Filgueiras, A. C., Gouveia, F. R., & Chagas, P. R. (2023). **UMA PROPOSTA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO ABERTO E CONECTADO PARA ACERVOS DIGITAIS**. *XXIII Enancib*.



Filgueiras, A. C., Ribeiro Gouveia, F., & Braga, J. V. (2024). **Guará:** Um sistema para integração e curadoria digital em centros de memória no Estado de Goiás. *Sapiência*, 77–102.

Guarino, N., Oberle, D., & Staab, S. (2009). **What Is an Ontology?** In S. Staab & R. Studer (Eds.), *International Handbooks on Information Systems* (2nd ed., pp. 1–17). https://doi.org/10.1007/978-3-540-92673-3

ICA. (2023). ***Record In Context*** - *Conceptual Model*. https://github.com/ICA-EGAD/RiC-CM/issues

Lèvy, P. (2014). ***Cibercultura*** (Editora 34, Ed.; 3a Ed. 2a). Editora 34.

Lima, L. N. M. (2018). **Uma leitura do patrimônio goiano:** perspectivas escalares e metodológicas. *Artigo PatryTer •*, 34–43.

Miranda, J. M. de. (2021). **Records in Contexts (RiC):** Análise da sua aplicação em arquivos, à luz das tecnologias Linked Open Data (LOD). *Acervo*, *34*, 1–26.

Peres, S. M. Z. (2021). **MAURICE HALBWACHS E A MEMÓRIA COLETIVA E INDIVIDUAL**. *Revista Missioneira*, *23*(2), 71–78. https://doi.org/10.31512/missioneira.v23i2.693

Pierre Nora. (1993). ***Entre memória e história:*** *a problemática do lugar* (Yara Aun Khoury, Trans.).

Unesco. (2020). *UNESCO*. https://whc.unesco.org/en/conventiontext/



ARQUIVOS PERMANENTES E DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DILEMA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA ERA DIGITAL

Thiago Felipe Soares da Silva
Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP- campus Marília
thiago.s.silva@unesp.br – orcid – 0009-0001-1954-3035

Maria Leandra Bizello
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp – campus Marília
ml.bizello@unesp.br – orcid- 0000-0002-6009-2635

Resumo: *A era digital, ao redefinir a produção e disseminação de informações, impõe desafios crescentes à salvaguarda da memória coletiva e, simultaneamente, à proteção da dignidade humana. Nesse cenário de onipresença de dados e informações pretéritas, emerge uma tensão significativa entre a permanência dos arquivos digitais e os direitos individuais à autodeterminação informativa e ao esquecimento. Este artigo teve como objetivo investigar o conflito entre a preservação de arquivos permanentes digitais e os direitos fundamentais à autodeterminação informativa e ao esquecimento, propondo diretrizes para harmonizar a memória coletiva na era digital. Para tanto, a metodologia adotada foi predominantemente qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, complementada por uma rigorosa análise documental da legislação (como a Constituição Federal, Marco Civil da Internet e LGPD) e da jurisprudência de tribunais superiores, incluindo o Supremo Tribunal Federal. Os resultados da pesquisa demonstram que, apesar da incompatibilidade do direito ao esquecimento absoluto com a ordem constitucional brasileira, conforme decisão do STF, a desindexação digital surge como uma ferramenta crucial para mitigar os impactos da preservação permanente de informações que não seja de interesse na atualidade. Conclui-se que a harmonização entre a memória coletiva e os direitos individuais na era digital exige uma abordagem multifacetada, combinando o fortalecimento de instrumentos legais e tecnológicos com a promoção de uma cultura de conscientização e responsabilidade no ambiente virtual, permitindo que indivíduos reconstruam suas narrativas e identidades sem serem eternamente prisioneiros de seu passado.*

Palavras-Chave: *Direito ao Esquecimento, Autodeterminação Informativa, Memória Coletiva, Era Digital, Proteção de Dados*

INTRODUÇÃO

A era digital remodelou profundamente a maneira como a informação é produzida, disseminada e, sobretudo, preservada, inaugurando o que se convencionou chamar de "sociedade da informação" (CASTELLS, 2005, p. 17). Este novo paradigma, caracterizado por um fluxo incessante de dados e por uma capacidade de armazenamento virtualmente infinita, instaura uma complexa tensão: ao mesmo tempo em que oferece ferramentas inéditas para a salvaguarda do patrimônio cultural e da memória coletiva (FREITAS; MENON, 2023, p. 1-2), também estabelece um regime de hipermnésia digital que desafia a capacidade humana de esquecer (MAYER-SCHÖNBERGER, 2011, p. 3). Em um cenário de "vigilância líquida" (BAUMAN, 2013, p. 2), informações pretéritas, antes fadadas ao natural desgaste do tempo, podem ser instantaneamente recuperadas, perpetuando estigmas e violando a dignidade do indivíduo.

A memória, compreendida não como um repositório estático do passado, mas como um fenômeno eminentemente coletivo e dinâmico (HALBWACHS, 1990 apud SILVA, 2024, p. 14), encontra no ambiente digital um novo e poderoso "lugar de memória" (NORA, 1993, p. 7). Contudo, diferentemente dos arquivos tradicionais, a memória digital é onipresente e de difícil controle, submetendo o indivíduo a uma contínua rememoração que pode ferir seus direitos de personalidade (LIMA; SOUZA, 2021, p. 189). Desta tensão fundamental entre a memória individual, que anseia pela superação, e a memória coletiva, que busca o registro, emergem conceitos jurídicos cruciais para a contemporaneidade: o direito à autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento.

O direito à autodeterminação informativa consagra a prerrogativa de cada cidadão de controlar o fluxo e o uso de seus próprios dados pessoais (SIMÓN CATELLANO, 2012 apud LIMA; SOUZA, 2021, p. 189), princípio este que fundamenta a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil. Em paralelo, o direito ao esquecimento se manifesta como "a prerrogativa que uma pessoa possui de não permitir que um fato, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou



transtornos" (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 5). Ambos os institutos visam a tutelar a dignidade da pessoa em um ambiente de superexposição informacional.

Historicamente, o direito ao esquecimento foi cunhado no direito penal francês pelo jurista Gerard Lyon-Caen (SILVA, 2024, p. 10), com o propósito de garantir a ressocialização do ex-detento, assegurando que, uma vez cumprida a pena, o passado não se tornasse uma condenação perpétua (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 48). Com o advento da sociedade digital, sua aplicação expandiu-se para a esfera cível, sendo compreendido como um direito da personalidade, essencial para proteger o indivíduo da indexação excessiva e da retenção perene de dados online que possam macular sua honra e privacidade (SILVA, 2024, p. 10).

A aplicação do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, contudo, revela uma profunda colisão de direitos fundamentais. De um lado, posicionam-se os direitos da personalidade, como a honra, a imagem e a privacidade, tutelados pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal e ancorados no sobreprincípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). De outro, erguem-se as liberdades de expressão e de informação, consagradas nos incisos IX e XIV do mesmo artigo 5º, pilares de uma sociedade democrática. A ausência de hierarquia abstrata entre esses direitos exige que a solução para o conflito seja encontrada por meio da técnica da ponderação, analisando-se as especificidades de cada caso concreto (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 31; SEBEN, 2024, p. 32).

Este embate constitucional foi o cerne do julgamento do Recurso Extraordinário 1.010.606 ("Caso Aída Curi"), no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que "é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos" (BRASIL, 2021 apud LIMA; SOUZA, 2021, p. 195). Todavia, a Corte estabeleceu uma ressalva crucial: "eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso", com base na proteção da honra, da imagem e da privacidade (BRASIL, 2021 apud SEBEN, 2024, p. 47). Essa nuance

abriu a porta para que, mesmo sem um direito autônomo de "apagar o passado", a tutela da dignidade do indivíduo pudesse ser buscada por outras vias.

Nesse contexto jurisprudencial, emerge o conceito de direito à desindexação como uma alternativa tecnicamente mais precisa e juridicamente viável. Distinta do direito ao esquecimento em sua concepção ampla, a desindexação não visa à eliminação da informação de sua fonte original, mas à "retirada de resultados da lista de um provedor de buscas, quando pesquisado por uma palavra-chave em particular" (MENEZES, 2017, p. 18 apud SEBEN, 2024, p. 42). Tal medida, inspirada em precedentes internacionais como o caso *Google Spain vs. Mario Costeja González* (NASCIMENTO; SILVA, 2025, p. 1936), dificulta o acesso massivo a informações pretéritas sem incorrer em censura, sendo uma ferramenta que os próprios tribunais brasileiros começam a diferenciar do conceito mais amplo e rechaçado de "esquecimento" (MORAES, 2016, p. 97-98).

Diante do exposto, o problema central desta pesquisa reside em como a preservação digital de informações, motivada por razões históricas ou culturais, pode ser harmonizada com o direito à autodeterminação informativa e à proteção da dignidade individual na era digital. Considerando a negativa do STF a um direito irrestrito ao esquecimento, mas a sua abertura à análise de abusos, este artigo busca investigar a aplicabilidade e os limites da proteção da privacidade no ordenamento jurídico brasileiro. O foco será analisar como a desindexação de conteúdo se apresenta como um mecanismo potencial de equilíbrio, capaz de tutelar a pessoa humana contra os efeitos deletérios da memória digital sem suprimir o direito coletivo à informação e à história.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota como abordagem metodológica uma pesquisa de natureza qualitativa. Esta escolha se fundamenta na natureza do objeto de investigação, que não busca quantificar fenômenos ou estabelecer relações de causalidade, mas sim aprofundar-se em um "universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 241) que constituem a complexa



tensão entre a memória coletiva em ambientes digitais e os direitos fundamentais.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória, pois visa "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito" (GIL, 2008, p. 27). O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão de fenômenos contemporâneos e conceitos emergentes, como o de memória digital e direito ao esquecimento, cujas delimitações jurídicas e sociais ainda estão em construção.

Como procedimento técnico central, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvida "a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 29). Esta etapa constituiu o alicerce teórico do estudo, permitindo a construção de um referencial sólido por meio da coleta, seleção, leitura crítica e interpretação de uma vasta gama de materiais.

Foram consultados livros, artigos científicos, teses, dissertações e periódicos especializados que abordam os temas do direito ao esquecimento, autodeterminação informativa, privacidade, liberdade de expressão, impactos das tecnologias da informação e o conceito de memória digital.

Para o desenvolvimento deste trabalho, as bases de dados primárias utilizadas para a busca e recuperação de literatura foram: Scielo (Scientific Electronic Library Online), pela sua abrangência em periódicos científicos brasileiros e latino-americanos; Google Scholar (Google Acadêmico), por sua vasta indexação de literatura acadêmica; e Repositórios Institucionais de Universidades Brasileiras, para acesso a teses e dissertações que apresentam análises aprofundadas sobre o tema.

Complementarmente, empregou-se a pesquisa documental, que se diferencia da bibliográfica por analisar materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 57). Esta etapa foi essencial para examinar as fontes primárias e secundárias que moldam o arcabouço legal e jurisprudencial brasileiro.

O *corpus* documental incluiu a análise rigorosa de: Legislação, notadamente a Constituição Federal de 1988, o Marco Civil da Internet



(Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- LGPD (Lei nº 13.709/2018); Jurisprudência, com foco em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente o julgamento do RE 1.010.606/RJ (Caso Aída Curi); e Documentos Oficiais, como os Enunciados de jornadas de direito civil.

Os dados coletados, tanto bibliográficos quanto documentais, foram submetidos a uma análise de conteúdo de natureza crítico-interpretativa. Este método busca ultrapassar a mera descrição dos textos, para "compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto e latente, as significações explícitas e ocultas" (MINAYO, 2010, p. 303). A partir dessa análise, foi possível delinear os principais conflitos entre a preservação da memória coletiva e os direitos individuais, e propor diretrizes para harmonizar esses valores no contexto da sociedade da informação.

O CONTEXTO JURÍDICO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ERA DIGITAL

Os direitos fundamentais, pilares das democracias modernas, passaram por significativas transformações e expansões ao longo da história, impulsionados por marcos como os ideais iluministas dos séculos XVII e XVIII. Ressalta-se que esses direitos emergiram da confluência de diversas fontes, incluindo tradições civilizatórias, pensamentos filosófico-jurídicos, e as influências do cristianismo e do direito natural (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 14). Araújo e Nunes Júnior (2005, p. 109-110 *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 14) complementam, definindo-os como uma categoria jurídica criada para proteger a dignidade humana em todas as suas dimensões. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 os consagra em seu Título II, com destaque para o artigo 5º, que garante a inviolabilidade de direitos como a vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (BRASIL, 1988).

A evolução dos direitos fundamentais é frequentemente categorizada em "gerações" ou "dimensões". A primeira geração, enraizada no pensamento liberal burguês, visou limitar a atuação do Estado e proteger direitos civis e políticos, como a vida e a intimidade, ostentando a característica de *status negativus*, que impõe uma abstenção do Estado



(ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 15). Em contraste, os direitos de segunda geração, que surgiram a partir da terceira década do século XX, conforme Alárcon (2004, p. 79 *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 15), focam em intervenções positivas do Estado para garantir o bem-estar social, englobando direitos como saúde, educação e trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos de terceira dimensão, direcionados à essência do ser humano como gênero e sem limites físicos ou econômicos, ganharam proeminência, abarcando os direitos difusos e coletivos (BONAVIDES, 2006 *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 16).

A inviolabilidade da intimidade e da vida privada, um direito fundamental de primeira geração, é salvaguardada no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo assegura proteção à intimidade, privacidade, honra e imagem das pessoas, além de garantir indenização por danos materiais ou morais decorrentes de sua violação. A doutrina diferencia "intimidade", referindo-se ao ambiente de relações mais próximas de uma pessoa, como os familiares, de "vida privada", que diz respeito ao convívio social mais amplo, como as relações de trabalho, sendo o direito à privacidade mais dilatado e englobando a própria esfera da intimidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 16-17).

Com o advento da era digital, a proteção desses direitos assumiu uma nova complexidade. A facilidade com que as informações são disseminadas e a sua permanência ilimitada na internet geram novos desafios. Toledo (2024, p. 69) observa que a liberdade de expressão, embora fundamental, quando exercida sem limites, pode ferir a privacidade, um problema potencializado pela internet e redes sociais.

Nesse diapasão, o direito ao esquecimento emerge como uma importante ferramenta. Conforme Almeida Filho (2024, p. 134), sua concepção é impulsionada pela mudança paradigmática na interação dos indivíduos com suas memórias pessoais, buscando reavaliar a perenidade dos dados na era digital. Ortiz e Rego (2024, p. 410) o associam à ideia de proteção à intimidade, sendo conhecido como o "direito de ser deixado em paz" (*right to be let alone*). Marwell, Santos e Lopes (2025, p. 6) o definem como o direito de qualquer pessoa de preservar sua vida e intimidade, evitando exposição pública que possa causar transtorno ou sofrimento.

O Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (CJF) reconheceu o direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, afirmando que "a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento" (BRASIL, 2013). O desembargador Rogério Fialho Moreira, coordenador da comissão que elaborou o enunciado, pondera que o direito ao esquecimento não visa apagar fatos, mas evitar a perpetuação desproporcional de episódios pontuais que gerem danos à vida pública e privada das pessoas (BRASIL, 2013).

Apesar da importância reconhecida por parte da doutrina e da jurisprudência em alguns casos, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1.010.606/RJ em 2021 (Caso Aída Curi), fixou a tese de que o direito ao esquecimento, entendido como o poder de obstar a divulgação de fatos verídicos apenas pela passagem do tempo, é incompatível com a Constituição Federal (BRASIL, 2021). Para o STF, a liberdade de expressão e de informação deve prevalecer, sob pena de se incorrer em censura prévia (AZEVEDO, 2024, p. 53-54).

No entanto, o próprio STF ponderou que eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir de parâmetros constitucionais como a proteção da honra, imagem, privacidade e personalidade em geral, e as previsões legais nos âmbitos penal e cível (BRASIL, 2021). Isso significa que, mesmo não havendo um direito absoluto ao esquecimento, a publicação de conteúdos pode gerar responsabilidade civil se ultrapassar limites razoáveis, como em casos de exploração sensacionalista ou exposição vexatória (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9).

Nesse contexto, o direito à desindexação surge como uma ferramenta jurídica distinta, mas complementar ao direito ao esquecimento. O STF o define como o "direito de não ser facilmente encontrada uma notícia que não seja mais atual ou considerada relevante para o interesse público" (BRASIL, 2024). A jurisprudência, como no REsp n. 1.660.168/RJ, entende a desindexação como um direito mais amplo que o próprio direito ao esquecimento, focando na desvinculação do nome do indivíduo com informações desabonadoras em ferramentas de busca, sem necessariamente excluir o conteúdo original (SEBEN, 2024, p. 48).



O caso de Mário Costeja na União Europeia foi emblemático, onde o Tribunal de Justiça da União Europeia reconheceu a possibilidade de solicitação de desindexação de links que comprometessem a privacidade, ainda que o conteúdo permanecesse acessível na fonte (NASCIMENTO; SILVA, 2025, p. 1936). No Brasil, o caso de Xuxa contra o Google ilustra a aplicação da desindexação, onde, apesar de não ter conseguido apagar as informações, o Google foi obrigado a remover de suas sugestões as informações negativas vinculadas à autora (MORAES, 2016, p. 88-90).

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), promulgada em 2018, trouxe importantes contribuições ao permitir a eliminação de dados pessoais desnecessários ou irrelevantes, mesmo sem tratar diretamente do direito ao esquecimento (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9). Moura e Luís (2024, p. 196-197) indicam que o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), mesmo que implicitamente, consagra a tutela ao direito de desindexar conteúdos que infrinjam garantias de terceiros, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de desindexação.

Apesar da controvérsia no STF, a doutrina, como se observa o direito ao esquecimento como a possibilidade de impedir a divulgação pública de certos acontecimentos da vida de uma pessoa, ainda que verídicos, após um determinado período. Reforça-se que o direito ao esquecimento opera em prol da dignidade da pessoa humana, buscando evitar a eternização de fatos que possam causar danos à honra, intimidade e imagem, impedindo que o indivíduo não possa mais conviver dignamente em sociedade (JUNIOR, 2018, p. 36 *apud* MIRANDA; TORRES, 2025, p. 3).

O Enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil elucida que:

> Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados (BRASIL, 2013).

Sendo assim, a era digital impõe um constante exercício de ponderação entre o direito à liberdade de expressão e de informação e os direitos da personalidade, como a intimidade e a privacidade. A desindexação digital se apresenta como uma ferramenta crucial para efetivar o direito ao esquecimento no ambiente virtual, permitindo que indivíduos não sejam eternamente prisioneiros de seu passado, especialmente quando as informações perdem a relevância pública e afetam a dignidade humana.

ARQUIVOS PERMANENTES DIGITAIS: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A MEMÓRIA COLETIVA

A emergência dos arquivos permanentes digitais introduziu uma nova dinâmica para a memória coletiva e individual, caracterizada pela ubíqua e perene disponibilidade das informações. Diferentemente dos registros físicos, que na maioria das vezes estavam sujeitos a desgastes e limites de acesso, os dados digitais podem ser replicados e armazenados indefinidamente, desafiando a própria noção de "esquecimento". Essa realidade, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação, alterou fundamentalmente a maneira como a sociedade interage com o passado, pois, conforme pontua Seben (2024, p. 18), "a Internet não esquece e dados pretéritos vêm à tona com muita facilidade e clareza".

As tecnologias digitais proporcionaram uma virada paradigmática, na qual a memória se tornou a regra em detrimento do esquecimento, transformando o passado em algo cada vez mais presente e, muitas vezes, onipresente (SILVA, 2024, p. 46). A internet, com seus mecanismos de busca e redes sociais, permite que fatos sejam revisitados a qualquer momento e por qualquer pessoa. Essa conjuntura cria um cenário em que a "dificuldade em se resguardar a privacidade do indivíduo na era da sociedade da hiperinformação" é inegável (CAMPOS, 2018, p. 09 *apud* FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 47).

A capacidade de armazenamento ilimitado e perpétuo de dados e informações pelas tecnologias digitais torna o direito ao esquecimento fundamental para assegurar o equilíbrio entre o direito à informação e outros direitos fundamentais, como a privacidade e a dignidade huma-



na. Conforme argumenta François Ost, em uma sociedade tecnológica que permite armazenamento ilimitado, o direito ao esquecimento torna-se crucial para o equilíbrio social (OST, 2005 *apud* MARQUES JÚNIOR, 2023, p. 109). O ambiente virtual, ao manter a exposição permanente de dados, pode submeter indivíduos a situações humilhantes, ferindo sua honra, imagem e dignidade, mesmo que a realidade exposta não condiga com sua situação atual. Para mitigar isso, é imperativo que "o direito deve acompanhar a evolução da sociedade e sanar eventuais conflitos, garantindo assim uma melhor organização social" (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 47).

A preservação de informações no ambiente digital, sem as devidas observâncias, como políticas arquivísticas, levanta preocupações significativas. A veiculação de fatos passados pode ter grande impacto na vida das pessoas retratadas, pois as informações online são dinâmicas e podem carregar múltiplas mensagens, por vezes invadindo a vida privada dos indivíduos (SEBEN, 2024, p. 18). A permanência forçada da memória digital, portanto, compromete o direito ao esquecimento e dificulta a reconstrução da própria imagem. A facilidade com que informações podem ser compartilhadas e perpetuadas online aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos a terem os seus "direitos de personalidade violados pela associação de informações ao próprio nome " (TEIXEIRA; VILLA, 2022, p. 10).

Consequentemente, o ambiente virtual pode transformar a privacidade em uma "prisão digital", onde o sujeito é condenado a reviver seus erros sem possibilidade de redenção social, afetando sua autonomia (SEBEN, 2024, p. 18). As políticas e diretrizes de preservação digital devem, portanto, equilibrar o acesso à memória coletiva com a proteção dos direitos individuais. A história da sociedade é um patrimônio imaterial do povo, capaz de revelar traços políticos, sociais e culturais (BRASIL, 2022). Contudo, a divulgação de fatos, especialmente históricos de crimes, deve ser vista com cautela, merecendo ponderação casuística para resguardar os direitos da personalidade dos envolvidos (BRASIL, 2022).

O Conselho da Justiça Federal, por meio do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, já reconhecia a relação entre o direito ao es-

quecimento e a dignidade humana na sociedade da informação (BRASIL, 2013). Tal reconhecimento não implica apagar fatos, mas sim evitar que episódios pontuais das vidas das pessoas sejam perpetuados desproporcionalmente, gerando danos à sua vida pública e privada (BRASIL, 2013).

Ainda que o STF, no julgamento do RE 1.010.606/RJ, tenha considerado o direito ao esquecimento incompatível com a Constituição em sua forma de obstar a divulgação de fatos verídicos pela passagem do tempo, a Corte ponderou que "eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso", considerando a proteção da honra, imagem, privacidade e personalidade (BRASIL, 2021). Azevedo (2024, p. 53-54) explica que, para o STF, privilegiar o direito individual em face do coletivo na supressão de informações poderia configurar censura prévia.

Apesar da tese fixada pelo STF, a importância da desindexação como ferramenta de efetivação do direito ao esquecimento e tutela da dignidade humana no mundo digital é discutida. A desindexação, conforme o STF, permite que uma notícia não seja "facilmente encontrada [...] quando não seja mais atual ou considerada relevante para o interesse público" (BRASIL, 2024). O REsp n. 1.660.168/RJ ratificou que a desvinculação do nome da autora de matéria desabonadora não se confunde com o direito ao esquecimento, preservando o conteúdo e conciliando os direitos à intimidade, privacidade e informação (BRASIL, 2022).

A desindexação surge como uma medida que busca combater o acesso facilitado a notícias ou informações que comprometem a vida social e pessoal dos indivíduos, especialmente quando não possuem relevância jornalística ou interesse popular, sem, contudo, excluir os conteúdos da rede (SILVA, 2024, p. 51). Essa abordagem permite que o indivíduo, mesmo tendo se tornado público por um fato, não tenha sua imagem atrelada a ele de maneira perpétua, mitigando a desproporcionalidade de um fato efêmero em sua vida.

Sendo assim, a era dos arquivos permanentes digitais impõe o desafio de equilibrar a preservação da memória coletiva com o direito à privacidade e à dignidade individual. A desindexação e a análise casuís-



tica de excessos na exposição de informações são mecanismos essenciais para garantir que a ubiquidade digital não se traduza em uma condenação perpétua para os indivíduos, permitindo-lhes reconstruir suas vidas e identidades em um ambiente cada vez mais interconectado.

A COLISÃO ENTRE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E DIREITOS INDIVIDUAIS: ANÁLISE DE CASOS E CENÁRIOS

A colisão entre a memória coletiva, muitas vezes perpetuada em arquivos digitais, e os direitos individuais, como o direito ao esquecimento e à autodeterminação informativa, representa um dos desafios mais complexos no cenário jurídico e ético contemporâneo. A facilidade de acesso e a permanência das informações na internet intensificam esse conflito, exigindo uma análise aprofundada de seus múltiplos desdobramentos.

Um cenário emblemático dessa colisão surge quando indivíduos, que já cumpriram penas ou cujos casos perderam a relevância pública, veem seu passado constantemente revivido por mecanismos de busca e redes sociais. Seben (2024, p. 49) destaca que o direito ao esquecimento surge como um dever social de proteger o indivíduo de ser perseguido por fatos pretéritos, preservando sua real identidade e reputação. No entanto, a onipresença das informações digitais pode gerar "prejuízos contínuos à imagem e à vida pessoal e profissional", dificultando a ressocialização e a construção de uma nova vida (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9).

A Chacina da Candelária e o caso Aída Curi, ambos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ilustram essa tensão (MORAES, 2016, p. 59). Embora o STJ tenha abordado o direito ao esquecimento, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1.010.606/RJ, conhecido como o Caso Aída Curi, fixou a tese de que o direito ao esquecimento, entendido como o poder de obstar a divulgação de fatos verídicos pela passagem do tempo, é incompatível com a Constituição (BRASIL, 2021). Essa decisão reflete a preocupação em privilegiar o direito da coletividade à informação e a liberdade de expressão, evitando o risco de censura prévia (AZEVEDO, 2024, p. 53-54).



Contudo, a mesma decisão do STF ressaltou que "eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso", a partir de parâmetros constitucionais que protejam a honra, imagem, privacidade e a personalidade em geral (BRASIL, 2021). Isso significa que, mesmo sem um direito absoluto ao esquecimento, a exploração sensacionalista ou a exposição vexatória de fatos podem gerar responsabilidade civil, configurando um limite à liberdade de informar (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9).

A Lei Geral de Proteção de Dados, embora não trate diretamente do direito ao esquecimento, oferece mecanismos que contribuem para mitigar os impactos da preservação digital. Ao permitir "a eliminação de dados pessoais que não sejam mais necessários ou pertinentes para a finalidade para a qual foram coletados", a LGPD abre caminho para discussões sobre a limitação da permanência de informações online quando não houver base legal para sua manutenção (MOURA; LUÍS, 2024, p. 196-197). O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) também se apresenta como um instrumento essencial ao tutelar, ainda que implicitamente, "o direito de desindexar da rede conteúdos que infrinjam garantias de terceiros" (MOURA; LUÍS, 2024, p. 196-197).

A perspectiva de diferentes atores nesse debate é crucial. Juristas buscam a ponderação entre os direitos fundamentais em conflito, aplicando princípios como o da proporcionalidade para que a solução limite o mínimo possível o direito sacrificado (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 32-33). Eles reconhecem que nenhum direito é absoluto e que a solução mais justa envolve a análise detalhada de cada situação.

Para os historiadores, a preservação da memória coletiva é fundamental para a compreensão do passado e a construção da identidade de uma sociedade. No entanto, a perpetuação indiscriminada de informações pode ferir a dignidade humana, especialmente de ex-detentos que buscam a ressocialização. O direito de ser esquecido, nesse contexto, pode ser visualizado "através dos institutos da reabilitação e do sigilo da folha de antecedentes, garantindo o direito de não ver expostos os fatos que os levaram à condenação" (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 48).

Os cidadãos, por sua vez, experimentam diariamente o impacto dessa colisão. A facilidade de acesso a informações antigas "pode gerar



estigmas e bloqueios no desenvolvimento pessoal e profissional" (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9). A "sociedade de informação" cria padrões e pode levar à exclusão daqueles que não se enquadram, o que reforça a necessidade de um direito que conserve a dignidade da pessoa humana (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 47).

Do ponto de vista ético, a colisão entre memória coletiva e direitos individuais levanta questões sobre o equilíbrio entre a verdade histórica e a dignidade humana. É inegável que a imprensa, como veículo da liberdade de expressão, tem o "dever [...] de prover informações verdadeiras e relevantes e o direito do público de acessá-las", o que é fundamental para a cidadania (ALMEIDA FILHO, 2024, p. 47). Contudo, essa liberdade não é ilimitada, e a veiculação de informações que ferem a honra, imagem, dignidade e privacidade de alguém, mesmo que verídicas, requer cautela.

A controvérsia entre o direito ao esquecimento e o direito à informação é acentuada quando se considera o cenário de uma pessoa que busca um cargo público. Se essa pessoa tiver cometido ilicitudes no passado e tentar se valer do direito ao esquecimento para ocultar tais fatos, isso geraria um prejuízo à sociedade, que seria privada de informações relevantes para uma decisão consciente (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 52). Nesse caso, o interesse coletivo à informação tende a prevalecer.

O direito à desindexação oferece uma via intermediária para solucionar essa colisão. Ao invés de excluir o conteúdo, a desindexação busca desvincular o nome do indivíduo de informações desabonadoras nos mecanismos de busca, sem apagar o fato em si. Isso permite "conciliar o direito individual à intimidade e à privacidade e o direito coletivo à informação", como evidenciado no REsp n. 1.660.168/RJ (BRASIL, 2022).

Em casos de "informações inverídicas disponíveis na rede mundial de computadores", a exclusão é indiscutível, uma vez que configuram ato criminoso (RAMOS et al., 2024, p. 4). No entanto, a complexidade surge com informações verídicas, mas que, com o tempo, perdem a relevância pública e causam dano contínuo ao indivíduo. A sociedade hiperconectada exige uma definição urgente de limites entre o interesse público e o respeito à intimidade. Pinto e Ferreira (2024) destacam que a regula-

mentação do direito ao esquecimento deve buscar um equilíbrio entre "garantir o acesso à memória coletiva e preservar o direito de cada indivíduo de não ser eternamente prisioneiro de seu passado", visando uma convivência digital mais ética (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 8).

PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA HARMONIZAÇÃO

A complexa relação entre a preservação da memória coletiva em ambientes digitais e a tutela dos direitos fundamentais dos indivíduos, especialmente o direito ao esquecimento e à autodeterminação informativa, exige a formulação de propostas e diretrizes que busquem a harmonização desses valores. A era digital, que perpetua informações de maneira inédita, demanda soluções inovadoras e multifacetadas para equilibrar a memória coletiva e o respeito à intimidade individual (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 3).

Uma das abordagens mais promissoras reside no aprimoramento e na aplicação mais robusta do direito à desindexação. Conforme o Supremo Tribunal Federal, a desindexação permite que uma notícia não seja "facilmente encontrada [...] quando não seja mais atual ou considerada relevante para o interesse público" (BRASIL, 2024). Sugere-se que a legislação ou a regulamentação do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) possa ser mais explícita quanto aos critérios para a desindexação, conforme apontado por Moura e Luís (2024, p. 196-197), que veem a necessidade de "aperfeiçoar essa ideia e criar mecanismos mais eficientes para a desindexação de dados pelos próprios provedores". Isso permitiria que o indivíduo não tivesse sua imagem perpetuamente atrelada a um fato efêmero, sem, contudo, apagar o conteúdo da rede, buscando um equilíbrio com a memória coletiva.

Para tornar a desindexação mais efetiva, é crucial desenvolver mecanismos procedimentais claros. Propõe-se a criação de canais de notificação extrajudicial simplificados e padronizados junto aos provedores de busca, bem como o fortalecimento do papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão mediador em casos de impasse. A implementação de tais procedimentos reduziria a judicialização excessiva e ofereceria uma via mais célere para cidadãos que buscam proteger sua privacidade de exposições obsoletas e prejudiciais.



Adicionalmente, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), embora não aborde diretamente o direito ao esquecimento, oferece um arcabouço importante para a limitação da permanência de informações. Poderiam ser desenvolvidos protocolos específicos que, baseados na LGPD, orientem os provedores sobre a eliminação ou anonimização de dados pessoais que "não sejam mais necessários ou pertinentes para a finalidade para a qual foram coletados" (MIRANDA; TORRES, 2025, p. 9). Isso daria maior controle aos usuários sobre suas informações, em linha com o direito à autodeterminação informativa.

No âmbito legislativo, apesar do entendimento do STF no RE 1.010.606/RJ de que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição (BRASIL, 2021), a própria Corte ressalvou a análise caso a caso de excessos e abusos (BRASIL, 2021). Poderia ser explorada a criação de previsões legais específicas e pontuais, como mencionado no voto do Ministro Relator, que tratassem de situações em que o decurso do tempo, aliado à ausência de interesse público atual e à violação da dignidade humana, justificasse medidas de limitação da exposição, "sem anulação da liberdade de expressão" (BRASIL, 2021).

Para além das alterações legislativas, a elaboração de protocolos e melhores práticas para a gestão de arquivos digitais permanentes é fundamental. Isso envolveria a colaboração entre arquivistas, juristas, tecnólogos e historiadores para definir critérios claros sobre o que deve ser preservado compulsoriamente por seu valor histórico, cultural ou científico, e o que pode ser objeto de desindexação ou limitação de acesso para preservar a privacidade e a dignidade individual. Um dos focos deveria ser o desenvolvimento de tecnologias que permitam maior controle individual sobre a informação, dando ao indivíduo a prerrogativa de defender os direitos inerentes à sua pessoa (BITTAR, 2015, p. 65).

Um avanço significativo nessa direção seria a adoção compulsória dos princípios de Privacidade desde a Concepção (*Privacy by Design*) e por Padrão (*by Default*) no desenvolvimento de novas plataformas e aplicações. Em vez de remediar danos, a tecnologia seria projetada desde o início para minimizar a coleta de dados, oferecer controles granulares ao usuário e prever ciclos de vida para as informações, facilitando a anonimização ou o descarte de dados que perderam sua finalidade original.



A harmonização passa também por reconhecer a dimensão econômica que sustenta o atual desequilíbrio. O modelo de negócios de muitas plataformas digitais se baseia na coleta e análise massiva de dados para fins publicitários, um sistema por vezes denominado "capitalismo de vigilância". Qualquer proposta de harmonização eficaz deve, portanto, incluir medidas regulatórias que limitem as práticas extrativistas de dados e incentivem modelos de negócio que não dependam da perpetuação da exposição dos indivíduos.

Mecanismos que facilitem o exercício do direito ao esquecimento sem comprometer a integridade histórica são cruciais. Por exemplo, informações sobre condenações criminais já cumpridas, que afetam a ressocialização do ex-detento, poderiam ser desindexadas de buscas por nome em contextos não públicos, sem serem excluídas de bancos de dados judiciais ou históricos para fins de pesquisa. Isso permite conciliar o direito à ressocialização com a preservação de dados para fins legítimos, garantindo "o direito de não ver expostos os fatos que os levaram à condenação" (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 48).

A necessidade de uma análise casuística e ponderada é reiterada pela doutrina. As propostas devem reforçar a capacitação do Poder Judiciário para realizar essa ponderação de forma eficiente, aplicando princípios como o da proporcionalidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 32-33). A ausência de legislação específica "não significa inexistência do direito, mas demanda cautela dos juízes" (AZEVEDO, 2024, p. 54).

Adicionalmente, ações educativas e de conscientização são imprescindíveis. É fundamental que a sociedade compreenda a complexidade da "sociedade da informação" e seus impactos nos direitos individuais (LEVES et al., 2017 *apud* FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 46). Campanhas educativas podem informar sobre a importância da privacidade online, o direito à desindexação e os limites da liberdade de expressão, promovendo uma cultura digital mais ética e responsável.

A harmonização passa também por reconhecer que o direito à informação, embora essencial para a cidadania e a democracia, não é absoluto (ALMEIDA JÚNIOR, 2021, p. 32). A legislação brasileira, como a Lei n. 5.250/1967 e o artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, juntamente com os artigos 11 a 21 do Código Civil de 2002, já preveem a



responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da violação de direitos da personalidade (FELICIANO; GOETTENAUER, 2020, p. 51). Essas disposições devem ser aplicadas de forma rigorosa em casos de abusos na divulgação de informações.

Por conseguinte, a busca pela harmonização entre a memória coletiva e os direitos individuais na era digital exige uma abordagem multifacetada que combine o fortalecimento de instrumentos legais como a desindexação e a LGPD, o desenvolvimento de tecnologias que empoderem o indivíduo, a criação de protocolos para a gestão de arquivos digitais e, acima de tudo, a promoção de uma cultura de conscientização e responsabilidade no ambiente digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou perscrutar a complexa e inegavelmente contemporânea tensão entre a preservação da memória coletiva, potencializada a um grau inédito pela tecnologia digital, e a salvaguarda dos direitos fundamentais do indivíduo, notadamente a privacidade, a autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento. A trajetória argumentativa percorrida ao longo deste artigo permitiu alcançar o objetivo central de demonstrar que, embora a memória social constitua um pilar para a identidade e a história de uma nação, sua perpetuação irrestrita no ambiente digital pode colidir frontalmente com o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, exigindo do ordenamento jurídico soluções ponderadas e tecnicamente adequadas.

A análise partiu da contextualização dos direitos da personalidade no marco da Constituição Federal de 1988, evoluindo para a emergência do direito ao esquecimento como uma prerrogativa essencial na sociedade da informação — um mecanismo de defesa contra a eternização de fatos pretéritos que, despidos de relevância pública atual, impõem ao indivíduo um estigma perene. A investigação sobre a natureza dos arquivos permanentes digitais revelou sua principal característica: a hipermnésia, uma capacidade quase ilimitada de armazenamento e recuperação que, sem as devidas políticas de gestão, transforma a rede em uma potencial “prisão digital”, onde a redenção e o recomeço são obstados pela indelével memória algorítmica.



O ponto nevrálgico da discussão concentrou-se na colisão de direitos, examinada através de casos emblemáticos da jurisprudência brasileira. A decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 1.010.606/RJ, ao rechaçar um direito absoluto ao esquecimento, não representou um desfecho, mas sim um refinamento do debate. Ao salvaguardar a liberdade de informação contra uma censura temporal, a Corte não outorgou um salvo-conduto para abusos, pelo contrário, remeteu à análise casuística a responsabilidade por excessos, abrindo uma via fundamental para a tutela da dignidade. Foi nesse interstício que o direito à desindexação, confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, emergiu como a solução jurídica mais equilibrada e tecnicamente viável, capaz de mitigar a exposição contínua sem promover a supressão da história.

As implicações teóricas desta pesquisa reforçam a premissa de que os direitos fundamentais não são conceitos estáticos, mas dinâmicos, cuja interpretação deve evoluir em simetria com as transformações sociais e tecnológicas. A desindexação não deve ser vista como um sucedâneo inferior ao esquecimento, mas como uma evolução dogmática sofisticada, adaptada à arquitetura da internet.

A análise revelou, entretanto, que a decisão do STF não exauriu a questão nem deixou o indivíduo desprotegido. Pelo contrário, ao ressalvar a análise de excessos e abusos caso a caso e ao diferenciar o "esquecimento" da "desindexação", a Corte abriu um caminho pragmático e juridicamente viável para a tutela da privacidade. O estudo concluiu que a desindexação se firma como o principal instrumento de harmonização, capaz de dificultar o acesso massivo a informações obsoletas sem incorrer em censura ou no apagamento do registro histórico.

Na prática, os resultados apontam para a urgência de uma abordagem criteriosa: o aprimoramento de ferramentas legais e tecnológicas que confiram ao indivíduo maior controle sobre sua identidade digital; a capacitação do Judiciário para a complexa tarefa de ponderar valores em um ambiente tecnologicamente denso; e o fomento a políticas de governança de dados que incorporem, desde sua concepção, os princípios da privacidade e da temporalidade da informação.



Diante do exposto, considera-se que o objetivo central proposto na introdução foi plenamente alcançado. A exploração da complexa relação entre a preservação digital e os direitos da personalidade foi realizada por meio da análise crítica da legislação, da doutrina e da jurisprudência. A investigação cumpriu a meta de delinear o conflito e, a partir dele, propor um conjunto de diretrizes multifacetadas para a sua harmonização.

O trabalho respondeu, portanto, à questão de pesquisa central. A investigação demonstrou que a harmonização entre a memória digital e os direitos individuais no Brasil, pós-decisão do STF, depende de uma abordagem sistêmica que combine o aprimoramento de instrumentos jurídicos, como a desindexação e a aplicação da LGPD; o desenvolvimento de tecnologias que incorporem a privacidade desde a sua concepção; a formulação de políticas arquivísticas claras; e a promoção de uma cultura de responsabilidade digital.

A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição para um debate jurídico e social ainda em aberto. Ao sistematizar o estado da arte da questão no Brasil e articular propostas concretas, o artigo oferece um arcabouço para juristas, legisladores, desenvolvedores de tecnologia e profissionais da informação, fomentando um diálogo interdisciplinar essencial para a governança da memória na era digital.

Para a Ciência da Informação e, mais especificamente, para a Arquivologia, as implicações são profundas. Os resultados evidenciam a urgência de que os profissionais da área participem ativamente da formulação de políticas de curadoria digital, estabelecendo critérios que transcendam a mera preservação técnica e incorporem ponderações éticas sobre privacidade e dignidade humana.

Reconhece-se, contudo, as limitações deste estudo, inerentes à própria natureza fluida do objeto. A jurisprudência sobre o tema é recente e está em constante construção, assim como as tecnologias que moldam o ambiente digital. A complexidade da matéria impede, por certo, o esgotamento de todas as suas facetas.

Por fim, este trabalho aponta para a necessidade de futuras investigações que aprofundem a aplicabilidade da desindexação em distintas

plataformas, como redes sociais e repositórios de vídeo, cujas lógicas operacionais diferem dos motores de busca. Ademais, o impacto da inteligência artificial e dos sistemas de recomendação algorítmica na perpetuação ou no "esquecimento" de informações constitui um campo de pesquisa fértil e urgente. A busca por uma harmonização internacional de diretrizes para a proteção de dados e a promoção de uma ampla educação para a cidadania digital são, igualmente, caminhos indispensáveis para que a sociedade da informação possa, de fato, evoluir para uma sociedade do conhecimento, pautada pelo respeito, pela ética e pela dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Sergio Baptista Pereira de. **Liberdade de expressão e direito ao Esquecimento: conflitos e intersecções entre direitos fundamentais**. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41222. Acesso em 27 mai. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Bernardino Jerônimo de. **Direito ao esquecimento na sociedade digital**: conceito e desafios de aplicabilidade. 2021. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2021. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/20154. Acesso 05 jun, 2025

AZEVEDO, Larissa Terra. Direito ao esquecimento: uma análise do contexto histórico e do Recurso Extraordinário de n. 1.010.606 com a fixação da Tese de Repercussão Geral - Tema 786. 2024. 63 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Direito) –Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/24341. Acesso em 18 mai. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

BITTAR, Carlos A. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.. Acesso em: 05 jan. 2025.



BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Enunciado nº 531. *In*: **VI Jornada de Direito Civil**. Brasília, DF: CJF, 2013. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142. Acesso em: 11 mai. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.660.168/RJ**. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. Brasília, DF, 21 de jun. 2022. Diário de Justiça Eletrônico, 30 jun. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Direito à Desindexação**. Brasília, DF: STF, [2024]. (Tesauro). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=DIREITO%20%C3%80%20DESINDEXA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 05 jan. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 1.010.606/RJ**. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, DF, 11 fev. 2021. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755910773. Acesso em: 11 mai. 2025.

CAMPOS, Mariane Guedes Costa. **Os Impactos da Sociedade de Informação na Consolidação do Direito ao Esquecimento**. 2018. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6146. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 17-48

FELICIANO, Aline Boitrago; GOETTENAUER, Sandra Gonçalves Santos. Direito ao esquecimento: características e conflito com o direito à informação. **Humanidades & Tecnologia em Revista (FINOM)**, Paracatu, v. 23, p. 41-55, abr./jul. 2020. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/download/1170/848. Acesso em: 05 jan. 2025.

FREITAS, Geloesse Gomes Correia; MENON, Gustavo. Patrimônio cultural: análise da matriz constitucional brasileira e proteção jurídica para a salvaguarda de culturas e memórias. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 01-21, jul-dez, 2023. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/15198/11868, Acesso em 11 mai. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Paulo Ricardo Silva; SOUZA, Edivanio Duarte de. Relações dinâmicas entre memória e esquecimento: das ambivalências às antinomias no mundo digital. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 186-201,



mar./ago. 2021. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5644. Acesso em 03.mai. 2025

MARQUES JÚNIOR, William Paiva. A tutela do patrimônio cultural como bem ambiental no contexto dos direitos humanos na sociedade de informação. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 18, n. 46, p. 97-114, set./dez. 2023. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/1538. Acesso em 28.jun. 2025.

MARWELL, Daniel Bastos; SANTOS, Alexander Fabiano Ribeiro; LOPES, Alexandre Rosa. A lei geral de proteção de dados, o direito ao esquecimento e o entendimento dos tribunais superiores. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 1, p. e8597, 2025. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/8597. Acesso em: 11 mai. 2025.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete**: o direito de esquecer na era digital. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Best Business, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MIRANDA, Willa Mara Machado; TORRES, Leonardo Guimarães. Direito ao esquecimento na internet: conflitos entre liberdade de expressão e proteção da privacidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3828-3839. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v11i4.18999. Acesso em: 09 abr. 2025.

MORAES, Melina Ferracini de. **O direito ao esquecimento na internet no contexto das decisões judiciais no Brasil**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/items/309fc7f4-7bf-9-4ba1-b355-d453c6962ead, Acesso em: 11 abr. 2025.

MOURA, Rafael Soares Duarte; LUÍS, Melissa Soares Duarte Costa Negro. O direito ao esquecimento e a sociedade da informação: uma análise jurídica e social pautada no Recurso Extraordinário (RE) 1.010.606/RJ. **Diké - Revista Jurídica**, v. 23, n. 27, p. 176-206, 2024. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/4357. Acesso em: 09 abr. 2025.

NASCIMENTO, Hallone Silva; SILVA, Hernando Fernandes da. O direito ao esquecimento na era digital: limites e desafios para a liberdade de informação e privacidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 1933-1945, maio 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19122. Acesso em: 01 jun. 2025.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTIZ, C. A.; REGO, R. B. Direito à Liberdade de Expressão: Um olhar sob A ótica do direito à privacidade e direito ao esquecimento**.** ***Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação***, *10*(6), 402–419. (2024). Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14365. Acesso em 09 mai. 2025.

PINTO, Yanka dos Santos; FERREIRA, Rafael Fonseca. Direito ao esquecimento na internet: a exposição de criadores de conteúdo na plataforma digital do TikTok. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 27, n. 2, p. 427-445, 2024. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/11231. Acesso em 28 mai. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Andrezza Letícia Oliveira Tundis; DAMASCENO, Luana; REIS ALENCAR, Priscila Farias dos. Direito ao esquecimento digital: entre a liberdade de expressão e a proteção de dados. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 10, n. 2, 2024. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadireitosfundamentais/article/view/11021. Acesso em: 04 jun. 2025.

SEBEN, Valentinna Oltramari. **A inaplicabilidade do direito ao esquecimento na era digital**. 2024. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/13580. Acesso em: 11 jun. 2025

SILVA, Luana Sales Barros da. **A tutela da dignidade humana na era da informação**: análise do fenômeno da indexação digital à luz do direito ao esquecimento. 2024. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34199. Acesso em: 04 jul. 2025.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin; VILLA, Aline Dias. Direito ao esquecimento na internet e os direitos da personalidade. **Revista Foco** |Curitiba (PR)| v.16. n.7|e2494| p.01-20 |2023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/2494/1639/4784. Acesso em 23.jun. 2025

HIPÁTIA: CARACTERÍSTICAS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Angelica Alves da Cunha Marques
Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
angelicacunha@unb.br

Marilete da Silva Pereira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
mariletepereira@ibict.br

Alexandre Faria de Oliveira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
alexandreoliveira@ibict.br

Resumo: *Este trabalho se insere no escopo das preocupações internacionais e brasileiras sobre a necessidade de preservação digital de documentos e informações. Apresenta o Hipátia, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, como uma solução para a preservação digital de documentos de arquivo, de forma segura e confiável. Objetiva realizar uma análise comparativa da produção bibliográfica sobre o Hipátia, tendo em vista uma discussão sobre as suas características, potencialidades e desafios no contexto da preservação digital de documentos de arquivo. O estudo apresenta uma abordagem qualiquantitativa, exploratória e descritiva, via pesquisa bibliográfica. São apresentados os objetivos, a metodologia, os referenciais teóricos e as concepções do Hipátia contempladas em 16 obras identificadas sobre o mesmo. A maioria das obras analisadas, caracterizadas como estudos qualitativos, exploratórios, descritivos e bibliográficos, é desenvolvida com base em referenciais teóricos das Tecnologias da Informação e da Ciência da Informação (em torno da preservação digital) e da Arquivologia (autenticidade, cadeia de custódia e repositórios digitais arquivísticos confiáveis). Apresenta o Hipátia como um modelo de preservação digital para documentos de arquivo, sem, contudo, justificá-lo.*

Palavras-Chave: *Hipátia. Preservação digital. Documento de arquivo. Repositório Arquivístico Digital Confiável.*



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem sendo desenvolvidas pesquisas, nos cenários internacional e brasileiro, em torno da preservação digital de documentos de arquivo e informações, a fim de se preservá-los a longo e permanente prazos, de forma segura e confiável. Nesse sentido, observam-se estudos produzidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, de diferentes campos do saber: Engenharia Elétrica (Sousa, 2022), Difusão do Conhecimento (Meirelles, 2023), Patrimônio Cultural (Silva, 2019; Brondani, 2022; Manfio, 2023) e Ciência da Informação (Gomes, 2019; Andrade, 2021; Silva, 2021; Leal, 2022; Xavier, 2022; Almeida, 2023; Amaral, 2023; Pereira, 2024; Santos, 2024).[1]

Destacadamente em Ciência da Informação, há importantes contribuições sobre Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), que contemplam as ações de preservação, os seus agentes e objetos digitais, os requisitos que os organizam em cada repositório, e as ações de auditoria e certificação conforme os modelos de preservação digital (Andrade, 2021), em que se preza pela confiabilidade do documento de arquivo em ambiente digital, ou seja, pela sua segurança jurídica e autenticidade no escopo da cadeia de custódia (Silva, 2021).

Nas pesquisas realizadas nos distintos campos acerca de RDC-Arq, nota-se que não basta armazenar e preservar os documentos de arquivo e as informações a seu respeito (metadados), há que se garantir o seu acesso e a sua difusão em um ambiente digital, a partir da sua gestão – inclusive com a recomendação de implementação de Sistemas de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) – e de acordo com os preceitos legais, pelo tempo necessário (Gomes, 2019; Silva, 2019; Brondani, 2022; Leal, 2022; Sousa, 2022; Xavier, 2022; Almeida, 2023; Amaral, 2023; Pereira, 2024; Santos, 2024).

Todos esses estudos que abrangem os RDC-Arq se relacionam, por-

1. Conforme consulta realizada ao Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2025), pelo termo "RDC-Arq", em 17 de março de 2025.



tanto, em investigações sobre repositório digital, cuja concepção pode ser tomada da Resolução nº 51 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq):

> [...] é um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. Esse ambiente não se constitui apenas de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados. Um repositório digital é, então, um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos (Conselho Nacional de Arquivos, 2023, p. 12).

Ao encontro dos fundamentos teóricos da Arquivologia, o mesmo documento define "repositório arquivístico digital":

> Um repositório arquivístico digital é um repositório digital que armazena e preserva esses documentos, nas fases intermediária e/ou permanente. Como tal, esse repositório deve:
>
> - gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; e
> - proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos (Conselho Nacional de Arquivos, 2023, p. 12).

E, por fim, para que se tenha um repositório digital confiável, segundo a mesma resolução do CONARq, um repositório digital deve ser "capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário" (Conselho Nacional de Arquivos, 2023, p. 13), perspectiva que norteou a produção científica supramencionada e o Hipátia, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a partir de 2018, como



uma solução para a preservação digital de documentos de arquivo, de forma segura e confiável.

No escopo das preocupações internacionais e brasileiras sobre a necessidade de preservação digital de documentos e informações, este artigo objetiva realizar uma análise comparativa da produção bibliográfica sobre o Hipátia, tendo em vista uma discussão sobre as suas características, potencialidades e desafios no contexto da preservação digital de documentos de arquivo, conforme metodologia descrita na próxima seção.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma abordagem qualiquantitativa, exploratória e descritiva, via pesquisa bibliográfica. Para a sua realização, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

a) Consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025), em 17 de março de 2025, com o termo "RDC-Arq" para pesquisa. Foram acessadas as referências bibliográficas de 14 dissertações e duas teses, distribuídas nos seguintes campos do saber: nove em Ciência da Informação (Gomes, 2019; Andrade, 2021; Silva, 2021; Leal, 2022; Xavier, 2022; Almeida, 2023; Amaral, 2023; Pereira, 2024; Santos, 2024); três em Patrimônio Cultural (Silva, 2019; Brondani, 2022; Manfio, 2023); uma em Difusão do Conhecimento (Meirelles, 2023) e uma em Engenharia Elétrica (Sousa, 2022). De acordo com a introdução deste trabalho, essas pesquisas subsidiaram a perspectiva teórica deste artigo sobre RDC-Arq, a fim de se compreender a concepção e o desenvolvimento do Hipátia, conforme relatado no corpus analisado na segunda etapa;

b) Levantamento da produção bibliográfica sobre o Hipátia, que passou a compor o corpus deste estudo: b.1) identificada pela Coordenação de Governança em Tecnologias para In-

formação e Comunicação (COTIC), em parte, disponibilizada no Acervo digital do Hipátia (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025), composta por 12 obras: um livro (Braga; Mardero Arellano, 2022) com sete capítulos (Márdero Arellano, 2022; Tavares; Márdero Arellano, 2022; Pignataro; Menezes; Braga, 2022; Braga, 2022a; Shintaku; Oliveira, 2022; Oliveira; Shintaku; Silva, 2022; Oliveira; Márdero Arellano; Braga, 2022); três artigos (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021; Braga; Holanda; Canelhas, 2022; Braga, 2023); e duas comunicações em eventos (Braga, 2022b; Pignataro *et al*., 2023).; b.2) mapeada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), em 10 de março de 2025 (Base de Dados em Ciência da Informação, 2025), em complemento ao levantamento realizado pela COTIC, quando foram localizados dois artigos (Shintaku *et al*., 2023; Saad; Brito, 2024) e uma comunicação em evento (Brondani *et al*., 2024).

c) Leitura integral das 16 obras que compuseram o corpus do estudo descrito na etapa anterior;

d) Análise das características, das potencialidades e dos desafios do Hipátia a partir da síntese apresentada no quadro 1.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme levantamento bibliográfico descrito na seção anterior, chegou-se a 16 obras (um livro, sete capítulos de livro, cinco artigos e três comunicações em eventos científicos), identificadas no quadro 1.

O Hipátia – cuja denominação foi inspirada na filósofa Hipátia de Alexandria, que viveu no Egito durante o período romano e que teve seus feitos nas áreas de Matemática, Física, Astronomia e Engenharia amplamente documentados e ainda disponíveis (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021) – foi concebido pelo IBICT em 2018, a partir de uma parceria com o TJDFT para promover a adoção do RDC-Arq, a fim de aprimorar seu processo de gestão documental (Braga; Holanda; Canelhas,



2022; Pignataro; Menezes; Braga, 2022; Braga, 2022a; Brondani *et al.* 2024).

Os trabalhos que compuseram o *corpus* deste estudo são recentes (produzidos entre 2019 e 2024), majoritariamente por pesquisadores do IBICT. Com exceção de Márdero Arellano (2022) e Tavares e Márdero Arellano (2022), objetivaram apresentar o Hipátia no escopo da preservação digital de documentos e informações (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021; Braga; Márdero Arellano, 2022; Pignataro *et al*., 2023; Saad; Brito, 2024), a sua configuração como um RDC-Arq (Braga; Holanda; Canelhas, 2022; Pignataro; Menezes; Braga, 2022; Oliveira; Shintaku; Silva, 2022; Oliveira; Márdero Arellano; Braga, 2022; Braga, 2022b; Braga, 2023) e o seu funcionamento (Braga, 2022a; Shintaku; Oliveira, 2022; Shintaku *et al*., 2023; Brondani *et al*., 2024).

Observou-se que seguiram, predominantemente, uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, mediante pesquisa bibliográfica e documental, cujo estudo de caso foi o Hipátia (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021, Pignataro; Menezes; Braga, 2022; Shintaku; Oliveira, 2022; Oliveira; Shintaku; Silva, 2022; Braga, 2022b; Braga, 2023; Pignataro *et al*., 2023; Saad; Brito, 2024; Brondani *et al*., 2024).

Quadro 1. Produção bibliográfica sobre o Hipátia

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Shintaku, Braga e Oliveira (2021)	Hipátia: uma ferramenta livre no apoio à preservação digital	Apresentar o Hipátia, *software* livre de código aberto desenvolvido pelo IBICT, como solução para integrar sistemas arquivísticos no processo de preservação.	Abordagem qualitativa, exploratória, entrevista com os criadores do Hipátia, pesquisa documental (relatórios técnicos dos pesquisadores). Como estudo com aspectos exploratórios, faz uso da técnica de responder as perguntas (nas entrevistas realizadas): o que (*what*), porquê (*why*), para quem (*who*), onde (*where*), quando (*when*), como (*how*) e quanto (*how much*), o chamado *5W2H* para descrever um cenário.	Modelo OAIS, Repositórios Digitais Arquivísticos Confiáveis (RDC-Arq) e cadeia de custódia digital	*software* ferramenta sistema	artigo
Braga, Holanda e Canelhas (2022)	Resolução RDC-Arq CONARQ: uma análise dos novos requisitos informacionais propostos	Identificar os requisitos propostos pela nova resolução do Conarq (43/2015) e avaliar quais seus impactos no modelo Hipátia.	A pesquisa se apoia no método de análise documental e possui caráter qualitativo. Ela também possui caráter exploratório, uma vez que avalia os possíveis cenários a partir dos requisitos mapeados e elenca quais já eram atendidos pelo modelo Hipátia, que poderiam ser atendidos e quais demandam a atualização da proposta do modelo para serem contemplados.	RDC-Arq autenticidade cadeia de custódia	modelo estruturado no âmbito do IBICT	artigo

Continua na página seguinte >>

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Braga e Márdero Arellano (2022)	Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis	-	-	-	modelo	livro
Márdero Arellano (2022)	Preservação de documentos em formato digital	-	-	preservação digital autenticidade (identidade e integridade) objeto digital cadeia de preservação	-	capítulo de livro
Tavares e Márdero Arellano (2022)	O IBICT e a preservação da memória científica	-	-	memória digital preservação digital	-	capítulo de livro
Pignataro, Menezes e Braga (2022)	Os principais normativos relacionados ao RDC-Arq	Fazer um levantamento dos principais normativos relacionados aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, em especial no âmbito das instituições jurídicas.	Este estudo exploratório e descritivo, que faz um levantamento dos principais normativos relacionados aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, em especial no âmbito das instituições jurídicas.	RDC-Arq- resolução CONARQ nº 43/2015 Cadeia de Custódia para Documentos Arquivísticos Digitais (CCDA)	modelo	capítulo de livro

Continua na página seguinte >>

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Braga (2022a)	O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística	Um estudo de caso que se propõe a apresentar o modelo Hipátia de preservação arquivística digital. O objetivo é estruturar, de forma sistêmica, as etapas para implementação do modelo, de forma que outras instituições possam adotá-lo e, com isso, otimizar a difícil tarefa de preservar o conhecimento humano produzido e armazenado de forma digital.		preservação arquivística digital / preservação digital arquivística modelo de preservação digital / modelo de preservação arquivística digital	modelo modelo de preservação digital arquivística	capítulo de livro
Shintaku e Oliveira (2022)	Arquitetura do modelo Hipátia	Apresentar a arquitetura do BarraPres, *software* desenvolvido pelo Ibict, e que compõe o modelo Hipátia, construído por meio de um projeto de pesquisa em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Descrição sobre a estrutura e a interoperabilidade do barramento BarraPres/Hipátia	barramento tecnológico de interoperabilidade ecossistema de preservação digital de documentos arquivísticos	modelo	capítulo de livro

Continua na página seguinte >>

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Oliveira, Shintaku e Silva (2022)	Casos de sucesso de implementação do Modelo RDCArq e Hipátia	Apresentar os casos de sucesso de implementação do modelo Repositórios Digitais Arquivísticos Confiáveis (RDC-Arq) e Hipátia.	A partir do método de estudo de casos de natureza exploratória e explicativa, investiga-se o caso de sucesso da implementação no TJDFT e no Arquivo Nacional, por meio da observação direta e participativa, no âmbito dos projetos de pesquisa firmados entre o Ibict e ambas as instituições.	integridade autenticidade preservação digital cadeia de custódia documental	ferramenta barramento integrador de sistemas para preservação plataforma de integração de sistemas voltada à preservação digital, no qual possibilita a integração de diversos sistemas produtores de documentos	capítulo livro
Oliveira, Márdero Arellano e Braga (2022)	A visão do Ibict para um ecossistema nacional de preservação digital	-	-	ecossistema de preservação digital modelo de ecossistema de serviços de preservação digital preservação digital	modelo RDC-Arq	capítulo livro
Braga (2022b)	Hipátia: a primeira experiência prática de implementação de um RDC-Arq no Brasil	Apresentar a pesquisa executada pelo IBICT no âmbito da parceria com o TJDFT, bem como discorrer sobre as bases informacionais que foram consideradas durante a construção do modelo Hipátia.	A pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa e teve caráter aplicado. A metodologia utilizada foi a proposta durante a formalização da parceria entre o TJDFT e o IBICT e está explicitada no TED. Ela consiste em modelos de análise documental e experimentação e objetiva implementar um RDC-Arq.	preservação arquivística repositórios arquivísticos digitais confiáveis cadeia de custódia autenticidade metadados (de gestão e descritivos)	modelo	comunicação em evento

Continua na página seguinte >>

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Braga (2023)	O Modelo Hipátia: a proposta do IBICT para implementação de RDC-Arq no Brasil	Apresentar a pesquisa executada pelo IBICT no âmbito da parceria com o TJDFT, bem como discorrer sobre as bases informacionais que foram consideradas durante a construção do modelo Hipátia.	A pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa e teve caráter aplicado. A metodologia utilizada foi a proposta durante a formalização da parceria entre o TJDFT e o IBICT e está explicitada no TED. Ela consiste em modelos de análise documental e experimentação e objetiva implementar um RDC-Arq.	preservação digital RDC-Arq cadeia de custódia autenticidade metadados (de gestão e descritivos)	modelo de implementação do RDC-Arq	artigo
Pignataro *et al.* (2023)	A gestão dos formatos de preservação de arquivos no Archivematica: estudo de caso com o Processo Judicial Eletrônico	Relatar o estudo de formatos de arquivos realizado no Processo Judicial Eletrônico para configuração do Archivematica com fins a preservação de documentos de arquivo	Qualifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter descritivo.	preservação digital preservação de documentos de arquivo documentos arquivísticos digitais autenticidade	modelo de preservação	comunicação em evento
Shintaku *et al.* (2023)*	Uso do protocolo de interoperabilidade OAI-ORE para preservação digital	Apresentar uma nova opção para a preservação digital de documentos depositados em sistemas de informação implementados com o DSpace, com o uso do modelo Hipátia	O estudo faz uso de técnicas de pesquisas aplicadas em computação, voltados para inovação e resolução de problemas	preservação digital repositórios digitais RDC-Arq interoperabilidade	modelo modelo de integração de sistemas para preservação	artigo

Continua na página seguinte >>

Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Referenciais teóricos	Como o Hipátia é compreendido	Tipo bibliográfico
Saad e Brito (2024)*	Implementação do modelo Hipátia no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT): um estudo sobre maturidade e práticas de preservação digital	Avaliar o relatório gerado durante o processo de implantação do modelo Hipátia no TJDFT e apresentar os resultados alcançados, visando aprimorar suas capacidades de repositórios de dados e o nível de maturidade	A metodologia empregada neste estudo é de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, caracterizando-se como pesquisa pura. Este trabalho adota uma metodologia qualitativa, focando-se na análise dos relatórios de implementação do Hipátia a partir da óptica dos níveis de preservação digital. A análise focou nos resultados do Diagnóstico de Maturidade apresentados no relatório, ou na ausência desse, indícios que comprovem um certo grau de maturidade e capacidade das práticas de preservação.	preservação digital preservação digital automatizada cadeia de custódia dos objetos digitais Modelo de Maturidade e Capacidade de Preservação Digital (DPCMM, na sigla original em inglês) documentos digitais preservados	modelo	artigo
Brondani *et al.* (2024)*	Validação de documentos arquivísticos digitalizados: aplicação de tecnologia para apoiar a garantia de confiabilidade de arquivos preservados	Apresentar o ValidaPres, módulo de validação de documentos arquivísticos digitalizados do Modelo Hipátia	Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental.	preservação digital confiabilidade autenticidade dos arquivos RDC-Arq ecossistema de preservação digital	modelo	comunicação em evento

Fonte: Elaboração própria, conforme documentação fornecida pela CODIC, acervo digital do Hipátia (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2025) e Base de Dados em Ciência da Informação (2025).



Apenas no primeiro estudo identificado o Hipátia foi entendido como um *software*, uma ferramenta, um sistema (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021). Nos demais trabalhos que o contemplaram, foi compreendido como um modelo, ainda que as suas características não tenham sido apresentadas.

Quadro 2: Definições do Hipátia

Referência	Como o Hipátia é compreendido	Definição
Shintaku, Braga e Oliveira (2021)	*software* ferramenta sistema	"O software Hipátia foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e vem sendo utilizado em projetos de pesquisa voltados no processo de automação do processo de preservação de documentação de cunho arquivístico" (p. 6) "Assim, o Hipátia é a ferramenta que possibilita a integração entre um sistema que atua na tramitação de processos administrativos em formato eletrônico com um repositório confiável, respeitando a cadeia de custódia. De forma prática, o Hipátia pode ser utilizado por um órgão público para integrar o SEI ao Archivematica sem a necessidade de manipulação humana, que contaminaria o processo." (p. 7) "O Hipátia, desenvolvido e mantido pelo Ibict, se apresenta como um sistema que funciona como integrador automático de sistemas arquivísticos, no qual recebe itens de um sistema e o empacota para ser depositado em outro, seguindo o modelo OAIS" (p. 10).
Braga, Holanda e Canelhas (2022)	modelo estruturado no âmbito do IBICT	"O Hipátia foi concebido como um modelo e visa orientar o processo de aplicação prática das diretrizes estipuladas pelo Conarq. Além disso, ele estabelece alguns mecanismos para garantir que a integração entre os diversos módulos possa ocorrer de forma fluida, garantindo a tão almejada cadeia de custódia durante o processo de preservação digital. O Hipátia foi estruturado de forma a permitir que diferentes sistemas sejam integrados. Este componente de interoperabilidade é um dos grandes diferenciais do modelo" (p. 3).
Braga e Mardero Arellano (2022)	modelo	"Dentre os frutos obtidos a partir do empenho de uma equipe de pesquisadores, obtivemos o Hipátia: modelo capaz de se adaptar a qualquer sistema que faça gestão de processos e objetos digitais, e que é apresentado no decorrer desta obra" (s. p.).
Márdero Arellano (2022)	-	-
Tavares e Márdero Arellano (2022)	-	-

Continua na página seguinte >>



Referência	Como o Hipátia é compreendido	Definição
Pignataro, Menezes e Braga (2022)	modelo	"O ponto de partida do estudo foi o projeto de pesquisa Estudo para Implantação de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, uma parceria do TJDFT e do Ibict para promoção e aprofundamento da temática e que resultou na estruturação do modelo Hipátia de preservação digital" (p. 43).
Braga (2022a)	modelo modelo de preservação digital arquivística	"Considerando-se a diversidade de sistemas que se propõe a fazer a gestão de documentos em formato digital, estabeleceu-se que o modelo a ser proposto deveria possibilitar sua implementação em ambientes informacionais diversos, independente do conjunto de software e hardware utilizado pela instituição que almeja aplicá-lo. Esta opção por um modelo com características tão abrangentes, embora demandem maior esforço no processo de concepção do modelo, traz também vantagens significativas ao definir como característica do modelo primário a interoperabilidade entre tecnologias e ambientes informacionais" (p. 53-54).
Shintaku e Oliveira (2022)	modelo	"Desta forma, o Ibict desenvolveu, em 2018/2019, por meio de um projeto de pesquisa em parceria com o TJDFT, o barramento BarraPres, que viria a ser parte do Modelo Hipátia, voltado a ser uma interface que permite que sistemas heterogêneos possam interagir entre si, formando assim um ecossistema de preservação e alcançando os requisitos do RDC-Arq" (p. 68). **"**Devido a importância da filósofa Hipátia nas ciências, o Ibict, por meio da sua Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Informática (CGTI), nomeou o modelo de preservação digital arquivística com o nome desta cientista do mundo antigo. Faz parte desse modelo o BarraPres, um barramento capaz de extrair, aplicar estruturas informacionais e empacotar pacotes de dados. Dessa forma, o BarraPres/ Hipátia é um software livre, de código aberto, desenvolvido e mantido pelo Ibict, e voltado a integrar sistemas seguindo o modelo Open Archival Information System (OAIS) para preservação" (p. 69).

Continua na página seguinte >>



Referência	Como o Hipátia é compreendido	Definição
Oliveira, Shintaku e Silva (2022)	ferramenta barramento integrador de sistemas para preservação plataforma de integração de sistemas voltada à preservação digital, no qual possibilita a integração de diversos sistemas produtores de documentos	"Diante do desafio de se implementar um Repositório Digital Confiável Arquivístico para o TJDFT, o Ibict iniciou a pesquisa em torno dos principais desafios de integrar sistemas heterogêneos, sendo um fonte de documentação e o outro de preservação. Assim nasceu a ideia de construir um barramento de preservação que fizesse a automação de coleta, empacotamento e envio para o Archivematica. A estrutura de criação do sistema de automação levou em consideração o Modelo OAIS (*Open Archival Information System*)" (p. 85). "Um dos principais resultados do projeto de pesquisa firmado entre o AN e Ibict é desenvolver um modelo de integração entre o SEI e o Archivematica, por meio do Hipátia" (p. 87). "O modelo desenvolvido pelo projeto AN e Ibict para atender a integração do SEI ao Archivematica, por meio do Hipátia, envolve o uso do *web service* nativo do SEI para coletar algumas informações, recuperação de informações direto no banco de dados e extração dos documentos" (p. 88). "O Barramento Hipátia atua como interface integradora entre sistemas, recebendo, coletando e depositando os pacotes no sistema destino. Com isso, permite que sistemas heterogêneos estabeleçam comunicação, voltados à preservação digital" (p. 88).
Oliveira, Márdero Arellano e Braga 2022)	modelo RDCARQ	"O exemplo do modelo RDCArq Hipátia também ilustra algumas experiências que as instituições usuárias do Programa de Preservação do Ibict compartilham no trabalho conjunto para desenvolver programas relacionados à preservação de benefício mútuo" (p. 98).
Braga (2022b)	modelo	"Com os levantamentos realizados anteriormente, foi então proposto um modelo de implementação do RDC-Arq: o Hipátia. Este modelo possuía como requisito a existência de um barramento de extração e preparação, que foi desenvolvido no decorrer da pesquisa. Também previa a incorporação de diversas configurações entre os programas escolhidos para apoiar a implementação do RDC-Arq. Como última etapa da pesquisa, o modelo Hipátia foi sistematizado e disponibilizado para que pudesse ser aplicado em outras instituições" (p. 5). O modelo Hipátia consiste na proposta do IBICT para oferecer infraestruturas informacionais voltadas para a preservação arquivística" (p. 13).
Braga (2023)	modelo de implementação do RDC-Arq	Mesma análise de Braga (2022b).

Continua na página seguinte >>



Referência	Como o Hipátia é compreendido	Definição
Pignataro *et al.* (2023)	modelo de preservação	"O Hipátia é um modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), concebido a partir de uma parceria técnica iniciada em 2018 com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) que tinha como objetivo definir uma camada de barramento tecnológico interoperável para garantir a segurança e o acesso aos documentos digitais. Da mesma forma, buscava automatizar o processo de preservação digital (Melo; Canelhas; Braga, 2022)" (p. 5).
Shintaku *et al.* (2023)*	modelo modelo de integração de sistemas para preservação	"Para o uso de RDC-Arq, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) desenvolveu o Modelo Hipátia para atender as premissas arquivísticas" (p. 3). "Para atender a esse cenário desafiador, o Ibict propõe o modelo de integração de sistemas para preservação nomeado como Hipátia" (p. 7).
Saad e Brito (2024)*	modelo	"Nesse contexto, o Modelo Hipátia surge como uma plataforma de integração de sistemas voltada à preservação digital, destacando-se por sua flexibilidade e capacidade de integração com diversos sistemas produtores de documentos. Este modelo permite que sistemas heterogêneos se comuniquem eficazmente, coletando e depositando pacotes de dados em sistemas de destino, como o Archivematica, garantindo a preservação confiável de documentos digitais" (p. 3).
Brondani *et al.* (2024)*	modelo	"[...] o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) tem desenvolvido o projeto do Modelo Hipátia como uma proposta conceitual e tecnológica para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), capazes de garantir a integridade e o acesso a longo prazo de recursos digitais arquivísticos" (p. 2). "O Modelo Hipátia surgiu em 2018 como resultado de estudos voltados para a criação de uma infraestrutura tecnológica interoperável, com o objetivo de automatizar o processo de preservação digital. Com o avanço do projeto, percebeu-se que o Ibict não estava apenas desenvolvendo uma interface de comunicação com outros sistemas, mas sim um modelo de preservação digital fundamentado no *Open Archival Information System* (OAIS)" (p. 3).

Fonte: elaboração própria, conforme documentação fornecida pela CODIC, acervo digital do Hipátia (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2025) e Base de Dados em Ciência da Informação (2025)

Continua na página seguinte >>

Nos estudos analisados, prevalece, portanto, a concepção do Hipátia como uma solução tecnológica para a preservação digital de documentos e informações, como um RDC-Arq[2], atendendo à teoria arquivística em relação à cadeia de custódia (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021; Pignataro; Menezes; Braga, 2022; Braga, 2022a; Shintaku *et al*. 2023) e à necessidade de garantia de autenticidade dos documentos preservados (Braga; Holanda; Canelhas, 2022; Márdero Arellano, 2022; Oliveira; Shintaku; Silva, 2022; Braga, 2022b; Braga, 2023; Pignataro *et al*., 2023; Brondani *et al*., 2024), o que vai ao encontro da definição do Conarq sobre "repositório arquivístico digital" e de "repositório digital confiável" (Conselho Nacional de Arquivos, 2023), bem como das dissertações e teses acerca de RDC-Arq apresentadas na introdução deste trabalho. Salienta-se que, ainda que conceitos da teoria arquivística tenham sido mencionados nos trabalhos analisados como *corpus* deste artigo, eles não foram aprofundados na maioria deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo alcançou o seu objetivo de realizar uma análise comparativa da produção bibliográfica sobre o Hipátia, tendo em vista uma discussão sobre as suas características, potencialidades e desafios no contexto da preservação digital de documentos de arquivo. Por meio de uma pesquisa qualiquantitativa, exploratória e descritiva, fez um levantamento bibliográfico de 16 obras, produzidas recentemente, sobre o Hipátia como modelo de preservação digital para documentos de arquivo, sem, contudo, justificá-lo.

O *corpus* analisado se refere a estudos predominantemente qualitativos, exploratórios e descritivos, realizados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com base em referenciais teóricos das Tecnologias da Informação e da Ciência da Informação (destacadamente sobre a preservação digital) e da Arquivologia (sobretudo em relação à autenticidade, à cadeia de custódia e aos repositórios digitais arquivísticos confiáveis).

2. Com exceção de Márdero Arellano (2022) e Tavares, Márdero Arellano (2022) que, apesar de tratarem da preservação digital, não discorrem sobre o Hipátia na obra dedicada ao referido modelo (Braga; Márdero Arellano, 2022).



Não se verificou um aprofundamento desses referenciais que subsidiasse os autores na apresentação do modelo Hipátia, tampouco para explicá-lo como tal. Nessa perspectiva, recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos que possam evidenciar as suas características e potencialidades como um modelo, em diálogo com os referenciais teóricos supracitados.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Denise de Oliveira Araújo, Karoline Santos Rodrigues, Leolíbia Luana Linden e Tauane Fonseca Esteves, pesquisadoras do IBICT, pelas contribuições no levantamento bibliográfico mencionado na seção metodológica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. G. de. **O estudo do documento arquivístico digital na esfera dos produtos extrafilmicos:** making of e featurettes. 2023. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13088243. Acesso em: 17 mar. 2025.

AMARAL, L. A. F. de O. do. **Os registros eletrônicos em saúde**: um olhar sobre a tipologia documental em sistemas de informação digitais no âmbito da cadeia de custódia nos hospitais federais do Rio de Janeiro. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13776377. Acesso em: 17 mar. 2025.

ANDRADE, F. L. de. **Repositórios Digitais Confiáveis**: as transferências e a verificação de compatibilidade entre modelos internacionais de critérios de preservação digital no longo prazo e o RDC-Arq. 2021. 531 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11221669. Acesso em: 17 mar. 2025.

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/home. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRAGA, T. E. N. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022a. p. 52- 65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4. Disponível em: https://bit.ly/braga-modelo-hipatia. Acesso em 18 mar. 2025.

BRAGA, T. E. N. Hipátia: a primeira experiência prática de implementação de um RDC-Arq no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 22., 2022b. **Anais** [...] XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2022. Disponível em: https://bit.ly/braga-hipatia-primeira-experiencia. Acesso em 18 mar. 2025.

BRAGA, T. E. N. O modelo hipátia: a proposta do IBICT para implementação de RDC-ARQ no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, n., 2023.

BRAGA, T. E. N.; HOLANDA, A. P. de; CANELHAS, T. Resolução RDC-Arq Conarq: uma análise dos novos requisitos informacionais propostos. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e022004, 2022. Disponível em: https://bit.ly/braga-holanda-canelhas. Acesso em 18 mar. 2025.

BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. Disponível em: https://bit.ly/braga-hipatia-rdcarq. Acesso em 18 mar. 2025.

BRONDANI, M. M. **Requisitos arquivísticos para a gestão, preservação e acesso ao patrimônio documental digital da Prefeitura Municipal De Santa Maria – RS**. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636815. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRONDANI, M. M.; *et al*. Validação de documentos arquivísticos digitalizados: aplicação de tecnologia para apoiar a garantia de confiabilidade de arquivos preservados. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024. **Anais** [...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2861/1529 Acesso em 18 mar. 2025.



CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq)**. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica Consultiva – Certificação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 649 KB). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2023. – (Resolução Conarq Nº 51, de 25 de agosto de 2023). Disponível em: https://bit.ly/conarq-rdcarq-resolucao. Acesso em: 17 mar. 2025.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 17 mar. 2025.

GOMES, W. da S. **Características, funções e preservação digital do Archivematica à luz da Resolução nº 43 do Conselho Nacional de Arquivos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7636815. Acesso em: 17 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Hipátia**: acervo digital. Disponível em: https://bit.ly/ibict-hipatia-acervo-digital. Acesso em 17 mar. 2025.

LEAL, S. B. **Uma análise do Serviço de Referência Arquivístico na Justiça Comum nos Estados de Alagoas e de Minas Gerais**. 2022 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12060905. Acesso em: 17 mar. 2025.

MANFIO, R. S. T. **Preservação digital, acesso e difusão do acervo de fotografias da Universidade Federal do Pampa com a adoção de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)**. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7702047. Acesso em: 17 mar. 2025.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. Preservação de documentos em formato digital. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 10-25. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap1. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/download/277/282/1608?inline=1. Acesso em 18 mar. 2025.

MEIRELLES, R. F. **Repositórios Arquivísiticos do SUS**: subsidíos para a difusão de conhecimentos em saúde. 2023. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13880413. Acesso em: 17 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. F. de; MÁRDERO ARELLANO, M. .; BRAGA, T. E. N. A visão do Ibict para um ecossistema nacional de preservação digital. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 91-100. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap7. Disponível em: https://bit.ly/oliveira-arellano-braga. Acesso em 18 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. F.de; SHINTAKU, M.; SILVA, M. S. da. Casos de sucesso de implementação do Modelo RDCArq e Hipátia. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 79-90. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501. cap6. Disponível em: https://bit.ly/oliveira-shintaku-silva. Acesso em 18 mar. 2025.

PEREIRA, R. N. de O. **Metadados para a descrição do contexto tecnologico de documentos arquivísticos digitais visando a guarda permanente em Repositórios Arquivisticos Digitais Confiáveis RDC-Arq**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15124692. Acesso em: 17 mar. 2025.

PIGNATARO, T. C.; MENEZES, C.; BRAGA, T. E. N. Os principais normativos relacionados ao RDCArq. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 42-53. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501. cap3. Disponível em: https://bit.ly/pignataro-menezes-braga. Acesso em 5 mar. 2025.

PIGNATARO, T. C. *et al*.. A gestão dos formatos de preservação de arquivos no Archivematica: estudo de caso com o Processo Judicial Eletrônico. **Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia - WIDaT**, [S. l.], v. 6, 2023. DOI: 10.22477/vi.widat.51. Disponível em: https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2023/article/view/51. Acesso em: 12 mar. 2025.

SAAD, R. G.; BRITO, E. J. S. Implementação do modelo Hipátia no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT): um estudo sobre maturidade



e práticas de preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 5, n., 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/314509 Acesso em 13 mar. 2024. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/18936. Acesso em 18 mar. 2025.

SANTOS, L. P. dos. **A organização da informação arquivística no poder judiciário federal na era digital:** um estudo dos Tribunais Superiores e do Conselho Nacional de Justiça. 2024. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15564954. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, S. M. da. **Análise do Assentamento Funcional Digital (AFD) sob a perspectiva arquivística e sua implantação no âmbito das IFES**. 2019. 314 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7702067. Acesso em: 17 mar. 2025.

SHINTAKU, M.; BRAGA, T. E. N.; OLIVEIRA, A. de F. Hipátia: uma ferramenta livre no apoio à preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 2, n. 00, p. e021006, 2021. DOI: 10.20396/rebpred.v2i00.15987. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/15987. Acesso em: 28 fev. 2025.

SHINTAKU, M.; OLIVEIRA, Al. F. de. Arquitetura do modelo Hipátia. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 66-78. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap5

SHINTAKU, M. *et al*. Uso do protocolo de interoperabilidade OAI-ORE para preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e023014, 2023. DOI: 10.20396/rebpred.v4i00.17992. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17992. Acesso em: 13 mar. 2025.

SILVA, W. M. da. **A segurança jurídica do documento de arquivo em ambiente digital**. 2021. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11025531. Acesso em: 17 mar. 2025.

SOUSA, F. L. de. **Transformação digital no contexto da inteligência de Estado**: análise e mitigação das vulnerabilidades do documento digital. 2022. 62 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11884600. Acesso em: 17 mar. 2025.

TAVARES, M. de F. D.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. O Ibict e a preservação da memória científica. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 26-39. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap2. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/download/277/283/1609?inline=1. Acesso em 18 mar. 2025.

XAVIER, R. A. **Proposta de implantação de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)**: o caso do Governo do Estado do Espírito Santo. 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11662905. Acesso em: 17 mar. 2025.



CONTRIBUIÇÕES DO *QR CODE* COMO FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

Deiverson Pereira Sandrini[1]
Universidade Federal do Espírito Santo
dpsandrini@gmail.com, orcid.org/0000-0002-8648-7926

Resumo: *Este estudo tem como temática principal a gestão de documentos à luz das tecnologias digitais, cujo objetivo é analisar o uso do QR Code como ferramenta que facilita a gestão de documentos produzidos pelas organizações. Ao longo do texto, apresentam-se as principais características da gestão de documentos; reflete-se sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico com foco na implementação dos sistemas eletrônicos de gerenciamento; e descrevem-se os benefícios ou contribuições do QR Code para a gestão de documentos. Do ponto de vista metodológico, o estudo aplica uma revisão bibliográfica, realizada em livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações que versam sobre o assunto e publicados nos idiomas português e inglês. As fontes de consulta foram selecionadas a partir de buscas no catálogo do Google Acadêmico e na Base de Dados em Ciência da Informação. Pelos resultados, foi possível descrever benefícios ou contribuições do QR Code para a gestão de documentos, tais como: melhorias na recuperação, no armazenamento, na autenticidade e na preservação da informação arquivística, além de estimular a interação/compartilhamento entre os usuários. Portanto, concluiu-se que o QR Code é uma ferramenta que pode qualificar a gestão de documentos, a contemplar, sobretudo, as diferentes fases da gestão e as funcionalidades dos sistemas, em especial nas atividades direcionadas ao uso e à difusão da informação.*

Palavras-Chave: *Gestão de Documentos. Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Documentos. Ferramenta QR Code. Uso e Difusão da Informação.*

Abstract: *This study focuses on document management in light of digital technologies. Its objective is to analyze the use of QR Codes as a tool that facilitates*

<?> Deiverson Pereira Sandrini – Graduando em Artes Visuais, pedagogo e arquivista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Desenvolvimento Local e ODS (ENAP), Docência EaD (Ifes) e Ensino de Filosofia (UFPel). Especializando em Artes (UFPel), Transformação Digital em Gestão Documental (UFES), Docência na Educação Profissional e Tecnológica (IFSP – Campus Barretos) e Informática na Educação (IFSP – Campus São João da Boa Vista). Membro do Grupo de Estudos em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.



the management of documents produced by organizations. Throughout the text, the main characteristics of document management are presented; the impact of technological developments is reflected upon, focusing on the implementation of electronic management systems; and the benefits and contributions of QR Codes to document management are described. Methodologically, the study uses a literature review of books, articles, undergraduate papers, theses, and dissertations on the subject published in Portuguese and English. The sources were selected through searches in the Google Scholar catalog and the Information Science Database. The results allow us to describe the benefits and contributions of QR Codes to document management, such as improvements in retrieval, storage, authenticity, and preservation of archival information, as well as encouraging interaction and sharing among users. Therefore, it was concluded that the QR Code is a tool that can improve document management, covering, above all, the different phases of management and the functionalities of the systems, especially in activities aimed at the use and dissemination of information.

Keywords: *Document Management. Electronic Document Management System. QR Code Tool. Use and Dissemination of Information.*

Resumen: *Este estudio se centra en la gestión documental a la luz de las tecnologías digitales. Su objetivo es analizar el uso de códigos QR como herramienta que facilita la gestión de documentos producidos por las organizaciones. A lo largo del texto, se presentan las principales características de la gestión documental; se reflexiona sobre el impacto de los avances tecnológicos, con especial atención a la implementación de sistemas de gestión electrónica; y se describen los beneficios y las contribuciones de los códigos QR a la gestión documental. Metodológicamente, el estudio utiliza una revisión bibliográfica de libros, artículos, trabajos de grado, tesis y disertaciones sobre el tema, publicados en portugués e inglés. Las fuentes se seleccionaron mediante búsquedas en el catálogo de Google Académico y en la Base de Datos de Ciencias de la Información. Los resultados permiten describir los beneficios y las contribuciones de los códigos QR a la gestión documental, como las mejoras en la recuperación, el almacenamiento, la autenticidad y la preservación de la información archivística, además de fomentar la interacción y el intercambio entre usuarios. Por lo tanto, se concluye que el código QR es una herramienta que puede mejorar la gestión documental, abarcando, sobre todo, las diferentes fases de la gestión y las funcionalidades de los sistemas, especialmente en las actividades destinadas al uso y la difusión de la información.*

Palabras clave: *Gestión Documental. Sistema de Gestión Documental Electrónica. Herramienta de Código QR. Uso y Difusión de la Información.*



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico é um fenômeno que acompanha a humanidade, embora tenha se intensificado a partir do surgimento das tecnologias digitais e da internet, as quais impulsionam a criação do número de documentos gerados pelas organizações, como também a sua disponibilização no formato digital. Aliado a esse crescimento, é cada dia mais comum a implementação de instrumentos, ferramentas ou recursos que otimizam os processos de trabalho direcionados à gestão dos documentos produzidos nas diferentes atividades e funções das organizações.

Nesse sentido, a gestão de documentos passa por transformações, visto que o formato adquirido pelos documentos não é mais, apenas, o impresso. De modo semelhante, as ferramentas utilizadas para produzir, descrever, armazenar, disponibilizar e preservar os documentos não se resumem, tão somente, às tradicionais caixas e catálogos impressos de arquivos. Portanto, segundo Santos e Manfre (2017), aumenta-se a preocupação em como esses documentos estão sendo preparados para serem recuperados, pensando no presente e no futuro, à luz das mudanças em softwares, hardwares e nos suportes informacionais.

É inquestionável os benefícios oriundos do uso das tecnologias digitais na gestão das organizações, não sendo uma exceção para a prática realizada em arquivos e bibliotecas. O desafio que se impõe a essas unidades de informação reside no fato de que, nas primeiras décadas do século XXI, alterou-se, significativamente, o modo com que se "[...] captura, processa, analisa, guarda, recupera e partilha a informação [...]". Com isso, surge a necessidade do desenvolvimento de estratégias que facilitem o tratamento, ampliem a difusão e garantam a preservação informacional (Gomes; Ramos, 2014, p. 421).

No caso específico da gestão de documentos, a realidade empírica de muitas organizações tem ilustrado o quanto é complexo gerenciar documentos digitais, ou ainda, desenvolver e utilizar ferramentas específicas que facilitem a descrição, o acesso e a guarda. Alguns estudos, como o de Barbacena e Roncaglio (2024) e o de Bertotti (2022), relatam que, na maioria dos casos, faltam sistemas de gerenciamento

apropriados e, quando existem, são incapazes de descrever as especificidades dos documentos, ou tornam o fluxo documental muito moroso, ou ainda não atendem requisitos normativos, além da necessidade de capacitação profissional.

A garantia do acesso e da preservação também se apresenta como um dificultador para a gestão de documentos, no âmbito das ferramentas tecnológicas digitais. Assim, recomenda-se às instituições criarem os sistemas de gerenciamento e estabelecerem manuais de instrução, com especificações de como descrever o documento, tendo em vista torná-lo mais acessível e capaz de ser compartilhado, além da adoção de mecanismos de segurança, por conseguinte, resguardando a memória institucional, alinhada à transparência e à acessibilidade da informação (Carvalho; Duarte, 2024; Tribunal de Contas da União, 2019).

De acordo com o contexto ora apresentado, evidenciam-se os desafios enfrentados pelas organizações no que tange ao uso de ferramentas tecnológicas que possibilitem melhorias aos processos demandados na gestão de documentos. Entende-se que o *QR Code* pode ser uma ferramenta a ser utilizada, em virtude da sua popularização, nos últimos anos, tornando-se, pois, essencial "[...] em diversos setores da economia e da vida cotidiana [...]" (QR Plus, 2025, p. 1). O estudo de Miraca (2016) comprovou o potencial dessa ferramenta na prática arquivística, já que ela agiliza o acesso à informação e otimiza os espaços de armazenamento, sendo necessário desenvolver novos estudos, de modo a identificar outros benefícios, sobretudo quando o *QR Code* é utilizado nos processos da gestão de documentos.

Assim sendo, delimita-se a problemática do presente estudo, a saber: as contribuições ou benefícios do *QR Code* para a gestão de documentos, a contemplar, também, os possíveis desafios ainda existentes no aproveitamento do potencial dessa ferramenta. Logo, a questão que pretende ser respondida com o desenrolar da pesquisa é: "Como o uso do *QR Code* pode contribuir para facilitar a gestão de documentos nas organizações?".

Com efeito, o estudo em questão tem como temática principal a gestão de documentos à luz das tecnologias digitais, cujo objetivo é analisar o uso do *QR Code* como ferramenta que facilita a gestão de do-



cumentos produzidos pelas organizações. Para alcance desse objetivo, ao longo do texto, são tecidos três objetivos específicos, a saber:

- apresentar as principais características da gestão de documentos;
- refletir sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico com foco na implementação dos sistemas eletrônicos de gerenciamento; e
- descrever os benefícios ou contribuições do *QR Code* para a gestão de documentos.

Esta temática pode ser justificada do ponto de vista de sua importância para as organizações contemporâneas, que precisam adotar estratégias de melhorias da gestão de documentos, tendo em vista o crescimento exponencial do número de documentos produzidos no cotidiano, sobretudo com o advento dos documentos digitais. Nesse sentido, a justificativa está ancorada no âmbito corporativo, porque qualificar a gestão de documentos é um caminho para potencializar a tomada de decisão, e no âmbito profissional, uma vez que indicará proposições para nortear o trabalho desenvolvido pelos arquivistas e por suas equipes.

METODOLOGIA

À luz do objetivo geral, o presente artigo tem como característica metodológica a pesquisa descritiva. Isso porque aborda um tema ainda pouco explorado (o uso do *QR Code* na gestão de documentos), tendo em vista "[...] levantar informações sobre um determinado objeto, [...] mapeando as condições de manifestação desse objeto [...]" (Severino, 2013, p. 107).

Do ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto que foram coletadas informações registradas em publicações científicas, sem a delimitação de variáveis para possíveis quantificações. Para Gil (2002, p. 134), os dados da pesquisa qualitativa não são mensurados, mas contextualizados, com o intuito de "[...] obter ideais mais abrangentes e novos significados [...]".

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, aplicou-se uma pesquisa bibliográfica, mediante o levantamento de diferentes tipos de publicações (livros, artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses), seguido de leitura criteriosa e sintetização dos conteúdos relacionados ao objetivo do estudo. Portanto, o artigo constitui um levantamento teórico, realizado a partir de dados oriundos de pesquisas anteriores, "[...] já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados [...]" (Severino, 2013, p. 106).

As publicações analisadas foram selecionadas a partir de buscas no catálogo do Google Acadêmico e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), considerando textos publicados em português ou em inglês. Foram definidas três expressões de busca, a saber: "Gestão de Documentos", "Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Documentos" e "Uso do *QR Code* na Gestão de Documentos", com as devidas correspondentes no idioma inglês. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve critérios rigorosos de seleção; ao contrário, os estudos foram escolhidos de modo aleatório, a partir da leitura inicial aos títulos e resumos.

Durante a pesquisa bibliográfica, recorreu-se a três técnicas de leitura para a coleta e análise de dados, conforme recomendado por Gil (2002): seletiva, analítica e interpretativa. O quadro 1 apresenta as definições desses tipos de leitura, à luz das proposições metodológicas de Gil (2002), bem como as atividades realizadas no âmbito deste artigo.

Quadro 1- Técnicas de coleta e análise de dados

Tipo de leitura	Definição	Procedimentos
Seletiva	Constitui uma análise prévia do material, a fim de verificar sua pertinência ou não para a pesquisa.	Leitura detalhada dos títulos e resumos das publicações. Os estudos relevantes foram devidamente selecionados e os principais metadados inseridos em uma planilha.
Analítica	Compreende uma análise apurada, cujo objetivo é ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.	Leitura detalhada de todos os conteúdos das publicações selecionadas (análise integral), seguida da síntese dos conteúdos, gerando o resumo.
Interpretativa	Busca o significado mais amplo dos resultados obtidos com a leitura analítica, a partir de uma análise contextualizada dos dados, mediante sua ligação com outros conhecimentos já obtidos.	Alinhamento dos conteúdos resumidos com os objetivos da pesquisa, possibilitando a discussão dos resultados.

Fonte: adaptado de Gil (2002).

Ao realizar os procedimentos em cada tipo de leitura, foi possível descrever os resultados de cada estudo. Com efeito, levantaram-se as possíveis respostas ao problema da pesquisa em sintonia com os objetivos propostos, a saber: caracterização da gestão de documentos, impactos das tecnologias digitais nesse tipo de gestão com foco nos sistemas de gerenciamento e as contribuições do *QR Code* para facilitar a gestão de documentos nas organizações.

A GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

De acordo com Lopes (2009), em tese, a gestão de documentos tem como foco o documento arquivístico, sendo este definido como um item ou objeto que armazena informação oriunda de algum tipo de atividade organizacional ou institucional. Essa gestão manifesta-se como um processo decorrente da necessidade de se organizar todos os tipos de documentos produzidos, cujo objetivo principal é facilitar a tomada de decisão, como também a formação e preservação da memória institucional (Conarq, 2018).

Trata-se, portanto, de um fazer intelectual composto por um conjunto de ações direcionadas à produção, tramitação, uso, avaliação e

arquivamento dos documentos, considerando a fase corrente ou intermediária, tendo em vista garantir a decisão sobre a eliminação ou a guarda permanente (Brasil, 1991). Constitui, em outras palavras, o estabelecimento das condições de criação, acesso, uso e preservação do documento, de modo a permitir "[...] que as informações não se percam enquanto tiverem valor, possibilitando que, com a utilização do documento, a informação chegue no momento oportuno, à pessoa certa e com a qualidade necessária" (Crivellaro; Vitoriano, 2022, p. 91).

Para Schellenberg (2004), os fundamentos e princípios da gestão de documentos encontram-se ancorados nas tentativas de tratamento eficiente da massa documental gerada cotidianamente, com ênfase no ciclo de vida documental, que envolve a produção, processamento e destinação. Assim, o autor destaca que a prática de gerenciar documentos é ampla, pois se inicia com a produção e é concluída com a destinação final dos documentos, tendo como objetivos principais a racionalização dos arquivos, o acesso ágil à informação e a preservação dos documentos de valor permanente.

Por se tratar de um processo, a gestão de documentos é composta por quatro fases, a saber: produção, uso, difusão e guarda permanente. A primeira acompanha o período de criação do documento, a envolver o preparo, seleção e acomodação das informações registradas em suportes variados. Em seguida, por meio do uso, ocorrem as ações de análise do documento e sua inserção nos sistemas de gerenciamento. Como consequência, tem-se a difusão, composta pelas ações de identificação e descrição das características do documento. Por fim, na guarda, tem-se a definição de diretrizes para garantia da conversão e preservação documental (Santos, 2021).

Percebe-se que essas fases são abrangentes, pois contemplam diversas ações intelectuais e operacionais, como sinalizado por Morais, Mussi e Lima (2021). Para facilitar a execução dessas fases e o aprimoramento da gestão de documentos, no entender dos autores citados, surgem ferramentas tecnológicas digitais, representadas pelos programas, sistemas ou metodologias, capazes de potencializar a produção, o controle, o armazenamento, o compartilhamento e a recuperação da informação contida nos documentos.



AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS

No decorrer do século XXI, assiste-se à constante e desenfreada criação de ferramentas digitais, com alto potencial para melhorar os processos de trabalho das organizações, incluindo a gestão de documentos. Não há como negar, sobremaneira, os avanços alcançados com o uso da internet, o desenvolvimento de sistemas especializados e a incorporação da inteligência artificial. Em conjunto, essas conquistas tendem a aprimorar, cada vez mais, as atividades decorrentes da gestão de documentos, por conseguinte, ampliando as possibilidades de uso estratégico da informação pelas organizações (Silva; Araújo, 2024).

Na visão de Morais, Mussi e Lima (2021, p. 23), o avanço das tecnologias "[...] tem potencial de contribuir em várias perspectivas do desempenho da gestão documental [...]". Os impactos serão positivos, segundo os autores, no sentido de proporcionar facilidades de organização, armazenamento, recuperação, difusão e preservação da informação produzida pelas instituições. Logo, haverá ganhos tanto para os profissionais que realizam as atividades da gestão, quanto para os usuários, que terão facilidades de localizar os documentos, por conseguinte, fazerem uso estratégico da informação.

Com o avanço dos recursos tecnológicos, intensifica-se o aperfeiçoamento dos processos de trabalho desmandos na gestão de documentos. Com isso, as organizações, "[...] seja pela necessidade do manuseio das informações, questões sustentáveis ou cruzamentos de dados, passam a aplicar softwares que agilizam [os] fluxos de trabalho, validações, revisões e distribuição de documentos [...]". O resultado dessa nova realidade é oportunizar melhorias operacionais como um todo, "[...] uma vez que o processo administrativo de gerir custos, tempos e recursos também sofre reflexo desta automação, tornando as atividades mais ágeis e enxutas [...]" (Borges; Alves, 2023, p. 3).

Ao considerar as mudanças impostas com o uso das tecnologias na gestão de documentos, são desenvolvidos sistemas especializados, os chamados sistemas de gerenciamento, definidos como "[...] o conjunto de tecnologias e práticas voltadas para a digitalização, organização, armazenamento e recuperação de documentos em formato digital [...]".

Esses sistemas são fundamentais para otimizar e integrar as atividades da gestão de documentos, mediante o detalhamento da descrição de metadados, geração de relatórios, preservação e acesso ao conteúdo digital. Em linhas gerais, são garantidas a redução do uso do papel e a melhoria da acessibilidade aos dados representativos dos documentos produzidos pelas organizações (Reis et al., 2025). Sobre isso, Guimarães Júnior (2022, p. 56) relata que

> "[...] os documentos arquivísticos digitais sofrem várias ameaças decorrentes da fragilidade, da facilidade de adulterar e da rápida obsolescência tecnológica e complexidade. Por isso, é imprescindível que os [sistemas de gerenciamento] incorporem os principais instrumentos de gestão de documentos, o plano de classificação, a tabela de temporalidade e a destinação, metadados de controle desde a produção, a fim de que sejam mantidas a autenticidade e a confiabilidade dos documentos arquivísticos digitais, além do cumprimento da destinação final".

Os sistemas de gerenciamento utilizam um conjunto de recursos capazes de possibilitar a tramitação do documento, durante o seu ciclo de vida e relevância para a organização, desempenhando diferentes funcionalidades, tendo em vista otimizar processos, garantir a segurança da informação e promover a colaboração eficaz entre os diferentes setores organizacionais. Esses sistemas vêm apresentando aperfeiçoamento tecnológico avançado, de modo que consigam lidar com o crescente volume de dados, além da necessidade de garantir acessibilidade rápida e segura. Sendo assim, a modernização desses sistemas constitui uma necessidade para manter a competitividade e a eficiência operacional (Marcondes; Olivas, 2024).

> "Ao considerar que os documentos arquivísticos se constituem, primeiramente, em instrumentos fundamentais para a tomada de decisão e para a prestação de contas de órgãos ou entidades, e, num segundo momento, em fontes de prova, garantia de direitos aos cidadãos e testemunhos de ação, faz-se necessária a adoção de procedimentos rigorosos de controle para garantir a confiabilidade e a autenticidade desses documentos, bem como o acesso contínuo a eles [...]" (Conarq, 2022, p. 17).

A qualidade do processo de gestão somente será alcançada, no entender do Conarq (2022), mediante a implantação de um sistema de gestão de documentos. Dorneles, Corrêa e Flores (2023) relatam que existem diversos softwares livres de código aberto, os quais possibilitam como benefícios: a transparência, a liberdade de customização do código-fonte e o uso gratuito. Por meio de revisão sistemática de literatura, os autores descobriram que os softwares mais utilizados são: Nuxeo, Alfresco, Archivist Toolkit, Arquivista Box e KnowledgeTree.

Com o crescimento do número de documentos digitais e com a expansão das tecnologias, na atualidade, é imprescindível a implementação de sistemas eletrônicos, pois eles controlam o ciclo de vida dos documentos. Tais sistemas estão fundamentados na integração e no controle de arquivos e têm como vantagens: o suporte à gestão, orçamento, segurança, cooperação, desempenho e privacidade. Durante a implementação desses sistemas, é importante observar suas funcionalidades, que devem permitir o registro e controle existentes em todas as etapas da gestão de documentos (Ismael; Okumus, 2017). O quadro 2 descreve as funções necessárias para a efetividade de um sistema de gestão.

Quadro 2: Funcionalidades operacionais dos sistemas de gestão

Funcionalidade	Descrição
1- Captura	Consiste em declarar um documento como um documento arquivístico, incorporando-o ao sistema de gestão arquivística por meio do registro, classificação, indexação, atribuição de restrição de acesso e arquivamento.
2 - Avaliação, temporalidade e destinação	Conjunto de ações, as quais permitem racionalizar o acúmulo de documentos nas fases corrente e intermediária, facilitando a constituição dos arquivos permanentes.
3- Pesquisa, localização e apresentação dos documentos	Essas funções possibilitam o acesso, a difusão e o uso da informação, ou seja, é o momento que o usuário recorre ao sistema para localizar um documento, considerando necessidades específicas demandadas pela organização.
4- Segurança	Permite a previsão de controles de acesso e procedimentos de segurança que garantam a integridade dos documentos.
5- Armazenamento	Trata-se da ação de guardar os documentos arquivísticos em local apropriado. No caso dos documentos digitais, esse armazenamento se dá em dispositivos de memória não voláteis.
6- Preservação	Os documentos arquivísticos têm de se manter acessíveis e utilizáveis pelo tempo que for necessário, garantindo-se sua longevidade, funcionalidade e acesso contínuo.

Fonte: adaptado de Conarq (2022).

Nota-se a constituição de seis funções essenciais a serem desempenhadas por qualquer tipo de software que for escolhido pela organização. Para a concretude de cada uma dessas funções, de acordo com o Conarq (2022), são disponibilizados recursos específicos, que permitem o funcionamento do sistema. A função "pesquisa, localização e apresentação dos documentos" destaca-se como bastante importante no que tange à saída do sistema, ou seja, o momento em que a figura do usuário entra em cena (Conarq, 2022).

Gamido, Gamido e Macaspac (2023) discorrem que o próprio sistema deve possuir ferramentas ou mecanismos que são acionados para que a operacionalização aconteça, seja no que tange à captura, ao armazenamento, à indexação, à recuperação e ao descarte. Com foco na recuperação, as ferramentas existentes, por exemplo, a disponibilização de dados, proporcionam uma maneira mais fácil de compartilhar informações com diferentes partes interessadas e de proteger os documentos de acordo com as regras de conformidade padronizadas. Ademais, reforçam os autores, melhora-se o acesso a documentos pelos usuários, uma vez que há distribuição de informações em tempo real e fácil busca e recuperação de documentos relevantes.

CONTRIBUIÇÕES DO *QR CODE* PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Dentre as diversas ferramentas digitais que vêm sendo utilizadas nos processos de trabalho das organizações, destaca-se o *QR Code*, ou seja, um recurso de leitura de códigos que conecta usuários a documentos indexados em bases de dados ou catálogos sistematizados. Esse recurso tem a capacidade de gerar "[...] 'links impressos' que promovem a conexão entre o real e o virtual, [e] tornam-se uma espécie de portal que dá acesso a novas realidades, a realidades híbridas" (Silva, 2019, p. 128).

Paul e Naikar (2024) ensinam que os códigos de resposta rápida surgiram como ferramentas poderosas para aprimorar o engajamento do usuário e a eficiência operacional. Também destacam que esses códigos de barras bidimensionais permitem que os usuários acessem conteúdo digital rapidamente, escaneando-os por meio de smartphones equipados com aplicativos de leitura de códigos, por conseguinte,



fornecem acesso instantâneo às informações do catálogo, permitindo a recuperação imediata, detalhada e eficiente dos documentos.

Quando aplicado na gestão de documentos, tal recurso ou ferramenta digital potencializa as práticas de trabalho, embora as iniciativas ainda sejam incipientes no que tange a esse tipo de gestão. Nesse contexto, o *QR Code* pode ser utilizado para fins de armazenamento, recuperação e de preservação da informação, sobretudo "[...] por sua versatilidade de armazenamento de caracteres numéricos, alfabéticos ou alfanuméricos, independente do suporte original da informação" (Komati; Ceravolo, 2010, p. 14).

Miraca (2016) afirma que o *QR Code* traz como principal benefício para a gestão de documentos melhorias na recuperação da informação. Isso quer dizer, segundo a autora, que os sistemas de gerenciamento descrevem os atributos dos documentos, como também o armazenamento do seu conteúdo, gerando as fichas ou registros eletrônicos, os quais poderão ser acessados pelo usuário, mediante a leitura do *QR Code*. Portanto, há ganhos no que tange à recuperação, por conseguinte, facilita e agiliza a localização e garante a integridade de documentos físicos quanto digitais.

De fato, o *QR Code* é uma tecnologia de acesso imediato a dados previamente sistematizados, devidamente descritos e armazenados em base de dados para acesso posterior. Nesse sentido, ele serve de "ponte", ou mediação entre o profissional que realizou a descrição arquivística e o usuário que precisa localizar informações para uso estratégico ou para sanar uma necessidade. O código possibilita o acesso em tempo real, contribuindo para aumentar as possibilidades de recuperação dos documentos, depois que são tratados tecnicamente e inseridos nos sistemas de gerenciamento de arquivos (Cai, 2025).

Além de potencializar a recuperação, ou seja, o documento fica mais fácil de ser acessado pelo usuário, no momento que busca por um determinado tipo de informação necessária para fomentar a tomada de decisão, a ferramenta *QR Code* acoplada a um sistema de gerenciamento aumentará a capacidade de armazenamento das informações contidas nos documentos. Com isso, facilita-se a redução de documentos em papel, por conseguinte, otimizando os espaços



físicos para guarda de documentos e etiquetas impressas. Do ponto de vista diplomático, também há benefícios para comprovar a autenticidade e a preservação dos documentos gerados por uma organização (Silva Júnior, 2020).

A agilidade na localização de documentos, o aumento da capacidade de armazenamento e a redução do uso de papel também foram contribuições elencadas no estudo de Lee *et al*. (2018). Concluíram os autores que a ferramenta é útil na gestão de documentos, uma vez que alavanca as ações de criação de registros eletrônicos, sua disponibilização em plataformas digitais, por conseguinte, facilitando a interação e o compartilhamento da informação arquivística entre os usuários.

De acordo com Censoro (2021), a princípio, o *QR Code* foi projetado para a busca de documentos e recuperação rápida de informações. Quando aplicado na gestão de documentos, no entender desse autor, a recuperação torna-se mais precisa e confiável, em virtude de a ferramenta preservar a originalidade e singularidade dos dados que representam o documento; logo, além de facilitar o processo de busca pelo usuário, tem-se como contribuição a garantia de que o documento recuperado seja autêntico e original.

Entende-se que os sistemas de gerenciamento que utilizam o *QR Code* mantêm a integridade e a origem dos documentos, melhorando significativamente os métodos de segurança tradicionais. Tal sistema, com suporte de *blockchain*, oferece um ambiente descentralizado e à prova de violação para armazenamento e validação de documentos, de modo a superar os métodos convencionais em segurança, eficiência e escalabilidade. Com isso, a perspectiva é prevenir fraudes em documentos, mostrando melhorias significativas nos tempos de verificação de documentos, segurança aprimorada por meio de algoritmos criptográficos e alta escalabilidade adequada para ampla adoção em diversos setores da organização. O sistema não apenas avança os processos de gerenciamento e verificação de documentos, mas também define um novo padrão para o manuseio seguro e confiável de documentos na era digital, indicando uma grande mudança em direção a sistemas de gerenciamento de documentos digitais mais confiáveis e eficientes (Raman *et al.*, 2024).



O estudo de Mizutani (2021, p. 134) realizado em arquivos de empresas da Construção Civil também identificou melhorias na recuperação e na autenticidade dos documentos, como no estabelecimento de novas ações de interação entre os usuários. Assim, o *QR Code* "[...] produz mudanças profundas nas práticas de interação, ampliando o alcance da comunicação e a facilitação da abrangência de seu uso, moldando assim o futuro da comunicação". A autora ainda destaca que

> "é notório o crescimento da utilização do *QR Code* no cotidiano contemporâneo e, consequentemente, é mais fácil o usuário experimentar as potencialidades desta tecnologia, passando ser de apenas uma ferramenta de armazenamento de imagens, marketing e ou vendas, e tornando-se uma ferramenta de gestão organizacional, em que a agilidade nos processos envolvidos e a confiabilidade na segurança da informação passam a ser possível" (Mizutani, 2021, p. 142-143).

A interação entre os usuários e a melhoria do processo comunicativo dentro da organização também foram benefícios apresentados na pesquisa de Zadorozhnyi *et al*. (2025). Além disso, foi reforçada como vantagem do *QR Code* a capacidade de armazenar grandes conjuntos de dados heterogêneos, a facilidade de uso, a possibilidade de decodificação rápida, a correção de erros e a integração com sistemas corporativos de informação. Portanto, os resultados do citado estudo evidenciaram a otimização do fluxo eletrônico de documentos, a servir como suporte contábil e analítico para a gestão organizacional.

Nesse sentido, importante reforçar que o uso do *QR Code* traz como potencial para a gestão de documentos, sobremaneira, três benefícios principais, que estão integralmente associados, que é a capacidade de integrar dados e sistemas, a garantia da integridade (o documento não pode ser modificado, mantendo-se legítimo) e a preservação a longo prazo (Szyjewski, 2023). Como mencionado pelo autor citado, o referido código possibilita a autenticação de documentos para proteção e legibilidade, cujos efeitos serão a preservação do conteúdo documental, permitindo o controle da quantidade de informações envolvidas nesse código e mantendo o mais alto grau de segurança na integração dos dados.

Em síntese, a partir da leitura dos textos selecionados para este estudo, é possível elencar cinco benefícios ou contribuições básicas advindas do uso do *QR Code* na gestão de documentos. O quadro 3 expõe esses benefícios e uma breve descrição para cada um deles.

Quadro 3: Principais contribuições do *QR Code* na gestão de documentos

Benefício ou contribuição	Breve descrição
1- Recuperação da informação	Por meio de códigos de barras bidimensionais, os documentos inseridos em um sistema de gerenciamento tornam-se mais fáceis de serem localizados pelo usuário, no momento das buscas.
2- Armazenamento	Os códigos de barras bidimensionais são projetados para armazenar caracteres numéricos e alfanuméricos em proporções elevadas, além de conterem pontuação e caracteres especiais, o que eleva o potencial de armazenagem das informações.
3 - Autenticidade ou integridade	Ao serem armazenados em códigos de barras bidimensionais, os registros arquivísticos mantêm a originalidade das características do documento, não sendo possível a sua modificação por terceiros.
4 - Interação e compartilhamento entre usuários	Em virtude da rapidez em que são localizados, cujos registros arquivísticos são visualizados para o usuário em telas de dispositivos móveis, é estimulada a interação entre os usuários, que podem compartilhar os registros com outros usuários, sistemas ou redes.
5- Preservação	Mesmo sendo um recurso que promove a agilidade no acesso à informação, o *QR Code* contém tecnologia apropriada para garantir a permanência do registro no sistema de gerenciamento, ao longo do tempo.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quanto ao benefício da recuperação da informação, de fato, o *QR Code* cumpre o seu papel de facilitador da gestão de documentos, uma vez que é propósito dessa gestão tornar o documento localizável dentro de um catálogo de arquivos (Schellenberg, 2004). A ferramenta entra em cena durante a etapa do uso e da difusão, sustentando, nos sistemas de gerenciamento, a funcionalidade "pesquisa, localização e apresentação dos documentos". É nesse momento que os arquivistas estabelecem os atributos de identificação, geram os registros e os disponibilizam para localização pelo usuário (Conarq, 2022; Santos, 2021). Conforme relatado por Miraca (2016, p. 12), a recuperação da informação é qualificada quando o usuário "[...] não necessita verificar todos os corredores, ou todas as prateleiras e nem abrir caixa por caixa até



encontrar o documento que procura [...]"; no caso de documentos digitais, essa busca torna-se mais necessária em virtude da existência do grande volume de documentos.

O armazenamento é um benefício para a gestão de documentos, principalmente, na etapa da guarda, ou seja, quanto mais espaço disponível, seja para documentos físicos ou digitais, será garantida a memória das atividades produzidas pela organização (Lopes, 2009). A ação de armazenar é, pois, uma funcionalidade dos próprios sistemas de gerenciamento e não se restringe, apenas, à garantia da memória organizacional, mas também permeia outros contributos da gestão de documentos, tal qual a autenticidade e o acesso aos documentos pelo tempo estipulado na tabela de temporalidade e destinação (Conarq, 2022). Na visão de Silva Júnior (2020), o armazenamento associa-se às ações do tempo de vida do documento, considerando sua importância para os órgãos produtores, por conseguinte, a necessidade de estabelecer ações que preservem o documento e garantam o seu acesso quando requisitado por seus usuários, seja nas fases corrente, intermediária ou permanente.

A autenticidade ou integridade são benefícios que permeiam todas as fases da gestão de documentos. De acordo com Morais, Mussi e Lima (2021), destaca-se a fase inicial, durante a produção do documento; em seguida, ao tramitar pela organização, considerando o momento em que é tratado, difundido e armazenado, a integridade deve ser preservada, ou seja, as ações da gestão não comprometem a legitimidade do documento. O *QR Code*, na visão de Censoro (2021), pode ser utilizado na função de "segurança" dos sistemas de gerenciamento, de modo a oportunizar o acesso seguro, legítimo e confiável, além de armazenar muitos dados que permitem ao usuário acessar informações instantaneamente com base em um detalhe do código de referência equivalente ao número de referência fornecido pelo sistema. Na validação do código, um mecanismo de autenticação, que é a leitura interna do *QR Code* por meio de um laptop, câmera ou dispositivo externo, pode ser usado para garantir que o código exista, seja válido e corresponda aos dados fornecidos pelo sistema.

No que tange à interação e compartilhamento entre usuários, tal benefício também se destaca nas fases do uso e da difusão, estando,

nos sistemas de gerenciamento, acoplado na funcionalidade "pesquisa, localização e apresentação dos documentos" (Conarq, 2022; Lopes, 2009; Schellenberg, 2004). Isso se deve, sobretudo, por envolver a presença do usuário, ao fazer uso da informação recuperada, atribuir-lhe valor pertinente, a ponto de compartilhá-la, fomentando um processo comunicativo, de trocas de saberes para sanar uma necessidade, tomar decisões ou ampliar o conhecimento. O recurso *QR Code* possibilita essa comunicação porque fomenta interação mais rápida e dinâmica com o espaço digital, além de facilitar o compartilhamento entre diferentes usuários, seja no ambiente interno quanto externo da organização; logo, presume-se que, mediante o uso do *QR Code*, "[...] os dispositivos móveis terão um alcance maior por se tratar de uma extensão corporal e um facilitador no controle na gestão dos dados e informações" (Mizutani, 2021, p. 142).

Por fim, a preservação é outro benefício oriundo do uso do *QR Code* na gestão de documentos, estando essa contribuição bastante relacionada ao benefício do armazenamento, tendo em vista a garantia da autenticidade e da formação da memória organizacional. Schellenberg (2004) ensina que diferente do armazenamento, que ocorre nas fases corrente e intermediária, a preservação permeia a fase da guarda definitiva. Trata-se, segundo Szyjewski (2023), de uma funcionalidade peculiar dos sistemas de gerenciamento, cujo *QR Code* será benéfico no sentido de viabilizar segurança nas ações de guarda permanente, tais como: evitar adulteração, manter a originalidade e, sobretudo, garantir a longevidade dos documentos e o acesso e uso pelas gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o uso do *QR Code* como ferramenta que facilita a gestão de documentos nas organizações, cujas evidências retiradas da literatura apontaram o potencial da ferramenta para melhorar esse tipo de gestão, a envolver as diferentes etapas do processo e as funcionalidades dos sistemas de gerenciamento. Portanto, entende-se que o objetivo principal foi alcançado.

Ao longo do texto, o estudo apresentou as principais características da gestão de documentos, com revelações de que o processo é amplo,



integrado e contempla o ciclo de vida do documento em sua tramitação pelos setores da organização. A gestão de documentos objetiva garantir o tratamento da massa documental produzida pelas atividades organizacionais, tendo a finalidade de subsidiar a tomada de decisão pelos gestores, além de oportunizar a seleção de documentos para guarda permanente, o que fomenta a formação da memória organizacional.

O estudo também refletiu sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico com foco na implementação dos sistemas eletrônicos de gerenciamento. Pelos resultados, reforçaram-se as mudanças das tecnologias digitais na produção de documentos, por conseguinte, a necessidade de aprimoramento das ferramentas que conduzem a gestão de documentos. Isso indica que, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais impuseram desafios, elas impactaram positivamente, uma vez que estimularam a criação de ferramentas avançadas. Assim, percebeu-se que é imprescindível a adoção de ferramentas ou recursos digitais para inserção nas funcionalidades dos sistemas, haja vista garantir a qualificação do processo de gestão de documentos nas organizações.

Com efeito, pelos resultados finais, foi possível descrever benefícios ou contribuições do *QR Code* para a gestão de documentos, tais como: melhorias na recuperação, no armazenamento, na autenticidade e na preservação da informação arquivística, além de estimular a interação/compartilhamento entre os usuários. Portanto, concluiu-se que o *QR Code* é uma ferramenta que pode qualificar a gestão de documentos, a contemplar, sobretudo, as diferentes fases da gestão e as funcionalidades dos sistemas, sobretudo nas atividades direcionadas ao uso e à difusão da informação.

O presente estudo abordou um pequeno número de publicações indexadas em duas bases de dados, considerando textos publicados em português ou em inglês. Isso pode ser considerado uma limitação da pesquisa e revela que os resultados são incipientes, embora tenham consistência científica para validar as conclusões, considerando a limitação da amostra analisada.

A partir dessa limitação, a temática não se esgota com os resultados ora apresentados; ao contrário, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos futuros. Logo, concretizam-se novas lacunas que precisam ser

investigadas, com o propósito de identificar outras contribuições do uso das ferramentas de códigos de barras bidimensionais para qualificação do processo de gestão de documentos nas organizações da atualidade. Assim, sugerem-se revisões bibliográficas posteriores que levantem publicações de outras bases de dados brasileiras, como: Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca de Teses e Dissertações, dentre outras. Também podem ser utilizadas para seleção de textos bases de abrangência internacional, por exemplo: *Web of Science e Scopus*.

Outra sugestão de pesquisa futura não se limita à amostra de textos, mas aos objetivos almejados. Com isso, estudos relevantes poderiam ser desenvolvidos para investigar não apenas as contribuições do uso da ferramenta *QR Code*, mas identificar outras variáveis ou aspectos relacionados, como: experiências de sucesso, desafios enfrentados, contextos de aplicação, dentre outras. Nesse caso, indica-se a realização de revisões narrativas ou sistemáticas de literatura, com uma análise mais direcionada e detalhada das variáveis a serem estudadas.

REFERÊNCIAS

BARBACENA, Alexandre Olimpio; RONCAGLIO, Cynthia. O uso do Sistema Eletrônico de Informações aplicado aos documentos de arquivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **ÁGORA**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 34, n. 68, p. 1-20, dez. 2024.

BERTOTTI, Patrícia Soares da Silva. **Gestão dos documentos e os aspectos da privacidade e proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes**: um estudo de caso no INSS. 2022. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BORGES, Nívea Rodrigues; ALVES, Adriano Neris. A importância da gestão de documentos e seu aprimoramento pelo uso da tecnologia na área da saúde. *In*: SEVEN INTERNATIONAL CONGRESS OF HEALTH, 3., 2023, [*S. l.*]. **Anais** [...]. [*S. l.*]: [*S. n.*], 2023. p. 1-9.

BRASIL. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991.

CAI, Wenjie. Rapid response code recognition technology and its application in real-time file inventory checks. **Journal of Computational Methods in Sciences and Engineering**, Amsterdão, v. 5, n. 4, p. 361-408, jul. 2025.



CARVALHO, Jader Barrozo de; DUARTE, Francisco Ricardo. Gestão da memória institucional e acesso à informação: fortalecimento da transparência em instituições públicas. **Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 17027-17046, abr. 2024.

CENSORO, Keith. **Document management system using optical character recognition, clustering, watermarking and encoded QR algorithms**. 2021. 102f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias), Central Philippine University, Filipinas, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Diretrizes para a gestão de documentos musicográficos em conjuntos musicais do âmbito público**. Rio de Janeiro: CTDAISM, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CRIVELLARO, Fernanda Furio; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Mapeamento de Processos como ferramenta para Gestão de Documentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 90-127, jan. 2022.

DORNELES, Sânderson Lopes; CORRÊA, Renato Fernandes; FLORES, Daniel. Software livre de código aberto na gestão arquivística de documentos. **Informação@ Profissões**, Londrina, v. 12, n. 3, p. 61-91, mar. 2023.

GAMIDO, Marlon; GAMIDO, Heidilyn; MACASPAC, Daryl James. Electronic document management system for local area network-based organizations. **Indonesian Journal of Electrical Engineering and Computer Science**, Yogyakarta, v. 31, n. 2, p. 1154-1163, jul./dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Juliana Esteves; RAMOS, Júlio. Gestão, preservação e acesso à informação digital no Arquivo da Universidade de Coimbra. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 27, n. 1, p. 419-431, jan. 2014.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mauro Porfírio Barbosa. **Preservação de documentos arquivísticos digitais**: um estudo dos fatores que podem comprometer o módulo eletrônico de protocolo do SIPAC da UFPB para os gestores. 2022. 142f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes)- Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ISMAEL, Arkan; OKUMUS, Ibrahim. Design and implementation of an electronic document management system. **Mehmet Akif Ersoy Üniversitesi Uygulamalı Bilimler Dergisi**, [*S. l.*], v. 1, n. 2, p. 9-17, jul./dez. 2017.



KOMATI, Karin; CERAVOLO, Ronaldo Vagner. O *QR Code* e suas possibilidades de aplicação para acesso à informação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: AARQES, 2010. p. 1-17.

LEE, Hyun Woo *et al*. Feasibility of using QR codes in highway construction document management. **Transportation Research Record**, Washington, v. 2672, n. 26, p. 114-123, dez. 2018.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

MARCONDES, Nilson; OLIVAS, Jose Rodolfo Milazzotto. Desenvolvimento de um software para a gestão de documentos. **ACUAJI-Afya**, Ji-Paraná, v. 1, n. 2, p. 1, jul./dez. 2024.

MIRACA, Alana Assumpção. **Aplicação de *QR Code* nos processos de recuperação de arquivos**. 2016. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.

MIZUTANI, Meriellen Nuvolari Pereira. A construção enxuta e gestão sustentável de documentos e obras na construção civil com o uso do *QR Code*. **Revista de Arquitetura Civil IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 131-145, jul./dez. 2021.

MORAIS, Silvia Cintra Borges; MUSSI, Clarissa Carneiro; LIMA, Mauricio Andrade de. Tecnologia da informação e desempenho da gestão documental: uma estrutura conceitual. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-31, jul. 2021.

PAUL, Megha; NAIKAR, Satishkumar. Innovative Uses of QR Codes in Academic Libraries: Benefits and Challenges. **Journal of Emerging Technologies and Innovative Research**, Ahmedabad, v. 11, n. 6, p. 565-572, jun. 2024.

QR PLUS. **A importância do *QR Code* em 2025**: por que todos precisam dessa ferramenta? São Paulo, 2025.

RAMAN, Ramakrishnan *et al*. Implementing QR Code-Enabled Smart Documents: a Fusion of Distributed Databases and Digital Signatures. *In*: SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE ON DATA SCIENCE AND INFORMATION SYSTEM (ICDSIS), 1., 2024, [*S. l.*]. **Anais** [...]. [*S. l.*]: IEEE, 2024. p. 1-5.

REIS, Marcos Vinícius Alves dos *et al.* Desenvolvimento de software para gestão de documentos licitatórios. **Revista de Engenharia, TI e Inovação**, Uberaba, v. 2, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2025.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; MANFRE, Daniela Pereira de Sousa. Preservação digital de documentos: um olhar para o futuro. *In*: CON-



GRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: FEBAB, 2017. p. 1-6.

SANTOS, Juliana Cardoso dos. Gestão documental e gestão da informação: abordagens, modelos e etapas. **Informação@ Profissões**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 99-120, jan./jun. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHELLENBERG, Theodore. **Modern archives**: principles and techniques. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

SILVA, Carlos Robson Souza da. Biblioteca híbrida: o *QR Code* e o movimento *booktuber* como recursos de promoção da literatura. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 126-139, jan./jun. 2019.

SILVA, Pedro Felipy Cunha da; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Arquivologia computacional e o futuro dos registros digitais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 29, n. 4, p. 122-146, out./dez. 2024.

SILVA JÚNIOR, Josivaldo Félix da. **Análise dos elementos de autenticidade e autenticação nos documentos administrativos do Sistema Unificado de Administração de Processos (SUAP) do TRT 13ª região**. 2020. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SZYJEWSKI, Grzegorz. Securing digital copies of the documents to ensure documents integrity. **European Research Studies Journal**, Pireu, v. 26, n. 4, p. 718-726, abr. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Manual de boas práticas para gestão de pastas e arquivos digitais**. Brasília: [*S. n.*], 2019.

ZADOROZHNYI, Zenovii Mykhaylo *et al*. Integrating QR Technology into Enterprise Systems: Accounting and Managerial Innovations in EDocument Flow. **Marketing and Management of Innovations**, [*S. l.*], v. 16, n. 2, p. 15-31, jul./dez. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DO LABORATÓRIO DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Francisca Rosaline Leite Mota
Universidade Federal de Alagoas
francisca.mota@ichca.ufal.br, https://orcid.org/0000-0002-7283-0770

Lídia Tatyana Lins Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas
litatyana9@hotmail.com, https://orcid.org/0009-0005-3266-6231

Dario Albuquerque Lima
Universidade Federal de Alagoas
limadario84@gmail.com, https://orcid.org/0009-0004-7400-2639

Alessio Sandro de Oliveira Silva
Universidade Federal de Alagoas
alessiosandro@gmail.com, https://orcid.org/0000-0003-4880-5855

Betânea Santos Canuto
Universidade Federal de Alagoas
betaneacanuto@gmail.com, https://orcid.org/0009-0004-8881-8524

Resumo: *Tratou das estratégias adotadas pelo Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos (LAGED) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a preservação, organização e divulgação da memória histórica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (FDA), que é uma Instituição centenária e referência no ensino jurídico do Nordeste do Brasil. O problema de pesquisa abordou os desafios na preservação de seu acervo, decorrentes da dispersão de informações e da ausência de metodologias consolidadas. A pesquisa articulou-se ao projeto do LAGED/UFAL, que desenvolveu uma política institucional de preservação voltada à conservação e ao acesso de documentos raros e valiosos. Com abordagem qualitativa e exploratória, o estudo objetivou mapear o acervo, diagnosticar obstáculos na gestão de documentos e sugerir diretrizes para organização, digitalização e governança da informação, com foco na preservação digital. A metodologia incluiu análise documental e entrevistas semiestruturadas com servidores responsáveis pela gestão do acervo da FDA. A expectativa é que os resultados contribuam para o fortalecimento da memória institucional, ampliem o acesso público à informação histórica e fa-*



voreçam a valorização da identidade acadêmica e cultural da FDA. Ao integrar princípios da Ciência da Informação e práticas arquivísticas contemporâneas, o estudo reforça o papel dos laboratórios no contexto universitário e sua função social na democratização do conhecimento.

Palavras-Chave: *Memória institucional; LAGED/UFAL; Gestão de documentos; Preservação digital; Faculdade de Direito de Alagoas.*

Abstract: *This study addressed the strategies adopted by the Laboratory of Electronic Document Management (LAGED) at the Federal University of Alagoas (UFAL) for the preservation, organization, and dissemination of the historical memory of the Faculty of Law (FDA), a centennial institution and a reference in legal education in Northeastern Brazil. The research problem examined the challenges in preserving its collection, arising from dispersed information and the absence of consolidated methodologies. The investigation was aligned with the LAGED/UFAL project, which developed an institutional preservation policy focused on the conservation and accessibility of rare and valuable documents. Using a qualitative and exploratory approach, the study aimed to map the collection, diagnose obstacles in document management, and propose guidelines for organization, digitization, and information governance, emphasizing digital preservation. The methodology included document analysis and semi-structured interviews with staff members responsible for managing FDA's collection. The expected outcome is to strengthen institutional memory, expand public access to historical information, and enhance the academic and cultural identity of the FDA. By integrating principles of Information Science and contemporary archival practices, the study reinforces the role of laboratories within the university context and their social function in democratizing knowledge.*

Keywords: *LAGED/UFAL; Document management; Digital preservation; Faculty of Law of Alagoas.*

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Direito de Alagoas faz parte da Universidade Federal de Alagoas (FDA/UFAL) e ocupa um lugar de destaque na história acadêmica, jurídica e cultural do estado. Fundada em 1931, antes mesmo da criação da UFAL, a instituição consolidou-se como referência regional na formação de juristas e na promoção do pensamento jurídico crítico, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento do ensino superior em Alagoas e no Nordeste brasileiro.

Diante de sua longeva trajetória, a necessidade de preservar a memória institucional da FDA tornou-se urgente, considerando-se o risco de perda documental, a dispersão de registros e a ausência de políticas sistematizadas de conservação e acesso à informação histórica. Preservar a memória de uma instituição educacional significa assegurar não apenas os testemunhos do passado, mas também os fundamentos que sustentam sua identidade e sua relevância social.

Nesse contexto, o Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos (LAGED), vinculado à UFAL, passou a desempenhar um papel crucial na organização, tratamento e difusão de documentos históricos vinculados à FDA. Ao articular princípios da Ciência da Informação, da arquivologia e da gestão do conhecimento, o LAGED tem implementado ações que contribuem para consolidar uma política de preservação institucional.

Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições do LAGED na preservação da memória da Faculdade de Direito de Alagoas, discutindo os fundamentos teóricos que embasam a atuação em memória e documentação, descrevendo as ações desenvolvidas pelo laboratório e avaliando seus impactos institucionais, acadêmicos e sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Memória institucional e patrimônio documental

A memória institucional é compreendida como o conjunto de experiências, documentos, narrativas e práticas que constituem e expressam a identidade de uma organização ao longo do tempo. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva é socialmente constituída, sendo



transmitida e preservada por grupos sociais por meio de seus registros e representações. Nora (1993) complementa essa visão ao propor a noção de "lugares de memória" (*lieux de mémoire*), que são espaços materiais ou simbólicos nos quais a memória se cristaliza.

No âmbito institucional, a memória se ancora principalmente em seu patrimônio documental, que compreende os registros formais e informais de sua atuação. Lopes (2015) afirma que os arquivos funcionam como "testemunhos vivos" da história organizacional, sendo essenciais para o reconhecimento da identidade e da legitimidade institucional. Belluzzo (2010) destaca que a preservação documental deve aliar o valor histórico à função social da informação, contribuindo para a formação de consciências críticas e para a promoção do acesso à memória coletiva.

Nesse sentido, preservar o acervo histórico da Faculdade de Direito de Alagoas é uma forma de assegurar a continuidade institucional, promover a reflexão sobre o passado e fomentar o pertencimento da comunidade acadêmica. O patrimônio documental deve ser visto não apenas como um conjunto de documentos, mas como um recurso informacional estratégico para a gestão, a pesquisa e a educação.

Gestão documental em instituições públicas

A gestão documental em instituições públicas envolve um conjunto de processos voltados à produção, organização, preservação, avaliação e destinação de documentos institucionais. Tais processos visam garantir a eficiência administrativa, a transparência pública e a preservação da memória institucional. No contexto da administração pública brasileira, a gestão documental está respaldada por legislações como a Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que asseguram o direito ao acesso à informação e à preservação dos documentos públicos.

Segundo Souza, Dias e Nassif (2011), a gestão da informação e do conhecimento no setor público deve considerar as interações entre indivíduos, saberes e tecnologias, valorizando não apenas a dimensão técnica, mas também os aspectos culturais e institucionais que moldam o ciclo documental. A ausência de políticas estruturadas de gestão documental pode comprometer não apenas a governança, mas também o próprio funcionamento institucional.



No caso das universidades, a gestão documental precisa integrar-se aos sistemas de ensino, pesquisa e extensão, assegurando que os registros gerados nas atividades-fim e nas atividades-meio sejam adequadamente tratados e preservados. A implementação de instrumentos como planos de classificação, tabelas de temporalidade e sistemas de protocolo digital é essencial para a continuidade administrativa e para o acesso à informação de forma transparente e cidadã.

Papel dos laboratórios de gestão documental

Os laboratórios de gestão documental têm ganhado destaque como espaços de articulação entre a teoria e a prática na área da Ciência da Informação. Nas universidades públicas, esses laboratórios cumprem funções múltiplas: promovem a formação técnica de estudantes, desenvolvem pesquisas aplicadas, apoiam unidades acadêmicas na organização de seus acervos e atuam na preservação da memória institucional.

Lopes (2015) aponta que tais estruturas contribuem para consolidar políticas de memória, ao criarem condições para o resgate e a valorização do patrimônio documental universitário. Belluzzo (2010) observa que a atuação interdisciplinar desses espaços permite integrar conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos, históricos e tecnológicos, potencializando sua efetividade institucional.

Silva (2009) reforça que os arquivos universitários, quando devidamente estruturados e apoiados por laboratórios de gestão, desempenham uma função social indispensável: assegurar à sociedade o direito à memória e à informação, promovendo a *accountability* e fortalecendo a identidade das instituições de ensino.

O Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos da Universidade Federal de Alagoas (LAGED/UFAL) representa uma iniciativa concreta de enfrentamento às lacunas históricas e técnicas na organização de vários acervos, incluindo o acervo da FDA. Sua atuação, como se verá nas seções seguintes, exemplifica o impacto transformador que tais estruturas podem exercer na salvaguarda da memória e democratização do conhecimento institucional.



METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa realizada foi de caráter qualitativo e exploratório, articulada às ações desenvolvidas pelo LAGED/UFAL para a preservação da memória da FDA. A metodologia empregada fundamentou-se nos princípios da Ciência da Informação e em práticas arquivísticas contemporâneas e apresenta o relato das atividades de mapeamento, organização e digitalização do acervo histórico da FDA.

Mapeamento do acervo histórico da FDA

O mapeamento do acervo da FDA teve início no primeiro semestre de 2024 quando foi realizado o levantamento sistemático de toda massa documental da FDA. Foi possível identificar documentos históricos, administrativos e acadêmicos acumulados ao longo da trajetória centenária da instituição.

Inicialmente a tipologia documental identificada compreendeu duas categorias principais: 1. Material bibliográfico, constituído por 98 livros de diferentes épocas e temáticas jurídicas, incluindo um exemplar do Diário Oficial de 1929 e; 2. Documentos avulsos, englobando registros contábeis, monografias, dossiês de estudantes de mestrado e demais documentos administrativos e acadêmicos.

Tratamento técnico e conservação preventiva

Antes do processo de digitalização, todo o acervo passou por rigorosos procedimentos de higienização, visando a remoção de sujidades, fungos e outros agentes deteriorantes que pudessem comprometer a integridade física dos documentos e a qualidade das imagens digitais. Os documentos avulsos, em específico, foram submetidos a processo de agrupamento para facilitar o manuseio durante a digitalização.

O acervo foi integralmente acondicionado em caixas numeradas sequencialmente, seguindo critérios de organização física que facilitassem a posterior localização e recuperação dos materiais tanto em meio analógico quanto digital.

Instrumentos de coleta e análise de dados

Para complementar o trabalho de organização do acervo, foram realizadas entrevistas semi- estruturadas com servidores responsáveis pela gestão documental da FDA, incluindo técnicos administrativos, docentes e a direção geral da faculdade, Profa. Dra. Elaine Pimentel. Essas entrevistas visaram identificar lacunas na gestão da informação, compreender as necessidades institucionais e coletar subsídios para o desenvolvimento de diretrizes de preservação e acesso aos documentos.

DESCRIÇÃO DO LAGED

O Laboratório de Gestão Eletrônica de Documentos (LAGED/UFAL), vinculado à Universidade Federal de Alagoas, foi inaugurado em 23 de abril de 2024, tendo sido financiado por projeto aprovado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Em pouco mais de um ano de atuação, o LAGED/UFAL que é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFAL) já realizou inúmeros projetos em diferentes instituições no estado de Alagoas, incluindo projetos desenvolvidos no âmbito interno da própria Ufal, a exemplo do trabalho realizado junto a FDA.

Sob a coordenação da Professora Titular da UFAL, Dra. Francisca Rosaline Leite Mota, o laboratório integra ações de ensino, pesquisa e extensão, atuando como um espaço multidisciplinar voltado à gestão da informação e da memória institucional, integrando discentes e docentes dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Computação e da Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Computação e Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Figura 1: Inauguração do LAGED/UFAL



Fonte: Ascom/Ufal, 2024.

Figura 2: Vista panorâmica do LA-GED/UFAL



Fonte: Ascom/Ufal, 2024.

O laboratório desenvolve projetos que envolvem atividades de levantamento, análise, higienização, catalogação, digitalização e indexação de documentos históricos e administrativos. Entre suas principais ações, destacam-se: o mapeamento de fundos documentais da FDA, a criação de políticas de preservação e acesso à informação, e o desenvolvimento de instrumentos de gestão documental, como planos de classificação e tabelas de temporalidade adaptadas ao contexto da faculdade.

Além das ações técnicas, o LAGED/UFAL promove atividades formativas, como oficinas, seminários e capacitações voltadas a estudan-

tes, servidores e gestores institucionais. Essas iniciativas contribuem para a formação de uma cultura arquivística e informacional dentro da universidade, fortalecendo a compreensão da importância da memória como bem público.

Sua atuação está pautada em princípios da Ciência da Informação e em normativas arquivísticas nacionais, como os referenciais do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e as orientações da Lei de Acesso à Informação. Ao alinhar práticas acadêmicas com demandas institucionais, o LAGED /UFAL posiciona-se como um agente estratégico na preservação e difusão da memória não somente da FDA, mas, também de toda a universidade, visto o desenvolvimento de projetos junto ao Departamento de controle e Registro Acadêmico (DRCA), Programa de Pós-Gra- duação em sociologia, Memória da Assessoria de Comunicação da Ufal, dentre outros.

CONTRIBUIÇÕES DO LAGED/UFAL À PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA FDA

Organização e tratamento documental do acervo histórico da FDA

O LAGED/UFAL tem atuado de forma sistemática na identificação, classificação e organização do acervo histórico da Faculdade de Direito de Alagoas. Esse processo inclui a seleção de documentos com valor histórico, a aplicação de técnicas de conservação preventiva e a construção de instrumentos de controle e acesso, como inventários, catálogos e base de dados.

O tratamento documental contempla ainda a higienização física, a estabilização de materiais em risco e a organização arquivística conforme os princípios do respeito aos fundos e da proveniência. Tais ações visam garantir a autenticidade, a integridade e a acessibilidade dos documentos, contribuindo para a salvaguarda da memória institucional da FDA.

Digitalização do acervo da FDA

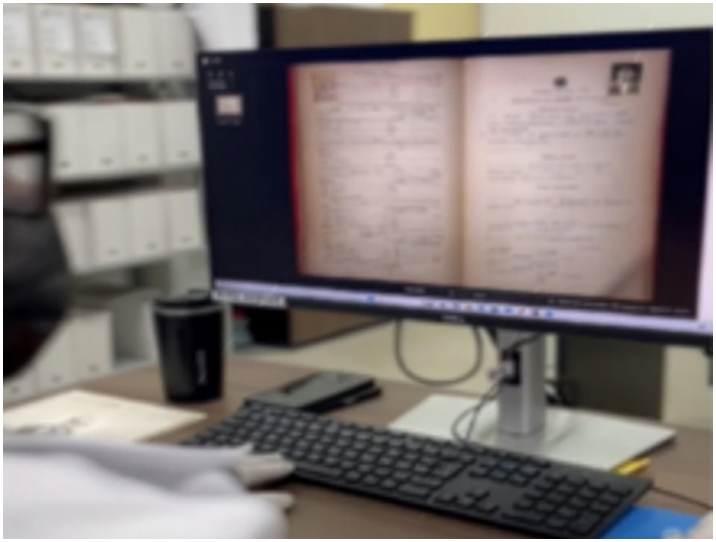
A digitalização tem sido uma estratégia central adotada pelo LAGED/UFAL para ampliar o acesso aos documentos e reduzir o manuseio

dos originais. Por meio da criação de repositórios digitais e do uso de plataformas institucionais, o laboratório busca democratizar o acesso à informação histórica da faculdade.

A digitalização é acompanhada por processos de descrição e indexação documental, o que permite a recuperação eficiente da informação. Além disso, os documentos digitalizados poderão ser utilizados em exposições virtuais, publicações acadêmicas e ações de difusão científica, ampliando o alcance do acervo para além dos muros da universidade.

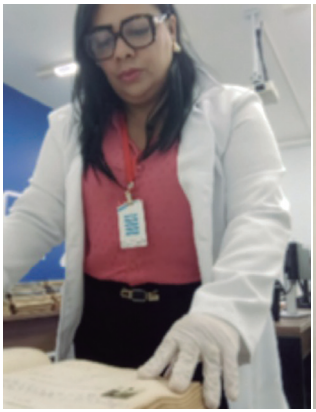
O processo de digitalização de parte do acervo, especificamente o de livros e documentos históricos, foi executado entre setembro de 2024 e agosto de 2025, resultando na captura e tratamento de 13.567 (treze mil quinhentas e sessenta e sete) imagens digitais. A digitalização seguiu padrões técnicos estabelecidos para preservação digital, garantindo a qualidade necessária tanto para consulta quanto para preservação a longo prazo. A entrega do acervo ocorreu em 19/08/2025, marcando o fim do processo de execução da digitalização desta parte do acervo.

Figura 3: Digitalização no LAGED/UFAL



Fonte: LAGED/UFAL, 2025

Figura 4:
Análise documental



Fonte: LAGED/UFAL, 2025

Figura 5: Entrega solene do acervo digitalizado e recebimento de placa em homenagem



Fonte: LAGED/UFAL, 2025

A próxima etapa do projeto dará conta do tratamento documental do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ/FDA/UFAL).

Ações educativas e extensão com a comunidade jurídica

As ações do LAGED também se estendem ao campo da educação e da extensão universitária. O laboratório realiza oficinas, palestras e exposições voltadas a estudantes, professores, servidores e à comunidade externa, promovendo o debate sobre a importância da memória institucional e da preservação documental.

Tais atividades visam sensibilizar os atores institucionais quanto à relevância da documenta- ção histórica e estimular práticas de preservação em outras unidades acadêmicas. Além disso, iniciativas como visitas guiadas ao acervo e projetos de extensão têm aproximado o público da história da faculdade e de sua contribuição para a formação jurídica em Alagoas.

Impacto institucional e reconhecimento

As contribuições do LAGED têm produzido impactos significativos na preservação da memória da FDA. A sistematização do acervo histórí-



co fortaleceu a identidade institucional e estimula a realização de novas pesquisas acadêmicas que poderão gerar uma série de conhecimentos novos sobre a trajetória da instituição. Para além disso, o trabalho promoveu maior transparência e melhor gestão da informação.

O reconhecimento das ações do LAGED pode ser observado no interesse crescente da comunidade acadêmica em acessar os documentos organizados, na participação em eventos científicos e na inclusão do laboratório em redes de pesquisa, a exemplo da Rede Memorial que congrega todos os estados do nordeste do Brasil. Ao consolidar sua atuação como agente de preservação e difusão da história da FDA, o LAGED/UFAL reafirma seu papel estratégico na gestão da informação universitária e na gestão de acervos históricos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A atuação do LAGED no contexto da Faculdade de Direito da UFAL revela impactos concretos no que tange à preservação da memória institucional, à organização da informação e à ampliação do acesso ao acervo histórico. A partir das atividades de levantamento, tratamento e digitalização documental, observou-se um avanço significativo na sistematização de documentos antes dispersos, o que possibilitou a construção de um repositório informacional mais acessível, confiável e seguro.

As entrevistas realizadas com servidores técnicos, docentes e a direção geral da FDA evidenciaram que a presença do LAGED tem contribuído para modificar a percepção institucional sobre a importância da gestão documental. Os dados apontam para uma crescente valorização dos documentos como fontes de memória, prova administrativa e recursos para a pesquisa acadêmica. Houve relatos de maior interesse por parte de estudantes e professores no uso de documentos históricos como base para monografias, projetos de extensão e estudos interdisciplinares.

Adicionalmente, foi possível identificar desafios estruturais e operacionais que ainda limitam o pleno desenvolvimento das ações do laboratório, como a necessidade de ampliação do espaço físico, atualização tecnológica e contratação de equipe técnica permanente. Apesar

disso, os resultados parciais demonstram que o modelo de atuação do LAGED/UFAL é replicável e sustentável, servindo como referência para outras unidades acadêmicas da UFAL e de instituições congêneres.

Em termos qualitativos, o trabalho do LAGED/UFAL fortaleceu a cultura arquivística no âmbito da faculdade, promovendo uma reconfiguração institucional no que diz respeito à preservação da memória. A integração entre técnica, educação e cidadania, promovida pelas ações do laboratório, tem contribuído para consolidar a gestão da informação como dimensão estratégica da universidade pública.

Os resultados quantitativos do projeto, por sua vez, evidenciam a grandeza do trabalho realizado pelo LAGED/UFAL: a digitalização de 148 arquivos organizados, distribuídos entre 98 livros históricos e documentos avulsos diversos, resultou na digitalização de 13.567 (treze mil quinhentas e sessenta e sete) imagens digitais, devidamente tratadas e salvas em diretórios e servidor que garantem a segurança e backup delas.

Estes números demonstram não apenas a dimensão do acervo preservado, mas também a capacidade operacional do laboratório em desenvolver projetos de grande escala, estabelecendo um marco quantitativo que serve como referência para futuras iniciativas de preservação digital em outras unidades acadêmicas da UFAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do LAGED/UFAL na FDA demonstra a importância da gestão documental como instrumento de preservação da memória institucional e de fortalecimento da identidade acadêmica. As ações desenvolvidas pelo laboratório evidenciam que é possível aliar rigor técnico, inovação tecnológica e compromisso social na conservação de acervos históricos, promovendo o acesso à informação e contribuindo para a formação cidadã.

Ao sistematizar, digitalizar e difundir documentos de valor histórico, o LAGED/UFAL não apenas resgata a trajetória da FDA, mas também amplia as possibilidades de pesquisa, ensino e extensão, reforçando o papel da universidade pública como guardiã do patrimônio informacional e cultural da sociedade. O reconhecimento institucional obtido ao



longo do processo legitima a proposta e sinaliza para sua continuidade e expansão.

Contudo, os resultados também apontam para a necessidade de investimentos estruturais e humanos que garantam a sustentabilidade das ações iniciadas. A consolidação de uma política institucional de preservação da memória demanda o apoio da administração universitária e a integração com outras iniciativas de gestão documental no âmbito da UFAL.

Conclui-se, portanto, que a atuação do LAGED/UFAL constitui uma prática exitosa e replicável, cujos efeitos ultrapassam os limites da organização técnica dos arquivos e alcançam a dimensão simbólica da memória como direito e como fundamento da identidade institucional. O estudo reforça o potencial da Ciência da Informação na promoção de práticas arquivísticas transformadoras, comprometidas com a democratização do conhecimento e a valorização do passado como base para o futuro.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Arquivologia e ciência da informação: convergências metodológicas. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 45-55, 2010.

GOMES, Marcos Aurélio; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133- 143, 2015. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6074/3788.

Acesso em: 20 dez. 2024.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007.

Anais [...]. Salvador: UFBA, 2007. p. 28-31. Disponível em: https://enancib.ppgci.ufba.br/arti- gos/GT1--177.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GOUVEIA, Marilma Torres. 90 anos da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA) – avanços e retrocessos. In: PIMENTEL, Elaine; LÔBO, Filipe (orgs.). **90 anos da Faculdade de Direito de Alagoas** [recurso eletrônico]: história, narrativas, teorias e práticas. Maceió: EDUFAL, 2021. p. 52.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRIA DE ALAGOAS. **História da Faculdade de Direito de Alagoas**. Publicado em 3 maio 2021. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-faculdade-de-direito-de- alagoas.html. Acesso em: 20 dez. 2024.

LOPES, José Carlos. **Memória e identidade institucional**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivos e memória institucional**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SANTOS, Carlos David França; BISPO, Mylla Gabriely Araújo. Análise empírica do escritório modelo de assistência jurídica (FDA/UFAL). **Revista eletrônica Extensão em Debate**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 22-34, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/6987/487. Acesso em: 22 dez. 2024.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense; NASSIF, Mônica Erichen. A gestão da informação e do conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 45-58, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/4039. Acesso em: 22 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Direito de Alagoas – FDA. **Projeto didático-pedagógico do curso de Direito.** Disponível em: https://fda.ufal.br//graduacao/direito/docu- mentos/ppc-2014. Acesso em: 20 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Histórico**. Disponível em: https://fda.ufal.br/institucional/a-faculdade-de-direito-de-alagoas. Acesso em: 20 dez. 2024.



PROYECTO DE DIGITALIZACIÓN DEL CORPUS DOCUMENTAL DE LA FUNDACIÓN PACO DE LUCÍA: UN PROYECTO PIONERO EN HUMANIDADES DIGITALES

María-Teresa Fernández-Bajón
Universidad Complutense de Madrid
mtfernan@ucm.es, https://orcid.org/0000-0001-8067-4862

Alejandro Pardo-Elvira
Universidad Complutense de Madrid
alpard01@ucm.es, https://orcid.org/0000-0001-6969-8919

Sergio Alcázar-Ruiz
Universidad Complutense de Madrid
salcaz02@ucm.es, https://orcid.org/0000-0002-6975-0948

Alicia Sánchez-Díez
Universidad Complutense de Madrid
aliciasa@ucm.es, https://orcid.org/0000-0003-0072-0588

María-Antonia Ovalle-Perandones
Universidad Complutense de Madrid
maovalle@ucm.es, https://orcid.org/0000-0002-6149-4724

Resumen: *El proyecto de digitalización de la Fundación Paco de Lucía constituye una iniciativa pionera que integra metodologías documentales consolidadas con enfoques innovadores de las humanidades digitales. Esta colaboración entre la Fundación Paco de Lucía y la Fundación Complutense busca preservar, organizar y difundir el patrimonio documental del guitarrista gaditano (1947-2014), figura fundamental en la evolución del flamenco contemporáneo.*

El conjunto documental presenta características singulares debido a su dispersión geográfica entre familiares, colaboradores e instituciones culturales e integra tipologías documentales comunes como son las siguientes: fotografías históricas, documentos personales, correspondencia, contratos y partituras originales, entre otros, que documentan la trayectoria artística de Paco de Lucía y la transformación del flamenco durante la segunda mitad del siglo XX.

La metodología aplicada adopta algunos de los principios documentales y archivísticos adaptándolos al entorno digital mediante la implementación de estándares internacionales ISAD-G, ISAAR-CPF o estándares de metadatos. El proyecto utiliza Omeka S como plataforma tecnológica, desarrollando un esquema descriptivo específico de 64 elementos de los esquemas Dublin Core, Bibo y FOAF a los que se suma un estándar ad hoc denominado CCDOC.

La iniciativa trasciende la digitalización convencional implementando marcos semánticos que permitirán construir un grafo de conocimiento del patrimonio formando un conjunto de datos Linked Open Data. El impacto proyectado incluye la democratización del acceso global, la generación de nuevas líneas de investigación musicológica y la consolidación de un modelo replicable para instituciones culturales similares.

En suma, el proyecto aspira a garantizar la pervivencia del legado de Paco de Lucía en el ecosistema digital mientras contribuye con su propuesta metodológica a la preservación del patrimonio cultural.

Palabras clave: Digitalización, Patrimonio flamenco, Humanidades digitales, Omeka S, Documentación digital.

INTRODUCCIÓN

El patrimonio cultural inmaterial del flamenco, reconocido por la UNESCO en 2010 como Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad (UNESCO, 2010), encuentra en la figura de Paco de Lucía uno de sus máximos exponentes universales. La preservación y difusión de su legado documental representa un desafío contemporáneo que trasciende la mera conservación física para adentrarse en el ámbito de la digitalización integral como estrategia innovadora de salvaguarda patrimonial.

En este contexto, diversas instituciones han emprendido iniciativas para la digitalización del patrimonio flamenco. Entre estas destacan proyectos como el desarrollado por la Junta de Andalucía para digitalizar el patrimonio documental de la Peña El Taranto, que evidencia el creciente reconocimiento de la importancia de preservar digitalmente la memoria flamenca (JUNTA DE ANDALUCÍA, [2025]). Sin embargo, la colaboración entre la Fundación Paco de Lucía y la Fundación Complutense ha dado lugar a un proyecto pionero que implementa metodologías propias de las humanidades digitales (en adelante, HD) y de las ciencias de la documentación contemporánea para la gestión, preservación y difusión de corpus documentales de valor patrimonial excepcional. Esta iniciativa constituye un ejemplo paradigmático de cómo las tecnologías digitales pueden ponerse al servicio de la preservación cultural, crean-



do nuevos espacios de acceso e investigación académica mientras se establecen modelos replicables para instituciones similares.

El carácter innovador del proyecto frente a otros proyectos radica en su aproximación integral, que aglutina principios archivísticos y documentales consolidados con métodos contemporáneos, configurando una propuesta metodológica que aspira a convertirse en referente para la digitalización del patrimonio flamenco y, por extensión, de otras manifestaciones culturales de relevancia internacional.

CONTEXTO Y COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL

La Fundación Paco de Lucía como custodio patrimonial

La Fundación Paco de Lucía, creada con la misión específica de preservar y difundir el legado del maestro gaditano, se ha constituido como la institución de referencia para la salvaguarda del patrimonio documental de Francisco Gustavo Sánchez Gomes, conocido mundialmente como Paco de Lucía (1947-2014). El guitarrista revolucionó el arte flamenco a través de su técnica innovadora, llevando este género musical a audiencias internacionales y estableciendo nuevos paradigmas interpretativos que transformaron definitivamente la comprensión contemporánea del flamenco (FUNDACIÓN PACO DE LUCÍA, [2025]).

La documentación, en su mayor parte digital, que reunirá la Fundación constituye un testimonio único de la trayectoria artística del guitarrista y de la evolución del flamenco durante la segunda mitad del siglo XX y principios del XXI. Sin embargo, la particularidad de este archivo radica en su dispersión geográfica: el patrimonio documental no se encuentra físicamente localizado en un lugar específico, sino distribuido entre familiares, amigos, colaboradores artísticos y diversas instituciones culturales a lo largo de España y otros países.

Colaboración Fundación Complutense - Fundación Paco de Lucía

La colaboración entre ambas instituciones se articula a través de un contrato específico regulado por el artículo 60 de la Ley Orgánica 2/2023, del Sistema Universitario (LOSU) (ESPAÑA, 2023), que permite la contratación de trabajos de carácter científico y técnico por parte de

universidades públicas. Esta alianza estratégica integra la experiencia investigadora de los grupos Politecom (Políticas de información, Tecnologías de la Documentación y Comunicación Científica) y Scrinium (Grupo de investigación en archivos y patrimonio documental) de la Universidad Complutense de Madrid.

La estructura del proyecto contempla un equipo interdisciplinar que reúne a expertos en gestión documental, archivística, digitalización patrimonial, tecnologías de la información y con conocimiento en el patrimonio flamenco. Esta configuración garantiza un abordaje científicamente riguroso que maximiza las potencialidades del patrimonio de interés para la Fundación Paco de Lucía, mientras que establece metodologías transferibles a otras iniciativas similares.

Esta estructura colaborativa resulta fundamental para abordar las particularidades del corpus documental, caracterizado por su dispersión y diversidad tipológica.

TIPOLOGÍAS DOCUMENTALES Y DISPERSIÓN GEOGRÁFICA

A partir de la exigencia de la UNESCO de identificar las comunidades implicadas en las convocatorias de salvaguardia y fomento de los patrimonios inmateriales, las siete comunidades flamencas son las siguientes: etnia gitana, familias y dinastías flamencas, peñas y asociaciones flamencas, artistas, críticos e investigadores, escuelas y academias flamencas e industrias culturales del flamenco (CRUCES, 2014). En este sentido el objeto de la presente investigación queda entroncado en este ámbito y en concreto en la documentación generada en torno al artista flamenco Paco de Lucía.

El proyecto reúne características singulares que determinan tanto las estrategias metodológicas como las soluciones tecnológicas adoptadas. El conjunto documental se compone principalmente de una extensa colección de fotografías históricas que documentan momentos clave de la carrera artística de Paco de Lucía, desde sus primeras actuaciones hasta sus presentaciones en escenarios internacionales de máximo prestigio.

La colección, además, incluye documentos personales que revelan aspectos íntimos de la vida del artista: correspondencia, contratos, pro-



gramas de mano y material promocional, entre otros, que contextualiza su actividad profesional y sus relaciones con el ecosistema cultural de su época.

Especial relevancia adquieren las partituras originales y manuscritos musicales, que proporcionan información valiosa sobre su proceso creativo, su técnica compositiva, sus influencias musicales y su aproximación innovadora a la tradición flamenca. Estos materiales constituyen fuentes primarias de excepcional valor para la investigación musicológica y los estudios culturales.

La dispersión geográfica de los documentos supone que no siempre serán custodiados por la Fundación y por este motivo y otros, el proyecto presenta desafíos metodológicos y oportunidades para desarrollar estrategias innovadoras de localización, digitalización y descripción documental. El proyecto contempla la identificación sistemática de materiales custodiados por familiares y colaboradores en diferentes ubicaciones de ámbito nacional e internacional, estableciendo acuerdos específicos que regulen los aspectos relativos a derechos de autor, derechos de imagen y protección de datos personales.

OBJETIVOS DEL PROYECTO

El proyecto persigue diversos objetivos articulados en torno a la preservación, organización, descripción y difusión del patrimonio documental. Y éstos son:

- Localizar e identificar los documentos y objetos que conforman el corpus documental de la familia y amigos de Paco de Lucía.
- Hacer toma de contacto con los dueños y cuantificar el material.
- Establecer un acuerdo por escrito con los propietarios de los documentos que incluya las particularidades de los derechos de autor, derechos de imagen y derechos de protección de datos o tratamiento de sus datos personales.
- Elaborar instrumentos de descripción que faciliten la recuperación de la información documental.

- Valorar el estado de conservación de los documentos.
- Describir el corpus aplicando normas internacionales.
- Diseñar el plan de digitalización y digitalizar tanto documentos como objetos.
- Establecer el plan de conservación.
- Instalar una herramienta adecuada y fiable que permita la búsqueda, el acceso y la recuperación de la información contenida en ella.

Con todos ellos se garantiza la conservación a largo plazo de los materiales originales mediante su reproducción digital en alta calidad, creando copias de seguridad que permitan el acceso sin riesgo de deterioro de los documentos físicos.

La democratización del acceso constituye una finalidad inherente a los objetivos planteados. Mediante la publicación en una plataforma digital accesible, se pretende eliminar las barreras geográficas y temporales que tradicionalmente han limitado el acceso a estos materiales, permitiendo que investigadores, estudiantes y aficionados de todo el mundo puedan consultar el corpus documental desde cualquier ubicación.

METODOLOGÍA

El proyecto se fundamenta en el marco teórico-metodológico de las HD, disciplina emergente que integra métodos computacionales con investigación humanística tradicional y ofrece herramientas conceptuales y técnicas para abordar la preservación y difusión del patrimonio cultural desde perspectivas innovadoras. Los principios que articulan esta aproximación -acceso y código abierto, minería de datos, colaboración y análisis de datos a gran escala (LÓPEZ-PELLISA, 2013)- reflejan cómo este marco está transformando la forma en que se estudia y comparte el conocimiento humano.

La metodología adoptada integra principios de gestión documental contemporáneos que se articulan en torno a la digitalización, la seguridad, la transparencia y la colaboración. El planteamiento contempla la elaboración de taxonomías específicas para lugares, personas y eventos



vinculados a Paco de Lucía durante su extensa trayectoria artística. Esta estructura organizativa servirá como base para la descripción sistemática de los documentos aplicando estándares internacionales como ISA-D-G (CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 2000) para la descripción documental, ISAAR-CPF (CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 2004) para la descripción de agentes, y estándares de metadatos como Dublin Core.

La aplicación de principios de las HD en el proyecto se materializa en múltiples dimensiones. La adopción de estándares abiertos garantiza la interoperabilidad y sostenibilidad a largo plazo de los recursos digitales, mientras que la implementación de sistemas de metadatos estructurados facilita la recuperación de información y permite la integración con otras colecciones culturales.

El proyecto trasciende la digitalización convencional mediante marcos semánticos específicos que permitirán construir el grafo de conocimiento del patrimonio documental de Paco de Lucía. Esta aproximación enriquece progresivamente el conjunto de datos para alcanzar el máximo nivel de interoperabilidad como Linked Open Data (LOD), siguiendo el modelo de 5 estrellas de Tim Berners-Lee (BERNERS-LEE, [2010]).

Esta convergencia disciplinaria combina conocimientos archivísticos, competencias técnicas en digitalización, experiencia en tecnologías semánticas y conocimiento del dominio flamenco, constituyendo una característica distintiva de los proyectos de HD.

Estos principios metodológicos determinan las decisiones tecnológicas adoptadas para el proyecto.

Criterios de selección tecnológica

La selección de Omeka S como plataforma de gestión digital responde a criterios técnicos y funcionales específicos que la posicionan como la solución más adecuada para los objetivos del proyecto. Esta plataforma, desarrollada específicamente para instituciones culturales y proyectos con propósitos similares, ofrece características técnicas que se alinean perfectamente con los requerimientos de los documentos de Paco de Lucía.

Omeka S se distingue por su carácter de software libre y de código abierto (OMEKA, [2025), lo que garantiza la sostenibilidad económica del proyecto y permite la personalización específica según las necesidades institucionales. Su arquitectura flexible posibilita la gestión de colecciones digitales complejas sin comprometer la usabilidad, mientras que su comunidad de desarrollo activa asegura la evolución continua de la plataforma.

Funcionalidades técnicas y configuración específica

La plataforma incorpora funcionalidades avanzadas para la gestión de recursos multimedia, permitiendo la visualización optimizada de fotografías de alta resolución, la gestión eficiente de miniaturas, la reproducción de archivos sonoros y la presentación integrada de diferentes tipologías documentales. Estas capacidades resultan especialmente relevantes para un corpus documental formado por materiales diversos como fotografías, material promocional, principalmente.

El sistema de gestión de metadatos de Omeka S soporta múltiples estándares descriptivos, garantizando flexibilidad en la configuración según las necesidades específicas de cada proyecto. Para la documentación vinculada a Paco de Lucía se ha diseñado una implementación específica que integra Dublin Core, Bibo (Bibliography ontology) y FOAF (Friend Of A Friend), complementados con un estándar *ad hoc* denominado CCDOC que responde a las particularidades del contexto flamenco y a los requerimientos documentales del proyecto.

La interoperabilidad constituye una característica fundamental que permite la integración del conjunto de documentos digitalizado en recolectores u otros entornos que cuenten con protocolos de intercambio como OAI-PMH. Esta capacidad facilita la participación en agregadores culturales como Europeana o Hispana, maximizando la visibilidad internacional del proyecto y contribuyendo a la creación de una red global de patrimonio cultural digitalizado.

Método de descripción documental desarrollado

El proyecto ha desarrollado un método de descripción documental propio que integra principios internacionales con las particularidades del



patrimonio flamenco. El esquema descriptivo diseñado comprende 64 elementos de metadatos distribuidos entre la descripción de documentos (48 elementos) y la descripción de agentes (16 elementos). Del total, 55 elementos son obligatorios y 9 opcionales, lo que garantiza un nivel mínimo de descripción coherente manteniendo la flexibilidad necesaria para casos específicos. Los elementos se organizan en categorías principales: identificación y clasificación, características formales, contexto y contenido, gestión documental y elementos especiales para fotografías.

La metodología sigue rigurosamente las normas ISAD-G para la descripción documental e ISAAR-CPF para la descripción de agentes, adaptándose al entorno digital mediante la implementación de vocabularios controlados específicos del contexto flamenco. El sistema contempla la descripción multinivel desde el fondo hasta la unidad documental simple, garantizando la trazabilidad documental y la coherencia descriptiva.

Para la tipología documental predominante -las fotografías históricas- se ha desarrollado un protocolo específico que incluye elementos como caracterización fotográfica, tipo de material fotográfico, disposición de página, información cromática y procedimientos técnicos, por resaltar los esenciales. Esta aproximación especializada permite capturar las particularidades técnicas y contextuales de los materiales fotográficos, facilitando tanto su preservación como su investigación académica.

El esquema incorpora además campos específicos para la gestión de derechos, historia documental, condiciones de acceso y reproducción, aspectos fundamentales para el cumplimiento de la regulación vigente en materia de propiedad intelectual o derechos de autor y técnica del proyecto. La implementación de este sistema descriptivo garantiza la normalización, interoperabilidad y reutilización de los datos, cumpliendo con los estándares internacionales de gestión patrimonial digital.

Con esta propuesta metodológica, el proyecto espera consolidarla para que el método sea replicado por otras instituciones culturales que custodian corpus documentales similares, contribuyendo al desarrollo de buenas prácticas en la digitalización del patrimonio flamenco y, por extensión, de otras manifestaciones culturales de relevancia patrimonial.

ESTRATEGIAS DE IMPLEMENTACIÓN Y DESARROLLO

Fases de ejecución del proyecto

La implementación del proyecto se estructura en fases secuenciales que permiten un desarrollo sistemático y escalable. La primera fase contempla la identificación exhaustiva de los materiales documentales dispersos geográficamente, estableciendo contacto con los custodios actuales y evaluando el estado de conservación de los materiales.

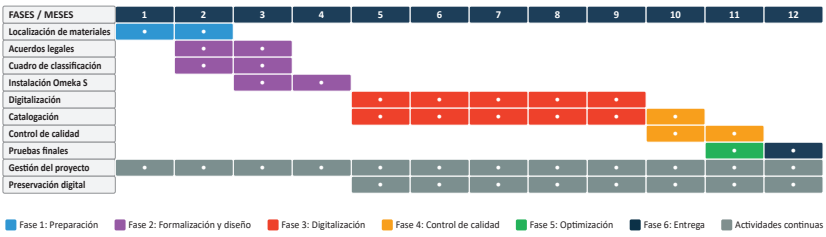
La segunda fase incluye la negociación y formalización de acuerdos específicos con los propietarios de los documentos, regulando aspectos relativos a derechos de autor, derechos de imagen y protección de datos personales. Estos acuerdos constituyen un requisito fundamental para garantizar la legalidad y sostenibilidad del proyecto.

La tercera fase comprende la digitalización sistemática de los materiales, aplicando estándares técnicos que garanticen la calidad de las reproducciones digitales y su compatibilidad con sistemas de preservación a largo plazo. Paralelamente, se desarrolla la catalogación y descripción de cada unidad documental siguiendo las normativas internacionales establecidas.

Cronograma y equipo de trabajo

El cronograma inicial establece un período de ejecución de doce meses para el procesamiento de la parte sustancial del material custodiado por la Fundación y sus colaboradores, con la flexibilidad necesaria para ampliar este plazo según las necesidades específicas que puedan surgir durante el desarrollo del proyecto. El cronograma inicialmente establecido se visualiza en la figura 1.

Figura 1. Cronograma del proyecto de digitalización.



Fuente: elaboración propia.



El perfil multidisciplinar del equipo de trabajo contempla la asesoría especializada en planificación, dirección y revisión del trabajo documental, junto con expertos en la instalación y adecuación de herramientas de descripción y recuperación de datos. El proyecto precisa además de asesoría especializada en conservación y digitalización, garantizando que todos los procesos se desarrollen siguiendo las mejores prácticas internacionales.

IMPACTO PROYECTADO Y TRANSFERENCIA

Dimensiones del impacto esperado

El impacto esperado del proyecto trasciende los límites institucionales de la Fundación para proyectarse en múltiples dimensiones del ecosistema cultural y académico relacionado con el flamenco. La conservación digital del patrimonio garantizará la supervivencia de materiales únicos que documentan la evolución de este arte, creando un legado digital accesible para futuras generaciones de investigadores y aficionados.

El valor académico-cultural del corpus se evidencia en su potencial para generar nuevas líneas de investigación en campos como la musicología, la antropología cultural, la historia del arte y los estudios culturales. La disponibilidad digital de fuentes primarias de alta calidad facilitará investigaciones que anteriormente requerían desplazamientos físicos y acceso limitado a los materiales originales.

Modelo replicable y transferencia de conocimiento

El proyecto establece un precedente metodológico que puede servir a iniciativas similares en otras instituciones culturales. La documentación sistemática del proceso, la publicación de buenas prácticas y la transferencia de conocimiento contribuirán a la consolidación de un modelo replicable para la digitalización del patrimonio flamenco y, por extensión, de otras manifestaciones culturales.

La colaboración entre la Fundación Paco de Lucía y la Universidad Complutense de Madrid constituye un ejemplo de alianza estratégica

entre instituciones patrimoniales y centros de investigación, demostrando cómo la convergencia de objetivos puede generar sinergias que beneficien no solo a su preservación sino a su vez impulsen el avance del conocimiento científico.

CONCLUSIONES

- La iniciativa desarrollada por la Fundación Paco de Lucía en colaboración con miembros de Universidad Complutense de Madrid establece nuevos paradigmas en el tratamiento digital del patrimonio cultural flamenco. Esta experiencia colaborativa demuestra que las sinergias entre instituciones patrimoniales y centros universitarios pueden alcanzar resultados transformadores cuando convergen objetivos complementarios y se combinan recursos especializados de manera estratégica.
- La propuesta metodológica implementada logra equilibrar el rigor científico de la tradición documental con la innovación tecnológica contemporánea. Este balance se materializa en un sistema que preserva la integridad conceptual de los principios documentales mientras aprovecha las capacidades expansivas de las herramientas digitales, creando así un modelo híbrido que responde tanto a exigencias académicas como a demandas sociales de accesibilidad.
- La consideración de la plataforma Omeka S como una solución tecnológica particularmente efectiva para proyectos de esta naturaleza, no solo por sus características técnicas sino por su filosofía de código abierto que garantiza sostenibilidad económica y adaptabilidad institucional. A su vez, facilita la implementación de esquemas descriptivos complejos sin comprometer la experiencia de usuario, aspecto crucial para el éxito de cualquier iniciativa de democratización cultural.
- El desarrollo del estándar CCDOC representa una contribución metodológica específica al campo de la descripción



patrimonial flamenca. Esta herramienta conceptual trasciende las limitaciones de los estándares genéricos internacionales para abordar las particularidades de un dominio cultural específico, estableciendo un precedente para futuras iniciativas similares en otros ámbitos patrimoniales especializados.

- La proyección internacional del proyecto, facilitada por su integración en redes como Europeana, posiciona el legado de Paco de Lucía en el contexto global del patrimonio cultural digitalizado. Esta visibilidad internacional no solo beneficia la difusión del flamenco, sino que contribuye a consolidar España como referente en digitalización patrimonial especializada.
- Finalmente, la transferibilidad metodológica del proyecto constituye quizás su aporte más significativo a largo plazo. Al documentar sistemáticamente procesos, decisiones y soluciones implementadas, la iniciativa genera un corpus de conocimiento aplicable a contextos similares, multiplicando así su impacto más allá de los objetivos que alcanzará este proyecto y contribuyendo al desarrollo de buenas prácticas en humanidades digitales aplicadas al patrimonio cultural inmaterial.

AGRADECIMIENTOS

Los autores expresan su reconocimiento a la Fundación Paco de Lucía y su Patronato por la confianza depositada en este proyecto y por facilitar el acceso al valioso patrimonio documental. Se agradece especialmente la colaboración y apoyo de todos los familiares y amigos de Paco de Lucía que contribuyen a la localización y caracterización de los materiales documentales.

Y manifiestan su agradecimiento a otros miembros de los grupos de investigación Politecom (Políticas de información, Tecnologías de la Documentación y Comunicación Científica) y Scrinium (Grupo de investigación en archivos y patrimonio documental) de la Universidad Complutense de Madrid.

REFERENCIAS

BERNERS-LEE, Tim. 5-star Open Data. [S.l.]: W3C, [2010]. Disponível em: https://5stardata.info/en/. Acesso em: 28 ago. 2025.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. ISAD(G): Norma Internacional General de Descripción Archivística. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. ISAAR(CPF): Norma Internacional sobre los Registros de Autoridad de Archivos relativos a Instituciones, Personas y Familias. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 2004.

CRUCES ROLDÁN, Cristina. El flamenco como constructo patrimonial: representaciones sociales y aproximaciones metodológicas. PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Las Palmas de Gran Canaria, v. 12, n. 4, p. 819-835, 2014.

ESPAÑA. Ley Orgánica 2/2023, de 22 de marzo, del Sistema Universitario. Boletín Oficial del Estado, Madrid, n. 70, p. 42271-42398, 23 mar. 2023.

FUNDACIÓN PACO DE LUCÍA. Fundación. [S.l.], [2025]. Disponível em: https://fundacionpacodelucia.com/fundacion/. Acesso em: 27 ago. 2025.

JUNTA DE ANDALUCÍA. Presentado el convenio para digitalizar el patrimonio de la Peña El Taranto. Sevilla: Consejería de Cultura, [2025]. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/cultura/flamenco/content/presentado-el-convenio-para-digitalizar-el-patrimonio-de-la-pe%C3%B1a-el-taranto. Acesso em: 6 set. 2025.

LÓPEZ-PELLISA, Teresa. Las Humanidades Digitales: principios, valores y prácticas. Janus: estudios sobre el Siglo de Oro, n. 2, p. 74-99, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/10230/21517. Acesso em: 7 set. 2025.

OMEKA. Omeka S. Fairfax: Roy Rosenzweig Center for History and New Media, George Mason University, [2025]. Disponível em: https://omeka.org/s/. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNESCO. El flamenco. In: LISTA Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: https://ich.unesco.org/es/RL/el-flamenco-00363. Acesso em: 4 set. 2025.



SENSORIAMENTO REMOTO E IOT NA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: UMA PROPOSTA PARA O ARQUIVO SIMÃO DORVI NA CIDADE DE GOIÁS

Juliana Vasconcelos Braga
Universidade Estadual de Goiás
juliana.braga@ueg.br, https://orcid.org/0000-0002-4621-5459

Alison Carlos Filgueiras
Universidade Estadual de Goiás
alison.filgueiras@ueg.br, https://orcid.org/0000-0002-9823-8943

Feliz Alberto Ribeiro Gouveia
Universidade Fernando Pessoa
fribeiro@ufp.edu.pt, https://orcid.org/0000-0001-7308-4522

Keley Cristina Carneiro
Universidade Estadual de Goiás
keley.carneiro@ueg.br, https://orcid.org/0009-0000-0670-9967

Paula Roberta Chagas
Universidade Estadual de Goiás
paula.chagas@ueg.br, https://orcid.org/0009-0002-5449-7430

Resumo: *O Arquivo Simão Dorvi, situado na Cidade de Goiás em um edifício que compõe o conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO, abriga um acervo diverso e sensível a variações climáticas, como documentos e livros manuscritos. A ausência de sistemas automatizados de monitoramento ambiental torna o acervo vulnerável à degradação causada por oscilações de temperatura, umidade e poluentes. Considerando esse cenário, o presente trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de um protótipo de sistema de sensoriamento remoto baseado em tecnologias de Internet das Coisas (IoT), voltado ao monitoramento contínuo das condições ambientais internas do edifício, subsidiando estratégias de conservação preventiva. A metodologia adotada é qualitativa, exploratória e aplicada, estruturada em três etapas principais: (1) revisão bibliográfica sobre parâmetros ambientais críticos e tecnologias de monitoramento utilizadas em museus; (2) levantamento de requisitos técnicos e estruturais do edifício; e (3) concepção de um protótipo de sistema com sensores de temperatura, umidade relativa, material particulado e poluentes, integrados a plataformas como Arduino e conectividade via LoRaWAN. Como resultados preliminares, destaca-se o mapeamento de tecnologias compatíveis com espaços de memória de pequeno porte e a definição de requisitos específi-*

cos para esses ambientes. A proposta apresenta potencial de replicação em outras instituições patrimoniais brasileiras, promovendo soluções de baixo custo e alto impacto para a preservação do patrimônio cultural. O trabalho também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente a meta 11.4 da ONU.

Palavras-Chave: *Espaços de Memória; Monitoramento Ambiental; Arquivo Simão Dorvi; Internet das Coisas; Sensoriamento Remoto.*

INTRODUÇÃO

A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, por meio de seu arquivo, biblioteca e um anexo voltado às pesquisas sobre povos quilombolas e indígenas, tem preservado, restaurado e disponibilizado para a pesquisa um diversificado acervo de livros, periódicos, manuscritos e documentos históricos que datam a partir do século XIX. Esse acervo está vinculado a diferentes estruturas da antiga capital do estado de Goiás, abrangendo documentos da antiga Câmara Municipal de Vila Boa, registros cartoriais, documentação hospitalar e religiosa, além de testamentos, inventários, periódicos descontinuados e vasta bibliografia sobre a história e a memória goiana.

Em face das condições ambientais extremas de temperatura e umidade na Cidade de Goiás — com variações que podem alcançar 30 °C de temperatura e 85 % de umidade relativa — e dada a fragilidade dos materiais, torna-se imprescindível a adoção de sistemas de sensoriamento remoto para o monitoramento em tempo real do ambiente interno da instituição. Estudos indicam que amplitudes térmicas acentuadas e umidade persistente aceleram o envelhecimento de materiais como papel, madeira e tecidos (Tomaz et al., 2020).

A preservação de acervos documentais em instituições patrimoniais exige estratégias que assegurem a integridade física de artefatos diante de fatores ambientais críticos. No caso do Arquivo Simão Dorvi, observam-se desafios relacionados à ausência de sistemas automatizados de controle climático, o que expõe o acervo às oscilações de temperatura e umidade, além da presença de poluentes atmosféricos que aceleram processos de degradação. Nes-



se contexto, avanços recentes em tecnologias de sensoriamento remoto e Internet das Coisas (IoT) vêm oferecendo soluções de baixo custo e alto impacto, possibilitando monitoramento contínuo e a geração de dados confiáveis que apoiam práticas de conservação preventiva em espaços de memória (Papitsi et al., 2023; Martinelli et al., 2023).

A revisão sistemática da literatura realizada nesta pesquisa concentrou-se na aplicação técnica de dispositivos e sensores de IoT em museus, bibliotecas e arquivos. Os estudos analisados evidenciam que a integração dessas tecnologias amplia o controle ambiental, fortalece estratégias de preservação baseadas em dados e otimiza a gestão operacional. Experiências relatadas em diferentes contextos demonstram ganhos significativos na conservação de artefatos e na eficiência institucional, ressaltando o papel estratégico da IoT no avanço das práticas de preservação patrimonial.

Com base nesses resultados, o objetivo geral deste trabalho é propor o desenvolvimento de um sistema de sensoriamento remoto baseado em IoT, destinado a monitorar parâmetros críticos como temperatura, umidade relativa, material particulado e poluentes, de modo a apoiar estratégias de conservação preventiva no Arquivo Simão Dorvi. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e aplicada, estruturada em três etapas principais:

1. **Revisão sistemática da literatura**, contemplando estudos recentes sobre tecnologias aplicadas ao monitoramento ambiental em museus, arquivos e bibliotecas;
2. **Levantamento de requisitos técnicos e estruturais do edifício** do Arquivo Simão Dorvi, considerando suas especificidades arquitetônicas e condições ambientais;
3. **Proposição de um protótipo de monitoramento**, utilizando sensores de temperatura, umidade, material particulado e poluentes, com visualização de dados em tempo real.

A escolha do Arquivo Simão Dorvi como objeto de estudo justifica-se por diversos fatores: (a) **relevância histórica e cultural**, por preservar a memória da antiga capital e atuar como polo educativo para a

comunidade; (b) **complexidade construtiva**, por se tratar de um edifício do século XVIII, erguido em taipa de pilão e suscetível a infiltrações e variações de umidade; (c) **visibilidade internacional**, pelo reconhecimento da UNESCO e do IPHAN, que reforça o potencial de replicação da solução em outros sítios patrimoniais; e (d) **lacuna tecnológica**, uma vez que, embora existam estudos sobre monitoramento ambiental em instituições culturais, ainda não há um levantamento específico para o Arquivo Simão Dorvi.

Esta pesquisa também contribui para ampliar o debate sobre o uso de tecnologias emergentes na conservação preventiva do patrimônio cultural, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.4 da ONU (UN-Habitat, 2024). A transição entre a análise teórica e a aplicação prática será explorada no capítulo seguinte, dedicado à descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a construção e validação do protótipo proposto.

REVISÃO DA lITERATURA

A pesquisa sobre a implementação técnica de dispositivos e sensores de IoT em espaços culturais para monitoramento ambiental consolidou-se, na última década, como uma área crítica de investigação devido ao seu potencial para aprimorar a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural. O avanço das tecnologias de IoT e redes de sensores sem fio tem possibilitado o monitoramento contínuo e em tempo real de parâmetros ambientais em museus, arquivos e edifícios históricos (Dias et al., 2024).

Os primeiros estudos concentraram-se na implantação de redes básicas de sensores voltadas ao rastreamento de variáveis fundamentais, como temperatura e umidade (Klein et al., 2017; Mesas-Carrascosa et al., 2016). Pesquisas mais recentes, por sua vez, ampliaram o escopo com a integração de plataformas mais sofisticadas, capazes de combinar monitoramento ambiental, análise da saúde estrutural e o uso de gêmeos digitais para diagnósticos preditivos (Ni et al., 2021; Casillo et al., 2022). O significado prático desse avanço está diretamente relacionado à vulnerabilidade dos artefatos culturais frente a flutuações



ambientais, uma vez que microclimas inadequados aceleram a degradação dos materiais e ameaçam a conservação do patrimônio (Papitsi et al., 2023; Rioual et al., 2021). Assim, a adoção de soluções de IoT em contextos culturais tem se mostrado viável para apoiar práticas de manutenção proativa e mitigação de riscos, fortalecendo estratégias de conservação preventiva em escala global (Ficili et al., 2024).

A busca recuperou estudos que relatam implementações bem-sucedidas em museus e edifícios históricos (Dolińska et al., 2025; Trigona et al., 2022), mas há também aqueles que destacam limitações relacionadas à cobertura dos sensores, à interoperabilidade dos dados e à viabilidade econômico-financeira (Lombardo et al., 2022; Tse et al., 2018). Além disso, carecem análises comparativas mais robustas que examinem como diferentes requisitos de monitoramento ambiental — variáveis arquitetônicas, materiais construtivos ou usos do espaço — influenciam o design e a implantação dos sistemas de IoT (Manfriani et al., 2021; Ma et al., 2020; Dong et al., 2017). Outro obstáculo identificado é a ausência de estruturas padronizadas para a integração de dispositivos heterogêneos, o que dificulta a adoção em larga escala e a replicabilidade das soluções em diferentes contextos (Martinelli et al., 2023). Essas lacunas comprometem a consolidação de estratégias universalmente aplicáveis à preservação patrimonial e reforçam a necessidade de investigações voltadas a soluções contextualmente adaptadas (Casillo et al., 2022).

No plano conceitual, esta revisão adota a definição de dispositivos de IoT como sensores e atuadores interconectados, responsáveis pela aquisição e transmissão de dados ambientais em tempo real (Lee; Lee, 2019). O monitoramento ambiental, por sua vez, é entendido como o acompanhamento contínuo de parâmetros críticos como temperatura, umidade, luz e poluentes, elementos fundamentais para a preservação de acervos (Hui-Feng et al., 2010). O termo “espaços de memória” refere-se a instituições físicas que abrigam coleções patrimoniais — museus, bibliotecas e arquivos —, cada uma apresentando necessidades específicas de conservação (Picciali; Chianese, 2017). Ao relacionar esses conceitos, posiciona-se o monitoramento ambiental habilitado por IoT como uma ferramenta essencial de conservação preventiva, capaz

de subsidiar decisões mais informadas e o gerenciamento adaptativo do patrimônio (Chianese; Picciali, 2014).

O objetivo desta seção é, portanto, examinar a produção científica existente sobre a implementação técnica de dispositivos e sensores de IoT em espaços de memória, com foco na análise comparativa da integração dessas tecnologias em diferentes contextos culturais, incluindo museus, bibliotecas e arquivos. Além disso, busca-se mapear estudos de caso que evidenciem aplicações bem-sucedidas, a fim de compreender as melhores práticas, os desafios tecnológicos e as oportunidades de aprimoramento da sustentabilidade e eficácia das soluções de IoT no patrimônio cultural.

Para garantir rigor metodológico, esta revisão sistemática seguiu o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), envolvendo identificação, triagem e análise da literatura revisada por pares. A questão de pesquisa inicial foi desdobrada em consultas específicas, permitindo a definição de palavras-chave e operadores lógicos que orientaram a busca.

Bases de Dados Consultadas: IEEE Xplore e ScienceDirect.

Critérios de Inclusão:

- Estudos revisados por pares.
- Foco em aplicações de IoT em ambientes de patrimônio cultural.
- Ênfase em avanços recentes.
- Cobertura de diferentes espaços culturais (museus, bibliotecas, arquivos e edifícios históricos).
- Relato de resultados documentados das implantações.
- Discussão sobre arquiteturas de sistemas, tipos de sensores, protocolos de comunicação e impactos na conservação.

Critérios de Exclusão:

- Estudos fora do escopo de IoT em patrimônio cultural.
- Publicações em idiomas distintos do inglês e português.



- Artigos voltados apenas a aspectos estruturais de edificações.
- Estudos anteriores a 2015.
- Trabalhos duplicados ou irrelevantes após triagem.

Script de Pesquisa:

((“Internet of Things” OR IoT) AND (“cultural heritage” OR “cultural spaces” OR museums OR libraries OR archives OR “historic buildings” OR “archaeological sites”) AND (“environmental monitoring” OR “preservation” OR “conservation”))

Na etapa de execução, foram identificados inicialmente 1.349 artigos. Após aplicação dos critérios de relevância, 968 foram considerados pertinentes e 55 classificados como altamente relevantes por abordarem diretamente a questão de pesquisa. Após a leitura integral e exclusão dos trabalhos que não atendiam plenamente aos critérios, obteve-se um conjunto final de 26 artigos, listados na Tabela 1 e que embasam a análise apresentada na sequência.

Tabela 1: *Estudos sobre tecnologias de IoT e sensoriamento remoto aplicados ao patrimônio cultural*

Estudo	Complexidade da arquitetura do sistema	Parâmetros ambientais monitorados	Escopo de integração entre espaços	Gerenciamento e análise de dados	Impacto e resultados da conservação
(Papitsi et al., 2023a)	Rede de sensores sem fio com carregamento Wi-Fi na nuvem	Temperatura, umidade relativa	Monitoramento do microclima do museu	Acesso em tempo real à nuvem, streaming contínuo de dados	Minimiza os riscos ambientais às exposições
(Ficili; Tricomi; Puliafito, 2024)	Arquitetura de referência integrando sensores, câmeras e drones	Parâmetros ambientais e de segurança multimodais	Amplo patrimônio cultural	Infraestrutura de código aberto com monitoramento em tempo real	Facilita intervenções proativas e insights sobre políticas
(Papitsi et al., 2023b)	Rede de sensores sem fio para monitoramento de microclima	Temperatura, umidade e concentração de CO2	Pequena caverna histórica	Monitoramento sem fio de longo prazo com identificação de perigos	Permite o planejamento oportuno de ações de conservação
(Samir et al., 2023)	Cluster-tree WSN com agregação de dados baseada em confiança	Temperatura, umidade, luz	Monitoramento do ambiente do museu	Roteamento com eficiência energética com pontuações de confiança, análise de produtividade	Transmissão de dados confiável que oferece suporte à proteção de artefatos
(Lombardo et al., 2022)	Sistema de monitoramento ambiental distribuído	Temperatura, umidade, luz, poluentes	Museus, depósitos, exposições ao ar livre	Sistema de custo competitivo com monitoramento em tempo real	Apoia a prevenção da degradação de artefatos
(Trigona et al., 2022)	Sistema IoT que mede microclima e vibrações	Temperatura, umidade e vibrações	Obra de arte em suporte de madeira em nicho de museu	Monitoramento em tempo real com integração de sensores miméticos	Evita a degradação física e química

Continua na página seguinte >>

Estudo	Complexidade da arquitetura do sistema	Parâmetros ambientais monitorados	Escopo de integração entre espaços	Gerenciamento e análise de dados	Impacto e resultados da conservação
(Saban et. al., 2022)	Sensor de umidade sem fio baseado em LoRa com integração de PCB	Umidade da madeira	Edifícios históricos de madeira	Visualização e controle remotos baseados em nuvem	Detecção precoce de danos relacionados à umidade
(Ni et. al., 2022)	Gêmeo digital baseado em nuvem que integra IoT e ontologia	Umidade relativa e outros dados ambientais	Edifícios históricos	Análise e simulação de dados em tempo real	Conservação preventiva e identificação de riscos
(Casillo et al., 2022)	Rede de sensores de IoT combinada com aprendizado profundo (GAN)	Dados ambientais e de umidade	Edifícios de parques arqueológicos	Plataforma web-cloud-IoT com análise preditiva	Prevê problemas de umidade, apoia a preservação
(Casillo et al., 2022)	Sistema de controle remoto com sensores digitais e plataforma em nuvem	Parâmetros ambientais, incluindo umidade	Edifício industrial histórico	Coleta contínua de dados e gerenciamento compartilhado	Facilita estratégias de preservação preditiva
(Manfriani et al., 2021)	Plataforma de IoT na nuvem web com controle ambiental ativo	Temperatura e umidade em vitrines	Vitrines de museus	Monitoramento de longo prazo com protocolos de alarme e resolução	Melhorias econômicas na conservação
(Zhang; Dai; Zhao, 2021)	Rede híbrida auto-organizada baseada em LoRaWAN	Temperatura, umidade, CO2	Sala de exposições do museu	Transmissão de dados em tempo real, análise multifatorial	Otimiza o gerenciamento de exposições e o impacto dos visitantes
(Klein et al., 2017)	Plataforma de sensores sem fio com mais de 200 sensores	Temperatura, fluxo de ar, microclima	Galerias de museus	Coleta de dados de alta resolução espaço-temporal	Linha de base para impacto de visitantes e controle do microclima

Continua na página seguinte >>

Estudo	Complexidade da arquitetura do sistema	Parâmetros ambientais monitorados	Escopo de integração entre espaços	Gerenciamento e análise de dados	Impacto e resultados da conservação
(Rioual et al., 2021)	Sensores RFID para monitoramento de poluição	Poluentes (H2S), corrosividade ambiental	Armazenamento de madeiras arqueológicas em museus	Mapeamento espacial da corrosividade via interrogação por RFID	Detecta o impacto de poluentes na conservação de artefatos
(Angelini et al., 2016)	Rede inteligente de sensores com amostras de referência de cobre	Temperatura e umidade perto de artefatos metálicos	Vitrines de museus	Monitoramento contínuo com alertas de risco de corrosão	Detecção precoce do risco de corrosão em artefatos
(Elsayed et al., 2018)	Rede de sensores sem fio com filmes nanoestruturados de cobre	Temperatura, umidade, agressividade da atmosfera	Ambiente interno do museu	Acesso e análise de dados em tempo real baseados na nuvem	Avalia a agressividade ambiental para conservação
(Pierceloni et al., 2018)	Controle de iluminação IoT com rede de sensores	Parâmetros de iluminação, fatores ambientais	Capela histórica	Controle em tempo real e monitoramento ambiental de longo prazo	Equilibra as necessidades estéticas e de conservação
(Cheng; Ng, 2018)	Comunicação interna híbrida WSN	Parâmetros ambientais para preservação de artefatos	Salas de exposições de museus	Comunicação de dados de baixa energia com gerenciamento de software	Oferece suporte à qualidade de preservação e manuseio de artefatos
(Tse et al., 2018)	Plataforma de detecção de baixo custo CANARIN II	Monitoramento da poluição	Biblioteca barroca	Plataforma econômica que apoia decisões políticas	Permite o monitoramento acessível do patrimônio cultural
(Eltresy et al., 2019)	IoT coletando energia de RF com aprendizado profundo	Parâmetros do ambiente do museu	Ambiente do museu	Sensores autônomos de energia com análise de tendências de aprendizado profundo	Otimiza o ambiente e a resiliência a falhas

Continua na página seguinte >>

Estudo	Complexidade da arquitetura do sistema	Parâmetros ambientais monitorados	Escopo de integração entre espaços	Gerenciamento e análise de dados	Impacto e resultados da conservação
(Ma; Rong; Liu, 2020)	Sistema de microambiente de comunicação sem fio ZigBee	Temperatura, umidade, luz, gás	Mostras de relíquias culturais de museus	Terminais de sensores em rede com software de análise de dados	Monitoramento de baixa potência, escalável e multiparamétrico
(Dong et al., 2017)	Sistema integrado de monitoramento de microambientes	UV, luz, formaldeído, CO2, PM2,5	Vitrines de museus	Sistema portátil de baixo custo com display LCD e avisos	Plataforma de monitoramento ambiental fácil de usar
(Mesas-Carrascosa et al., 2016)	Estações microclimáticas de hardware de código aberto	Temperatura, umidade relativa	Patrimônio da UNESCO	Monitoramento de longo prazo relacionando condições internas e externas	Apoia a preservação e a redução de custos
(Silva; Coelho; Henriques, 2020)	Registradores de dados de baixo custo baseados em Arduino	Temperatura, umidade, ventilação, CO2	Igreja do Patrimônio Mundial	Dados de sensores calibrados de longo prazo com análise estatística	Otimização sustentável do clima interno
(Lee; Lee, 2019)	Dados de sensores de IoT com modelos de aprendizado profundo	Dados de sensores ambientais	Heritage Bridge Site	Predição de séries temporais com modelos LSTM e CNN	Facilita a conservação preventiva por meio de previsão
(Alletto et al., 2016)	Arquitetura de IoT com reconhecimento de localização interna	Status ambiental vinculado ao movimento do usuário	Museu	Infraestrutura BLE com compartilhamento de multimídia em nuvem	Melhora a experiência do visitante e o controle do ambiente

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Continua na página seguinte >>

Análise dos resultados

A maioria dos estudos revisados implementou arquiteturas de IoT de múltiplas camadas, combinando nós de sensores, redes de comunicação e plataformas em nuvem. As tecnologias mais empregadas foram LoRaWAN, Wi-Fi, ZigBee e sistemas híbridos de comunicação (Dias et al., 2024; Dolińska et al., 2025; Ma et al., 2020). Paralelamente, trabalhos com arquiteturas mais simples destacaram a adoção de sensores de baixo custo e baixo consumo de energia, priorizando escalabilidade e facilidade de implantação em museus e edifícios históricos (Tse et al., 2018; Dong et al., 2017).

Entre os parâmetros ambientais, temperatura e umidade relativa foram monitorados de forma universal, confirmando sua relevância crítica para a preservação de acervos (Papitsi et al., 2023; Klein et al., 2017; Mesas-Carrascosa et al., 2016). Estudos específicos também registraram variáveis complementares, como umidade da madeira e corrosividade atmosférica (Saban et al., 2022; Rioual et al., 2021), além da incorporação de poluentes, CO_2, níveis de luz e vibrações em alguns casos (Trigona et al., 2022).

O foco das aplicações recaiu majoritariamente sobre museus e edifícios históricos, com menor atenção a bibliotecas e arquivos (Martinelli et al., 2023; Tse et al., 2018). A integração dos sistemas geralmente considerou as especificidades dos espaços, desde vitrines e salas de exposição até edifícios completos (Manfriani et al., 2021; Angelini et al., 2016). Em contrapartida, algumas plataformas foram projetadas para maior abrangência, aplicáveis também em sítios arqueológicos e espaços ao ar livre (Ficili et al., 2024).

Em termos de gestão da informação, predominou o uso de armazenamento em nuvem e acesso remoto em tempo real, que possibilitam monitoramento contínuo e intervenções rápidas (Dias et al., 2024; Ni et al., 2022; Elsayed et al., 2018). Recursos mais avançados incluíram aprendizado profundo, agregação de dados baseada em confiança e análises multifatoriais, ampliando a capacidade de tomada de decisão (Samir et al., 2023; Casillo et al., 2022; Lee; Lee, 2019). As interfaces de interação variaram entre portais web, aplicativos móveis e ambientes imersivos de



realidade virtual, promovendo novas formas de visualização e engajamento (Bacco et al., 2020; Alletto et al., 2016).

Os resultados apontam melhorias concretas na conservação preventiva, destacando a detecção precoce de riscos ambientais e estruturais (Dias et al., 2024; Dolińska et al., 2025). Além disso, os sistemas otimizam controles ambientais, reduzem o consumo energético e potencializam a experiência dos visitantes (Pierceloni et al., 2018; Zhang et al., 2021). Estudos de caso demonstraram ainda soluções economicamente viáveis que diminuem despesas institucionais sem comprometer os padrões de preservação (Tse et al., 2018; Manfriani et al., 2021).

Implicações Teóricas

A literatura reforça a tese de que o monitoramento ambiental habilitado por IoT aprimora significativamente as estratégias de conservação preventiva, oferecendo dados contínuos e em tempo real sobre variáveis críticas. Tal constatação converge com as teorias tradicionais de preservação que defendem a estabilidade microclimática como requisito fundamental (Dias et al., 2024; Papitsi et al., 2023). Ao incorporar análise avançada de dados e aprendizado profundo, os estudos expandem a dimensão teórica da conservação, deslocando-a do enfoque reativo para abordagens preditivas (Casillo et al., 2022; Lee; Lee, 2019).

As comparações entre diferentes espaços culturais evidenciam que, embora os parâmetros centrais sejam semelhantes, as arquiteturas e estratégias de implantação devem ser adaptadas às condições específicas de cada ambiente, confirmando a necessidade de soluções contextualmente sensíveis (Papitsi et al., 2023; Dolińska et al., 2025). Outro aspecto relevante é a democratização tecnológica: soluções de baixo custo demonstraram desempenho comparável a sistemas comerciais, o que favorece a difusão da IoT em instituições com recursos limitados (Tse et al., 2018; Lombardo et al., 2022).

Implicações Práticas

Na dimensão prática, os estudos indicam que redes de sensores modulares e econômicas oferecem às instituições patrimoniais a possibilidade de monitoramento contínuo e intervenções oportunas (Lom-

bardo et al., 2022; Tse et al., 2018). A adoção de plataformas de código aberto e arquiteturas padronizadas fortalece a interoperabilidade, permitindo adaptações locais sem perda de compatibilidade com sistemas de gestão mais amplos (Martinelli et al., 2023; Ni et al., 2022).

Além de apoiar a conservação, os sistemas baseados em IoT contribuem para o gerenciamento operacional, oferecendo dados sobre impacto de visitantes, variações microclimáticas e saúde estrutural. Tais informações subsidiam políticas de controle de fluxo, operação de sistemas de climatização (HVAC) e manutenção preventiva (Papitsi et al., 2023; Zhang et al., 2021). A incorporação de inteligência artificial reforça o caráter preditivo, permitindo antecipar riscos e otimizar recursos institucionais (Casillo et al., 2022).

Por fim, a robustez e a confiabilidade dos sistemas de IoT tornam-se aspectos estratégicos, uma vez que a coleta e a transmissão de dados precisam assegurar integridade e conformidade com regulamentos (Samir et al., 2023). O sucesso já demonstrado em diversos casos estimula o interesse de formuladores de políticas, fortalecendo iniciativas de preservação digital e sustentável em âmbito global (Ficili et al., 2024).

A análise dos resultados revela que a IoT representa um avanço decisivo para a conservação preventiva e a gestão integrada de espaços de memória. Entretanto, os estudos também ressaltam a importância da adaptação às realidades específicas de cada instituição. Nesse sentido, o Arquivo Simão Dorvi apresenta-se como um caso emblemático, em que a ausência de sistemas automatizados de controle ambiental pode ser superada por soluções de IoT de baixo custo e adaptáveis, cuja aplicação será discutida no capítulo seguinte.

ESTUDO DE CASO: ARQUIVO SIMÃO DORVI

A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, instituição privada e sem fins lucrativos, atua como espaço de memória dedicado à preservação da história da antiga capital de Goiás. Sua origem remonta a 1970, quando foi criada a Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO), pelo religioso italiano Giuseppe Dorvi, mais conhecido como Frei Simão Dorvi. Ao chegar à cidade em 1938, Frei Simão iniciou a coleta e a preservação

de documentos históricos, que se tornariam a base do acervo da instituição.

A fundação está situada em um conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade desde 2001 (Figura 1). Atualmente, sua gestão está sob responsabilidade da arquivologista Maria de Fátima Silva Cançado, que supervisiona um vasto acervo arquivístico, bibliográfico e de periódicos, com documentos que remontam ao século XVIII. A coleção inclui registros históricos de instituições governamentais e privadas, como a Câmara Municipal de Vila Boa, fóruns cartoriais e o Hospital São Pedro de Alcântara, entre outros. Estudos anteriores apontam que parte do acervo ainda se encontra em processo de tratamento técnico e organização, evidenciando tanto a extensão quanto a complexidade do patrimônio salvaguardado (Freitas, 2020).

Figura 1:*Fachada frontal da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi*



Fonte: Fundação Frei Simão, 2022.

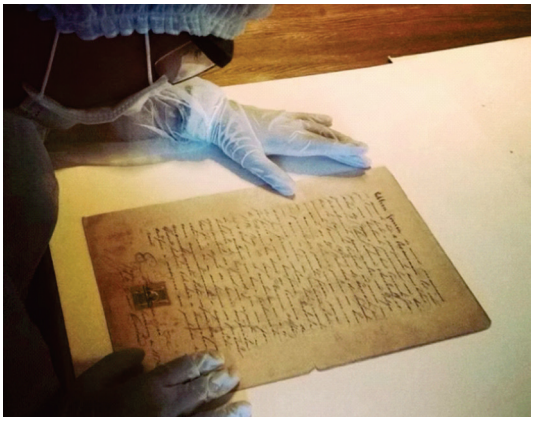
Um dos destaques do acervo é o anexo conhecido como **AR'QUICONGO** — Arquivo dos Indígenas e da Cultura e Orgulho Negro de Goiás. Esse espaço especializado reúne documentos, manuscritos e artefatos doados pela antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, com foco na memória e cultura de povos indígenas e quilombolas do Centro-Oeste brasi-

leiro. Além de ampliar a diversidade do acervo, o AR'QUICONGO reforça o compromisso da instituição em atuar como centro de apoio a movimentos sociopolíticos e culturais.

A Fundação Frei Simão Dorvi também se consolida como centro de pesquisa e de educação patrimonial. Seu acervo é disponibilizado para consulta pública, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, e projetos de extensão têm buscado integrar a comunidade local às práticas de preservação. Iniciativas propostas por Freitas (2020) destacam o potencial da instituição para ações educativas, aproximando a população das questões de conservação do patrimônio e fortalecendo sua função social.

Entretanto, o edifício e as condições de guarda apresentam vulnerabilidades importantes. Estudos técnicos (Bueno, 2009; Freitas, 2022) destacam limitações estruturais ligadas à técnica construtiva em taipa de pilão, característica do século XVIII, que é sensível a variações de umidade. Adicionalmente, fatores como infiltrações sazonais, poluição atmosférica local e insuficiência de infraestrutura tecnológica para controle ambiental comprometem a conservação do acervo. A carência de recursos humanos e financeiros, somada à dependência de parcerias externas, agrava esse cenário, como apontado em relatórios técnicos recentes (Freitas, 2022).

Figura 2: *Higienização de documento da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi*



Fonte: Keley Cristina Carneiro, 2019.



Diante desse quadro, torna-se evidente a necessidade de soluções inovadoras e de baixo custo para apoiar a preservação da instituição. A aplicação de tecnologias digitais, como sistemas de sensoriamento remoto e IoT, surge como alternativa viável para enfrentar os desafios ambientais e operacionais. Além de fornecer dados em tempo real sobre as condições do edifício e do acervo, tais sistemas podem subsidiar políticas de conservação preventiva e, eventualmente, integrar-se a programas de educação patrimonial, ampliando a conscientização da comunidade sobre a importância da preservação. Esse conjunto de desafios históricos, estruturais e operacionais justifica a proposta de um **sistema de monitoramento ambiental baseado em IoT**, que será detalhado no capítulo seguinte como alternativa para apoiar estratégias de conservação preventiva e a sustentabilidade do Arquivo Simão Dorvi.

PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO

O sistema proposto tem como objetivo central viabilizar o monitoramento ambiental contínuo do Arquivo Simão Dorvi, assegurando a preservação de seu acervo diante das condições ambientais adversas da Cidade de Goiás. A proposta contempla inicialmente a utilização de sensores de temperatura, umidade relativa, material particulado (PM2,5 e PM10) e poluentes atmosféricos (CO_2, NO_2, SO_2 e VOCs), integrados a uma plataforma Arduino com conectividade LoRaWAN. Os dados coletados serão transmitidos para uma interface em nuvem, onde serão armazenados, analisados e disponibilizados em um dashboard em tempo real, com emissão de alertas automáticos em casos de variação crítica.

A arquitetura é baseada em tecnologias de baixo custo e de fácil adaptação, de modo a atender às necessidades de instituições de pequeno porte, com possibilidade de expansão modular para múltiplos ambientes do edifício, como depósitos, áreas de consulta e salas de exposição.

Embora essa configuração inicial atenda ao objetivo de monitorar parâmetros ambientais essenciais, reconhece-se a necessidade de aprimoramentos futuros para consolidar a robustez e escalabilidade do sistema. Nesse sentido, os trabalhos futuros podem contemplar:

1. **Módulo de calibração e validação dos sensores** – a inclusão de protocolos periódicos de calibração, comparando os sensores de baixo custo com equipamentos de referência, garantirá maior confiabilidade e consistência dos dados coletados.
2. **Integração com sistemas preditivos de conservação** – o uso de algoritmos de aprendizado de máquina, aplicados às séries temporais dos dados ambientais, permitirá prever situações de risco e antecipar ações preventivas, avançando do monitoramento reativo para estratégias preditivas de conservação.
3. **Monitoramento de eficiência energética** – a integração de sensores de consumo energético associados ao controle de ventilação e climatização possibilitará avaliar a eficiência operacional do edifício, promovendo ajustes sustentáveis nas rotinas de conservação.
4. **Sistema modular e escalável** – a arquitetura prevê a expansão para múltiplos nós de sensores, distribuídos em diferentes áreas do edifício, possibilitando a caracterização microclimática de ambientes específicos e favorecendo intervenções localizadas.
5. **Camada de interoperabilidade com sistemas de gestão patrimonial** – a futura implementação de uma API permitirá que os dados ambientais se integrem aos registros digitais do acervo, favorecendo análises cruzadas entre informações ambientais e o estado de conservação de documentos e artefatos.
6. **Protocolos de segurança e redundância de dados** – serão incorporados mecanismos de criptografia, autenticação e backup automático em servidores redundantes, assegurando a integridade e a confiabilidade dos dados de monitoramento.

Com esses aprimoramentos, o sistema se configura não apenas como um protótipo de baixo custo para monitoramento ambiental, mas como uma solução em evolução, passível de adaptação e replicação em outros espaços culturais de pequeno e médio porte. A proposta está alinhada às tendências apontadas pela literatura recente (Casillo et al., 2022; Manfriani et al., 2021; Lombardo et al., 2022) e reforça o



potencial do Arquivo Simão Dorvi em se consolidar como caso-piloto de aplicação da IoT na conservação preventiva do patrimônio cultural.

DISCUSSÃO

A análise das limitações identificadas na literatura mostra-se altamente pertinente ao caso do Arquivo Simão Dorvi, localizado na Cidade de Goiás. O viés geográfico, por exemplo, é um desafio, pois a maioria dos estudos concentra-se em ambientes europeus, que apresentam condições climáticas distintas das do cerrado goiano, marcado por elevada variação térmica e sazonalidade das chuvas. Além disso, a recorrência de dados de curto prazo nas pesquisas indica a necessidade de implantações locais com monitoramento contínuo, capazes de capturar variações anuais e seus impactos cumulativos sobre documentos e livros manuscritos. O foco restrito em poucos parâmetros ambientais também merece atenção, já que, além de temperatura e umidade, fatores como poluentes, material particulado e o fluxo de visitantes podem afetar significativamente a integridade do acervo. Soma-se a isso a questão da escalabilidade: soluções testadas apenas em pequena escala podem não atender de forma eficaz às características arquitetônicas do edifício histórico do arquivo, que possui limitações estruturais para instalação de sensores. As preocupações com segurança e interoperabilidade tecnológica também se aplicam, dado que a confiabilidade e integridade dos dados são essenciais para subsidiar decisões de conservação preventiva. Por fim, os estudos pouco exploram o impacto dos visitantes e a experiência do usuário, dimensões relevantes em um espaço cultural que, além de preservar, também cumpre funções de difusão da memória e de educação patrimonial. Portanto, reconhecer essas limitações permite desenhar uma proposta de IoT adaptada às condições específicas do Arquivo Simão Dorvi, aumentando sua aplicabilidade e relevância social.

O corpo da literatura sobre a implementação técnica de dispositivos e sensores de IoT em espaços culturais para monitoramento ambiental revela uma paisagem madura, mas em evolução, caracterizada por diversas arquiteturas e soluções personalizadas. Estruturas de IoT de várias camadas que combinam nós de sensores, protocolos de comu-



nicação sem fio como LoRaWAN, Wi-Fi e ZigBee, além de plataformas baseadas em nuvem, são amplamente adotadas e demonstram eficácia na aquisição contínua de dados em tempo real e no monitoramento remoto. Essas arquiteturas atendem às demandas específicas dos ambientes culturais, equilibrando fatores como eficiência energética, custo, escalabilidade e facilidade de implantação. Os avanços na integração de gêmeos digitais, análises de aprendizado profundo e técnicas de visualização imersiva aprimoram ainda mais os recursos de manutenção preditiva e compreensão ambiental abrangente.

A análise comparativa destaca que os museus continuam sendo o principal contexto para a integração da IoT devido ao duplo imperativo de preservação de artefatos e conforto do visitante, exigindo monitoramento multiparâmetro, incluindo temperatura, umidade, luz, poluentes, vibrações e parâmetros estruturais. Bibliotecas e arquivos, embora menos frequentemente estudados, compartilham necessidades semelhantes de controle ambiental, mas geralmente exigem implantações de sensores especializados. A personalização de acordo com as características espaciais e funcionais distintas de cada espaço cultural é comum, com sistemas adaptados para vitrines, salas de exposições, depósitos e locais históricos ao ar livre. No entanto, as métricas de avaliação padronizadas são escassas, limitando o benchmarking intercontextual e as avaliações holísticas da eficácia da IoT em diferentes domínios culturais.

Estudos de caso exemplificam implantações bem-sucedidas que combinam redes de sensores robustas com interfaces fáceis de usar e análises avançadas, permitindo estratégias de conservação preventiva que detectam riscos ambientais precocemente e apoiam o controle ativo de microclimas. Muitas implementações demonstram benefícios operacionais, como maior eficiência energética, redução de custos e melhores experiências dos visitantes por meio de controles de ambiente inteligentes e aplicativos de IoT interativos. No entanto, persistem desafios para garantir a sustentabilidade a longo prazo, a calibração do sensor, a segurança dos dados e a interoperabilidade do sistema. A maioria dos estudos se concentra no monitoramento de curto a médio prazo, com exploração limitada de manutenção e escalabilidade por longos períodos.



No geral, o monitoramento ambiental impulsionado pela IoT em espaços de patrimônio cultural contribui significativamente para a conservação preventiva e o gerenciamento operacional. No entanto, abordar a heterogeneidade nas arquiteturas, desenvolver estruturas unificadas e conduzir avaliações longitudinais continuam sendo essenciais para maximizar o potencial transformador dessas tecnologias. Pesquisas futuras devem enfatizar metodologias padronizadas, tratamento de dados seguro e resiliente e projetos inclusivos que integrem as interações de visitantes e funcionários para promover ambientes culturais inteligentes e sustentáveis.

Os resultados indicam que a integração de **IoT e sensoriamento remoto** representa solução acessível e eficiente para espaços de memória, ampliando a resiliência das práticas de conservação preventiva. Além disso, a proposta está alinhada com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11.4)**, que enfatizam a necessidade de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural. O trabalho apresenta uma proposta de aplicação de IoT no Arquivo Simão Dorvi, fundamentada em revisão sistemática da literatura. O sistema de monitoramento remoto poderá auxiliar na gestão ambiental do espaço, garantindo melhores condições de preservação documental. A replicabilidade da solução para outros espaços patrimoniais de pequeno porte reforça sua relevância social e acadêmica, contribuindo para práticas sustentáveis de preservação cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás pelo apoio ao projeto de pesquisa e fomento para viabilizar a participação no evento, à Fundação Frei Simão Dorvi pela parceria na execução da pesquisa e à equipe organizadora do seminário XV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB).

REFERÊNCIAS

ALLETTO, S.; CUCCHIARA, R.; DEL FIORE, G.; MAINETTI, L.; MIGHALI, V.; PATRONO, L.; SERRA, G. An Indoor Location-Aware System for an IoT-Based Smart

Museum. **IEEE Internet of Things Journal**, [*s. l.*], v. 3, n. 2, p. 244–253, abr. 2016. DOI 10.1109/JIOT.2015.2506258.

ANGELINI, E.; CIVITA, F.; CORBELLINI, S.; FULGINITI, D.; GIOVAGNOLI, A.; GRASSINI, S.; PARVIS, M. Innovative monitoring campaign of the environmental conditions of the Stibbert museum in Florence. **Applied Physics A**, [*s. l.*], v. 122, n. 2, p. 123, fev. 2016. DOI 10.1007/s00339-016-9635-4.

BACCO, M.; BARSOCCHI, P.; CASSARA, P.; GERMANESE, D.; GOTTA, A.; LEONE, G. R.; MORONI, D.; PASCALI, M. A.; TAMPUCCI, M. Monitoring Ancient Buildings: Real Deployment of an IoT System Enhanced by UAVs and Virtual Reality. **IEEE Access**, [*s. l.*], v. 8, p. 50131–50148, 2020. DOI 10.1109/ACCESS.2020.2980359.

BARBOSA, Raquel Miranda. **A SENHORA LUZ, A SENHORA GUIA: NA FESTA O ENTRECRUZAR DA HISTÓRIA, RELIGIÃO E CULTURA POPULAR NA POVOAÇÃO DO BACALHAU - GO**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

CASILLO, M.; COLACE, F.; GUPTA, B. B.; LORUSSO, A.; MARONGIU, F.; SANTANIELLO, D. A Deep Learning Approach to Protecting Cultural Heritage Buildings Through IoT-Based Systems. jun. 2022. **2022 IEEE International Conference on Smart Computing (SMARTCOMP)** [...]. Helsinki, Finland: IEEE, jun. 2022. p. 252–256. DOI 10.1109/SMARTCOMP55677.2022.00063.

CASILLO, M.; GUIDA, C. G.; LOMBARDI, M.; LORUSSO, A.; MARONGIU, F.; SANTANIELLO, D. Predictive preservation of historic buildings through IoT-based system. 14 jun. 2022. **2022 IEEE 21st Mediterranean Electrotechnical Conference (MELECON)** [...]. Palermo, Italy: IEEE, 14 jun. 2022. p. 1194–1198. DOI 10.1109/MELECON53508.2022.9842965.

CHENG, C. H.; NG, D. T. An effective sensor network for museum operations: The experience of a pilot implementation. **DEStech Transactions on Computer Science and Engineering**, 2018. DOI: 10.12783/DTCSE/AIIE2017/18226.

CHIANESE, A.; PICCIALLI, F. Designing a smart museum: When cultural heritage joins IoT. In: **NGMAST 2014**. IEEE, 2014. DOI: 10.1109/NGMAST.2014.21.

DIAS, F. M.; POCINHO, H. A.; MACHETE, R.; FALCÃO, A. P.; BENTO, R.; CAETANO, D. M. Modular Sensor Network for Historic Buildings Structural Health Monitoring. 20 out. 2024. **2024 IEEE SENSORS** [...]. Kobe, Japan: IEEE, 20 out. 2024. p. 1–4. DOI: 10.1109/SENSORS60989.2024.10784471.

DOLIŃSKA, N.; WOJCIECHOWSKA, G.; BEDNARZ, Ł. Monitoring environmental and structural parameters in historical masonry buildings using IoT LoRaWAN-based wireless sensors. **Buildings**, v. 15, n. 2, p. 282, 2025. DOI: 10.3390/buildings15020282.



DONG, C.; ZHANG, Y.; LI, J.; ZHANG, H. The Integrated Design for Micro- environment Monitoring System of Showcase in Museum. **MATEC Web of Conferences**, [*s. l.*], v. 100, p. 05009, 2017. DOI 10.1051/matecconf/201710005009.

ELSAYED, A.; LOMBARDO, L.; PARVIS, M.; ANGELINI, E.; GRASSINI, S. The Environmental Monitoring Campaign of the Museum of the Faculty of Archaeology of the Sohag University (Egypt). out. 2018. **2018 Metrology for Archaeology and Cultural Heritage (MetroArchaeo)** [...]. Cassino FR, Italy: IEEE, out. 2018. p. 521–526. DOI 10.1109/MetroArchaeo43810.2018.9089838.

ELTRESY, N. A.; DARDEER, O. M.; AL-HABAL, A.; ELHARIRI, E.; HASSAN, A. H.; KHATTAB, A.; ELSHEAKH, D. N.; TAIE, S. A.; MOSTAFA, H.; ELSADEK, H. A.; ABDALLAH, E. A. RF Energy Harvesting IoT System for Museum Ambience Control with Deep Learning. **Sensors**, [*s. l.*], v. 19, n. 20, p. 4465, 15 out. 2019. DOI 10.3390/s19204465.

FICILI, I.; TRICOMI, G.; PULIAFITO, A. MMOP-AI reference architecture: Paving the way towards cultural heritage preservation. In: **IEEE Sensors Applications Symposium**. IEEE, 2024. DOI: 10.1109/SAS60918.2024.10636620.

FREITAS, Paulo Henrique Pereira, Preservar obras raras e documentos históricos também é patrimônio cultural: uma proposta de ação educativa na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. **SNBU**- Edição: 21- Ano: 2020 (UFG- Goiânia/GO). Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6938. Acesso em 18 de agosto de 2025.

FREITAS, Paulo Henrique Pereira. **Patrimônio e memória: preservação de acervos raros na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás-GO)**. 2022. 131 f. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2022.

FUNDAÇÃO FREI SIMÃO DORVI. **Fundação Cultural Frei Simão Dorvi**. Disponível em: https://www.fundacaofreisimao.com.br/. Acesso em: 20 ago. 2025.

GRAMMALIDIS, N. et al. A multi-sensor network for the protection of cultural heritage. In: **International Conference on Distributed Smart Cameras**. IEEE, 2011.

HUI-FENG, W.; TIAN, Q.; ZHONG-ZE, H.; LANKUN, C. The Design of Wireless Micro-Evironment Monitoring System. jun. 2010. **2010 International Conference on Electrical and Control Engineering** [...]. [*S. l.*: *s. n.*], jun. 2010. p. 2324–2327. DOI 10.1109/iCECE.2010.573.

KLEIN, L. et al. Wireless sensor platform for cultural heritage monitoring and modeling system. **Sensors**, v. 17, n. 9, 2017. DOI: 10.3390/S17091998.



LEE, W.; LEE, D. Cultural heritage and the intelligent internet of things. **ACM Journal on Computing and Cultural Heritage**, v. 12, n. 3, 2019. DOI: 10.1145/3316414.

LOMBARDO, L.; PARVIS, M.; GRASSINI, S.; ANGELINI, E. Environmental monitoring solution for cultural heritage. **Journal of Physics: Conference Series**, [*s. l.*], v. 2204, n. 1, p. 012099, 1 abr. 2022. DOI 10.1088/1742-6596/2204/1/012099.

MA, C.; RONG, H.; LIU, Y. Design of cultural relics protection micro-environment monitoring system based on ZigBee wireless communication. In: **International Conference on Computer Science and Education**. ACM, 2020. DOI: 10.1145/3384544.3384553.

MANFRIANI, C. et al. The contribution of IoT to the implementation of preventive conservation according to European standards: The case study of the "Cannone" violin and its historical copy. **Sustainability**, v. 13, n. 4, 2021. DOI: 10.3390/SU13041900.

MARTINELLI, L.; CALCERANO, F.; ADINOLFI, F.; CHIANETTA, D.; GIGLIARELLI, E. Open HBIM-IoT Monitoring Platform for the Management of Historical Sites and Museums. An Application to the Bourbon Royal Site of Carditello. **International Journal of Architectural Heritage**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 153–170, fev. 2025. DOI 10.1080/15583058.2023.2272130.

MESAS-CARRASCOSA, F. J. et al. Monitoring heritage buildings with open-source hardware sensors: A case study of the Mosque-Cathedral of Córdoba. **Sensors**, v. 16, n. 10, 2016. DOI: 10.3390/S16101620.

NI, Z. et al. Enabling preventive conservation of historic buildings through cloud-based digital twins: A case study in the City Theatre, Norrköping. **IEEE Access**, v. 10, p. 90924–90939, 2022. DOI: 10.1109/ACCESS.2022.3202181.

PAPITSI, C.; GANETSOS, T.; KARATZOUNI, G.; DROSOS, C.; ANTONOPOULOS, I.; SYMEONAKI, E. Environmental Conditions Monitoring Using Wireless Sensors for the Conservation of Museum Exhibits: The Case of the Tsitsanis Museum in Trikala, Greece. 9 jun. 2023. **2023 17th International Conference on Engineering of Modern Electric Systems (EMES)** [...]. Oradea, Romania: IEEE, 9 jun. 2023a. p. 1–4. DOI 10.1109/EMES58375.2023.10171689.

PAPITSI, C.; GANETSOS, T.; KATSANTONI, M.; DROSOS, C.; SYMEONAKI, E. Microclimate Monitoring Using Wireless Sensors for the Conservation of Cultural Heritage: The Case of the Holy Cross Hermitage in Olympus Area, Greece. 25 ago. 2023b. **16th International Conference on Meteorology, Climatology and Atmospheric Physics; COMECAP 2023** [...]. [*S. l.*]: MDPI, 25 ago. 2023. p. 62. DOI 10.3390/environsciproc2023026062.



PIERLEONI, P.; BELLI, A.; PALMA, L.; VALENTI, S.; RAGGIUNTO, S.; INCIPINI, L.; CEREGIOLI, P. The Scrovegni Chapel Moves Into the Future: An Innovative Internet of Things Solution Brings New Light to Giotto's Masterpiece. **IEEE Sensors Journal**, [*s. l.*], v. 18, n. 18, p. 7681–7696, 15 set. 2018. DOI 10.1109/JSEN.2018.2858543.

PICCIALLI, F.; CHIANESE, A. A location-based IoT platform supporting the cultural heritage domain. **Concurrency and Computation: Practice and Experience**, [*s. l.*], v. 29, n. 11, p. e4091, 10 jun. 2017. DOI 10.1002/cpe.4091.

RIOUAL, S.; LESCOP, B.; PELLÉ, J.; RADICCHI, G. D. A.; CHAUMAT, G.; BRUNI, M. D.; BECKER, J.; THIERRY, D. Monitoring of the Environmental Corrosivity in Museums by RFID Sensors: Application to Pollution Emitted by Archeological Woods. **Sustainability**, [*s. l.*], v. 13, n. 11, p. 6158, 30 maio 2021. DOI 10.3390/su13116158.

SABAN, M.; CASANS-BERGA, S.; GARCIA-GIL, R.; NAVARRO-ANTON, A. E.; AGHZOUT, O.; ROSADO-MUNOZ, A. Sensing Wood Moisture in Heritage and Wooden Buildings: A New Sensing Unit With an Integrated LoRa-Based Monitoring System. **IEEE Internet of Things Journal**, [*s. l.*], v. 9, n. 24, p. 25409–25423, 15 dez. 2022. DOI 10.1109/JIOT.2022.3196740.

SAMIR, R.; ADEL, S.; SAMY, I.; ISMAIL, T. Secure Data Aggregation in Cultural Heritage Monitoring: NMEC Case Study. 11 jul. 2023. **2023 17th International Conference on Telecommunications (ConTEL)** [...]. Graz, Austria: IEEE, 11 jul. 2023. p. 1–6. DOI 10.1109/ConTEL58387.2023.10198917.

SILVA, H. E.; COELHO, G. B.; HENRIQUES, F. M. Climate monitoring in World Heritage List buildings with low-cost data loggers: The case of the Jerónimos Monastery in Lisbon (Portugal). **Journal of Building Engineering**, v. 28, 2020. DOI: 10.1016/J.JOBE.2019.101029.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS CITIES | **UN-HABITAT**. [*s. d.*]. Disponível em: https://unhabitat.org/programme/sustainable-development-goals-cities. Acesso em: 27 ago. 2025.

TOMAZ, Thaiz Amorin; ZIEBELL, Clarissa Sartori; GONÇALVES, Pedro Henrique. AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS AMBIENTAIS PARA CONSERVAÇÃO DO ACERVO NO MUSEU DAS BANDEIRAS (MUBAN). In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020. **Anais [...].** Porto Alegre: ANTAC, 2020. p. 1–3. DOI: 10.46421/entac.v18i.848.

TRIGONA, C.; COSTA, E.; POLITI, G.; GUELI, A. M. IoT-Based Microclimate and Vibration Monitoring of a Painted Canvas on a Wooden Support in the Monastero of Santa Caterina (Palermo, Italy). **Sensors**, [*s. l.*], v. 22, n. 14, p. 5097, 7 jul. 2022. DOI 10.3390/s22145097.



TSE, R.; AGUIARI, D.; CHOU, K.-S.; TANG, S.-K.; GIUSTO, D.; PAU, G. Monitoring cultural heritage buildings via low-cost edge computing/sensing platforms: the Biblioteca Joanina de Coimbra case study. 28 nov. 2018. **Proceedings of the 4th EAI International Conference on Smart Objects and Technologies for Social Good** [...]. Bologna Italy: ACM, 28 nov. 2018. p. 148–152. DOI 10.1145/3284869.3284876.

ZHANG, X.; DAI, P.; ZHAO, Z. Reflections on the indoor environmental monitoring system of the heritage buildings in the Palace Museum – a case study of the Meridian Gate Exhibition Hall. **International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences**, v. XLVI-M-1, p. 951-955, 2021. DOI: 10.5194/ISPRS-ARCHIVES-XLVI-M-1-2021-951-2021.



Afrografias da memória, informação e antirracismo

EXU MATOU UM PÁSSARO ONTEM COM UMA PEDRA QUE ATIROU HOJE: AS ENCRUZILHADAS DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

Kátia Silene Souza de Brito
Universidade de Brasília (UnB)
katyasowza@gmail.com, 0000-0002-6466-300

Resumo: *O artigo tem como objetivo refletir a presença da informação étnico-racial na encruzilhada digital, a partir da epistemologia de Exu, por meio da coleção Bembé: A festa dos olhos do Rei (2022-2018), produto do trabalho fotográfico do artista Roque Boa Morte que compõe o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-brasileira (MAD/BA), da Rede AfroDigital de museus no Brasil. Uma experiência desenvolvida no ambiente digital onde a encruzilhada é espaço para combater o racismo e o apagamento da história africana e afro-brasileira. O Bembé do Mercado é uma celebração centenária que se originou em 1889 como espaço de resistência, memória e história negra, quando ex-escravizadas/os, pescadoras/es e comunidades de terreiro da região se reuniram para agradecer aos orixás na luta de resistência negra e reafirmar a memória desta data. Nesta pesquisa, a informação pautada em uma lógica exuística aponta outro caminho que difere da visão brancocêntrica. Portanto, corpos, memórias e histórias se encontram em um mesmo espaço-tempo para existir e (re)existir, rompendo com a lógica ocidental. Aqui a informação hegemônica, neutra e branca, assume outra cor e se torna uma informação étnico-racial, que permite a presença e existência de outras cosmovisões.*

Palavras-Chave: *Informação étnico-racial; Encruzilhada exuística; Epistemologia de Exu.*

Abstract: *This article aims to reflect on the presence of ethno-racial information at the digital crossroads, based on the epistemology of Exu. Through the collection Bembé: The Feast of the King's Eyes (2022-2018), a product of the photographic work of the artist Roque Boa Morte, which is part of the AfroDigital Museum of African and Afro-Brazilian Memory (MAD/BA), of the AfroDigital Network of museums in Brazil.. This experience was developed in a digital environment where the crossroads serves as a space to combat racism and the erasure of African and Afro-Brazilian history. Bembé do Mercado is a centuries-old celebration that originated in 1889 as a space of resistance, memory, and Black history, when formerly enslaved people, fishermen/women, and terreiro communities from the region gathered to thank the orixás in the Black resistan-*



ce struggle and reaffirm the memory of this date. In this research, information grounded in an Exuistic logic points to a different path, differing from the white--centric view. In which bodies, memories, and histories meet in the same space--time to exist and (re)exist, breaking with Western logic. Here, hegemonic, neutral, and white information takes on another color and becomes ethno-racial information, which allows for the presence and existence of other worldviews.

Keywords: *Ethnic-racial information; Exu crossroads; Epistemology of Exu.*

INTRODUÇÃO

A sentença expressa no título deste artigo **"**Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que atirou hoje**"** provém do provérbio Yorubá "*Èṣù pa ẹyẹ lójọ́ àná pẹ̀lú òkúta tí ó ju lónìí*" e referencia as encruzilhadas exuísticas[1]. Um território ancestral no qual o tempo linear ocidental cede espaço para uma espiral em que passado, presente e futuro convergem e se influenciam. Nesse encruzo está Exu, orixá mensageiro entre o Orum (Òrun/Mundo espiritual) e o Aiê (Àiyé/Mundo físico), que comunica, movimenta, faz o erro virar acerto e o acerto virar erro. Orixá que subverte a narrativa eurocêntrica, lança sua pedra desorganizando as estruturas ocidentais e faz a travessia para outro imaginário nos convidando a dançar a gira afrocêntrica[2]. Ou seja, na encruzilhada

> "a lógica exuística não é branca e não se pretende hegemônica. Não é uma lógica de mão única, dogmática e de verdades absolutas. Se Exu se zanga e pisa nessa pedra, ela põe-se a sangrar. Agora a pedra está sangrando. Exu teve de pisar na pedra que foi colocada em nosso cami-

1. "A dimensão exuística no candomblé pode ser traduzida por seus atravessamentos e versatilidades; é a dimensão que imputa caráter poderoso à ludicidade; brincar é linguagem e brincar é saber, saber-fazer e ser. O candomblé é uma religião, uma cultura e um cosmossentido, um afrossentido, que se relaciona à ludicidade, à fluidez e à controvérsia de Exu. O afrossentido tem em Exu seu comunicador. Comunica-se e produz saberes exuisticamente: pela dança, pelo toque musical, pela alimentação, pela festa, pelos símbolos, saberes e cheiros, pela comunhão. Exu é o início de qualquer trajetória nas CTTro [Comunidades Tradicionais de Terreiro], mas é também seu próprio corpo brincalhão" (Nogueira, 2020, p.74).

2. O termo surge da corrente epistemológica Afrocentricidade, na década de 1980 na obra de Molefi Kete Asante "Afrocentricidade". Onde o "Ser "afrocêntrico" aqui é o compromisso social de "conscientização sobre a agência dos povos africanos" (Idem.). Mais do que nunca, é a consciência, e não a biologia que determina suas posturas, e portanto, sua abordagem dos fatos" (Xavier, 2017, p. 3).



> nho. Exu aborreceu-se e, quando aborrecido, ele se senta na pele de uma formiga. A formiga não pode suportar seu peso e esta tem sido a aflição da sociedade branca. Exu sentou-se em sua pele. Ele é a controvérsia. A controvérsia, o paradoxo, o oxímoro são insuportáveis a uma sociedade que quer controlar homens e mulheres, que, ao serem manipulados devem renunciar à sua capacidade de decidir. A encruzilhada nega a opressão e a alienação porque permite que as pessoas façam seu caminho com autonomia. Exu é aquele que deu seu grito sem mexer uma só corda vocal. Um grito estridente sem abrir a boca e agora teremos de retornar para a nossa episteme-encruzilhada-origem." (Nogueira, 2020, p.64-65)

Uma encruzilhada de encontro e possibilidades onde emerge a epistemologia de Exu, lugar polissêmico, pré, pós e contra-colonial que movimenta a vida, a expressão, sentidos, corpos e memórias negras (Nogueira, 2020). E é entre esses múltiplos caminhos de existências e (re)existências negras que surge a informação étnico-racial para prover o não esquecimento da história e cultura africana e afro-brasileira.

Aqui, Exu é a boca que tudo come e nesse processo de devorar, absorve e integra para cuspir outras realidades, símbolos, fundamentos, pois nada que foi ingerido terá a mesma configuração ao ser expelido. Lembrando que a informação na sociedade ocidental tem cor, é branco-cêntrica e molda o mundo físico e digital conectando pessoas, espaços, tempos, um projeto da raça branca, para compartilhar a ideia de realidade universal, objetiva e neutra.

Nesse contexto que os povos africanos tiveram seus símbolos e manifestações culturais apropriados pelos povos ocidentais através do epistemicídio, conceito derivado das palavras "episteme", do grego "ἐπιστήμη" - conhecimento, e "-cídio", do latim "*-cidium"*, sufixo que significa o ato de cortar, matar ou destruir. Noção que segundo em Sueli Carneiro (2005) opera como um dos dispositivos de racialidade/biopoder por apresentar características disciplinares e de anulação/morte sobre a/o sujeita/o negra/o.

Por meio desse instrumento seus corpos foram dissecados, seus saberes e práticas culturais foram descontextualizados e demonizados



para que fosse instalada a supremacia europeia durante o período colonial. Foram construídas estratégias de inferiorização intelectual da população indígena e negra por meio da intervenção epistemológica. E instaurado um novo campo de racionalidade que constituiu sujeitos-forma por meio de práticas e padrões racistas reproduzidos e impostos em instituições como bibliotecas, museus e arquivos (Brito; Britto; Santos, 2024).

E foi assim que, ao longo dos séculos, a informação étnico-racial foi sendo excluída dos "[...] ambientes institucionais, universidades ou unidades de informação, seja nas ações de indexação, aquisição, desenvolvimento de coleções, preservação da informação e/ou mediação" (Brito, 2024, p.52). A palavra étnico-racial que surge dos termos "etnia" - grupos sociais que tem em comum, características culturais e históricas e "raça" - grupos sociais definidos por características biológicas e construções sociais:

> "foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática." (Brasil, 2013, p.13)

Seguindo esse movimento, o artigo objetiva refletir a presença da informação étnico-racial na encruzilhada digital, a partir da epistemologia de Exú, com base qualitativa e documental, por meio da análise da coleção Bembé: A festa dos olhos do Rei (2022-2018) que compõe o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-brasileira (MAD/BA). Uma experiência desenvolvida no ambiente digital onde a encruzilhada é espaço para combater o racismo e o apagamento da história africana e afro-brasileira no Brasil. Em "que podemos encontrar nossas origens ancestrais, autocompreensão, restauração, morte, (re-)nascimento e continuidades." (Nogueira, 2020, p.61)



A encruzilhada da Informação como tecnologia racial

> O conceito de "raça", portanto, pode ser visto como informação e como tecnologia. Como informação, raça pode ser enquadrada como transmissão de significados e como transmissão de forma, que pode constituir configuração, ordem, organização, padrão, estrutura ou relacionamento, como aponta Syed Mustafa Ali. Mais do que sua definição como circulação de padrões de ideias sobre hierarquia racial, discriminação e dominação associadas à diferença, trata-se de um construto social performativo – e produtivo, pois cria arranjos, gerando valores e capitais. Mesmo em suas acepções biologizantes, o objetivo subjacente do conceito sempre foi o de especificar diferentes classes de humanos, não humanos e "quase humanos" do ponto de vista dos centros do poder econômico. Súmulas papais, frenologia, ciência eugenista e o contemporâneo resgate de diferenças genéticas entre grupos populacionais são exemplos da transformação contínua do conceito de raça do ponto de vista da branquitude, aplicando-o em processos de racialização variados histórica e contextualmente. Na concepção de Beth Coleman, esses sistemas de informação racializantes têm sido usados em diversos mecanismos sociais como "um maquinário de um povo para sujeitar outro. Um conceito ideológico de raça como este carrega um propósito bastante prático. Vividamente e violentamente produz terrorismo racial, sistemas de apartheid e dor desmoralizante" (Silva, 2022, 146-147)

Discutir as problemáticas acerca da noção de informação, na sociedade da atualidade, em Tarcízio Silva (2022), é entendê-las a partir de um termo utilizado pela raça branca como um dispositivo de racialidade (Sueli Carneiro, 2005) para organização, gestão e manutenção do mundo racista. Essa lógica fundamenta o uso, apropriação e construção de narrativas ditas "neutras", "objetivas" e "universais"; além do estudo de fenômenos e objetos dos grupos invisibilizados – negros, indígenas, quilombolas, periféricos, ribeirinhos etc., para classificar, controlar e excluir suas vozes, corpos, mentes e afetos, com o intuito de subjugá-los social, econômica, política e culturalmente.



A ideia da diferença racial surgiu na colonização através de estruturas e instituições construídas pela branquitude que produziu cientificamente, a partir de conceitos elaborados por diferentes áreas do conhecimento, as/os "outras/os", a/o "ser negra/o" e a/o "indígena". O intuito foi legitimar os discursos, as práticas de exploração e as violências promovidas no período colonial e perpetuadas até os dias atuais por meio dos "cídios" – epistemicídio, nutrícídio, genocídio, lingüícídio etc.

Já o conceito de informação étnico-racial, como apontam Henry Oliveira e Mirian Aquino (2012) e Camila Sá e Marivalde Francelin (2021), ainda não é muito difundido no âmbito da literatura nacional e internacional da Ciência da Informação. Um dos fatores que contribuíram para esse epistemicídio diz respeito ao modo como as referências indígenas, africanas e afro-brasileiras sofreram com o apagamento e deslegitimação promovidos pela imposição do padrão europeu e estadunidense aos países do Sul Global, na produção informacional, na representação terminológica, na construção dos Sistemas de Organização da Informação e do Conhecimento (SOIC) e/ou nas relações conceituais. Por isso,

> "a informação etnicorracial está relacionada à problemática da historicidade do conceito e a "[...] necessidade de disseminar e democratizar o acesso e uso da informação sobre os diversos grupos étnicos, especificamente os sujeitos afrodescendentes" (Henry Oliveira; Mirian Aquino, 2012, p.483) e que engloba registros inseridos em diversos suportes informacionais, sejam eles físicos tradicionais ou digitais voltados a diversos significados sejam eles do campo histórico, político, cultural e social através do exercício de representar, recortar e classificar as informações de um grupo étnico." (Brito, 2024, p.53)

Já que os símbolos, memórias, histórias, crenças e culturas das pessoas que foram subalternizadas são consideradas inferiores aos saberes e identidades eurocêntricas. Um processo que atravessa o campo político, histórico, social e a produção de conhecimento, produzindo desinformação e criando ilusões, a partir de elaborações intelectuais que têm como base teorias filosóficas e científicas de cunho racista. Por isso, "há uma ausência e silêncio das temáticas africanas e afro-brasilei-

ras nos discursos científicos no campo da CI, seja no plano epistemológico e/ou historiográfico" (Brito, 2024, p.74).

Em outros termos, constata-se que no Brasil, o racismo estrutural também está presente, inclusive, "[...] nos vocabulários controlados compostos por termos-descritores, ou seja, os tesauros, que são sistemas de organização da informação e do conhecimento (SOIC), instrumentos estes utilizados por vários domínios para indexação e recuperação da informação." (Brito, 2024, p.104). No Quadro 1, apresento sinteticamente algumas definições desse conceito utilizado em artigos e dissertação do campo da Ciência da Informação:

Quadro 1: Informação étnico-racial

Autoria	Texto	Conceito
Henry Pôncio Cruz de Oliveira e Mirian de Albuquerque Aquino	*O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação (2012)*	"conceituamos informação etnicorracial como sendo todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana." (p.487)
Camila Araújo Sá e Marivalde Moacir Francelin	*Afrocentricidade, memória e informação (2021)*	"A informação etnicorracial (com recorte para população afro-brasileira), contribuiria para a construção de memórias sobre a população afrodescendente e de alguma forma ajudaria a diminuir a discriminação racial. [...] Isso quer dizer que a informação etnicorracial somente seria completa se o processo de compreensão e de construção de identidades negras afro brasileiras estivesse presente nos paradigmas científicos de pesquisa da Ciência da Informação, nos manuais pedagógicos de ensino da Biblioteconomia, nas competências profissionais dos bibliotecários e nas políticas de informação dos dispositivos e unidades de informação." (p.6 e 22)
Vanessa Alves Santana	*Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (2012)*	"é o capital social capaz de transformar em conhecimento, respeitar a cultura do Outro, acolher as múltiplas identidades; manter o princípio da heterogeneidade, compreender a diversidade cultural brasileira e reconhecer a nossa sociedade como legitimadora de certos padrões de comportamento que ocultam a memória, a cultura e a identidade." (p.21)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).



Por isso, o estudo da informação étnico-racial em perspectiva crítica contribui para reverter o quadro de apagamento das memórias indígenas, afro-brasileiras e africanas e valorizar o conhecimento e as perspectivas de pensamento dessas populações. Além disso, as autorias mencionadas no quadro anterior destacam que tal informação pode colaborar para reflexões e aplicações em vários campos do conhecimento como a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, para o seu uso no processo teórico e técnico-operacional, e no tratamento dos conteúdos documentais ou na construção de novas identidades.

Além de auxiliar a conexão de termos como informação, raça e etnia com as teorias, metodologias e paradigmas científicos da Ciência da Informação contemporânea, podendo ser utilizado para a produção de conhecimento, afirmação identitária, promoção e legitimação social, histórica e cultural das pessoas indígenas e negras. (Oliveira; Aquino, 2012; Sá; Francelin, 2021)

A presença da informação étnico-racial no mundo digital por meio da epistemologia Exuística

Na sabedoria de terreiro, Exu é energia ancestral que abre a estrada para as lógicas decoloniais, dando a direção como força motriz para nos retirar da estagnação. Por isso, para debater a presença da epistemologia de Exu e da informação étnico-racial no espaço digital, apresento a coleção Bembé: A festa dos olhos do Rei (2022-2018) que compõe o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-brasileira (MAD/BA). Pois para Nogueira (2020, p. 74), "o afrossentido tem em Exu seu comunicador. Comunica-se e produz saberes exuisticamente: pela dança, pelo toque musical, pela alimentação, pela festa, pelos símbolos, saberes e cheiros, pela comunhão."

Nesse sentido, a epistemologia de Exu assume a encruzilhada negra também no mundo virtual, já que a esfera digital assim com a física é campo de disputa ideológica, se constituindo como espaço racializado, com a criação de um imaginário racista por meio da seleção, guarda e/ou enunciado brancocêntrico, em que se produzem códigos e refe-

rentes através de acervos que são digitalizados, reproduzidos e divulgados no mundo virtual.

Como afirma Luiz Rufino Rodrigues Júnior (2017), a encruzilhada é possibilidade de transgressão na interação entre ordem e caos, a partir do não esquecimento e da recodificação dos saberes e fazeres ancestrais. Em que uma maior reflexão sobre as questões étnicos-raciais se deu pelo aumento da presença de pessoas de terreiro nas universidades com produções voltadas a religiosidade afro-brasileira e com a criação da política de ações afirmativas.

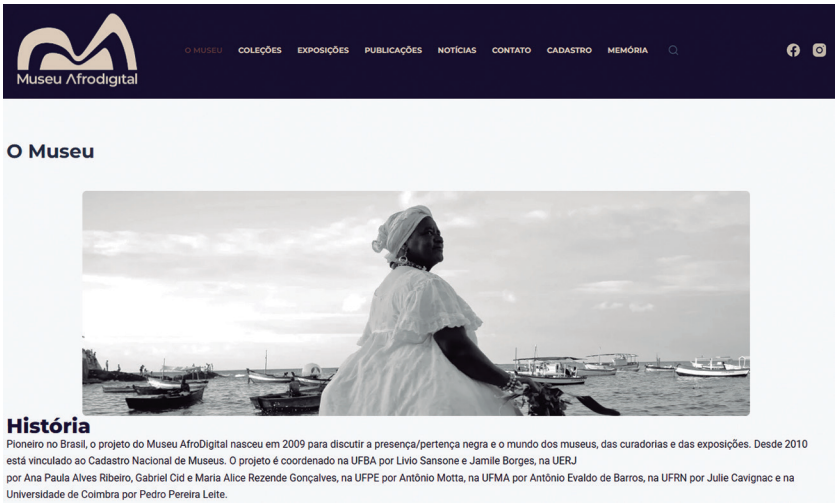
Nessa conjuntura, ocorre o pioneirismo afro-digital com o surgimento da Rede nacional de museus afro-digitais. Em 1998, o projeto nasce no Curso Internacional Fábrica de Ideias no antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Candido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro, a partir da coleção de recortes de jornais e folhetos sobre o movimento negro, racismo e África na imprensa brasileira. (Mas, a criação do primeiro Museu AfroDigital brasileiro - Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-brasileira) só ocorre em 2009, com início efetivo, em 2010 no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Atualmente, o projeto possui mais cinco Estações Afro-Digitais: Museu Afro Digital Maranhão da Universidade Federal do Maranhão, Museu Afro Digital Galeria Mato Grosso da Universidade Federal do Mato Grosso, Museu Afro Digital de Pernambuco da Universidade Federal de Pernambuco, Museu Afro Digital Galeria do Rio de Janeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Museu Afro Digital – Estação Portugal. As estações são estruturadas a partir de quatro conceitos: Repatriação digital, doação digital, etnografia digital e a generosidade e solidariedade digital que auxiliam na constituição do repositório digital, acervos e exposições sobre o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, como também reflexões acerca de questões étnico-raciais.

O Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-brasileira (MAD/BA) vem subverter o código racista, ao reverter o racismo algorítmico, alimentando a rede digital com produções decoloniais. Jamile Borges Silva (2019), coordenadora do MAD/BA em conjunto com Lívio Sanso-

ne, aponta como os museus digitais são importantes na reconfiguração da cartografia do presente, passado e futuro da geração afro-brasileira. Como os registros digitais podem transmutar a territorialidade, políticas, práticas, expressões, hierarquias, éticas e estéticas nas áreas museológica, de gestão e do patrimônio.

Figura 1: Página Inicial do Museu da Memória Africana e Afro-Brasileira



Fonte: Página inicial do Museu da Memória Africana e Afro-Brasileira[3]

Habitat de Exu, o MAD/BA objetiva construir outras representações da população negra para modificar o imaginário racial brasileiro, a partir de uma insurgência epistêmica que não seja pautada pela patrimonialização da dor. O pensamento museal se aproxime das pessoas, com a (re) semantização da memória através da resistência da população afro-diaspórica e outras epistemologias, métodos e teorias (Silva, 2021) para fortalecer a preservação, valorização e acesso ao patrimônio cultural afro-brasileiro. Atualmente, o arquivo do MAD/BA é composto por registros históricos, documentos, produções culturais, fotografias, recortes de jornais e áudios distribuídos em 28 coleções:

3. Disponível em: https://museuafrodigitalufba.org/o-museu/

- ✓ Ruth Landes: Etnografando a Cidade das Mulheres;
- ✓ Lorenzo Turner; 1940-1941;
- ✓ Acervo do Instituto Jair Moura;
- ✓ As baianas, Negros Africanos;
- ✓ Erbet de Castro – Acervo Pessoas;
- ✓ Cativos do Sertão;
- ✓ Bembé: A festa dos olhos do Rei (2022);
- ✓ Bembé: A festa dos olhos do Rei (2021);
- ✓ Bembé: A festa dos olhos do Rei (2020);
- ✓ Bembé: A festa dos olhos do Rei (2019);
- ✓ Bembé: A festa dos olhos do Rei (2018);
- ✓ Melville Herskovits 1941 – 1942;
- ✓ Trabalhadores negros na/da Bahia;
- ✓ Orixás- Acervo Álvaro Santos;
- ✓ Memórias Periféricas da Capoeira Angola de Salvador: o Acervo Pessoal de Mestre Nô;
- ✓ UNESCO;
- ✓ Quilombo do João da Cidade de São Francisco do Conde Bahia;
- ✓ Franklin Frazier – 1942;
- ✓ Arquivos de Capoeira JAIR MOURA – 1930;
- ✓ Mulheres Negras,Indígenas;
- ✓ Folclore, Acervo do Instituto Jair Moura;
- ✓ Ruth Landes-1938;
- ✓ Lorenzo Turner; 1940-1941;
- ✓ Donald Pierson;
- ✓ Arquivo Histórico de Moçambique – 1950.

Figura 2: Capa da Coleção Bembé:
A festa dos olhos do Rei (2018-2022)



Fonte: Roque Boa Morte (2018-2022)[4]

4. Disponível em: https://museuafrodigitalufba.org/bembe_roque_boa_morte/

A coleção Bembé: A festa dos olhos do Rei (Figura 2) é formada por um acervo digital, visual e etnográfico parte do trabalho fotográfico do artista Roque Boa Morte. Composto por mais de nove mil imagens sobre a celebração Bembé do Mercado, o acervo foi produzido entre os anos de 2018 e 2022. Um projeto que luta contra o silenciamento visual, denuncia o colonialismo ótico, estético e político da branquitude, na defesa da contravisualidade e reexistência negra (Freitas, 2024). Pois,

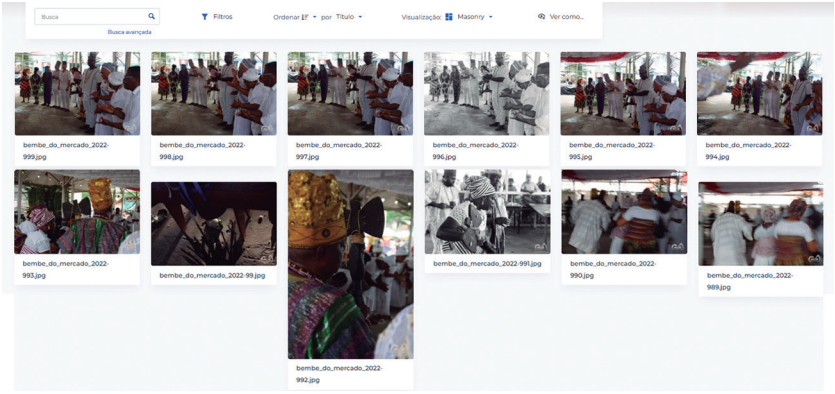
> "O Bembé do Mercado foi alvo de sistemático apagamento histórico, sobretudo na arena semântica imagética, seja pela superposição da narrativa da monarquia — centrada na figura redentora de uma princesa branca — sobre as conquistas das comunidades negras, seja pela sua marginalização desdobrada na quase absoluta ausencia6 de registros fotográficos conhecidos anteriores a década de 1950 da celebração. Esse silêncio visual, longe de ser mero acaso, revela um projeto de exclusão que operou tanto por omissão quanto por substituição simbólica." (Freitas, 2024, p. 20)

Segundo Freitas (2024), nas suas pesquisas que originou a dissertação "Olho por olho: o direito de olhar o Bembé do mercado como gesto epistemológico de reversão da colonialidade visual no Brasil (2018-2022)" a fotografia foi uma tecnologia utilizada pelo colonialismo visual como instrumento de dominação, manutenção das hierarquias e objetificação das pessoas negras. Já que em Salvador e Recôncavo baiano, não há registros fotográficos sobre o Bembé do Mercado em acervos públicos e privados, anteriores a década de 1980. Além disso, muitos dos registros existentes sobre a cultura afro-brasileira são associados ao paganismo e/ou satanismo.

O Bembé do Mercado ocorre no dia 13 de maio, no Largo do Mercado Municipal de Santo Amaro da Purificação, Bahia. A celebração (Figura 3) se originou em 1889 como espaço de resistência, memória e história negra, quando ex-escravizadas/os, pescadoras/es e comunidades de terreiro da região se reuniram para agradecer aos orixás na luta pela resistência negra e reafirmar a memória desta data. Também nomeado como "Candomblé de rua" é uma tradição transmitida por

gerações que reforça a luta, identidade e protagonismo negro, envolvendo os terreiros, o centro do barracão do mercado municipal, onde há a concentração da maioria das celebrações, como o Xirê, a praia para a entrega dos presentes a Oxum e Yemanjá. Além de reunir expressões culturais, entre elas o Maculelê, Samba de Roda, Nego Fugido, Burrinha, Capoeira, Lindo Amor, Puxada de Rede e rodas de conversas.

Figura 3: Bembé: A festa dos olhos do Rei (2022)



Fonte: Museu AfroDigital da memória Africana e Afro-brasileira[5]

> "Mais do que um repositório, trata-se de uma exposição qualificada das imagens de uma comunidade historicamente invisibilizada, agora apresentada sob uma crítica fundamentada em conhecimento acadêmico, metodologias de pertencimento e redistribuição epistêmica. Em um mundo atravessado pela hipervisibilidade — onde o excesso de produção de imagens frequentemente resulta em um novo tipo de apagamento — este acervo propõe uma pausa: um espaço para o olhar atento, para o reconhecimento, e para a escuta das visualidades afrocentradas que, por tanto tempo, estiveram ausentes ou silenciadas." (Freitas, 2024, p.176)

Em 13 de junho de 2019, o Bembé foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil e passou a constar no Livro de Registro Ce-

5. Disponível em: https://museuafrodigitalufba.org/bembe-a-festa-dos-olhos-do-rei-2022/?perpage=12&view_mode=masonry&paged=1&order=DESC&orderby=title&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta

lebrações, símbolo da afirmação do axé e cidadania negra baiana. E transmissor da memória negra, tendo a ancestralidade como elemento estruturador das comunidades de matriz africana local e nacional, mas lembrando que a religião de matriz africana, até os dias atuais, é alvo de intolerância religiosa. Ao longo dos séculos, o festejo do Bembé foi uma cerimônia que sofreu diversas vezes com a escassez de recursos para a organização de sua celebração e com as perseguições policiais, sendo proibida, tendo inclusive a suspensão de transes mediúnicos:

> "mesmo após o registro como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o festejo sofreu varias ameaças presenciadas em campo, como: (i) 2020: manifestações de intolerância religiosa por parte da comunidade do distrito de Itapema, onde a oferenda as águas e entregue, tentaram barrar o acesso a praia; (ii) 2021: tiros foram disparados por facções criminosas atingindo a área do barracão litúrgico, em pleno ato de renovação do axé do espaço; (iii) 2018-2022: rituais de exorcismo do local onde acontece a festividade foram realizados por grupos evangélicos neopentecostais; assim como cortes de verbas repentinos e descaso do poder publico local aconteceram (fornecimento de transporte, alimentação, estrutura, pagamento de atrações culturais, serviços de utilidade publica etc.). Cuida-se de uma luta constante." (Freitas, 2024, p.80)

Por isso, o MAD/BA encarna o potencial da epistemologia exuística quando aborda a informação étnico-racial na seleção, documentação e digitalização de acervos etnográfico, histórico-social, artístico-cultural da população negra. "Uma encruzilhada tecnológica, territorial, cultural e política aberta a novas possibilidades, curas e saberes ancestrais" (Brito, 2024, p.227), que através da acessibilidade digital intensifica a visibilidade, garante a salvaguarda do patrimônio imaterial pelo poder público e promove uma educação antirracista, mas também a tolerância e identificação com os terreiros e adeptos de religiões de matriz africana, combatendo assim o racismo estrutural e religioso presente na sociedade brasileira.



> "Os MADs quando rompem com o ciclo documentário do Contra-Axé da branquitude, trazem o Axé para a documentação, materializam a informação étnico-racial, produzem a história étnico-racial e consequentemente a memória étnico-racial. Não só criam resistências, mas desestabilizam e trazem o caos de Exú para o sistema de registro e acumulação documentária brancocêntrico- catalogação, classificação, vocabulário controlado, termos descritores e representação da informação. Esse novo enunciado passa a ganhar peso, massa, inércia e resistência ao contestar e combater o racismo estrutural. E é por meio dessa encruzilhada digital que a população negra estabelece uma nova vida documentária e institucional." (Brito, 2024, p.228)

Assim, os museus afrodigitais que compõem a Rede trazem outra perspectiva de musealização do patrimônio cultural afro-brasileiro. E apesar de estarem estruturados em universidades federais, sofrem ainda com a falta de investimento do poder público federal. Além de serem afetados por outros fatores que refletem na manutenção dos museus como a ausência de uma política patrimonial digital e de recursos que interfere na contratação de profissionais (técnicos, bolsistas, museóloga/o etc.), a fragilidade dos dados e segurança digital com frequentes ataques cibernéticos, a obsolescência digital, entre outras problemáticas (Brito, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se propôs a mostrar a informação pela encruzilhada de Exu, uma lógica exuística que aponta diversos caminhos que diferem da visão brancocêntrica, em que corpos, memórias e histórias se encontram em um mesmo espaço-tempo para existir e (re)existir, rompendo com a lógica ocidental. Aqui a informação hegemônica, neutra e branca, assume outra cor e se torna uma informação étnico-racial, que permite a presença de cosmovisões.

A epistemologia é afrocentrada, como nos diz Nogueira (2020) um paradigma que devolve a população negra os afrossentidos construídos nas vivências afro-brasileiras. Em que a/o sujeita/o negro é o prota-

gonista da sua história, eventos, ideias, processos políticos, religiosos, econômicos e culturais, e é capaz de retornar ao centro da encruzilhada e fazer outras escolhas, pois "são as escolhas que definem o caminho" (p. 68). Um caminho que coaduna com a Constituição brasileira (1988) que garante a liberdade religiosa e a Lei nº 7.716 de1989 que conceitua os crimes de preconceito de cor ou raça.

Buscou também evidenciar como a gestão e produção da informação, pautadas em outros referenciais epistemológicos, podem dar visibilidade aos saberes e fazeres da população negra, humanizando seus sentidos, afetos e corpos. E para tanto, trouxe o acervo digital do Bembé do mercado para narrar "a intimidade de terreiro, os bastidores da festa e o cotidiano dos agentes do Bembé" (Freitas, 2024, p.135), quebrando a barreira semântica brancocêntrica instituída no período colonial e mantida até os dias atuais pela colonialidade.

E, por fim, demonstrou a importância das universidades federais materializarem em suas teorias e práticas o compromisso com a educação étnico-racial e o patrimônio cultural africano e afro-brasileiro. Refletem, assim, os processos museológicos e agenciam diálogos com o cruzo processual de Exu, em um exercício constante de reconstruir no presente o passado ancestral para que o futuro afro-brasileiro possa existir sem a negação e castração imposta pelo sistema hegemônico ocidental.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, 2004. Disponível em:<https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf>. Acesso em:2 maio 2025.

BRITO, Kátia Silene Souza de; BRITTO, Clovis Carvalho; SANTOS, Deborah Silva. "Para mim já começa não sendo um objeto, ele vem de um presente de um céu": desafios da repatriação e da restituição digital de coleções museológicas. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.16, n.31, Jul/Dez, 2024**.**



BRITO, Kátia Silene Souza de. **Entre traumas e resistências:** encruzilhadas da Informação etnicorracial e ciberativismo na Rede Afro-Digital de museus. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FREITAS, Jurandy Roque Boa Morte de. **Olho por olho:** o direito de olhar o Bembé do mercado como gesto epistemológico de reversão da colonialidade visual no Brasil (2018-2022). 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

NOGUEIRA, Sidnei Barreto. Intolerância religiosa *In:* RIBEIRO, Djamila. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em revista,** v. 8, n. 1, p.466-492. 2012. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336/2943. Acesso em: 15 jul. 2022.

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas.** 2017. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SÁ, Camila Araújo; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Afrocentricidade, memória e informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5731, nov. 2021.

SANTANA, Vanessa Alves. **Memória esquecida**: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2012.

SILVA, Jamile Borges. Museus- digitais: desafios e disputa por memórias Jamile Borges da Silva. *In*: FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Livio (Org.). **Lutas pela memória em África**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SILVA, Jamile Borges. "No Brasil há uma tendência a se fazer a musealização da dor', lamenta Jamile Borges da Silva | **19ª Semana Nacional de Museus**. [Entrevista concedida] Mauro Morais. Memorial da República Presidente Itamar Franco, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://mrpitamarfranco.com.br/panteao/2021/05/no-brasil-ha-uma-tendencia-a-se-fazer-a-musealizacao-da-dor-lamenta-jamile-borges-da-silva-19a-semana-nacional-de-museus/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico:** inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SABERES VIVOS E ORGÂNICOS: ARTICULAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O PENSAMENTO DE NÊGO BISPO

Daniel Lofego Estevam
Universidade de Brasília (UnB)
daniellofegoestevam@hotmail.com, https://orcid.org/0000-0002-4483-7553

Resumo: *O texto explora a interseção entre a Ciência da Informação (CI) e o pensamento de Nêgo Bispo, intelectual quilombola, visando a inclusão epistêmica. O artigo apresenta-se como um ensaio introdutório, alinhando-se ao movimento das "Cotas Epistêmicas" e ao projeto "Encontro de Saberes", que promove a inserção de mestres tradicionais nas universidades. A análise da CI revela uma baixa produção sobre temáticas afro-brasileiras e indígenas e uma abordagem tímida das questões sociais, indicando que o campo ainda está aquém de seu potencial transformador. A CI é debatida entre uma re-humanização e uma ontologia comunicativa sistêmica, com bases eurocêntricas e tendências técnicas. Em contraste, Nêgo Bispo propõe uma "guerra das denominações", subvertendo a linguagem colonial e distinguindo entre "saber sintético" (colonial e do conflito) e "saber orgânico" (do diálogo e enriquecimento mútuo). Sua noção de fronteira como espaço de diálogo e a crítica ao "capitalismo cognitivo" são centrais. A aliança "descolonização-contracolonização" de José Jorge de Carvalho reflete no esquema das "três fronteiras e quatro instâncias", demonstrando como a atuação dos mestres contracoloniais é crucial para a transformação pluriepistêmica. Estratégias como as festas e a arquitetura familiar são apresentadas como formas autogestionárias de preservação dos modos de vida. O texto conclui que o pensamento de Bispo oferece à CI um caminho para transcender suas amarras e valorizar a diversidade de saberes, ampliando vozes marginalizadas e fomentando uma confluência otimista de conhecimentos.*

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Inclusão Epistêmica; Saberes Orgânicos; Nêgo Bispo; Descolonização.

Resumen: *El texto explora la intersección entre la Ciencia de la Información (CI) y el pensamiento de Nêgo Bispo, un intelectual quilombola, con el objetivo de lograr la inclusión epistémica. El artículo se presenta como un ensayo introductorio, alineándose con el movimiento de las "Cuotas Epistémicas" y el proyecto "Encuentro de Saberes", que promueve la inserción de maestros tradicionales en las universidades. El análisis de la CI revela una baja*



producción sobre temáticas afrobrasileñas e indígenas y un enfoque tímido de las cuestiones sociales, indicando que el campo aún está por debajo de su potencial transformador. La CI se debate entre una rehumanización y una ontología comunicativa sistémica, con bases eurocéntricas y tendencias técnicas. En contraste, Nêgo Bispo propone una "guerra de las denominaciones", subvirtiendo el lenguaje colonial y distinguiendo entre "saber sintético" (colonial y del conflicto) y "saber orgánico" (del diálogo y enriquecimiento mutuo). Su noción de frontera como espacio de diálogo y la crítica al "capitalismo cognitivo" son centrales. La alianza "descolonización-contracolonización" de José Jorge de Carvalho se refleja en el esquema de las "tres fronteras y cuatro instancias", demostrando cómo la actuación de los maestros contracoloniales es crucial para la transformación pluriepistémica. Estrategias como las fiestas y la arquitectura familiar se presentan como formas autogestionarias de preservación de los modos de vida. El texto concluye que el pensamiento de Bispo ofrece a la CI un camino para trascender sus ataduras y valorar la diversidad de saberes, ampliando voces marginadas y fomentando una confluencia optimista de conocimientos.

Palabras clave: Ciencia de la Información; Inclusión Epistémica; Saberes Orgánicos; Nêgo Bispo; Descolonización.

COMEÇO, UM META-COMENTÁRIO

Este artigo surge das leituras realizadas no contexto de um processo seletivo de mestrado em Ciência da Informação refletidas em um alinhamento teórico dentro da temática da inclusão racial no ensino e pesquisa. Em suma, esse texto pode ser encarado enquanto um ensaio acadêmico que segue um movimento de nosso tempo que pauta a relação entre os saberes tradicionais (ou orgânicos) e os saberes acadêmicos (sintéticos) e que, aqui, estão representados naqueles saberes circunscritos a Ciência da Informação e ao pensamento quilombola de Antônio Bispo dos Santos.

É, antes de tudo, um ensaio. No sentido de "um exercício intelectual que consiste em debruçar-se profundamente sobre um determinado assunto [...] com o propósito de o compreender melhor [...], ou seja, o ato de ensaiar a produção de conhecimento" (Sitoe, 2024, p. 74). Um exercício próprio, experimental e com duas camadas de metalinguagem; de se investigar a relação interepistêmica entre o conhecimen-



to acadêmico e os saberes tradicionais em um campo da ciência que têm como objeto sua forma própria de produção do conhecimento por um lado, em diálogo com o intelectual quilombola que, por outro lado, se debruça justamente sobre a relação interepistêmica supracitada. A dupla camada metalinguística já aponta para o nível da complexidade teórica potencial que carrega o assunto abordado e que jamais será explorada com plena satisfação no contexto de um artigo para evento acadêmico.

Por isso, esse texto também é introdutório, um ensaio acadêmico (Sitoe, 2024). Na medida da experiência do autor, que está muito mais familiarizado com o pensamento de Bispo do que com o campo da Ciência da Informação. Nesse sentido, o texto toma um teor mais exploratório da CI enquanto campo científico, utilizando-se de referências relevantes e análises sistemáticas sobre o campo para compreender a sua unidade e partir da parte relacionada ao tema proposto. Por outro lado, também há a preocupação de apresentar o pensamento de Bispo para um público que pode ser que seja o primeiro contato com uma epistemologia quilombola. É um exercício de introduzir a CI; ao mesmo tempo, de introduzir ao pensamento de Bispo e, por conseguinte, ao tema da inclusão epistêmica.

Cabe, então, explicar o que compreendo enquanto o movimento de nosso tempo (*zeitgeist*) que culmina no tema central deste texto. O que o professor José Jorge de Carvalho (2022) denomina de "Cotas Epistêmicas": uma continuação histórica do movimento pelas cotas raciais no ensino superior, que se consolida com o projeto Encontro de Saberes. Parte de uma visão crítica que considera o processo de consolidação da ciência no Brasil alinhado ao projeto colonial continuado que excluiu os povos e comunidades tradicionais dos espaços institucionais de validação do conhecimento. A inovação epistêmica do projeto Encontro de Saberes é romper com esse cerco, convidando mestres e mestras do saber reconhecidos pelas suas comunidades para ministrar aulas nas universidades na equivalência a de um docente.

A experiência dos mestres nas universidades naturalmente escancara a distância abissal da academia brasileira para com sua própria realidade, no contexto de um estado-nação que se situa no território de



uma diversidade epistêmica incalculável, mas com certeza muito maior do que o próprio território europeu atualmente, cuja tradição domina esta mesma academia. É justamente sobre essa problemática da imensurabilidade que nos debruçamos hoje: No movimento das cotas raciais, podíamos mensurar o aumento de alunos negros nas universidades. Mas, e sobre o currículo, os autores citados, os temas das aulas e das pesquisas? O quanto são de troncos afro diaspóricos e indígenas e o quanto são eurocêntricos? O quanto deixaram de ser?

José Jorge (2023) apresenta um delineamento a essa questão a partir da ferramenta metodológica do Epistemômetro: Que, a partir de uma análise qualitativa por contraste e comparação, guiada não-linearmente por sete dimensões relacionais que vinculam-se a uma quantidade de variáveis, busca, a um só tempo, analisar o teor eurocêntrico da academia e propor caminhos para a descolonização epistêmica. Não pretendo aplicar essa ferramenta aqui, pois o movimento que proponho é um exercício introdutório que pode sim, preparar o terreno para sua aplicação futura, ou não. Para tal, precisaria levantar e analisar as instâncias de relações interepistêmicas da Ciência da Informação, e essa não é a proposta. O que investigo aqui é o potencial de contribuição para o debate da inclusão epistêmica que existe em um encontro entre duas instâncias que estão em lados opostos da fronteira institucional – um pensamento quilombola e um científico, mas que se debruçam em paralelo sobre um mesmo tema da produção do conhecimento.

ONDE DIALOGAR NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

Esta é a primeira questão a se debruçar em qualquer pesquisa inserida em um campo científico: em que área deste campo estamos dialogando? Quais as referências e quais tradições teóricas? Ou melhor, qual o recorte que a pesquisa demanda? Essa pergunta se faz ainda mais pertinente dado o teor exploratório e ensaístico da pesquisa.

Paradoxalmente, é importante compreender o todo antes de decretar este recorte. Se iniciarmos a análise pela estrutura da qual constitui a própria área, como os cursos de pós-graduação em Ciências da Informação, poderemos constituir um perfil geral do campo. Um levantamento dentre as teses e dissertações na área da CI que abordaram



temáticas afro-brasileiras e indígenas entre 2000 e 2018 apontou para a realidade da inclusão epistêmica no campo:

> Observa-se que a produção é baixa, 2,03% em relação ao total de documentos, e sabemos que a porcentagem – por exemplo, só em nível de comparação – de negros e indígenas no Brasil é muito maior que esses 2,03%. (Silva, 2020, p. 60)

A baixa produção nas temáticas afro-brasileiras e indígenas reflete o baixo impacto no campo das conquistas do movimento pela descolonização do currículo, com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Em um outro levantamento de produções sobre cotas raciais entre 2000 e 2020, foi encontrado um total de 82 trabalhos, dentre os quais apenas três no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os autores concluem que "existe uma abordagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre as ações afirmativas por cotas raciais no ensino superior, entretanto, é uma literatura acanhada para a vasta gama de assuntos que a temática pode desenvolver na pesquisa acadêmica" (Laurindo e Silva, 2023, p. 23).

Compreendemos, então, que o campo da Ciência da Informação se manteve aquém do movimento social e científico de inclusão epistêmica das últimas duas décadas. Movimento esse, que desaguou no projeto Encontro de Saberes[1], que promove o reconhecimento dos mestres e mestras das comunidades tradicionais por meio da docência no nível superior, dentre muitos, o mestre Antônio Bispo dos Santos. No entanto, há de se destacar a doutora Maria Aparecida Moura que integra a área da CI como professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e que faz parte da Comissão Coordenadora da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG, uma experiência do Encontro de Saberes exemplar no nível de integração institucional do projeto com a universidade sediada.

[1] O Encontro de Saberes é um projeto de inovação epistêmica e pedagógica voltado para a afirmação e o reconhecimento dos saberes tradicionais. Criado em 2010 na Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de incluir os mestres e mestras no ambiente acadêmico, a fim de atuarem como docentes nas universidades.



Junto a Vieira, Moura (2010) analisou o campo a partir de publicações nos três periódicos mais bem avaliados durante o período de 2002 a 2007, junto a entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender o campo em "seus aspectos colaborativos, a constituição de liderança na área, bem como a identificação de uma agenda nacional de pesquisa" (p. 609). A partir do qual apuraram um movimento do campo de ter a si próprio enquanto objeto de estudo, apontando para um esforço na consolidação enquanto campo científico, com demais temas descentralizados (Vieira e Moura, 2010). No entanto, o tema denominado "Questões Sociais" aparece em sétimo dos onze temas em ordem de frequência: existente, mas, novamente, tímido. Em relação às lideranças, as autoras pontuam:

> Concluiu-se na análise de centralidade informacional que a liderança é pulverizada e se caracteriza pelos aspectos acadêmico e político-institucional, confirmando a análise de Bourdieu (2003) no que diz respeito a um campo de disputas não somente científicas, mas também políticas. Podemos considerar que as mediações estabelecidas entre os atores são de ordem acadêmica, no que tange a publicações e parcerias de trabalho, mas em relações muito restritas. (Vieira e Moura, 2010, p. 626)

As características de escassa colaboração, com acentuada disputa política e institucional, que se volta para o próprio campo enquanto objeto de pesquisa e sem uma agenda nacional estabelecida pode ser percebida apenas como sintomas de uma ciência nova, 'em fase de desenvolvimento'. No entanto, é preciso localizar o movimento deste campo no tempo, a fim de identificar quais as tradições e mitos de origem em disputa, para compreender a realidade na qual se constituem as características supracitadas.

Para tal, gostaria de partir de uma exposição feita pelo doutorando Marcílio Bezerra Cruz com o título "Por uma ciência da informação latino-americana" (2024), onde ele apresenta duas tradições epistemológicas se contrapondo enquanto bases para a CI: uma matriz Norte-americana, com influências das áreas matemática, ciência da computação, psicologia e biologia, tendo como expoente Rafael Capurro e compreendendo uma visão paradigmática tripartite entre físico, cognitivo e social; e outra de matriz europeia, com influências da biblioteconomia e

da documentação, tendo como expoente a Escola do Porto (Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro) e com um sistema binário entre o paradigma custodial e o pós-custodial.

O autor tece seus apontamentos críticos específicos sobre as limitações de cada tradição epistemológica que apresenta, no entanto, busco enfatizar a crítica mais geral e basilar que permeia o todo: a de um campo científico com bases eurocêntrica e imperialista, com influência de áreas notoriamente voltadas para uma atuação técnica e empírica, que se reflete nos próprios sistemas paradigmáticos. Ao contrário de Marcílio Cruz (2024), escolho desenvolver sobre a tradição Norte-americana, que julgo estar mais representada no campo Brasileiro e por constituir o sistema paradigmático mais complexo.

Natural que, para se adentrar em uma 'ciência de algo', se busque a etimologia e o desenvolvimento conceitual histórico desse 'algo'. A palavra latina *informatio* significou dar forma a um objeto, seja moldando, esculpindo, forjando (*corporaliter*), ao mesmo tempo em que carregava um significado intangível (*incorporaliter*), de formar alguém, educar (Capurro e Hjorland 2007, p. 156). Na filosofia medieval, o caráter intangível se torna central, atribuindo sentidos ontológicos, epistemológicos e pedagógicos nos contextos da doutrina cristã, adquirindo peso em âmbitos filosóficos e teológicos (idem, p. 157). Com o movimento do iluminismo e a transição para a modernidade, o conceito de informação passa a ser o de

> "comunicar alguma coisa a alguém", migrando de uma concepção universal para uma humana: "Sob a tutela do empirismo a informação gradualmente moveu-se da estrutura para a essência, da forma para a substância, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais" (ibidem, p. 159).

Até as fases iniciais da modernidade, o desenvolvimento histórico do conceito de informação construiu uma relação interessante com o conceito de conhecimento, (inclusive com o de memória que não coube explorar por hora). Agora, cabe nos aprofundar-mos sobre uma característica própria para o campo durante a consolidação da modernidade e no contexto de guerra fria e ebulição de uma era informacional, onde as discussões sobre sua natureza interdisciplinar tomam os espaços e



se debruçam nas grandes áreas da academia moderna como sobre a distinção entre humanas, sociais, biológicas ou da natureza e exatas.

> Como resultado deste desenvolvimento, a tendência tem sido de re-humanizar o conceito de informação; isto é, colocá-lo no contexto cultural. Mas, ao mesmo tempo, continua a busca por uma reflexão mais aprofundada em que informação e comunicação, sejam ou não humanas, são vistas com suas correspondentes *differentia specifica* de acordo com o ponto de vista do gênero de interpretação ou seleção. Esta reflexão aprofundada significa, por um lado, uma renascença da dimensão ontológica das raízes gregas de *informatio* além de uma visão humanista restritiva, enquanto, por outro, perspectiva moderna, agora desumanizada, da informação como conhecimento comunicado, dá origem ao que poderíamos chamar uma ontologia comunicativa em que não apenas seres vivos (além dos humanos), mas também todos os tipos de sistemas são tidos como produtores, processadores e compartilhadores de informação. (Capurro e Hjorland 2007, p. 162 e 163)

Essas tendências contemporâneas identificadas de, por um lado, o retorno ao humanismo e, de outro, a superação categórica da ciência como inovação em uma ontologia comunicativa, podem ser percebidas no livro "Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade" publicado em 1999 e organizado por Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Eduardo Costa Carvalho (p. 51) afirma a CI enquanto Ciência Social seguindo o entendimento do objeto de estudos enquanto fenômeno específico humano, que atende a uma "demanda social". Carlos Fernando G. G. de Queirós (p. 33) complica um pouco essa classificação ao perguntar: a CI é um saber Humano ou Social? Para ele, o saber humano foca no "ser-que-pensa" (como a Psicologia), enquanto o saber social foca na "atividade do ser-que-pensa" e suas consequências (como a Sociologia ou a Geografia). Essa distinção mostra que, mesmo dentro do campo social, a identidade da CI não é tão simples. Por outro lado, autores como José Mauro M. Loureiro (p. 65) e Junia Guimarães e Silva (p. 79) refletem a segunda parte da citação de Capurro e Hjorland. Ao argumentarem que a CI não é "nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente" ou que é uma "ciência do paradigma emergente", eles reconhecem



que a CI não se encaixa nos moldes tradicionais. Sua natureza interdisciplinar, que dialoga tanto com a tecnologia (Ciência da Computação) quanto com a sociedade (Sociologia, Linguística), a coloca nesse espaço mais abstrato de uma "ontologia comunicativa". A própria origem da CI, ligada à engenharia e à matemática, como vimos no primeiro texto, mostra essa forte herança "desumanizada" e sistêmica.

Este complexo panorama das visões contemporâneas da Ciência da Informação, com suas discussões sobre a re-humanização, a interdisciplinaridade e a ontologia comunicativa, pode ser mais bem compreendido ao mapearmos suas vertentes. O Quadro 1 a seguir sintetiza as principais correntes, seus objetos de estudo, conceitos e autores representativos, ilustrando a diversidade e as tensões que moldam o campo.

Quadro 1 – Mapeamento de Vertentes Contemporâneas da Ciência da Informação a partir da literatura de referência.

Vertente Contemporânea	Sócio-humanística e Crítica (A "Re-humanização" da Informação)	Interdisciplinar e Socio-Técnica (A Fronteira entre as Vertentes)	Tecnológica e Sistêmica (A "Ontologia Comunicativa")
Objetos de Estudo	A informação como fenômeno social, cultural e político, inseparável do contexto humano.	A CI como um campo-ponte, que estuda a interação entre os sistemas tecnológicos e as práticas humanas.	A informação como fluxo em sistemas digitais, redes e sua mensuração.
Principais Conceitos	Análise de domínio, hermenêutica e semiótica • Ética e política da informação • Cultura informacional e práticas sociais • Informação, saber vivo e trabalho imaterial • Capital social e o papel das bibliotecas públicas • Regimes de informação e o papel do Estado e da sociedade • Memória social na era digital • Natureza social da CI, com foco no usuário como ator social • Crítica ao positivismo e à visão da informação como "fato" neutro	A CI como "ciência do paradigma emergente" ou "ciência pós-moderna", que supera as dicotomias tradicionais • Fronteiras como interfaces interdisciplinares dinâmicas • Interação homem-máquina e o papel do usuário • Comunicação científica em redes sociais (interseção da prática social com a plataforma tecnológica) • Fluxo informacional e gêneros discursivos (como a tecnologia afeta a linguagem) • Arquitetura da informação • Inclusão informacional e digital	Teoria Matemática da Comunicação (transmissão de sinais) • Webometria e Altmetria (métricas para a web e redes sociais) • Controle de conteúdos em formato digital na Internet • Recuperação da Informação (RI) como tradição de pesquisa focada em sistemas • Preservação digital • Repositórios e bibliotecas digitais • Visão cognitiva (analogia entre mente e computador) • Naturalização da informação (conceitos da física e biologia)

Continua na próxima página >>



Vertente Contemporânea	Sócio-humanística e Crítica (A "Re-humanização" da Informação)	Interdisciplinar e Socio-Técnica (A Fronteira entre as Vertentes)	Tecnológica e Sistêmica (A "Ontologia Comunicativa")
Autores e Referências Representativos	Capurro e Hjørland • Schneider • Marteleto, Nóbrega e Morado • Sarita Albagli • Gilda Olinto e Ana Ligia Medeiros • Ricardo Pimenta • Eduardo Costa Carvalho • Carlos F. G. G. de Queirós • González de Gómez • Braman	Wersig • Junia Guimarães e Silva • José Mauro M. Loureiro • Lena Vania R. Pinheiro • Eloisa Príncipe • Maria Cecilia Mollica e Vânia Guedes	Shannon e Weaver • Fábio Gouveia e Pamela Lang • Aldo de Albuquerque Barreto • Van Rijsbergen • Stonier • Weizsäcker

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em Albagli (2013), Capurro e Hjørland (2007) e Pinheiro (1999).

Este capítulo buscou mapear as discussões e vertentes da Ciência da Informação, revelando um campo em constante redefinição, que transita entre a busca por sua re-humanização e a imersão em uma ontologia comunicativa cada vez mais sistêmica. Ao explorar a evolução do conceito de informação e as tensões entre as matrizes epistemológicas norte-americana e europeia, ficou evidente que a CI enfrenta o desafio de se posicionar diante de demandas sociais urgentes, como a inclusão epistêmica. A baixa representatividade das temáticas afro-brasileiras e indígenas, bem como a tímida abordagem das questões sociais, indicam um campo que, apesar de seus esforços de consolidação, ainda se mantém aquém de seu potencial transformador. É nesse contexto de fronteiras e interseções que o próximo capítulo se aprofundará no pensamento de Nêgo Bispo.

O PENSAMENTO FRONTEIRIÇO DE BISPO

Nêgo Bispo foi um pensador quilombola, lavrador do quilombo Saco-Curtume no Piauí, que tomou a missão de ser o tradutor dos saberes orais para os escritos, difundindo uma cosmovisão que compartilha entre os povos 'diversais' (em especial quilombolas e indígenas) ao mesmo tempo em que combate a 'cosmofobia' colonialista dos povos 'eurocristãos-monoteístas' (também chamados de ocidentais), inserido na fronteira entre a colonização e a contracolonização. Sua principal estratégia de atuação nessa fronteira é a subversão da prática de denomi-

nação colonialista. Em suas palavras: "é o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las". Ao que continua:

> [...] Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia. Vamos dizer que a cosmofobia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento.
>
> Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização... e assim por diante. (Bispo, 2023, p. 3 e 4)

Neste cenário de tensões e redefinições, a citação de Bispo (2019) sobre a diferença entre o saber orgânico e o saber sintético, onde o primeiro busca o diálogo na fronteira e o segundo impõe limites e conflitos, ressoa profundamente. Ela nos permite questionar como a Ciência da Informação, com suas vertentes em constante disputa e sua tendência a se voltar para si mesma como objeto de estudo, se posiciona nesse embate. Seria a CI mais próxima de um saber sintético, com suas bases eurocêntricas e foco em uma atuação técnica e empírica, ou ela tem o potencial de se aproximar dos saberes orgânicos, abraçando o diálogo e a inclusão epistêmica?

Em sua trajetória, Nêgo Bispo se depara com aquilo que se tornará uma das principais problemáticas que encontra nas relações sociais do modo de vida colonialista: o capitalismo cognitivo ou a mercantilização do saber, em suas palavras: "Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? Ou um engenheiro ganhar mais do que um pedreiro, se o engenheiro só sabe desenhar e ninguém mora dentro de desenhos?" (Bispo, 2023, p. 10). A análise comparada das epistemologias coloniais (que chama de saberes sintéticos) e dos povos



e comunidades tradicionais (saberes orgânicos) é um eixo fundamental no pensamento de Bispo, que toma como ponto de partida para germinar a palavra “fronteira”:

> O saber orgânico anda com o sintético respeitando a fronteira. O saber orgânico chega na fronteira, e a fronteira para o saber orgânico é um espaço de diálogo. Então, cada vez que nós encontramos um outro saber a gente dialoga com ele, na boa. Se precisar aprender, a gente aprende. Mas aprender aquele outro saber não significa que a gente perdeu o nosso saber. A gente enriqueceu, e agora nossa fronteira é mais à frente um pouco. É até o outro saber que a gente não sabe. O saber sintético é diferente. Quando ele chega na fronteira, ele não tem fronteira, ele tem limite, e ele não consegue dialogar com outro saber. Então o nosso saber é um saber do diálogo e o saber sintético é um saber do conflito. Quando ele chega no outro saber ele puf!, não reconhece o outro saber, não dialoga e chega no limite. (Bispo, 2019, p. 91).

Inserido nos saberes orgânicos e utilizando-se de palavras germinantes, Nêgo Bispo teve que não só aprender a ler e escrever, como estudar e se inserir na linguagem escrita. Seu principal livro, “Colonização, Quilombos: modos e significações” – escrito primeiramente sob o nome “Colonização, Quilombos: modos e significados” em 2007 – foi reeditado pelo Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) em 2015 e obteve uma segunda edição comentada em 2019. Na obra, Nêgo Bispo (2019) constrói um pensamento ‘a partir’ do quilombo, ancorado nas experiências de resistência à colonização na história brasileira. Mais especificamente na de palmares, canudos, caldeirão e pau de colher, das quais denomina de experiências contracoloniais (também disserta sobre outros eventos como a abolição da escravatura e a constituição federal de 1988).

É partindo deste referencial histórico que Bispo (2019) realiza uma análise do processo contínuo de colonização brasileira na contramão das interpretações tradicionais do tema, através dos movimentos de resistência históricos, na comparação entre as religiões monoteístas ocidentais dos brancos colonizadores com as cosmovisões politeístas pagãos dos povos afro-pindorâmicos (povos indígenas e negros)



contracolonizadores. A primeira (e, talvez principal) fronteira com que se debruça, portanto, é justamente a fronteira colonial, antagonizando os "colonizadores" e os "contra colonizadores":

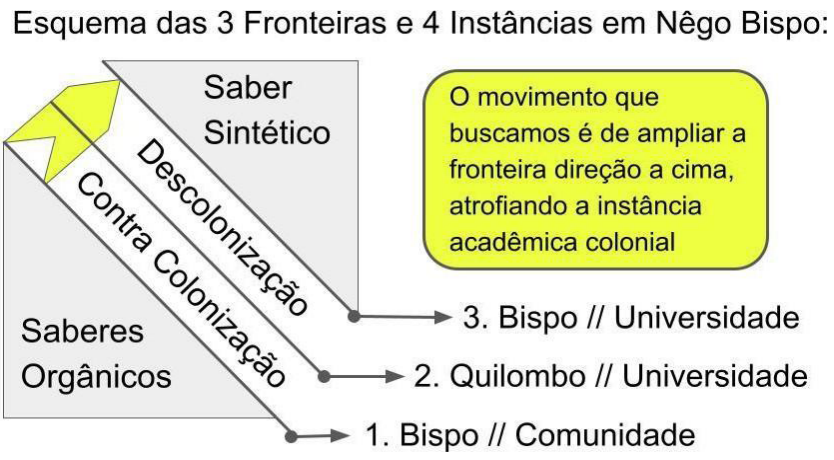
> Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.
>
> Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. (Bispo, 2015, p. 47 e 48)

Para Bispo, o saber orgânico é um saber do diálogo, que respeita as fronteiras e se enriquece ao aprender com outros saberes, sem perder sua essência. Em contraste, o saber sintético é um saber do conflito, que não reconhece o outro e impõe limites (Bispo, 2019, p. 91). Este conceito de fronteira, central para Bispo, expande-se para a própria lógica colonial versus contracolonial, onde a imposição e a expropriação se opõem à resistência e à defesa dos modos de vida. Inserido nos saberes orgânicos e utilizando-se de palavras germinantes, Nêgo Bispo teve que não só aprender a ler e escrever, como estudar e se inserir na linguagem escrita. Uma vez atuando no principal sistema institucionalizado de colonização do saber, ao agente universitário só lhe resta descolonizar (Carvalho, 2018). Descolonizar em um movimento duplo: rejeitar o projeto colonizador por um lado, e, por outro, refundar a academia. Em outras palavras, "significa desfazer a obra colonizadora da academia" (Carvalho, 2018, p. 90). José Jorge de Carvalho (2018) formula uma aliança da descolonização com a contracolonização de Nêgo Bispo. Onde, de um lado, caberia aos descoloniais, a tarefa de educar

a sua geração neta para que não ataque a geração neta dos contracoloniais. “E a nós, contracolonialistas, cabe inspirar nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas” (Bispo, 2023, p. 53).

Baseando-se em José Jorge (2018), que propõe uma aliança descolonização-contracolonização (Nêgo Bispo), o esquema das três fronteiras e quatro instâncias é delineado, onde a fronteira entre saberes orgânicos e sintéticos se expande com a contracolonização (dos orgânicos) e a descolonização (dos sintéticos). As instâncias, em ordem de descolonização, são: Saberes Orgânicos (Tradição Oral) -> Contracolonização-> Descolonização -> Saber Sintético (Tradição Escrita), com o objetivo de ampliar a fronteira para a direita, enfraquecendo a instância acadêmica colonial. As três fronteiras surgem das intersecções das instâncias, e a trajetória de mestres como Bispo ilustra isso: primeiramente, eles cultivam palavras orgânicas de seus saberes tradicionais, sendo designados pela comunidade como intelectuais orgânicos; em segundo lugar, a primeira fronteira é o diálogo entre comunidades tradicionais (quilombo) e a universidade, via flexibilização e diálogo interepistêmico (instância descolonial), inovando o projeto Encontro de Saberes; por fim, a última fronteira é um limite imposto pela colonização, que é o alvo principal para a mudança pluriepistêmica nas universidades.

Figura 01 – Esquema das 3 Fronteiras e 4 Instâncias em Nêgo Bispo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A partir desse esquema, fica evidente que o principal objetivo da descolonização epistêmica é permitir e fomentar o trabalho de expansão e inclusão dos saberes orgânicos, a partir de seus mestres, nas políticas de fomento e reconhecimento no âmbito do ensino e da pesquisa no estado moderno. Vale notar que, apesar da instância dessa terceira fronteira ser a de descolonização, isso não quer dizer que os mestres são alienados do contato e atuação na fronteira direta com o saber sintético, muito pelo contrário, sem a atuação dos mestres não há como vislumbrar um horizonte pluriepistêmico. Nesta estratégia de ação, há um respeito dos agentes descolonizadores em relação ao contato com os saberes orgânicos, que se dá apenas no intermédio de seus mestres contra-colonizadores. O contrário não é verdadeiro na mesma medida em que esses mestres, bem como todos os povos tradicionais, estão compulsoriamente em contato com o saber sintético através do ensino básico.

O presente capítulo buscou, portanto, apresentar o pensamento fronteiriço de Nêgo Bispo, sua concepção de guerra das denominações e a distinção entre saberes orgânicos e sintéticos. A partir do esquema das três fronteiras e quatro instâncias, evidenciamos como a atuação dos mestres contracoloniais é crucial para a descolonização epistêmica, servindo como ponte entre os saberes tradicionais e a academia. No próximo capítulo, aprofundaremos esse diálogo, buscando interligar as estratégias contracoloniais de Nêgo Bispo com as possibilidades de atuação da Ciência da Informação nesse cenário de transformação e inclusão.

O DIÁLOGO NECESSÁRIO: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS SABERES ORGÂNICOS

Até este ponto, mapeamos as nuances da Ciência da Informação, revelando um campo em busca de sua redefinição, oscilando entre uma "re-humanização" e a emergência de uma "ontologia comunicativa" cada vez mais sistêmica. A evolução do conceito de informação, bem como as tensões entre as matrizes epistemológicas norte-americana e europeia, demonstram os desafios que a CI enfrenta para se posicionar frente a demandas sociais prementes, como a inclusão epistêmica.



A baixa representatividade de temáticas afro-brasileiras e indígenas, somada à abordagem ainda tímida das questões sociais, indica que, apesar dos esforços de consolidação, o campo da CI ainda não atingiu seu potencial transformador.

É nesse cenário de fronteiras e intersecções que o pensamento de Nêgo Bispo se apresenta como um farol, oferecendo um caminho para preencher essas lacunas e propor novas perspectivas para a própria natureza da Ciência da Informação. Seu conceito de "guerra das denominações" – a subversão da linguagem colonial para resgatar e potencializar os saberes dos povos "diversais" – é a ponte fundamental para o diálogo que buscamos. Ao contrapor o "saber sintético" (colonial e do conflito) ao "saber orgânico" (do diálogo e do enriquecimento mútuo), Bispo (2019) nos convida a questionar: a Ciência da Informação, com suas disputas internas e sua tendência à autorreferencialidade, está mais próxima de um saber sintético ou possui o potencial de se alinhar aos saberes orgânicos, abraçando a inclusão epistêmica?

A mercantilização do saber, criticada por Nêgo Bispo como "capitalismo cognitivo", ecoa a necessidade de a CI se libertar de amarras que a impedem de reconhecer e valorizar todas as formas de conhecimento. A fronteira, para Bispo, não é um limite intransponível, mas um espaço de diálogo onde o saber orgânico se enriquece sem se perder, expandindo-se. A trajetória de Nêgo Bispo, um intelectual quilombola que dominou a escrita para traduzir e difundir os saberes orais de sua comunidade, é um testemunho vivo dessa expansão fronteiriça.

A aliança "descolonização-contracolonização", proposta por José Jorge de Carvalho (2018) a partir do pensamento de Nêgo Bispo, delineia um esquema de "três fronteiras e quatro instâncias" que se tornará crucial para a interligação deste trabalho. As instâncias – Saberes Orgânicos (Tradição Oral), Contracolonização, Descolonização e Saber Sintético (Tradição Escrita) – revelam o objetivo de ampliar a fronteira para enfraquecer a instância acadêmica colonial. A atuação dos mestres contracoloniais, como Bispo, é essencial nesse processo, pois são eles que, através do diálogo e da flexibilização interepistêmica, inovam

o projeto Encontro de Saberes e impulsionam a transformação pluriepistêmica nas universidades.

No âmbito dessas discussões, a perspectiva da Ciência da Informação, com seu dilema entre re-humanização e uma ontologia comunicativa sistêmica, ganha um novo contorno. O pensamento de Nêgo Bispo, ao subverter as denominações coloniais e propor o diálogo entre saberes orgânicos e sintéticos, oferece uma lente crítica para analisar como a CI pode transcender suas amarras eurocêntricas e sua autossuficiência, aproximando-se de uma postura que valoriza a diversidade epistêmica. É neste ponto de convergência que as estratégias contracoloniais de preservação autogestionária dos modos de vida dos povos diversais, como as festas e a arquitetura familiar, se entrelaçam com o potencial da Ciência da Informação para amplificar vozes e conhecimentos marginalizados.

Em seu último livro "A terra dá, a terra quer", Nêgo Bispo (2023) apresenta algumas das estratégias contracoloniais de preservação autogestionária dos modos de vida dos povos diversais. As festas, por exemplo, são instrumentos principais de preservação das práticas alimentares e vice-versa: "as nossas festas são instrumento de defesa das nossas práticas alimentares, pois a festa é mais forte do que a Lei, o Estado não consegue quebrar os modos de vida quando eles estão envolvidos nas festas" (Bispo, 2023, p. 44). Outras estratégias envolvem arquitetura familiar, como é o caso dos quintais nos quilombos, e locais públicos como as feiras – não como um conjunto de lojas que as pessoas compram e vão embora, mas como compreendido na Caatinga, onde a maioria das pessoas chegam de manhã e só se vão à noite.

Porém, a estratégia que talvez seja a mais central no pensamento de Bispo (2023) é o da grande confluência de saberes relacionada à vida em determinado ambiente. "Um povo que sabia disso tudo provavelmente não foi escravizado nem teve sua memória apagada como intencionava e intencionam até hoje os eurocristãos colonialistas" (p. 23). Por isso, Bispo defende a confluência entre os quilombos, as aldeias e as favelas e que esses últimos, para tal, imbuídos em suas relações complexas e íntimas com a modernidade tecnológica, que se especializem



na divulgação da informação livre e gratuita, na quebra de patentes, na pirataria "de tudo que for possível, a partir da tecnologia e da sabedoria de nosso povo" (p. 28). Nêgo Bispo olha para este movimento presente com otimismo:

> Até hoje, tivemos um processo de colonialismo potente e bem articulado, que usou a política com todas as suas nuances. Agora, entretanto, está acontecendo algo interessante. Os seres estão começando a falar em autogestão. Estamos em um momento muito especial. Falamos de Território, em vez de fazer de fábrica. Falamos de aldeia, quilombo e terreiro, em vez de espaço de trabalho. O mundo do trabalho não é mais o mundo em debate, não está mais impondo a pauta, está sendo substituído pelo mundo do saber, pelo mundo do viver (Bispo, 2023, p. 32)

REFERÊNCIAS

CAPURRO, R.; Hjørland, B. **O conceito de informação.** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007.

CARVALHO, José Jorge de. **Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas**: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. Mana, v. 28, n. 3, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e Descolonização: Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-106.

CARVALHO, José Jorge de. **Epistemômetro**: Uma Metodologia para a Descolonização e Transformação do Currículo das Universidades Brasileiras. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 302–345, 2023. DOI: 10.22409/pragmatizes.v13i25.57921. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/57921. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZ, Marcílio Bezerra. **Por uma ciência da informação latino-americana** [vídeo]. YouTube, 05 set. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3Ek9ILVRkh0. Acesso em: 28 ago. 2025.

ESTEVAM, Daniel Lofego; VIANA, Letícia C. R. **Patrimônio, Ciência e Saberes Tradicionais:** Contribuições do Encontro de Saberes para a ampliação do patrimônio científico. Museologia & Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 115–137, 2024.

LAURINDO, Kariane Regina; SILVA, Rubens Alves da. **A produção científica sobre cotas raciais: Um breve estudo na biblioteconomia e ciência da informação**. Encontros Bibli, v. 28, n. spe, p. e92660, 2023.

PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Editora Ubu, 2023.
SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: Associação de Ciência e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÓ, 2 ed. 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombos**: Modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, Francisco Sávio da. **Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil**. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18129.

SITOE, Marta Zefanias et al. **O ensaio Académico como Espaço Linguístico-Discursivo de Aprendizagem na Universidade em Moçambique**. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

VIEIRA, L. A.; MOURA, M. A. **Ciência da Informação brasileira e redes de colaboração acadêmica diálogos, constituição e perspectivas**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. l.], v. 7, n. 14, 2010. DOI 10.217132358-2332.2010.v7.19. Disponível em httpsrbpg.capes.gov.brrbpgarticleview19. Acesso em 28 ago. 2025.



A TRADIÇÃO RELIGIOSA DE MATRIZ AFRICANA SOB O VIÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Denilson Fiuza
Universidade Federal de Minas Gerais
fiuza.denilson@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-5302-5987

Ana Paula Menezes Alves
Universidade Federal de Minas Gerais
apmeneses@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-1137-2139

Douglas Emiliano Januário Monteiro
Instituto Federal de Minas Gerais
douglas.monteiro@ifmg.edu.br, https://orcid.org/0000-0001-8601-8700

Resumo: *Este trabalho apresenta a tradição do Reinado, uma manifestação religiosa de matriz africana, abordando sua historicidade e fundamentos a partir das perspectivas do Reino de Congo e do Reino de Angola, sob o viés da Ciência da Informação. Por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, investiga as coroações dos Reis e as práticas das comunidades reinadeiras, revelando processos de resistência da tradição que mantêm vivos seus costumes, mesmo diante da opressão colonial e da modernidade. A pesquisa amplia o entendimento sobre a atribuição da Ciência da Informação na preservação, democratização, emancipação social e na valorização do Reinado como uma epistemologia do conhecimento, trazendo à tona a contranarrativa silenciada e apagada. No âmbito da Ciência da Informação, investiga-se de que maneira o acesso a informações adequadas pode potencializar o aprofundamento do conhecimento sobre as tradições religiosas de matriz africana, incentivando a valorização das diferentes perspectivas que constituem essa herança ancestral. Os resultados preliminares destacam a importância de valorizar e preservar essas tradições como expressão da identidade e (re) existência do sujeito, reforçando o papel da Ciência da Informação na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Assim, a pesquisa reforça o valor de uma epistemologia que reconhece e valoriza as tradições religiosas de origem africana, contribuindo para uma compreensão mais ampla e inclusiva dessas tradições no contexto social e acadêmico.*

Palavras-Chave: *Rosário do Ifá; Epistemologia negro-africanas; Sacro-cultural.*

Abstract: *This work presents the tradition of Reinado, a religious manifestation of African origin, addressing its history and foundations from the perspectives*

of the Kingdom of Congo and the Kingdom of Angola, from the perspective of Information Science. Through qualitative, bibliographical, and documentary research, it investigates the coronations of kings and the practices of the reigning communities, revealing processes of resistance within the tradition that keep their customs alive, even in the face of colonial oppression and modernity. The research broadens the understanding of the role of Information Science in the preservation, democratization, social emancipation, and valorization of Reinado as an epistemology of knowledge, bringing to light the silenced and erased counternarrative. Within the scope of Information Science, it investigates how access to adequate information can enhance the deepening of knowledge about religious traditions of African origin, encouraging the appreciation of the different perspectives that constitute this ancestral heritage. The preliminary results highlight the importance of valuing and preserving these traditions as an expression of the individual's identity and (re)existence, reinforcing the role of Information Science in building a more just, pluralistic, and democratic society. Thus, the research reinforces the value of an epistemology that recognizes and values religious traditions of African origin, contributing to a broader and more inclusive understanding of these traditions in the social and academic context.

Keywords: *Ifá Rosary; Black-African Epistemology; Sacred-cultural.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um resumo expandido de uma dissertação de mestrado que está em desenvolvimento na área de Ciência da Informação, a respeito da análise do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. O intuito deste trabalho é o fortalecimento da fundamentação teórica, por meio de uma visão mais abrangente, destacando a importância do Reinado como tradição religiosa de matriz africana, bem como observar o impacto da informação para a emancipação de sujeitos e reconhecimento de suas origens ancestrais.

No Brasil, algumas vivências de cunho religioso emergiram em função das diásporas resultantes da escravidão dos povos africanos, que trouxeram consigo suas tradições de diversos países da África. Durante os períodos do Brasil Império, Colônia e República, várias expressões tradicionais africanas e afro-brasileiras foram identificadas no país. Dentre essas manifestações, há as que possuem devoção a Nossa Senhora



do Rosário, em que é possível destacar o Reinado – também compreendido como Congado e Congada. Optamos, nesta pesquisa, por conceituar e contextualizar o Reinado e apresentar como uma epistemologia.

A criação da coroação – por volta da metade do século XV, em Portugal – representava uma miscigenação de etnias africanas. Nessa época, os negros recitavam a oração *"Ora pro nobis"*, evento que foi associado, aproximadamente cem anos antes de 1552, ao Rosário da Virgem Maria, fundamentado no Rosário de Ifá[1], uma tradição religiosa de matriz africana originária da África Ocidental. Essas cerimônias eram conhecidas como confrarias do Rosário.

Cabe destacar que não há registros sobre a origem do Ifá, mas sabe-se que ele faz parte das tradições religiosas de matriz africana, sendo um importante símbolo das expressões religiosas e culturais africanas no Brasil. Originário da África Ocidental, o Ifá é o culto a *Òrúnmìlà-Ifà* e se relaciona com a cosmovisão Yorubá, Nesse sentido, o *Egbé Òrun*[2] *é o laço sagrado que une os dois mundos* [3] e o Obí africano, um oráculo divinno[4], um meio de comunicação.

Segundo Tinhorão (2012), as coroações dos Reis de Congo, assim como a presença dos ~~negros~~ africanos escravizados, passaram a ficar mais visíveis nas confrarias de Nossa Senhora do Rosário, chamadas de *huma confraria* do Rosairo, na Cidade de Olinda. Isso é mencionado na carta enviada pelo padre Antônio Pires aos irmãos de Coimbra, em 1552. Vale destacar que esse rosário guardava uma semelhança com o Rosário do Ifá, dos africanos, conhecido como Opele. Em 1550, a festa chegou a atrair mais de 9 mil devotos, em Lisboa e as coroações dos

---

1. Colar feito de palha da costa, podendo ser outro material firme, dividindo com fava de Opele e búzios partes iguais deste objeto. É usado pelos sacerdotes de Ifá para comunicar com as divindades

2. O Egbé é a representação dos pares celestiais do ser humano e Òrun é o céu, sendo assim, o Egbé e o Òrun são parceiros espirituais (Egbé Òrun - O laço sagrado que une os dois mundos, 2019).

3. EGBÉ Òrun - O laço sagrado que une os dois mundos. *[S. l.: s. n.],* 2019. Publicado pelo canal Tv AwO. Disponível em: https://youtu.be/7IrmrcdE2rQ?si=_cYSKcrPEU7RN2zQ Acesso em: 10 jan. 2025.

4. OBI - um oráculo divino. *[S. l.: s. n.],* 2016. Publicado pelo canal Tv AwO. Disponível em: https://youtu.be/5qiuy5bxPtQ?si=3twgjplwIF9P10zm. Acesso em: 10 jan. 2025.

reis de Congo eram um gesto simbólico, não apenas do poder do Cristianismo e da Monarquia, mas também do empreendimento do tráfico de corpos negros.

O sincretismo existente entre a política e a religião podia ser representado pelo Reino de Dom João ll, quando, o enviado do reino de Portugal, Diogo Cao, identificou o rio Zâmbia, estabelecendo contato com o Rei de Congo chamado de Mani, identificado como Muemba Nzinga. O seu reinado era identificado como Manicongo e isso justificava o título de Nani ao rei de Congo. Na proposta de irmandade, o rei de Congo se batizou como Afonso l e considerava-se o irmão do rei do Portugal (Tinhorão, 2012).

O início do Reinado em solo brasileiro foi marcado por uma (re) significação dos negros *griots* africanos[5], como estratégias de resistência de suas tradições oriundas do continente africano, pois o contexto vivido no cenário da escravização não permitia o exercício de suas tradições espirituais. A cerne etnolinguística está no bantu, que se desdobra pelas escritas e linguagem do umbundu, kimbundu e kikongo (Santos, 2022). O Reinado é uma tradição religiosa, em que o sagrado e as crenças, sob a influência do sincretismo, se entrelaçam com o Cristianismo, que segundo Monteiro (2024), é a materialização do **re-existir** nessa terra, nessa amálgama do sagrado e de sua cultura, isto é, o Sacro-cultural[6].

É oportuno salientar que muitos dos reinadeiros no Brasil, principalmente em Minas Gerais, eram oriundos e descendentes do Reino de Congo (Domingos, 2024). Esse fato é contextualizado por Tinhorão (2012), que menciona a invasão da Holanda e o afastamento do Reino do Congo em relação a Portugal. Entre 1656 e 1666, houve declarações de guerra, culminando na vitória de Portugal sobre o Reino do Congo. Esse processo foi parte da tentativa de apagamento do reino

5. Conforme Noguera (2019), griot é o reconhecimento da formação dos jovens nascidos e inseridos na tradição. A palavra tem origem africana e retrata império Mandinga. Eles são os guardiões da ancestralidade e memória.

6. Termo cunhado por Monteiro (2024) que é o fundamento do sagrado, sacralização e os mistérios da tradição religiosa do Reinado comunicando com a cultura.



de Manicongo – unindo o Reino do Congo a Angola – e visava o total domínio sobre as diversas etnias no continente africano, sob o controle dos reis portugueses.

Por outro lado, os termos **Congado** e **Reinado** são encontrados no acervo digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Brasileira. Segundo um documento do acervo, o Reinado deriva do Maracatu, no estado de Pernambuco, e é considerado uma expressão do folclore negro no Brasil. Nota-se que há um jornal da época, datado de 26 de abril de 1953 e escrito por Theo Brandão que relata o fenômeno como uma forma de origem africana, embora também o considere parte dos folguedos populares do Nordeste. Nesse mesmo jornal, o Reinado é descrito como uma tradição europeia antiga de origem francesa, que teve início no século XVI. Contudo, o documento ainda afirma que o Reinado é uma prática tradicional africana e afro-brasileira, especialmente no estado de Minas Gerais, onde as famílias congadeiras[7] fazem orações em "dialeto africano" a Nossa Senhora do Rosário (Brandão, 1953).

Outro termo importante a ser abordado como ponto de partida das tradições de matriz africana no Reinado de Nossa Senhora, é o Kandombe. Essa tradição religiosa de matriz africana, iniciada com a letra K, se refere as escritas e gráficas de Angola-Muxikongo (Santos, 2022). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2004), nos acervos digitais de jornais de época, entre os diversos conceitos aplicado à palavra Candombe (iniciado com a letra C), encontra-se a definição de rede grande usada para pesca, podendo ser encontrada também a definição como o pai do Reinado (Brandão, 1953). É também identificada como uma dança não sagrada, mas que estabelece uma conexão com os antepassados, unindo passado e presente. Esta tradição bantu dos africanos é associada a tambores – cujos nomes recorrentes nos Reinados incluem Santana, Santaninha e Puita –, apresentando variações de acordo com os fundamentos dos Reinados (Araujo, 2017). Dentro de uma perspectiva cultural e folclórica tam-

7. BRANDÃO, T. Origens do Maracatu. **Diário de Notícias**, 26 abr. 1953. Disponível em: http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/DocReader.aspx?bib=Recortes%20de%20Jornais&PagFis=4902&Pesq=Reinado%20congado. Acesso em: 28 dez. 2024.

bém encontra-se no Tesauro de folclore e Cultura Popular Brasileira, a palavra *Bambaquerê*[8] que está associada a samba de roda e dança de umbigo, fazendo a referência a Candombe como uma dança (IPHAN, 2004).

Na perspectiva do Reino de Congo, os fundamentos estão associados à tradição religiosa de matriz africana chamada **Ifá**, que é uma tradição Iorubá. Por outro lado, a perspectiva do Reino de Angola se relaciona à tradição religiosa bantu, especificamente à irmandade de **Angola-Muxicongo**, e ao entendimento das línguas **Umbuntu**, **Kikongo** e **Kimbundu (Santos, 2022).** Dessa forma, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário ergue-se como uma tradição religiosa que preserva e (re)significa os aspectos espirituais herdados dos reinos africanos, consolidando-se como (re)existir a memória dos mais velhos e afirmação identitária dos afrodescendentes no Brasil.

O objetivo desta proposta é apresentar uma discussão teórica sobre a tradição religiosa de matriz africana, o Reinado, abordando sua historicidade e fundamentos sob duas perspectivas: o Reino de Congo e o Reino de Angola, que serão conceituados e contextualizados sob o viés da Ciência da Informação, com maior profundidade na dissertação em construção e brevemente retratados nesta proposta. Essa discussão, além da fundamentação supracitada, também tem como objetivo o resgate destas tradições e a reflexão sobre qual o impacto que a informação possui nesse contexto específico, no que tange a emancipação de sujeitos e o reconhecimento das origens do Reinado como religiosidade de matriz africana – reforçando a identidade do Reinado e sua dimensão religiosa. Tal dimensão traz consigo um resgate histórico de sua resistência e da marginalização de sua epistemologia de conhecimento, compreendendo o Reinado como um instrumento de resistência ao apagamento da memória e identidade da tradição religiosa de matriz africana.

---

8. CANDOMBE. *In:* INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira. Brasília, DF: IPHAN, 2004. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00001905.htm. Acesso em: 02 nov. 2024



No âmbito da Ciência da Informação, a análise do Reinado – em especial com um recorte geográfico como o nosso, que foca em um Reinado específico da cidade de Belo Horizonte – revela-se um objeto de estudo significativo, pois possibilita caracterizar os indivíduos envolvidos e compreender como a informação pode contribuir para a emancipação social. Esta pesquisa se insere na linha de enfoque dos usuários, ressaltando a relevância de práticas informacionais que promovem a justiça social e a inclusão. Ao incorporar epistemologias afro-brasileiras, o estudo busca enriquecer o campo acadêmico com perspectivas que historicamente foram marginalizadas, destacando saberes ancestrais essenciais para a formação de um conhecimento mais amplo e empoderador.

Ademais, a pesquisa reflete a proposição de estratégias de resistência e preservação das tradições e saberes associados ao Reinado. Através da análise de arquivos e demais fontes documentais, pretende-se contribuir para uma compreensão mais ampla da história e da importância do legado dos Reinados, promovendo, assim, um espaço de valorização e reconhecimento das memórias que compõem a sua identidade. A Ciência da informação tem uma função fundamental na valorização e preservação do conhecimento da tradição religiosa e matriz africana: entendimento, valorização e reparação epistêmica – que fortalecem, reconhecem e valorizam as epistemologias negro-africanas, muitas vezes silenciadas e marginalizadas, mobilizando habilidades e atitudes em um pensamento crítico e emancipatório. Tal pensamento se dá não somente na perspectiva do usuário, mas também na do coletivo, no fortalecer das identidades, resistências e protagonismos desses sujeitos da tradição religiosa de matriz africana na sociedade (Alves, 2022; Garcês-da-Silva, 2023).

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada neste trabalho é qualitativa e se apoia em uma revisão bibliográfica, com o objetivo de levantar e analisar a literatura existente sobre a tradição religiosa de matriz africana dos Reinos de Congo e de Angola, sob as concepções das tradições

Iorubá e Bantu, com foco em como as coroações dos Reis de Congo influenciaram a tradição religiosa no Brasil.

O procedimento metodológico será estruturado para assegurar uma análise abrangente e crítica da tradição do Reinado sob as perspectivas dos Reinos de Congo e de Angola. A pesquisa será composta pelas seguintes etapas: primeiro, focalizar-se-á a tradição do Reinado, abordando sua historicidade, fundamentos e a influência das coroações dos Reis de Congo nas tradições religiosas no Brasil. Depois, buscará se analisar o Reinado sob as perspectivas do Reino de Congo e do Reino de Angola, considerando a tradição Ifá (Iorubá) e a irmandade de Angola-Muxicongo (Bantu). Nesse sentido, destaca-se o Reinado como uma tradição religiosa que une tradições Iorubá e Bantu, culminando com a fé e devoção a Nossa Senhora do Rosário, com seus ritmos, cantos e rezas cantadas de origem africana. Esses reinos de Angola e de Congo simbolizam a perpetuação das nossas raízes.

ASPECTOS TEÓRICOS

O Reinado traz uma dimensão religiosa importante, que revela como o sagrado e a sacralidade se entrelaçam às práticas tradicionais, bem como a do Ifá dos africanos com o Rosário de Maria em Portugal, conforme explicitado por Tinhorão (2012). Sendo assim, estudar o Reinado é dialogar com a perspectiva da religião, permitindo uma análise mais aprofundada da espiritualidade, dos rituais, das danças e diversidades dessas vivências, que necessitam ser preservados e transmitidos às futuras gerações. Isso só é possível por causa do mensageiro Èṣù, a divindade do Ifá – ele faz a ponte do entendimento do sagrado com a identificação do profano. Èṣù é a ação, o verbo de quem se apresenta nas encruzilhadas, conforme Martins (2021).

Há literatura que aborda esta tradição como Congado e traz a importância da festa de coroação de reis negros na paisagem patrimonial de Ouro Preto-MG. Esses trabalhos destacam os sentidos de negritude presentes nessa celebração e identificam os elementos de positividade associados aos povos africanos e afrodescendentes, ressaltando a importância de suas cosmologias e práticas culturais. Na cidade, a presen-



ça de objetos, materialidades e simbologias dispersas revela que esses grupos carregavam consigo uma rica diversidade de visões de mundo, práticas religiosas e modos de vida, para além do contexto da escravização. As festas de Congado e as imagens de santos negros presentes em igrejas e capelas em Ouro Preto são expressões tangíveis da negritude ativa e altiva dos povos africanos e afrodescendentes. Esses elementos culturais refletem as profundas raízes e a resistência dessas comunidades na cidade histórica (Souza, 2022).

A obra de Garcês-da-Silva (2023), intitulada "Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial", oferece uma perspectiva significativa sobre a valorização das epistemologias negro-africanas. A autora propõe uma contranarrativa decolonial que desafia as concepções coloniais e raciais estabelecidas pelo poder hegemônico. Essa visão dialoga com a proposta de Martins (2021), que enfatiza a importância da oralidade e da oralitura[9] como formas de resistência e preservação do conhecimento. A convergência entre as ideias de Garcês-da-Silva e Martins (2021) ressalta a necessidade de uma justiça epistêmica que reconheça e valorize os saberes das comunidades afro-brasileiras. A ancestralidade – como um princípio estruturante da cosmopercepção negro-africana[10] – é essencial para a construção de uma identidade coletiva capaz de resistir ao apagamento e à marginalização. E, deste modo, também abre uma importante perspectiva de estudo para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com foco na compreensão das disputas epistêmicas e da própria ação da área no reconhecimento dessas questões e da não neutralidade perante o poder hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares indicam que os Reinados representam uma continuidade espiritual das memórias africanas, funcionando

9. A oralitura é a leitura das performances orais e corporais dentro de um processo de transmissão saberes.

10. Trata-se de uma visão ampla sobre a natureza, ancestralidade, espiritual e o ser humano. Conecta o sagrado com a visão do mundo, a concepção com a natureza e a sociedade.

como meio de preservação e (re)existência dessas tradições. Ainda que marcadas por uma rica miscigenação, essas tradições mantêm elementos das tradições Iorubá e Bantu, evidenciando, sobretudo, a influência do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. A pesquisa, em seu momento inicial, sustenta a proposta de que o Reinado é uma expressão religiosa de matriz africana, fundamental para compreender as irmandades reinadeiras como comunidades do sagrado. Ao longo do trabalho, as considerações iniciais revelam a complexidade dessas vivências tradicionais, destacando a importância de entender sua historicidade, especialmente no que diz respeito às coroações dos Reis de Congo e sua contribuição para o fortalecimento e a preservação das práticas religiosas no Brasil. A partir das tradições Iorubá (representadas pelo Ifá) e das vivências Bantu (através da irmandade de Angola-Muxicongo) fica evidente que o Reinado emerge como uma tradição de resistência que ressignificou vivências africanas em um contexto colonial opressivo. As confrarias de Nossa Senhora do Rosário, por sua vez, aparecem como espaços de afirmação da identidade afro-brasileira, possibilitando às comunidades manterem suas práticas espirituais vivas, apesar das adversidades enfrentadas ao longo da história.

Além disso, a análise das narrativas contradecoloniais, proposta por Garcês-da-Silva (2023), e o conceito de Sacro-cultural – que envolve uma visão abrangente na qual a informação não é apenas transmitida de forma racional, mas também experimentada e preservada em ambientes com forte conexão com a espiritualidade, as tradições dos antepassados e o sentimento de identidade e pertencimento a um grupo ou cultura – destacam a relevância de resgatar e valorizar essas tradições. Essa perspectiva reconhece a importância de valores, rituais e conhecimentos sagrados como parte essencial da cultura e da vida dessas comunidades, ressaltando a relevância de resgatar e valorizar essas tradições, pois elas preservam não apenas a espiritualidade, mas também a identidade e a história dos afrodescendentes no Brasil, conforme destaca Monteiro (2024). A pesquisa ressalta a necessidade de continuar promovendo o reconhecimento e o empoderamento das comunidades reinadeiras, que desempenham papel fundamental na manutenção dessas expressões religiosas de matriz africana.



Por fim, a dissertação em desenvolvimento busca contribuir não apenas para a compreensão acadêmica da tradição do Reinado, mas também se propõe a ser um convite à reflexão mais ampla sobre a necessidade de valorizar e respeitar essa tradição que constitui a identidade brasileira. O fortalecimento das vozes das comunidades afro-brasileiras e o reconhecimento de suas tradições representam passos essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e plural, na qual as religiosidades africanas tenham seu devido lugar de valor e respeito.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. M. Editorial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 2022.

ARAUJO, Ridalvo Felix de. **Candombe mineiro**: É d'ingoma/ Saravano tambu/ Peço licença/ Pro meu canto firmá, 2017. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRANDÃO, T. Origens do Maracatu. **Diário de Notícias**, 26 abr. 1953. Disponível em: http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/DocReader.aspx?bib=Recortes%20de%20Jornais&PagFis=4902&Pesq=Reinado%20congado. Acesso em: 28 dez. 2024.

DOMINGUES, A. H. **Congado em Alvinópolis**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História da Cultura e da Arte) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A-2FSDE/1/20140211113100024.pdf: Acesso em: 28 dez. 2024.

EGBÉ Òrun- O laço sagrado que une os dois mundos. *[S. l.: s. n.],* 2019. Publicado pelo canal Tv AwO. Disponível em: https://youtu.be/7IrmrcdE2rQ?si=_cYSKcrPEU7RN2zQ Acesso em: 10 jan. 2025.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. **Biblioteconomia Negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. **Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira.** Brasília, DF: IPHAN, 2004. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/apresentacao.html. Acesso em: 28 dez. 2024.

MARTINS, M. L. **Performance do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 256 p. (Encruzilhada).

MONTEIRO, D. E. (2024). **Corpos-cenário***:* minerando a ancestralidade e a re--existência negra a partir do Lugar. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/75980. Acesso em: 28 dez. 2024.

NOGUERA, R. "Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é": tecnologia griot, filosofia e educação.problemata: **Problemata: R. Intern. Fil.,** v.10, n. 2, p. 258-277, 2019.

OBI - um oráculo divino. *[S. l.: s. n.],* 2016. Publicado pelo canal Tv AwO. Disponível em: https://youtu.be/5qiuy5bxPtQ?si=3twgjplwIF9P10zm. Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTOS, P. D. **Eu tenho a África em mim***.* Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2022.

SILVA, S. F. **A filosofia de *Òrúnmìlà-Ifá* e a formação do bom caráter.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SOUZA, P. P. A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto-MG. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, *v. 32, n. 68,* 2022. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/26795/19468. Acesso em: 28 dez. 2024.

TINHORÃO, J. R. **Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folguedos:** origens. São Paulo: Editora 34, 2012.



LA MUSEALIZACIÓN DE LA PLACA "RUA MARIELLE FRANCO" Y LOS DESAFIOS DE UNA EDUCACIÓN MUSEÍSTICA ANTIRRACISTA PARA LAS RELACIONES ETNICO-RACIALES

Valdemar de Assis Lima
Universidade de Brasília
valdemar.assis@unb.br, https://orcid.org/0000-0001-8781-9702
Clovis Carvalho Britto
Universidade de Brasília
clovisbritto@unb.br, https://orcid.org/0000-0001-6267-544X

Resumen: *Este capítulo analiza el modo en que la Educación museística puede ser utilizada como una forma de enfrentamiento a las violencias interseccionales por medio de una alfabetización critica racial. Para ese propósito, se evidencia la falta de una educación antirracista para las relaciones étnico-raciales, sustentada en un pensamiento ético-epistemológico de la superación del racismo estructural y de las relaciones de poder vigentes, a partir de una postura política-epistemológica de una Educación Museística Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (Emarer). Como marco metodológico de estas reflexiones, se realizó una investigación cualitativa basada em una revisión bibliográfica y un análisis documental sobre algunas acciones de musealización de la placa "Rua Marielle Franco". La placa se tornó un símbolo de resistencia que sintetiza el enfrentamiento a un conjunto de violencias interseccional: metáfora y metonimia de Marielle Franco, sus causas y el propio campo progresista. Al ser musealizada sufrió tentativas de supresión y generó enfrentamientos contra los discursos museológicos hegemónicos, propiciando, desde nuestra perspectiva, un espacio significativo de anuncio y de denuncia.*

Palabras claves: *Musealización – Educación Museística Antirracista– Placa "Rua Marielle Franco"*

INTRODUCCIÓN

> "Repensar según los datos concretos de la realidad vivida el pensamiento profético, que también es utópico conlleva una denuncia de cómo estamos viviendo y el anuncio de cómo podemos vivir. […] Existen distintas posibilidades de futuro. Insisto que no es posible el anuncio sin denuncia" (Freire, 2012, p. 155)

Este capítulo analiza como la Educación Museística puede ser utilizada como una forma de enfrentamiento a las violencias interseccional (Collins, 2025). A partir del pensamiento-acción de Paulo Freire (2012), que reconoce la imposibilidad de un anuncio sin denuncia, se problematizará el modo en que a musealización puede contribuir a la instauración de distintas posibilidades de futuro.

En ese sentido, se parte de la premisa de que existen Museologías en plural, con diferentes involucramientos (Britto, 2019). Inclusive algunas no están comprometidas con el anuncio, ni con la denuncia. Por tal motivo, es fundamental que se instaure una alfabetización critica racial, tal como lo destaco Valdemar Lima al concebir la necesidad de una educación antirracista para las relaciones étnico-raciales en la superación del racismo estructural y de las relaciones de poder vigentes. La postura política-epistemológica de una Educación Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (Earer), diferente a una Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, se da por el conocimiento de que no toda educación para las relaciones étnico-raciales es, plenamente, antirracista (Lima, 2023). La segunda cuestiona el racismo, principalmente desde una retórica que enfrenta el racismo estructural, pero luego, determinados discursos y prácticas pedagógicas lo fortalece. Por lo tanto, no es suficiente la defensa de una educación para las relaciones étnico-raciales, si la misma no es construida a partir de una alfabetización critica racial:

> "Esa es una critica posible cuando tomamos la Educación Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (EARER) como una política publica brasilera. Es una apuesta política utilizar la denominación EARER y no Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, porque entiendo que desde que el primer niño negro o primera niña negra, en este país, que se sentó en un pupitre escolar para escuchar una clase de una profesora blanca o un profesor blanco, en ese momento, se inició un tipo de educación de relaciones étnico-raciales que perdura en muchas instituciones públicas y privadas de enseñanza brasileñas, y que están al servicio de la manutención blanca de la colonialidad del poder. La educación de las relaciones étnico-raciales existe hace siglos, y es, por origen, una educación



> creada, operacionalizada y legitimada por el racismo. En una sociedad estructural y estructuradamente racista, el racismo estará en todos los lugares, inclusive (y principalmente) en los espacios de educación" [1] (Lima, 2023, p. 48-49)

Para la construcción de un proceso político-pedagógico de formación de personas, es necesario entender y valorar positivamente la diferencia, concebirla como un derecho humano y no como un objeto de odio. Por lo tanto, lo que el activismo antirracista reivindica es una alfabetización racial que sea critica: una idea-fuerza comprometida a "[...] estudiar y entender como las relaciones de poder son engendradas para moldear las identidades de raza y como esas identidades actúan en el centro de la sociedade" [2]

(Preira, Lacerda, 2019, p. 95). La alfabetización critica racial ofrece oportunidades de lectura, análisis y comprensión de las dinámicas raciales, interpretándolas desde una perspectiva reflexiva y reconociendo la dimensión de la blanquitud (Bento, 2022) en el contexto y en las bases socio-históricas del racismo estructural.

La educación museística es una experiencia educacional formal no curricular, que aprovecha el potencial pedagógico del espacio museístico y que no se limita al objeto tridimensional como el único soporte pedagógico. En la educación museística, el museo es tomado como un ámbito dinámico, lleno de posibilidades. La educación museística se configura como un proceso de formación humana para la transformación, y se estructura en una sistematización de pensamientos y tecnologías pedagógicas organizadas y fundamentadas en presupuestos teóricos-metodológicos al servicio de una educación sensible de la mirada.[3] También refiere al desenvolvimiento de la crítica política, de la alfabetización cultural

1. Traducción propia

2. Traducción propia

3. La educación sensible de la mirada refiere a un proceso educacional que tiene como premisa la consolidación de una consciencia critica (por lo tanto, sensible) del mundo en base a la provocación de recuerdos (afectivos, traumáticos, sinestésicos, históricos, culturales etc.) para la acción política autónoma.

y la propuesta de herramientas sensibles para el pleno y autónomo uso social de la memoria:

> "El término "educación museística" es utilizado ahora como una reivindicación tanto de una modalidad educativa -que contempla un conjunto integrado de planificación, sistematización, realización, registro y evaluación de programas, proyectos e acciones educativas museísticas- como un campo científico."[4] (Brasil, 2018, p. 73)

Por lo tanto, reconocemos la necesidad de una alfabetización museológica construida sobre una perspectiva critica, que, en vez de brindar una educación museística genérica, propicie una Educación Museística Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (Emarer). Para ese objetivo, a lo largo de este capítulo presentaremos algunas reflexiones que fortalecen la afirmación anterior, argumentado además, que no toda la Educación Museística se encuentra al servicio de la lucha antirracista.

Como marco metodológico para estas reflexiones realizamos investigación cualitativa a partir de una revisión bibliográfica y un análisis documental que tenía como foco, algunas acciones de musealización la placa "Rua Marielle Franco"[5] (Figura 1). Percibimos como esas experiencias resultan un desafío en la implementación efectiva de una Educación Museística Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales.

4. Traducción propia

5. Se decide dejar en el idioma original "Rua Marielle Franco" ya que refiere al objeto de estudio de este artículo. El objeto es una placa que indica el nombre de una calle. En la traducción completa sería "Calle Marielle Franco" ya que "Rua" en español significa "Calle".

Figura 1: Reproducción de la placa "Rua Marielle Franco".



Foto: Clovis Britto (2025).

Marielle Franco (1979-2018), mujer negra, lesbiana y nacida en la Favela da Maré, era concejal de Rio de Janeiro y activista por los derechos humanos. Fue asesinada junto con Anderson Gomes, su chofer, el 14 de marzo del 2018. Después de su muerte, militantes del PSOL y activistas de las diferentes causas que Marielle defendía colgaron una placa en su homenaje, en la Plaza Floriano Peixoto (Cinelândia) cerca de la Câmara Municipal del Estado de Rio de Janeiro. El 1 de octubre de ese mismo año, políticos de extrema derecha destruyeron la placa y presentaron una denuncia, factor que genero una "explosión discursiva" y un conjunto de marchas en defensa de la memoria de Marielle y su legado: "después de ese episodio y la intensa circulación de la imagen de la placa destruida, el objeto se transforma también en elemento de identificación política y [...] acumula varios e imprevisibles sentidos en ese proceso"[6] (Rosa; Freire, 2023, p. 4)

La campaña de financiamiento online del sitio sensacionalista.com.br que llevó el título "Ellos rompen una, nosotros hacemos cien" produjo aproximadamente 1.700 placas distribuidas en un acto el 14 de octubre de 2018. Ese día se cumplieron siete meses de los asesinatos. En ese acto, las participantes diseñaron el nombre "Marielle" con las

6. Traducción propia

placas en frente al Palácio Pedro Ernesto (Cinelândia), sede de la Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro:

> "La placa en homenaje a Marielle paso a circular y ser utilizada como un símbolo de identificación con Marielle, con la defensa de los derechos humanos y como un campo de progresismo. Más allá de las mil placas distribuidas en 2018, percibimos una multiplicación de los usos del objeto y consecuentemente, de los sentidos generados a partir de ese uso […] Notamos que toda la movilización en torno a la placa, sea a partir del lema "Ellos rompen una, nosotros hacemos 100" o de las manifestaciones realizadas después del episodio de la ruptura, eso nos permite pensar que la placa de Marielle Franco cobra aquí una triple función: señaliza el lugar, resignificándolo y atribuyéndole presencia simbólica a un cuerpo ausente; de otro lado, desvincula la idea de lugar geográficamente referenciado, porque en la circulación mediática, la placa sirve como una señalización de la identificación política, reconociendo valores e ideas compartidas entre activistas y consecuentemente genera pertenecimiento a un campo progresista. No obstante, también pasa a ser un elemento discursivo en disputa, intensificando embates tanto mediáticos como así también diferentes campos sociales, entre ellos el político, el cual ya es parte intrínseca el asesinato de la concejal y activista"[7] (Rosa; Freire, 2023 p. 3-7).

Se reconoce a las placas y su musealización como ejercicios de vigilancia conmemorativa, o sea, como un conjunto de celebraciones y ritos que apuntan a remarcar la inmortalidad de determinados hechos e personajes, en los modelos presentados por Pierre Nora (1993), cuando concluyó que los lugares de memoria nacen del sentimiento de que no existe la memoria espontanea. El autor destacó la necesidad de crear espacios para mantener la vitalidad de los lugares de memoria, afirmando que "sin la vigilancia conmemorativa la historia los derribaría rápidamente. Son los bastiones sobre los que se apoya [...] Es este flujo

7. Traducción propia



y reflujo que los constituye: momentos de historia arrebatados del devenir histórico, pero que regresan a él"[8] (p.13)

La placa se convirtió en un símbolo de resistencia que sintetiza el enfrentamiento a un conjunto de violencias interseccionales: metáfora y metonimia de Marielle Franco, de sus pautas y del propio campo progresista. Al ser musealizada sufrió intentos de eliminación y también generó confrontaciones con los discursos hegemónicos, lo que, proporcionó un significativo espacio de anuncio y de denuncia (Freire, 2012).

LA MUSEALIZACIÓN ENTRE DENUNCIA Y ANUNCIO

La musealización puede generar efectos diferentes de las intenciones de los agentes que la llevan a cabo, "la aplicación de las acciones museológicas de investigación, preservación y comunicación, a partir de la cualificación de la práctica cultural"[9] (Santos, 1999, p.1). Esto evidencia un aspecto selectivo, conflictivo y jerárquico que es depositado sobre los objetos y las memorias que ellos producen. De esta manera, por medio de los procedimientos museológicos de salvaguarda (conservación y documentación), comunicación (exposición y práctica educativa-cultural) e investigación es posible denunciar, conscientizar o reproducir violencias.

> "La musealización consiste en un conjunto de procesos selectivos de carácter infocomunicativos basados en la agregación de valores a objetos de diferentes naturalezas los cuales le son atribuidos la función de documento, y por ese motivo se convierten en objetos de preservación y divulgación. Tales procesos, que encuentran su ámbito privilegiado en el museo, expresan en la practica la creencia de una posibilidad de construir una síntesis [memoria] a partir de la selección, ordenamiento y clasificación de elementos que, reunidos en un sistema coherente, representarán una realidad mayor y más completa"[10] (Loureiro, 2012, p.2)

8. Traducción propia

9. Traducción propia

10. Traducción propia

Al comprender la musealización como un proceso infocomunicativo se evidencia procedimientos que dicen sobre el flujo de información vinculados a la producción, representación, organización, almacenamiento, diseminación, recuperación, acceso y uso de la información (Magaldi, 2017). En ese aspecto, la atribución de valor documental, resulta de un conjunto de procesos selectivos que puede, conforme a Freire (2012), denunciar y anunciar.

Cristina Bruno (2000 p. 2) reconoce que la museología puede orientar y organizar "las formas de abordar el abandono y la potencialidad de minimizar los impactos socioculturales del olvido a partir de los procesos de musealización que, a su vez, educan para el uso cualificado del patrimonio"[11]. También, la investigadora reconoce que la historia de las instituciones museológicas, "en general, muestran una reiterada complicidad con robos, saqueos, despojos, colonialismo y estrago, y que los procesos de musealización representan-muchas veces- miradas relacionadas con el excentricismo exagerado, con los vencedores y con el poder"[12] (Bruno, 1999, p. 333-334)

Vale la pena destacar la comprensión de Waldisa Rússio Guarnieri (2020) cuando concibió la musealización en relación con su potencial informativo y comunicacional, y se preocupa por "[...] la información aportada por los objetos (lato sensu) en términos de documentalidad, testimonio y fidelidad"[13], y concluye que "es de esta memoria musealizada y recuperada que se encuentra el registro y, por lo tanto, el conocimiento capaz de informar la acción"[14] (pp. 83-84).

Este planteamiento pude ser llevado al pensamiento museológico, que se convierte en un ejercicio preliminar sobre el gesto de la musealización (de lo museable a lo musealizado) o, según el concepto elaborado por Mario Chagas (2003, p. 64), una «imaginación museística», entendida como "la singular y efectiva capacidad de ciertos sujetos para articular en el espacio (tridimensional) la narrativa poética de las

11. Traducción propia

12. Traducción propia

13. Traducción propia

14. Traducción propia



cosas"[15]. Se trata de una operación selectiva de intenciones y gestos para la producción de ciertas matrices discursivas o tendencias de pensamiento que pueden generar experimentos museísticos, entendidos como espacios de producción, archivo y circulación de memorias erigidas a partir del "lenguaje de las cosas".

Partiendo de esa postura, el pensamiento museológico seria la sistematización de la imaginación museística, lo que da como resultado una configuración de diferentes imaginaciones, con variados compromisos, y algunas, inclusive, comprometidas con la reproducción o con el enfrentamiento de algunas violencias. Por otro lado, las experiencias concretas generan nuevas "imaginaciones museísticas" en un movimiento continuo de constantes reinvenciones.

En ese sentido, no toda "imaginación museística" consiste en un modo de democratizar los museos y los procesos museológicos. Algunas son vinculadas a la imposición de límites, a la manutención y la reproducción de lecturas disciplinadoras del mundo. Otras, relacionadas con la indisciplina y la emergencia de valorizar las memorias, actualizan la potencia de una imaginación que dejó de ser prerrogativas de algunos grupos sociales. Es en ese devenir en potencial que la imaginación museística, transubstanciada vía musealización, evidencia por ejemplo la potencia de la reproducción o de la denuncia de las violencias.

Esta perspectiva se traduce en lo que Joseania Miranda Freitas (2023, p. 280) entiende como "quietud museística" o "tranquilidad museística", es decir, el modo em como las exposiciones museológicas mantienen padrones hegemónicos e "insisten en la cristalización del apogeo, manteniendo el estilo de glorificación colonial-imperial-esclavista como algo estable, incuestionable"[16]. De este modo, la musealización puede producir violencias, incluida la violencia interseccional, como se ejemplifica en algunos museos:

> "Estos museos han delegado a los sectores educativos la tarea de abordar la relación entre los acervos, sus contextos históricos y biografías. Encontramos generalmente

15. Traducción propia

16. Traducción propia

> "silencios" en la exposición y mucho trabajo para que los equipos educativos puedan explicar. Por este motivo, mi intervención de hoy es producto de estas "inquietudes" al observar la "tranquilidad museística" en las exposiciones de larga duración de los museos de arte decorativa, aquí en Brasil, en el exterior y en antiguas metrópolis coloniales, principalmente. "Tranquilidad" que perpetua "lógicas conservacionistas" [...] Entiendo que la persistencia en pleno siglo XXI debería seguir preocupando a la clase de profesionales de los museos"[17] (Freitas, 2023, p. 281)

Estas preocupaciones son centrales para la comprensión de aquello que Patricia Hill Collins definió como violencias interseccionales o intersecciones letales en sus análisis de las relaciones entre la violencia y el poder. Siguiendo a la autora, esas intersecciones consisten en "espacios de dominación política en los cuales la muerte, o la amenaza de muerte, es evidente [...] formados, por ejemplo, por una convergencia entre la desigualdad de raza y la desigualdad de género". Por lo tanto, argumenta que, si las relaciones de poder son interseccionales, es posible visualizar las violencias que de ellas resultan como violencias interseccional. Más allá de problematizar el modo en el que esa violencia opera, Patricia Hill Collins (2025) también explica las posibilidades de conflicto de esas intersecciones letales y las injusticias. Se trata entonces de movilizar una perspectiva interseccional para comprender, definir y resistir a las múltiples violencias creadas de la convergencia entre el heteropatriarcado, el racismo y el capitalismo.

En su análisis sobre la violencia y el poder de las ideas, Patricia Hill Collins (2025) analizo la trayectoria de Marielle Franco como una síntesis de diversas expresiones de violencia que afectan a las mujeres brasileñas:

> "Franco no fue asesinada solamente por pronunciar ese discurso en la Câmara do Rio de Janeiro. Lo que nos dice sobre personas como ellas, situadas en intersecciones letales de género, raza, sexualidad y clase, es que expresar sus ideas puede ser una gran amenaza para quién está en

17. Traducción propia



> el poder. Vivir visiblemente en un cuerpo honesto como una madre lesbiana negra y pronunciarse sobre eso, puede generar violencia interseccional-aunque Marielle ayudó a ganar una sensación de libertad. Como mujer negra en un país con elevados índices de pobreza y donde más de la mitad de la población es negra, Franco sabía que era una amenaza para las ideas tradicionales de género, sexualidad, raza y clase. Aunque ella fue visible y elocuente sin dudar. Se negó a moderar sus opiniones, a pesar de estar bajo vigilancia. **Desafiar los efectos de la violencia interseccional sobre hombres y mujeres negros es una cosa; desafiar el sistema de ideas que explica y legitima la violencia interseccional sancionada por el Estado es otra**. Una política del cuerpo honesto genera esas contradicciones entre riesgos y recompensa"[18] (Collins, 2025, resaltado propios)

La creación de celebraciones públicas en homenaje a Marielle Franco (y otros activistas), como por ejemplo la creación de monumentos en su memoria, el nombramiento de espacios públicos y la musealización de sus ideas y de aspectos de su trayectoria,[19] consisten, en nuestra lectura, formas de enfrentamientos a la violencia interseccional sancionada por el Estado.

El *Dicionário de Favelas Marielle Franco* incluye una entrada dedicada a catalogar algunos de estos homenajes, haciendo un seguimiento de las expresiones artísticas y las intervenciones urbanas, categorizadas como cometas, aros, tatuajes, camisetas, banderas de carnaval, esculturas de madera, costura y ganchillo, señales de tráfico, muñecos de fieltro, bloques de carnaval, nombres de diccionario, festivales y propuestas artísticas como *performances.*[20]

---

18. Traducción propia

19. En el ámbito museológico se destaca el homenaje de la segunda edición de la exposición "O MAFRO pela vida contra o genocidio da juventude negra" realizada en 2018 en el Museu Afro-Brasiliero da Universiadade Federal da Bahia, en Salvador. El equipo de curaduría incorporó en la exposición, un día después del asesinato, "una imagen de Marielle, acompañada de unas rosas y de una escritura que decía "MARIELLE FRANCO, PRESENTE" debajo de la obra A Ira de Xangô" (Texieira, 2021, p. 306)

20 Disponible en : https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Mapeamento_das_homenagens_a_Marielle_Franco. Acesso em: 7 nov. 2025.

En el caso de análisis es posible reconocer la existencia de una metapoética o metacelebración que consistió en la musealización de una placa de calle en homenaje a la concejala:

> La placa posee dos versiones: la primera producida el 20 de marzo de 2018 sigue el padrón del municipio de Rio de Janeiro. En primer plano, sobre un fondo azul, el nombre de la calle y una breve descripción. Abajo una franja blanca con los números de los bloques y el código postal. En esta versión el texto informa: "(1978-2018) Vereadora, defensora de Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de marco de 2018". El número de código postal indica la calle Joaquim Palhares, lugar del asesinato. La placa fue colocada em Cinelândia, como um acto popular de homenaje. Meses después, fue retirada de allí y arruinada a propósito por candidatos a diputados provinciales y a gobernador en un acto de campaña electoral alegando no ser un objeto oficial. Luego fue reproducida en graficas de todo el país, dando lugar a apropiaciones privadas y públicas. Esta versión de la placa fue utilizada en un acto el 14 de octubre de 2018, derivado de la campaña de crowdfunding: "ellos rompen, nosotros haremos cien" producida por el periódico Sensacionalista. La campaña de recaudación de fondos alcanzó su objetivo en 20 minutos y reunió a donantes de todo el país. El acto fue coordinando como un flashmob en el cual los participantes dibujaban el nombre "Marielle" con las mil placas creadas enfrente del Palácio Pedro Ernesto, en Cinelândia, sede de la Câmara dos Veradores do Rio de Janeiro. Esta fue la versión donada al Museu Histórico Nacional, como consta en la ficha documental museológica, categorizada en la clase "Objetos ceremoniales" subclase "Objetos conmemorativos". La segunda versión de la placa es la oficial, inaugurada por el Intendente Eduardo Paes el día 14 de marzo de 2021, tres años después del asesinato de la concejala. Tiene los mismos datos del nombre y las fechas de nacimiento y muerte, conteniendo además una descripción nueva que dice "Mulher negra, favelada, LGBT e defensora dos direitos humanos". Abajo, en la



> sección blanca, dice "Brutalmente assassinada em 14 de março de 2018 por lutar por uma sociedade mais justa"[21] (Costa; Silva, 2022, p. 461-462).

Las investigadoras Carine Costa e Cláudia Rose Silva (2022, p. 462) informaron que el Museu da Maré y el Museu Histórico Nacional, en Rio de Janeiro, obtuvieron e incorporaron la reproducción de la placa a sus acervos. Resaltan que, en el Museu da Maré, la placa fue donada por Sidney, dueño de una gráfica, y tenía una perspectiva biográfica en virtud de los vínculos afectivos y cotidianos con la localidad, y "fue expuesta en 'Tempo do Cotidiano', la próxima instalación de la 'vendinha' de su abuelo Francisco"[22]. Por otro lado, en el caso del Museu Histórico Nacional, la placa fue colocada en la exposición "*Cidadania em Construção",* en la sección temática sobre los derechos políticos junto a una urna electrónica y panfletos electorales, indicando "el trabajo de la memoria y la relación con la tentativa de olvido de Marielle de la historia republicana, lo que posibilita la reflexión sobre la violencia y la fragilidad del Estado democrático de derecho en Brasil"[23] (p.462)

De las múltiples diferencias en los procesos de musealización mencionados, se destaca como el museo comunitario privilegia la relación cotidiana de Marielle Franco con la favela y sus vínculos afectivos con la Maré; por otro lado el museo federal privilegia los agenciamientos como activista y la lectura de sus aportes para el campo de los derechos humanos y su actuación parlamentar. Ambas visiones museísticas partieron del mismo objeto-placa- pero produjeron formas documentales singulares que desafían "el sistema de ideas que explica y legitima la violencia interseccional sancionada por el Estado", tal como lo menciona Patricia Hill Collins (2025, p. 92). En el primer ejemplo, Marielle es musealizada en su territorio ancestral a partir de una memoria afectiva como respuesta a un pedido de su padre, Antônio Francisco. En el segundo ejemplo, es musealizada en una institución pública oficial, vinculada al Instituto Brasileiro de Museus, autoridad que depende del Ministério da Cultura:

21. Traducción propia

22. Traducción Propia

23. Traducción Propia

> "El objeto, donado por el museólogo Lucas Cuba, educador del Museu Histórico Nacional en aquel entonces, fue una de las mil copias realizadas y distribuidas en un acto público en el centro de Río de Janeiro en respuesta a la destrucción de una placa similar en honor a Marielle Franco, la quinta concejala más votada en las elecciones de 2016, quien fue asesinada el 14 de marzo de 2018. La placa fue rota por dos candidatos a diputados, uno federal y otro estatal, en Petrópolis durante la campaña electoral para el gobierno del estado de Río de Janeiro. El acto en respuesta al ataque a la memoria de Marielle buscaba demostrar que donde se rompe una placa, se vuelven a crear mil más. En la exposición, el objeto formó parte del módulo sobre derechos políticos, que recordaba la acción de una mujer negra, de la favela, madre y lesbiana que luchó por los derechos humanos."[24] (Magalhães, 2022, p. 21).

Es posible argumentar que la musealización de la reproducción de la placa consistió en una reparación simbólica al colocar el objeto -otrora violado en un acto de odio- en una institución de preservación y comunicación. Más allá de eso, la incorporación del objeto a la colección museológica "indica una amplia adhesión subjetiva, política e institucional a las luchas que la concejala representaba"[25] (Costa; Silva, 2022, p.463). Esa adhesión no pasó desapercibida y generó una nueva acción de violencia interseccional, como por ejemplo la rotura de la placa en su homenaje, en donde existió una orden de retirar la placa de la exposición museológica.

Supuestamente, existieron motivos políticos que contribuyeron para el traslado de la placa a la reserva técnica del Museu Histórico Nacional en 2021. En un reportaje publicado en *Estado de Minas*, Izabella Caixeta destaco que la eliminación de la placa fue una "orden de Brasilia", sugiriendo un lineamiento con las orientaciones del Gobierno federal de aquel contexto. Para Aline Montenegro Magalhães (2002, p.21), la exclusión de la placa de la exposición "es un nuevo silenciamiento

24. Traducción propia

25. Traducción Propia

de la historia afro-brasileña, específicamente de mujeres negras"[26]. Con eso, es posible problematizar que la eliminación estaba incluida en el contexto de una Educación Museística para las relaciones Étnico-Raciales, pero no para una Emarer.

En 2022, la placa volvió para una exposición de corta duración "10 objetos: outras histórias" en el Museu Histórico Nacional, junto con una fotografía aérea de Francisco Proner que presentaba el nombre Marielle formado por los presentes en un acto de 2018 y con una pintura de Juliana Fervo titulada "Ninguém pode deter a primavera". Las redes sociales del museo informaron que en la apertura de "10 objetos", Marienete Silva, madre de Marielle, estuvo presente. Según Ana Beatriz Araújo (2024, p. 146) la institución museística destaco que los objetos que integraban la exposición son representativos de "mujeres negras, trabajadores, pueblos originarios, personas sexo-disidentes y no conformes a las normas de género"[27].

> Una adaptación táctil de la placa sobre soporte horizontal, con los textos en Braille, trae un símbolo de "Toque!". En la izquierda un texto explicativo titulado "Placa Marielle" comienza con una pregunta sin responder por el Estado brasilero: "¿Quién mandó a matar a Marielle y Anderson?". Contextualiza al visitante contando que Marielle Franco fue electa concejala en la ciudad de Rio de Janeiro en 2016, siendo la candidata más votada. Luego, describe a Marielle como "Mujer negra, nacida y criada en la favela de la Maré, madre a los 19 años, militante de los derechos humanos, del feminismo y de las causas LGBTQIAP+. Socióloga, graduada de la PUC-RJ con beca integral y Magister en Administración Pública por la UFF (MUSEU HISTÓRICO NACIOANL, 2023c, p.27). Relata que Marielle fue asesinada el 14 de marzo de 2018, junto con su conductor Anderson Gomes, e se convirtió "icono de las luchas del pueblo negro y de las favelas en todo Brasil y el mundo". El texto finaliza comentando que la placa fue producida en su homenaje e instalada en frente de la Câmara Municipal do Rio de Janeiro [...] La ficha del

26. Traducción propia

27. Traducción Propia



> objeto cita tres objetivos para su selección. Primero "Recolocar el objeto en exposición en el MHN, luego de una exclusión arbitraria y en cumplimiento de las exigencias superiores del Ibram", segundo "Demostrar la nueva propuesta conceptual de la política de adquisición del MHN, que tiene por objetivo la ampliación de la representatividad de segmentos, personajes y hechos históricos marginalizados en las acciones y en el discurso institucional", y finalmente " Abordar la temática del desarrollo de la democracia en el país, a partir de la crítica a los episodios de cercenamiento de la libertad y las prácticas de exterminio del pueblo negro, inclusive cuando está representado en el parlamento"[28] (Araújo, 2024, p. 200-201).

La exposición fue pensada a partir de una escucha atenta a diversos grupos sociales por medio de encuentros, y la curaduría estuvo bajo los siguientes criterios: "los objetos deberían estar en el circuito expositivo de larga duración del museo, deberían representar los diferentes tipos de acervos, ser accesibles a diferentes públicos e incorporar "segmentos que fueron menos representados históricamente en el acervo del museo"[29] (Araújo, 2024, p. 144), contribuyendo para la realización de la Emarer:

> "El texto enumera los medios adoptados por el museo para realizar esta escucha: los encuentros de debates realizados a lo largo de 2021 y 2022 y el proyecto "Bonde da História". [...] Es posible observara una alineación entre los grupos citados em el documento como "menos representados en el acervo del museo" –"pueblos originarios, diáspora negra, LGBTQIA+, migrantes, infancias, creencias religiosas, mujeres, etc."- y las temáticas propuestas para esos encuentros. Sobre el proyecto "Bonde da História", el documento dice que una de las temáticas adoptadas fue "10 objetos que hicieron nuestra historia" donde el equipo educativo del MHN seleccionaba 10 objetos como disparadores del diálogo con los participantes del evento. Es interesante que el museo utilice sus iniciativas de dialogo con la sociedad para estructurar una ex-

28. Traducción propia

29. Traducción Propia

> posición. Sin embargo, en la temática "escucha, conexión y otras historias" propuesta por el proyecto del centenario, se observa la predominio de escucha en relación a la participación activa de los grupos "menos representados " en el proceso de construcción de la propuesta de exposición. Una vez que el dialogo fue establecido y una conexión fue creada, el MHN podría ofrecer un espacio de acción protagonista y autónomo para estos grupos minoritarios en la comunicación de sus propias historias a través del acervo del museo. Este habría sido un abordaje más inclusiva e más decolonial, porque los especialistas del museo se estarían colocando como intérpretes de grupos subalternizados"[30] (Araújo, 2024, p. 144).

La placa estaba colocada en la exposición con otros nueve objetos marcados por perspectivas interseccionales (Camisa LGBTQIA+ C. R. Vasco da Gama; Bandera del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra; Red Kalapalo; Vestido de Iemanjá; Medalla Conmemorativa de la Redención do Ceará; Revista Manchete; Muñeca con rasgos del Síndrome de Down; Libreta de Trabajo de Áurea Laura da Fonseca y figura de Género)

. El 20 de marzo de 2023, el Centro de Estudios y Acciones Solidarias de la Maré (CEASM) y el Museu da Maré inauguraron la exposición de corta duración "Marielle Marés" en el Museu da Republica, en Rio de Janeiro. Resultado de una curaduría colectiva, la exposición presentaba pinturas de los artistas visuales Marcondes Rocco, Pâmela Di Alencar, Flávio Viduarre, Will Barcelos y Marcela Cantúaria; la puerta de la oficina de Marielle cuando era concejala, citas autorales, reproducciones de fotos de su archivo personal; y una pintura de la placa "Rua Marielle Franco" en grande dimensión (3m x 7m) creada por Eufrásio Torres Neto, pintor letrista de la Maré.

La exposición movilizó un conjunto de acciones en las cuales se evidencia la Emarer, transformando el legado de Marielle Franco como un síntesis de variadas actuaciones de educación antirracista. La curaduría colectiva de los habitantes que valorizó artistas locales y los visibilizó en el Museu da Republica consiste en un claro ejemplo. La abertura de

30. Traducción propia

la exposición se celebró el Día nacional de las Tradiciones de Raíces de Matriz Africana y Naciones del Candomblé (2/3), con la presencia de lideres religiosos que integraban el Grupo de Trabajo de Gestión Compartida del Acervo Nosso Sagrado; la visita al Acervo Nosso Sagrado y al Jardin Nosso Sagrado; el lanzamiento del Catalogo "Moda de Terreiro" del Ilê Omolu Oxum, y la firma del acuerdo de Cooperación Técnica n.º 3/2023, celebrado entre el Ministerio de Derechos Humanos y Ciudadanía, la Defensoría Pública de la Unión y el Museu da República teniendo como objetivo realizar investigaciones y prácticas jurídicas relacionadas con los procedimientos policiales relativos al conjunto incautados que conforman el acervo de Nosso Sagrado.

CONSIDERACIONES FINALES

Las experiencias de musealización de las reproducciones de las placas "Rua Marielle Franco" consisten en ejemplos potentes de como las violencias interseccionales (Collins, 2025) y las acciones de anuncio y denuncia (Freire, 2012) pueden ser movilizadas en torno a en los ámbitos de los museos y en procesos museológicos por medio de la Educación Museística. Conscientes de eso, es significativo percibir como las instituciones museísticas pueden construir diferentes enfrentamientos y silenciamientos, evidenciando los compromisos con las cuales se vinculan.

Se trata de un importante elemento clave para comprender la dualidad en torno a la cual giran los procesos de musealización, es decir, las posibilidades en torno al conocimiento que fundamenta la acción. Siguiendo a Cristina Bruno (1993, p.334), es relevante que estemos "[...] abiertos a las razones del olvido (exilio de la memoria) y encontrar los métodos adecuados para cuidar la memoria exiliada"[31]. Es fundamental reconocer la intencionalidad o la intención museística vía los procesos de musealización. En otras palabras, los compromisos que están en juego a partir de esta práctica selectiva que podrían exiliar o traer de nuevo diferentes memorias (Bruno, 1999)

Este capítulo recordó la importancia de una alfabetización critica racial en el ámbito de la educación museística, inspirado en las reflexio-

31. Traducción propia



nes del museólogo y educador Valdemar Lima (2023) cuando concibió la necesidad de una apuesta política-epistemológica por la Educación Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (Earer) en vez de una Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (Erer). En ese sentido, la intención de este escrito fue a partir de esas reflexiones, considerar que no toda Educación Museística para las Relaciones Étnico-Raciales (Emrer) está comprometida con un antirracismo y la urgencia en considerar la Educación Museística Antirracista para las Relaciones Étnico-Raciales (Emarer). Esto está conceptualizado en este trabajo como una propuesta de educación formal de responsabilidad del campo museístico, que articula los instrumentos e recursos museísticos en pos de una política pedagógica antirracista, o sea, siendo el antirracismo un *ethos* de anuncio y denuncia en el agenciamiento de su pedagogía museística.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Ana Beatriz de Oliveira de. **Tensões e intenções no centenário do Museu Histórico Nacional:** a exposição "Rio-122" sob a perspectiva de gênero. 2024. 238 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal.** Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura, Brasília: IBRAM, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho. **"Nossa maçã é que come Eva":** a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 19-28, 2020.

BRUNO, Maria. Cristina. Oliveira. A importância dos processos museológicos para a preservação do Patrimônio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 333-337, 1999.

CAIXETA, Izabella. Placa 'Rua Marielle Franco' é retirada de exposição em museu. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 nov. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3r2wFIC. Acesso em: 12 jul. 2025.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. **Intersecções letais:** raça, gênero e violência. São Paulo: Boitempo, 2024.

COSTA, Carina Martins; SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. Placa da "Rua Marielle Franco". *In:* MAGALHÃES, Aline Montenegro *et al.* (Org.). **Histórias do Brasil:** 100 objetos do Museu Histórico Nacional, 1922-2022. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2022.

FREIRE, Paulo. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. *In:* BRASIL; SENADO FEDERAL. **O livro da profecia:** o Brasil no terceiro milênio. Brasília: Coleção Senado, 1997.

FREITAS, Joseania Miranda. Inquietudes e utopias: exposições de longa duração nos museus de arte decorativa. *In:* NARLOCH, Charles; GRANATO, Marcus (Org.). **Museus, Museologia e Ciência no Brasil:** Volume I - 200 anos de in(-ter)dependência, inquietude e utopia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2023.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceitos e limites da preservação: uma visão museológica. *In:* CARVALHO, Luciana Menezes de; ESCUDERO, Sandra (Eds.). **Teoria museológica latino-americana:** textos fundamentais - Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Paris: ICOM, 2020.

LIMA, Valdemar de Assis. **O branco no preto e o preto no branco***:* EARER e o uso social da memória no fazer-se antirracista de pessoas brancas. 2023. 183 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

LOUREIRO, Maria Lúcia Niemeyer Matheus. Preservação *in situ* X *ex situ*: reflexões sobre um falso dilema. *In*: Seminário de Investigação e Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 7, 2012, Madri. **Anais** [...]. Madri: Universidade Autônoma de Madri, 2012.

MAGALDI, Monique Batista. **A documentação sobre exposições em museus de arte:** a musealização dos processos, a história da exposição e a museografia. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes; LACERDA, Simei Silva Pereira de. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019.

TEIXEIRA, Maria das Graças. Uma exposição denúncia: experiências de Museologia Social no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. *In:* PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mario (Ed.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Universidade Lusófona, 2021.

Essa obra reúne alguns dos principais trabalhos apresentados durante a XIV edição do Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (SHB), evento que, desde 2012, concentra atividades de intercâmbio resultantes de um acordo internacional entre a Universidade de Brasília (Brasil) e a Universidade Complutense de Madrid (Espanha). O SHB promove o crescimento da comunidade científica na área de Ciências da Informação e Documentação com um formato itinerante, com sedes anuais alternadas entre Brasil e Espanha, em diferentes cidades e instituições. Em 2025, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) recebeu e organizou o evento com um formato dinâmico e agregador, fortalecendo a rede de pesquisadores dessa agenda internacional.

Universidade de Brasília

ECOS LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

CAPES

FINATEC